



**(RE)LEITURAS EM
FERDINAND DE SAUSSURE
E ÉMILE BENVENISTE**

JOMSON TEIXEIRA DA SILVA FILHO
(ORGANIZADOR)

**(RE)LEITURAS EM
FERDINAND DE SAUSSURE E
ÉMILE BENVENISTE**

JOMSON TEIXEIRA DA SILVA FILHO
(Organizador)

(RE)LEITURAS EM
FERDINAND DE SAUSSURE E
ÉMILE BENVENISTE

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Jomson Teixeira da Silva Filho [Orgs.]

(Re)leituras em Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 276p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-482-3 [Impresso]
978-65-5869-483-0 [Digital]

1. Ferdinand de Saussure. 2. Émile Benveniste. 3. Releituras. 4. Linguística Aplicada. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Revisor: Giovane Fernandes Oliveira

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------|---|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| Jomson Teixeira Da Silva Filho | |

PRIMEIRA PARTE: FERDINAND DE SAUSSURE

| | |
|------------------------|----|
| CAPÍTULO 1 | 23 |
| SAUSSURE E O LINGUISTA | |
| Eliane Silveira | |

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 2 | 43 |
| AS MULHERES E A LINGUÍSTICA SAUSSURIANA | |
| Luiza Milano | |

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 3 | 61 |
| APONTAMENTOS SOBRE SEMIOLOGIA, HISTÓRIA E DIACRONIA NA MITOGRAFIA SAUSSURIANA | |
| Stefania Montes Henriques | |

| | |
|------------------------------|----|
| CAPÍTULO 4 | 91 |
| O SISTEMA E O <i>MÉMOIRE</i> | |
| Micaela Pafume Coelho | |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 5 | 107 |
| A LINGUÍSTICA SAUSSURIANA COMO UMA CIÊNCIA GALILEANA | |
| Jomson Teixeira da Silva Filho | |

**SEGUNDA PARTE:
ÉMILE BENVENISTE**

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 6 | 141 |
| A ÉTICA DO LINGUISTA Valdir do Nascimento Flores | |
| CAPÍTULO 7 | 169 |
| A <i>SIGNIFICAÇÃO</i> EM BENVENISTE: UM PROBLEMA “ABORDADO COM SUCESSO” Núbia Rabelo Bakker Faria | |
| CAPÍTULO 8 | 193 |
| AS RELAÇÕES LÍNGUA-DISCURSO, LÍNGUA- ESCRITA E LÍNGUA-OUTROS SISTEMAS E A NOÇÃO DE CONVERSÃO EM ÉMILE BENVENISTE Giovane Fernandes Oliveira | |
| CAPÍTULO 9 | 221 |
| ÉMILE BENVENISTE E A ABERTURA PARA UMA POÉTICA DO DISCURSO Daiane Neumann | |
| CAPÍTULO 10 | 241 |
| A TRANSVERSALIDADE DA RELAÇÃO LÍNGUA- SOCIEDADE NO PENSAMENTO TEÓRICO DE ÉMILE BENVENISTE Fábio Aresi | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 271 |
| SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES | 273 |

APRESENTAÇÃO

Esta obra, que agora vem a público, busca reunir textos de diferentes pesquisadores brasileiros que têm se debruçado sobre as teorias da linguagem ligadas epistemologicamente aos nomes de dois linguistas cujas reputações dispensariam qualquer tipo de apresentação.

Se aqui o fazemos, é mais pela formalidade editorial e pelo prazer de falar sobre eles e menos pela necessidade de apresentá-los. Afinal, temos total ciência de que, ao menos minimamente, todos aqueles que, de alguma forma, interessam-se por questões da linguagem, seja para deles partir, seja para deles sugerir um afastamento ou até mesmo para ignorá-los, já se depararam com os conhecidos pelos epítetos de “pai da linguística moderna” e de “pai da linguística da enunciação”, a saber, Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste, respectivamente.

Dois linguistas que têm em comum muito mais do que atribuições de “paternidades”. Dois linguistas complexos, enigmáticos até! Diante da leitura de seus textos, deparamo-nos com situações que, ao primeiro contato de um leitor desavisado – flutuação terminológica, complexidade conceitual, teorizações atribuídas, textos inacabados e lacunais – seriam suficientes para “justificar” a recusa de suas leituras, como o fazem muitos, aliás, lendo-os apenas de segunda mão, geralmente através de manuais de introdução. Normand (2009, p. 17) chega a afirmar, em relação a Saussure, que “uma leitura do conjunto do *Curso*, se é que é possível, nunca foi encorajada; contenta-se, o mais frequentemente, com extratos que ilustram uma apresentação comentada”.

Saussure ganha notoriedade internacional com um livro que efetivamente não publicou, o *Curso de linguística geral*, o *Curso*, livro editado por Bally e Secheyne em 1916, a partir dos cadernos dos alunos que participaram dos cursos ministrados pelo mestre genebrino na Universidade de Genebra, entre os anos de 1907 e

1911, assim como a partir de poucas notas autógrafas de Saussure. Essa obra estabelece o “corte epistemológico” em relação aos estudos linguísticos anteriores ao eleger a *língua* como objeto da linguística — a partir de então, dita científica. Benveniste, parcialmente lido, é relacionado, quase que exclusivamente, ao campo da enunciação. Fato este destacado por Dessons:

particularmente sugestivo, até mesmo perturbador, o pensamento de Benveniste se vê frequentemente atenuado e desnaturalizado pela vulgarização de sua teoria linguística reduzida apenas às análises das marcas formais de enunciação, em detrimento das considerações teóricas de ordem mais geral, cujo alcance revela, no entanto, uma concepção forte e original das relações entre a linguagem e o homem (DESSONS, 2006, p. 26)¹.

Flores (2013, p. 19), por sua vez, é categórico: “É difícil ler Benveniste [...] Digo isso porque é tão somente uma constatação óbvia aos olhos de todos os que se dedicam a lê-lo”. Essa dificuldade, contudo, leva-nos ao constante desafio de examinar o pensamento teórico desse autor que não nos deixa de surpreender a cada vez que voltamos aos seus textos, não só por sua erudição, mas também pela variedade de temas que fazem parte de seu cabedal teórico. Dá-se o mesmo com Saussure. Assim, parafraseando Flores (2013), afirmamos: é difícil ler Saussure.

Mesmo diante da dificuldade, e, talvez por ela mesma, assumimos com Barthes (2012, p. 213): “Lemos outros linguistas (afinal, é preciso), mas gostamos de Benveniste”. A partir das palavras do autor, completamos: lemos outros linguistas (afinal, é preciso), mas gostamos de Benveniste e de Saussure.

Sobre Saussure, no prefácio à tradução brasileira do *Curso*, no ano de 1974, Salum corrobora que o linguista suíço nunca esteve mais presente que naquela década, época em que se julgou o mestre genebrino superado por estar atrelado ao estruturalismo. Repetimos aqui, fazendo agora referência à atualidade, as palavras de Salum: *Saussure nunca esteve mais presente do que em*

¹ Tradução de Rosário, 2018, p. 27.

nossa época, mas agora não como um autor superado, e sim como um autor a quem se retorna.

O retorno a Saussure acontece efetivamente a partir da publicação dos *Escritos de linguística geral*, os *Escritos*. Estes trazem novos documentos descobertos em 1996 em um anexo da residência de Saussure, publicados por Engler e Bouquet em 2002 e traduzidos para o português brasileiro em 2004. Tal publicação torna possível o acesso direto às notas manuscritas do mestre genebrino por meio de um texto em formato de livro, o que, de certa forma, despertou uma avalanche de pesquisas interessadas em confrontar, comparar os manuscritos e o *Curso*.

Algo semelhante parece acontecer com Benveniste. Considerado por Arrivé (1997) como o linguista francês mais influente do século XX e, semelhantemente por Flores (2009), como um dos linguistas mais interessantes desse mesmo século, é conhecido principalmente pela publicação dos dois volumes de seus *Problemas de linguística geral*, os *Problemas*, que reúnem artigos publicados entre 1939 e 1972.

Similarmente ao que acontece com Saussure, a publicação dos manuscritos de Benveniste suscita um retorno ao seu pensamento para além da *enunciação*, tocando questões mais gerais de sua linguística, como a *escrita*, por exemplo, a partir da publicação, em 2012, por Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, das “Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)”, as “Últimas aulas”, obra traduzida para o português brasileiro em 2014.

Esse movimento de retorno à teoria da linguagem de Benveniste excede o “pai da linguística da enunciação” e abrange um autor, pesquisador e professor preocupado com as mais diversas problemáticas da língua(gem) e sua relação com o homem, como se percebe nos capítulos que compõem a presente coletânea.

Sobre esse retorno a Benveniste e sua semelhança com o retorno a Saussure, Dessons (2019, p. 71) sinaliza que, em relação à obra *Baudelaire* “Esses manuscritos podem pretender ter o mesmo papel para a teoria da linguagem de Benveniste que os *Escritos de linguística geral*, publicados em 2002 por Rudolf Engler

e Simon Bouquet, [tiveram] para a teoria de Saussure”², Estendendo essa interpretação às *Últimas aulas*, completam Bédouret-Larraburu e Laplantine (2015, p. 18): “Os manuscritos sobre a linguagem poética, assim como o volume das *Últimas aulas*, relançaram a atualidade de Benveniste”³.

Sobre as *Últimas aulas*, Dessons (2020) evidencia que sua gênese editorial apresenta uma semelhança com o *Curso*. As *Últimas aulas* é uma obra constituída de duas formas diferentes. Ela toma corpo a partir das notas de Benveniste para suas aulas no Collège de France, bem como a partir das notas dos cadernos de seus alunos, Jacqueline Authier-Revuz, Jean-Claude Coquet e Claudine Normand.

Dessons (2020), sobre isso, salienta que

Este protocolo, obviamente, lembra a abordagem adotada por Charles Bally e Albert Sechehaye, que reuniram as anotações feitas por vários ouvintes presentes nas aulas ministradas por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra, com o objetivo de estabelecer o texto do *Curso de linguística geral*⁴. (DESSONS, 2020, p. 595, nota de rodapé 4, tradução nossa).

Contudo, a relação entre Saussure e Benveniste vai muito além das coincidências editoriais. Podemos dizer que esses autores estão ligados epistemologicamente, mesmo quando o segundo busca fazer uma crítica ao primeiro, caso em que, no artigo *Natureza do signo linguístico*, datado originalmente de 1939, Benveniste tece uma leitura que vai de encontro àquela estabelecida no *Curso* saussuriano, mas que, ainda assim, como pontua Faraco (2016), não deixa de destacar a importância e a abrangência da concepção de *língua* conforme a apresenta Saussure, a saber, a concepção de *língua como um sistema de signos*.

² Tradução de Rosário, 2018, p. 37.

³ Tradução de Rosário, 2018, p. 37.

⁴ No original: “Ce protocole rappelle, évidemment, la démarche adoptée par Charles Bally et Albert Sechehaye qui ont rassemblé les notes prises par plusieurs auditeurs présents aux leçons données par Ferdinand de Saussure à l’Université de Genève, en vue d’établir le texte du *Cours de linguistique générale*”.

Benveniste, em relação a Saussure, enfatiza: “Não há hoje linguista que não lhe deva algo. Não há teoria geral que não mencione seu nome” (BENVENISTE, 2005, p. 34); ao que acrescenta: “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos” (2005, p. 35). Nessa mesma linha de pensamento, ressalta De Mauro:

Basta olhar a lista das palavras que aparecem pela primeira vez no Cours, ou que receberam uma sanção definitiva, em uma acepção determinada, e continuam ainda válidas: *sincronia, diacronia, idiossincrônico, pancronia, pancrônico, etc.; língua, linguagem e fala; signo, significante, significado; unidade linguística; sintagma, sintagmático; execução, consciência linguística; fonema, fonologia; substância e forma linguística; economia linguística, valor linguístico; código, circuito da fala, modelo; estado da língua, estático, semiologia, semiológico, sema; oposição, opositivo, relativo, diferencial; cadeia, talvez estrutura, certamente sistema*. Raras são as palavras-chave da linguística contemporânea que, comuns a várias direções de pesquisas, não têm sua fonte no Cours de linguistique générale. (DE MAURO, 1967, p. iv, itálicos do autor)⁵.

Como podemos perceber a partir da longa citação de Tullio De Mauro, para além das críticas estabelecidas à gênese do *Curso* na tentativa de colocar em suspensão sua validade, há o reconhecimento do discurso de fundação e de síntese dessa obra, a ponto de, como observa o linguista, estarmos em dívida com seus editores:

O *Cours* é, pois, a soma mais completa da doutrina saussuriana, e é, provavelmente, destinada a **permanecer**. Nossa **dívida** para com Bally e Sechehaye é, dessa forma, grande e evidente (DE MAURO, 1967, p. v, itálico do autor, negritos nosso)⁶.

Diante da produtividade de pesquisas que testemunhamos nos últimos anos, podemos mesmo substituir o advérbio de dúvida “provavelmente”, na citação de De Mauro, pelo advérbio de afirmação “certamente”, haja vista o crescente número de

⁵ Tradução de Costa e Scherer, 2018, p. 243.

⁶ Tradução de Costa e Scherer, 2018, p. 243.

pesquisadores que têm se debruçado sobre a teorização saussuriana.

Observando o cenário de retomadas de questões que dizem respeito à teorização de Saussure e à de Benveniste, afirma Aresi, neste volume: “A linguística vive um momento de retornos. Entretanto, não se trata apenas de um retorno, [pois] o gesto epistemológico não se resume a uma retrospectiva”.

Sendo assim, num “gesto epistemológico”, reiteramos a seguinte questão: “Por que ainda ler Saussure?”. É o que se questionam Fiorin, Flores e Barbisan (2013). É o que também se pergunta Cruz (2016): “Por que (não) ler o *Curso de linguística geral* depois de um século?”. Fiorin, Flores e Barbisan (2013) apresentam uma formulação que nos parece ser uma resposta bastante plausível às questões anteriormente colocadas:

O *Curso de linguística geral*, de Saussure, talvez seja o grande clássico da Linguística moderna [...] criou um novo objeto para a linguística, a *langue*, e suas teses sobre a língua como uma instituição social, sobre a arbitrariedade do signo, sobre as análises sincrônica e diacrônica, etc. transformaram o fazer dos linguistas e alteraram a Linguística; atualmente, repetimos certas teses do mestre genebrino, como, por exemplo, de que na língua só há diferenças, sem querer saber que ele foi seu primeiro formulador. (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2013, p. 7, itálicos dos autores).

Respondidos⁷ os questionamentos sobre o porquê de ainda se ler Saussure, perguntamo-nos: por que ainda ler Benveniste? É mais uma vez a Flores a quem recorreremos para responder a essa pergunta: “É tempo de reler Benveniste. É mesmo necessário que a linguística volte a se surpreender com a fineza de um raciocínio que vai se fazendo na medida em que é exposto” (FLORES, 2013,

⁷ Por certo, estamos ignorando todas as outras muitas razões que poderiam responder a esses questionamentos satisfatoriamente. Há inúmeros outros motivos pelos quais Saussure, uma mente extremamente original e inquieta, torna-se objeto de “retornos”. Esta obra, nos capítulos que compõem a primeira parte sobretudo, põe o leitor em contato com os mais diversos pontos da teorização saussuriana

p. 191), pois “muito há para ser entendido [...] a partir do que os manuscritos trazem se tomados em relação com o que se conhece dos *Problemas...*” (FLORES, 2013, p. 192). A resposta de Flores é autoexplicativa e dispensa comentários.

Nessa lógica, gostaríamos ainda de destacar o encontro “Saussure-Benveniste”⁸. Tratar desse encontro, obviamente, não é um feito inédito. Tal encontro é destacado em especial por Normand (2012), em um texto que tem por título exatamente “Saussure-Benveniste”.

Nesse texto, a autora elenca cinco tipos de discursos que relacionam os nomes de Saussure e de Benveniste, a saber, a) o discurso da filiação, transmissão, da escola: Saussure *genuit* Benveniste; b) o discurso da novidade: Benveniste libertou os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana; c) o discurso da comparação (ou, em sua variante *démodé*, da “influência”): Saussure forneceu os princípios, os temas e o método; Benveniste aplicou-o em análises concretas, que transformaram (ou simplesmente enriqueceram) de modo radical as descrições comparatistas; (NORMAND, 2012, p. 197); d) o discurso sobre a relação com a interdisciplinaridade; e) o discurso sobre a relação com a instituição universitária (NORMAND, 2012, p. 198).

Em relação ao primeiro discurso, o papel de Benveniste seria o de “transmitir” Saussure, dar continuidade à sua doutrina, desenvolvendo-a por meio de novas propostas. O segundo discurso estaria ligado à criação de uma nova linguística, que desse conta daquilo que Saussure teria deixado de fora de sua linguística, “enfim, uma Linguística diferente” (NORMAND, 2012, p. 197). O terceiro discurso trata da influência de Saussure sobre Benveniste: aquele dita o método, este o aplica. No que toca a interdisciplinaridade, quarto discurso, Benveniste, por meio de uma “Semiologia geral”, teria tirado a linguística de seu isolamento ao dialogar com filósofos, sociólogos e psicanalistas, o

⁸ Essa expressão faz clara referência ao texto de Normand (2012), sobre o qual passamos a nos debruçar a partir daqui.

que não teria feito Saussure. Finalmente, o quinto discurso, aquele da notoriedade acadêmica, da solidão intelectual e, até mesmo, da descoberta ou não dos manuscritos inéditos, marcaria a relação entre esses dois linguistas.

Diante desses discursos, alguns deles já “proferidos violentamente”, Normand opta por um caminho diferente. A linguista prefere falar de encontros, o que, inclusive, justifica o título de seu texto “Saussure-Benveniste”, em que o hífen não expressa separação, mas justaposição numa “ordem neutra da cronologia” (NORMAND, 2012, p. 197).

Essa é também a nossa escolha. Como o leitor perceberá, a obra está dividida em duas partes. A primeira, seguindo uma “ordem neutra da cronologia”, apresenta textos sobre diferentes temas relacionados à teorização saussuriana. Já a segunda parte reúne textos que tratam da teoria da linguagem de Benveniste em suas mais diversas perspectivas. A separação em duas partes se dá apenas por uma questão didática. Não queremos, com isso, demarcar divergências excepcionais entre os autores, mas, ao contrário, assinalar “encontros”, “referências”, “presenças”. Daí a presença dos dois linguistas neste livro. Como diria Normand:

Mais do que de referências, tratar-se-á de presenças: ambos se impuseram e se impõem ainda hoje por quem se interessa por linguagem. Cada um deles [Saussure e Benveniste] mais do que revelar, levou os outros a pressentirem que algo essencial estava em jogo ali naquilo que continua sem ser consensualmente nomeado: língua, discurso, comunicação... Eles nos despertaram do sono dogmático, levantando questões que, não obstante suas tentativas e todas aquelas posteriores, não estão encerradas (NORMAND, 2012, p. 198).

É nessa perspectiva do “encontro” epistemológico – mesmo entendendo com Normand (2009) e com Flores (2017) que Benveniste, ao partir de Saussure, chega a outro lugar – que apresentamos ao público esta coletânea, a qual conta com dez capítulos que revisam, discutem, ampliam os pensamentos de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste, assim como

expõem abordagens inéditas sobre temas relacionados às teorias da linguagem desses autores.

No primeiro capítulo da primeira parte, **Eliane Silveira**, da Universidade Federal de Uberlândia, apresenta uma reflexão sobre o lugar que Saussure dá ao linguista em sua obra. Por meio da análise de um *corpus saussuriano*, a autora conclui que é possível encontrar, na produção de Saussure, uma preocupação recorrente com a natureza do linguista e com sua atividade.

No capítulo 2, **Luiza Milano**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elabora uma reflexão muito interessante sobre *As mulheres e a linguística saussuriana*. Da constatação de que, dentre os ouvintes dos cursos de Saussure que deram origem à edição do *Curso de linguística geral*, havia apenas uma mulher, Marguerite Sechehaye, Milano busca resgatar os principais nomes das contribuições de autoria feminina no campo da linguística saussuriana.

No capítulo 3, **Stefania Montes Henriques**, da Universidade do Estado de Minas Gerais, analisa os manuscritos saussurianos sobre lendas germânicas, considerando três conceitos principais: a *semiologia*, a *história* e a *diacronia*. A autora destaca, a partir de suas análises, a importância teórica das narrativas orais – as lendas – no domínio da linguística de base saussuriana.

No capítulo 4, **Micaela Pafume Coelho**, da Universidade Federal de Uberlândia, analisa o “Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes”, com o objetivo de estabelecer uma compreensão das características da noção de *sistema* nesse único livro publicado por Saussure em vida. O texto da autora conclui que, no “Mémoire”, o mestre genebrino não se restringiu à metodologia comparatista habitual de análise das línguas, uma vez que a noção de *sistema* ali presente contribuiu para que o linguista rompesse com esse método de estudo tradicional.

No capítulo 5 dessa primeira parte, **Jomson Teixeira da Silva Filho**, da Universidade Federal de Alagoas, objetiva examinar a hipótese segundo a qual a linguística saussuriana é uma ciência de matriz epistêmica galileana, conforme defende Bouquet (2000 [1997]). O autor assume, com Milner (2012 [1978]), que Saussure

não funda uma nova ciência linguística, mas dá continuidade à ciência da gramática comparada, que encerra todos os critérios que possibilitam caracterizá-la como uma ciência galileana.

Na segunda parte, destinada aos capítulos sobre Benveniste, **Valdir do Nascimento Flores**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, brinda-nos, no capítulo 6, com uma interessante discussão sobre *A ética do linguista*, em que esboça uma avaliação dos termos pelos quais o linguista pode pensar em uma ética de sua prática, por meio da análise das notas manuscritas de Benveniste intituladas “A axiologia da linguagem”.

No capítulo 7, **Núbia Rabelo Bakker Faria**, da Universidade Federal de Alagoas, discute a “significação” em Benveniste, a partir da confrontação entre os textos *Natureza do signo linguístico* (1939) e *A forma e o sentido na linguagem* (1967). A autora destaca os usos contrastantes do termo “significação” empregado no primeiro texto a partir de uma semântica não linguística. No segundo texto, a pesquisadora ressalta o uso do termo “significação” por meio da referência à reflexão linguística benvenistiana, reflexão esta que estabelece duas maneiras de ser da língua: a língua como semiótica e a língua como semântica.

No capítulo 8, **Giovane Fernandes Oliveira**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, investiga a noção de *conversão* na teoria da linguagem de Émile Benveniste. Sua hipótese de leitura é a de que tal noção comparece, nessa teoria, em duas abordagens: uma vinculada à teorização benvenistiana sobre a enunciação e outra, à sua teorização sobre a semiologia, hipótese esta confirmada pelo exame do *corpus* de pesquisa estabelecido pelo autor nesse interessantíssimo estudo.

No capítulo 9, de **Daiane Neumann**, da Universidade Federal de Pelotas, encontramos uma reflexão acerca da abertura do pensamento benvenistiano em direção a uma poética do discurso. O texto discute duas temáticas transversais à obra de Benveniste: a subjetividade e a discursividade. A autora conclui que a discussão a propósito de *Baudelaire*, desde o ponto de vista

da poética do discurso, é uma das aberturas possíveis da teoria da linguagem de Benveniste.

Por último, no capítulo 10, **Fábio Aresi**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realiza uma leitura de textos de Benveniste baseada na hipótese de que a problemática da relação entre língua e sociedade se apresenta, direta ou indiretamente, nos diferentes eixos de investigação do linguista. O estudo de Aresi sustenta que há a possibilidade de se conceber a relação língua-sociedade como uma nova perspectiva teórica para os estudos linguísticos filiados ao pensamento benvenistiano.

Como se pode perceber, este livro traz uma gama de diferentes aspectos relacionados aos pensamentos teóricos de Saussure e de Benveniste, abrindo a possibilidade para que se amplie a problemática em torno das teorias da linguagem que dizem respeito a esses dois autores tão importantes para a linguista moderna.

Esperamos que esta obra possa contribuir, no campo editorial brasileiro, com os estudos sobre Saussure e Benveniste, servindo aos pesquisadores que se interessam por questões da linguagem relacionadas aos pensamentos desses linguistas, como fontes de contato e inspiração teórica.

Gostaria de agradecer a cada autor(a)/pesquisador(a)/professor(a) que contribuiu com suas pesquisas e seus textos para que esta coletânea viesse a público. Com certeza, a comunidade acadêmica recebe agora o resultado de profundas reflexões desses pesquisadores(as) que têm se dedicado, em solo brasileiro, à fortuna saussuriana e à fortuna benvenistiana.

Referências

ARRIVÉ, M. Préface. *Linx* (Émile Benveniste. Vingt ans après), Nanterre, n. 9, p. 15-21, 1997.

BARTHES, R. Por que gosto de Benveniste. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a, p. 207-213. <https://doi.org/10.2307/j.ctt5vjk9q.13>

BÉDOURET-LARRABURU; S; LAPLANTINE, C. Vers une poétique générale. Bédouret-Larraburu, Sandrine; Laplantine, Chloé. **Emile Benveniste: vers une poétique générale**, PUPPA, 2015, p. 13-24. Linguiste et littérature II. hal-02047340.

BENVENISTE, É. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005, p. 34-49.

BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. 1.ed. São Paulo: Cultrix, 2000 [1997].

CRUZ, M. A. “Por que (não) ler o Curso de linguística geral depois de um século? In: FARACO, C. **O efeito Saussure: cem anos do Curso de linguística geral**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 25-48.

DE MAURO, T. Introduction. In: SAUSSURE. Ferdinand. **Cours de Linguistique Générale - Édition critique préparé par Tulio de Mauro**. Paris: Payot, 1967.

DESSONS, G. Émile Benveniste: **l’invention du discours**. Éditions in Press : Paris, 2006.

DESSONS, G. La place du poème dans la théorie du discours. In : MARTIN, Serge (Org.). **Émile Benveniste – Pour Vivre langage**. Mont-de-Laval : L’Atelier du Grand Tétrás, 2019, p. 71-81.

DESSONS, G. La langue est-elle encore un système sémiotique ? Notes sur les Dernières leçons d’Émile Benveniste. **Revista Linguagem & Ensino**. Pelotas, v. 23, n. 3, JUL-SET, 2020.

- FARACO, C. A. Apresentação. In: FARACO, C. A. (Org.). **O efeito Saussure: cem anos do Curso de linguística geral**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 7-24.
- FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Orgs). **Saussure: a invenção da Linguística**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FLORES, V. do N. Por que gosto de Benveniste? **Revista Desenredo**, v. 1, n. 2, 13 ago. 2009.
- FLORES, V. do N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FLORES, V. do N. O que há para ultrapassar na noção saussuriana de signo? De Saussure a Benveniste. **Revista Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 1005-1026, 2017.
- MILNER, J-C. **O amor da língua**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 [1978].
- NORMAND, C. **Saussure**. 1.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- NORMAND, C. Saussure-Benveniste. In: CLAUDINE, N. **Convite à linguística**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 197-204.
- ROSARIO. H. **Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.
- SALUM, I. N. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 1.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SAUSSURE, F. de. **Escritos de Linguística Geral**. 1.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

PRIMEIRA PARTE:
FERDINAND DE SAUSSURE



CAPÍTULO 1

SAUSSURE E O LINGUISTA

Eliane Silveira

Resumo: A produção de Ferdinand de Saussure (1857-1913) é alvo de investigação científica contínua há mais de um século em função das teorias linguísticas que ela expõe. Contudo, nos perguntamos se, ao renovar os estudos da linguagem dando lugar a uma ciência no sentido moderno do termo, a produção do genebrino também não teria renovado o lugar do linguista. Assim, debruçamo-nos em alguns lugares da sua produção com o intuito de investigar o lugar que Saussure dá ao linguista em sua obra. Em função da grande extensão da sua produção, buscamos índices da elaboração de Saussure sobre a posição do linguista na sua obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, no manuscrito *Essência Dupla da Linguagem e Souvenirs*, além da sua epistolografia. Trabalhamos com dados primários dos manuscritos citados e secundários dos demais. Todas as fontes foram examinadas com o objetivo de responder à questão da presença ou não de uma preocupação de Saussure com a formação do linguista e não de uma análise exaustiva dos documentos, que são longos e complexos. O exame nos mostrou que, apesar de não haver seções específicas com esse tema, é possível surpreender na produção de Saussure uma preocupação recorrente com a natureza do linguista e com sua atividade. Tal descoberta inaugura uma linha de investigação profícua sobre o campo aberto pela produção saussuriana na linguística e nas outras ciências que se valem do conhecimento sobre a língua.

Palavras-chave: Linguista. Linguística. Língua.

Introdução

Ferdinand de Saussure (1857-1913) é referência obrigatória nas discussões teóricas em qualquer campo que faça referência à linguagem. Não se trata de mera obrigação acadêmica. Ele é aclamado como fundador da Linguística Moderna e o precursor de uma corrente, o Estruturalismo, que dá sustentação teórica a outras ciências e áreas de estudo e pesquisa. O seu trabalho iniciou-se em meados do século XIX e colheu reconhecimento, mas também oposição, além de desfraldar uma polêmica em torno da sua produção: manuscritos *versus* publicação.

O interesse de Saussure pelo funcionamento da linguagem data da sua adolescência e mantém-se até a sua morte prematura. A sua escrita sobre o tema também. Pode-se, no entanto, dividir cronologicamente essa escrita em quatro períodos. O primeiro até a sua ida para Leipzig (1875), o segundo durante a sua estada na Alemanha (1876-1880), o terceiro no período em que esteve em Paris (1881-1891) e o último após o seu retorno à Genebra, em 1891. A sua reflexão originou publicações de sua própria pena ou de alunos a partir de suas aulas. Compreende-se, portanto, o quão extensa é a sua produção e também diversificada, já que versava sobre os conceitos da linguística, mas também sobre inúmeros estudos das lendas germânicas, das poesias greco-latinas, política, dentre outros temas. Essa produção cobre quase meio século de escrita e representa a extensa gama de interesses desse intelectual do século XIX, em diferentes momentos da sua vida e da história, resultando em milhares de páginas.

Essa conjuntura instala um ambiente de discussão sobre a sua fortuna que, por vezes, é inflamada e atravessa mais de um século, oscilando de acordo com as diversas recepções da obra do genebrino, mas acaba por encobrir um aspecto digno de pesquisa e reflexão na sua obra: trata-se da maneira como um falante constituiu-se em um linguista, qual é a sua formação e quais são as suas funções diante do objeto específico delimitado pela Linguística

Moderna, ou ainda, nas suas palavras, “mostrar ao linguista isso que ele faz” (SAUSSURE *apud* BENVENISTE, 1991, p. 40).

Considerando que Saussure instaura uma nova maneira de fazer linguística, é também de se supor que aí se inaugura uma configuração específica do próprio linguista. Tal é a questão que nos fazemos e que sustenta este trabalho: Saussure se interessava especificamente pela formação do linguista?¹

Sabemos que existe a formação institucional de um linguista e ela muda de tempos em tempos, é definida por fatores históricos, políticos e econômicos e, por isso mesmo, não é homogênea em todos os lugares. Essa formação implica aquilo que podemos chamar de fatores particulares. Ainda se pode supor que alguns fatores singulares, ligados à experiência de cada sujeito, podem ser relevantes para a constituição de um linguista, além, claro, de um fator notório que podemos chamar de universal: o linguista é antes de tudo um ser de linguagem. Assim, mais especificamente, neste trabalho, propomo-nos a investigar a frequência com que Ferdinand Mongin de Saussure alude a figura do linguista, propriamente dito, e de que forma ele se refere àquele que lidará com o objeto delimitado para os estudos da linguagem na passagem do século XIX para o XX.

A obra de Saussure não é dedicada ao tema da constituição, formação ou função do linguista, mas ao objeto da linguística; não obstante, é possível que ele se detenha no tema, seja nos seus manuscritos, nas obras publicadas ou na epistolografia. Assim, essas menções precisarão ser minuciosamente garimpadas na sua produção. A fim de responder à questão-título deste trabalho e também à potência da reflexão aqui proposta, apresentaremos a seguir alguns lugares, da fortuna saussuriana, em manuscritos,

¹ A questão sobre a formação do linguista na produção de Saussure foi proposta por mim, enquanto líder do GP_FdS - Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (CNPq), e trabalhada pelo conjunto dos pesquisadores do grupo durante as reuniões internacionais de trabalho ao longo de 2021.

em publicações e na epistolografia, dos quais se pode depreender o estatuto do linguista para Saussure.

Em virtude da quantidade, da amplitude e da profundidade da produção saussuriana, nós nos deteremos na produção relativa ao período após o seu retorno à Genebra, destacando de todos os seus manuscritos, publicações e epistolografia apenas os fragmentos que podem nos dar alguma indicação sobre a questão da formação do linguista. Tal recorte cronológico se justifica em função de esse período caracterizar um intervalo de tempo marcado pela maturidade teórica de Saussure, exposta no livro póstumo *Curso de Linguística Geral*, ao qual se credita a fundação da Linguística Moderna. Ainda assim, trazemos, para este trabalho, apenas alguns índices dessa preocupação de Saussure com a formação do linguista, pois um trabalho de maior monta carece de maior espaço.

O Curso de Linguística Geral

Das publicações que levam o nome de Saussure, certamente a mais importante é o livro *Curso de Linguística Geral*², elaborado a partir das anotações dos três cursos ministrados por Saussure entre 1907 e 1911, em Genebra, sobre os quais o mestre confessa:

Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudantes que não são linguistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (*apud* CLG, p. XII).

Em primeira pessoa, esse é um testemunho bastante conhecido, tendo sido colhido por L. Galtier e publicado por Godel, De Mauro e também por Salum, no prefácio à edição brasileira. Aborda o impasse que antecede a organização dos cursos. Trata-se de um linguista que, diante de um tema, que

² Doravante, CLG.

envolve intrincada rede de conceitos, cujo emaranhado ele ainda não decifrou, não vê respostas definitivas a sua frente. Em contrapartida, na posição de professor, deve expor a matéria aos alunos, os quais, por outro lado, não são linguistas e serão avaliados pela compreensão do exposto. Esse impasse revela que Saussure faz uma distinção entre ele, o linguista, e os demais, alunos não linguistas; é esse sinal distintivo de um linguista que nos interessa neste trabalho. O que é um linguista para Ferdinand de Saussure, afinal? A quantidade superior de saber e a certeza perante o conhecido não parecem caracterizar um linguista nessa preocupação de Saussure. Ao contrário, ele parece aproximar esse traço de distinção do linguista ao reconhecimento da complexidade que envolve o seu objeto de trabalho e às dúvidas que daí podem advir.

No entanto, no decorrer dos capítulos do próprio CLG, o linguista é muitas vezes mencionado e nos parece que lá as afirmações diferem bastante desta. O tom confessional desaparece por completo. Vejamos uma sequência de enunciados referindo-se ao linguista no CLG:

[...] a tarefa do linguista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. (p. 24)

[...] o linguista deve também examinar as relações recíprocas entre a língua literária e a língua corrente. (p. 30)

O linguista está obrigado a conhecer o maior número possível delas para tirar, por observação e comparação, o que nelas exista de universal. [...] (p. 33)

A única realidade que interessa ao **linguista** é esse sistema. Os signos gráficos constituem apenas a imagem cuja exatidão cumpre determinar. (p. 44)³.

Inicialmente, pode-se observar que o linguista é referido em terceira pessoa e o imperativo prevalece, ou seja, há uma mudança significativa na forma de enunciar quando comparamos com a primeira asserção aqui apresentada. Essa diferença incide

³ Todos os destaques nas citações do CLG são iniciativas nossas a fim de dar ênfase à presença do tema deste projeto no *corpus* escolhido e favorecer o percurso do nosso leitor.

sobre a concepção de linguista de Saussure. O que motiva tal diversidade de posição? Um lapso de tempo entre as afirmações; o interlocutor; a edição das suas aulas... É preciso investigar.

Resta-nos, portanto, perguntar se essa mudança corresponde a um movimento de elaboração do próprio Saussure em aula ou corresponde a uma decisão editorial. Essa é uma informação que apenas as edições críticas podem nos fornecer para que alcancemos uma resposta mais precisa. O papel das edições críticas é fundamental nesse processo de investigação porque sabemos, a partir de Benveniste (1991, p. 87), que “O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”; assim, conhecer o interlocutor em questão, o das aulas ou o do livro, pode definir o sujeito da enunciação. São interlocutores de Saussure ou dos editores? Cabe lembrar que o intuito deste trabalho é investigar a concepção de Saussure sobre o linguista, e essa resposta pode ser um dado pertinente no conjunto das observações sobre a questão.

É preciso atentar e explorar os outros momentos em que, no CLG, recolhe-se um testemunho da percepção de Saussure sobre o estatuto do linguista.

Mais adiante, ele irá asseverar que

É ao **linguista** que tal distinção [sincronia e diacronia] se impõe mais imperiosamente” (p. 95).

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o **linguista** que queira compreender esse estado deve fazer tabula rasa de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. (p. 97).

Esses fragmentos estão no capítulo “A linguística estática e a linguística evolutiva” e neles é patente a importância dada ao lugar do linguista numa relação recíproca com a própria teoria linguística. Um está sob o efeito do outro. Uma determinada

posição de linguista faria outra teoria, certo aspecto da teoria implica certa posição do linguista.

Em outro momento, ainda se pode apreender clara menção ao linguista, que se lê em um capítulo do CLG sobre a língua, qual seja: “Se este [o linguista] se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam” (p. 106). Ora, se colocar em uma perspectiva é adotar um ponto de vista e aqui, explicitamente, o do linguista, que, portanto, assume a função que é anunciada no capítulo III do CLG “O objeto da linguística”: “o ponto de vista cria o objeto” (p. 15). Mas seria mesmo o ponto de vista do linguista unicamente ou, então, o do falante em geral? Um exame mais amplo do CLG nos dará mais elementos para essa resposta. O fundamental é que, como salienta Normand, “Por esta proposição, que curiosamente, com frequência parece escandalosa, Saussure convidava seus contemporâneos a se por a questão que precisamente eles evitavam: vocês sabem o que fazem e do que falam?” (NORMAND, 2000, p. 31, tradução nossa). Essa proposição, “escandalosa”, precisa de exame, mas também de articulação com as outras asserções de Saussure a respeito do estatuto do linguista, que, embora distinto do falante em geral, não o exclui.

Outro fragmento que se destaca se encontra na crítica aos linguistas do seu tempo, quando ele discute o que se espera do linguista nessa nova perspectiva proposta por ele:

Tudo que se refira à língua enquanto sistema exige, a nosso ver, que a abordemos desse ponto de vista, de que pouco cuidam os **linguistas**: a limitação do arbitrário. É a melhor base possível. (p. 153).

Uma investigação mais refinada dessa afirmação, presente no capítulo VI do CLG, “Mecanismo da língua”, bem como das suas implicações teóricas, nos permitirá, por exemplo, compreender a que tipo de linguista suas críticas se dirigem, quais são as demandas de Saussure e sua teorização por um novo tipo de linguista, já que as suas elaborações engendrarão uma nova

linguística⁴. Esse tipo de referência ao linguista no CLG não é isolado, comparando também em outros documentos de Saussure; tal é o caso de alguns dos seus manuscritos sobre linguística, como veremos a seguir.

Os manuscritos

Atualmente, são conhecidas mais de trinta mil folhas manuscritas por Saussure⁵, mas, se começarmos por duas folhas do último manuscrito seu que foi descoberto na estufa da casa de campo da família, em 1996 – *Essência Dupla da Linguagem* (EDL) –, escrito, provavelmente, em 1891, lá iremos nos deparar com algumas semelhanças entre o manuscrito e algumas das suas preocupações sobre o lugar do linguista exibido no CLG. Vejam em que como segue:

⁴ As demais asserções presentes no CLG não serão contempladas neste trabalho por limitações de espaço e escopo, devendo ser objeto de trabalho específico a partir das edições críticas.

⁵ O conjunto desses manuscritos faz parte da fortuna teórica de Ferdinand de Saussure e constitui importante acervo de pesquisa; a maioria se encontra na Biblioteca Pública de Genebra, mas também há material na Biblioteca de Harvard e outras bibliotecas acolhem material de Saussure que estava no acervo de outros intelectuais, como cartas, por exemplo.

1/ 2 a ①
 En cherchant où pourrait être le plus intelligemment le principe premier et dernier de cette dualité incessante qui frappe jusque dans la réalisation même qu'on peut donner le dilemme paragon =
 - l'ité d'une prononciation, toujours suscep-
 - tible en dehors de fausses réalisations de deux réalisations rationnelles, et de revenir 2 formules d'opinions, nous croyons absolument différents, nous croyons qu'il faudra en arriver bien à revenir toujours à la question de ce qui constitue une identité linguistique.
 4 de par l'essence du langage.
 A l'instar de ce qui se voit que l'identité linguistique est constituée par l'union de deux et double, selon l'un ou le prend dans le temps ou dans un temps donné; -
 Une identité linguistique a cela d'absolument particulier qu'elle implique l'association de deux éléments hétérogènes. Si l'on nous invitait à fixer l'espèce chimique d'une plaque de fer, d'or, de cuivre, d'un plat, et ensuite l'espèce zoologique d'un

2/ 2 a ②
 cheval, d'un boeuf, d'un mouton à seraient sans fautes faites et subspécifiques; - mais si l'on nous est fait à fixer quelle espèce? L'espèce représente une plaque de fer attachée à un cheval, une plaque d'or mise sur un boeuf, ou d'un mouton portant un plat d'or. Nous nous révélerions en réalisant la tâche absurde. Cette tâche absurde est précisément celle dont laquelle il faut que le linguiste compense que l'acte d'oublier et des l'abord placé. Il n'est d'y échapper, si l'on nous permette l'expression, ~~en partant de la pente, c'est à dire en classant~~ ~~indéfiniment~~ c'est à dire en classant les idées pour voir ensuite les formes; - ou au contraire les formes pour voir ensuite les idées; et dans les deux cas il mégarait ce qui est la première étape de constater l'objet formel de son étude et de ses descriptions, à savoir le point d'union des 2 domaines.
 existe

(Folhas 8 e 9 Archive 372 bis)

Ao procurar onde poderia estar, verdadeiramente, o princípio primeiro e último dessa dualidade incessante que abala até a redação que se pode dar de termos o mais ínfimo parágrafo de uma gramática, sempre suscetíveis, salvo redações equivocadas ~~de duas redações racionais~~ de receber duas fórmulas legítimas e ~~xxx~~ absolutamente diferentes distintas, acreditamos que será necessário no último voltar ainda a questão de saber isso que constitui pela essência linguagem uma identidade linguística. No instante em que se percebe que a identidade linguística é constituída pela união de dois é dupla, caso a tomemos no tempo, ou em um tempo dado;

Uma identidade linguística tem de absolutamente particular implicar a associação de dois elementos heterogêneos. Se nos pedissem para determinar a espécie química de uma barra de ferro, de ouro, de cobre, de um lado e, em seguida, a espécie zoológica de um cavalo, de um boi de um carneiro, essas seriam duas tarefas fáceis a ~~emprender~~; - mas se nos convidassem a determinar que 'espécie' representa o ~~xxxx~~ bizarro de uma barra de ferro presa a um cavalo, de uma barra de ouro em cima de um boi ou de um carneiro portando um enfeite de cobre, nós ficaríamos espantados achando a tarefa absurda. É precisamente a tarefa ~~Essa tarefa absurda é precisamente~~ **Essa tarefa absurda é precisamente** diante da qual é necessário que o linguista entenda que está imediatamente e desde o início colocado. Ele tenta escapar, que nos seja permitida uma expressão, ~~xxxx~~ muito justa neste

caso, escapando pela tangente, isto é classificando como lhe parece lógico, as ideias, para olhar em seguida as formas, ou, ao contrário, as formas para considerar em seguida as ideias; e nos dois casos, ele ignora o que ~~é o primeiro objeto de~~ constitui o objeto formal do seu estudo e das suas classificações, a saber exclusivamente o ponto de junção dos 2 domínios. (SAUSSURE, EDL, folhas 7 a 9, grifo nosso)⁶.

Essas folhas são bastante representativas do entusiasmo de Saussure em mostrar ao linguista o que ele faz e que espécie de objeto é a língua em geral. Essas duas coisas estão interligadas, sendo justamente quando algum aspecto teórico não é priorizado pelo linguista que a sua conduta é destacada por Saussure como falha. Ou seja, se algumas teorizações apresentam elementos novos a serem considerados nesse objeto teórico, a posição do linguista também precisa ser renovada. Eis a crítica de Saussure aos linguistas contemporâneos seus e que se recolhe em muitos lugares da sua escrita. Essa crítica pode oferecer elementos valiosos para entender como a fundação da linguística moderna arrasta consigo também a emergência de uma nova proposta de linguista.

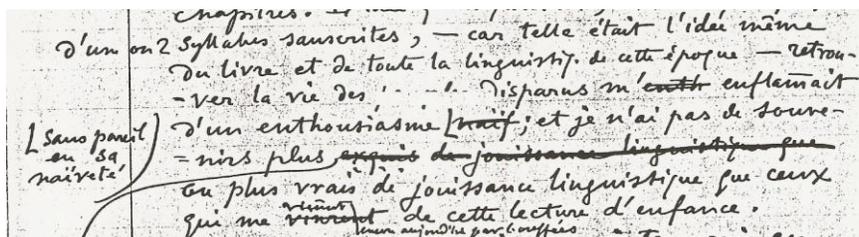
É importante notar que a renovação do objeto da linguística e a formação do linguista estão interligadas. É possível detectarmos, nesse fragmento, uma crítica aos linguistas do seu tempo, que escapam pela tangente justamente porque não reconhecem a especificidade do objeto que o deixa tão surpreso que ele mesmo caracteriza de absurda a tarefa do linguista, mas dela ele não pode escapar.

Mostramos, abaixo, um manuscrito, que se refere a um caderno que contém um detalhado e emocionado relato do linguista sobre a sua vida acadêmica. Em função do caráter biográfico exposto nesse manuscrito, é possível afirmar que ele foi muito valioso para o próprio Saussure, mas também para os seus exegetas. O manuscrito foi publicado meio século mais tarde com o título de *Récit autobiographique de sa jeunesse et de ses études*, mas circula entre os estudiosos da fortuna saussuriana com a alcunha

⁶ Os manuscritos aqui expostos foram adquiridos por mim, junto à Biblioteca de Pública de Genebra, e seus fragmentos serão apresentados traduzidos, em uma transcrição diplomática linear.

poética de *Souvenirs*. Foi escrito em 1903 e é conhecido desde a década de 50 do século passado, estando agora arquivado na Biblioteca Pública de Genebra⁷. Observemos como nele o estatuto do linguista toma outras formas.

Saussure, ao compor o seu memorial, lembra-se da leitura que fez do livro de Adolphe Pictet, *Origines indo-européennes*:



[...] - pois tal era a ideia mesmo do livro e de toda a linguística da época - descobrir a vida dos povos desaparecidos, me ~~xxx~~ inflamava. Um entusiasmo ~~ingénue~~ incomparável em sua ingenuidade; e não tenho lembranças mais deliciosas de prazer linguístico que mais verdadeiras de prazer linguístico do que aquelas que me ~~vieram~~ ainda hoje me vêm dos sopros dessa leitura de infância (Saussure, folha 5).

Dez anos antes da sua morte, Saussure rememora a leitura desse livro, que foi escrito pelo amigo da família, em 1950. É digna de marca essa recordação que lhe diz alguma coisa sobre a sua formação, sobre o que ele mesmo já realizou nessa mesma área, enfim, sobre o linguista que se tornou. Mas algumas experiências familiares parecem ter contribuído para esse desfecho também.

O fragmento seguinte, destacado por nós, é muito instigante porque são algumas lembranças pueris da sua infância com o avô materno, que chegam a Saussure quando ele se pergunta sobre os fatores que concorreram para ele se transformar em um certo tipo de linguista:

⁷ Ele foi editado, transcrito e publicado por Robert Godel em 1960, no *Cahier Ferdinand de Saussure*, com o título *Souvenirs de F. de Saussure concernant sa jeunesse et ses études*.

l'œuvre saillante! Il est vrai de dire que je trouvais en même temps ~~un autre~~ ^{un autre} aliment à mes goûts linguistiques par la bibliothèque de mon gd-père maternel, le C^{te} Alex. , et aussi par ses conversations, car il était un amateur d'éminent^{es} recherches ethnologiques et étymologiques, ~~de~~ ^{de} ~~reste~~ sans méthode, mais plein d'idées, — comme pour son autre passion, la construction des yachts sur un principe mathématique: il n'a pas trouvé le principe, ~~mais sa conception en construisant~~ ses yachts, mais l'idée n'avait pas ~~pas~~ ^{pas} été émise de construire un bateau sur de ~~de~~ ^{de} ~~conceptions~~ ^{conceptions} n'était pas émise encore.

Avec les yachts qu'il a lancés sur le Léman, non en amour.

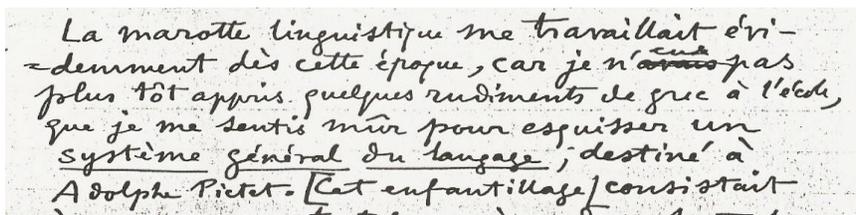
ainsi) c'était un esprit juste par la direction des recherches

É verdade dizer que encontrei ao mesmo tempo ~~um~~ outro alimento para meus gostos linguísticos na biblioteca do meu avô materno, o Cte. Alex. , e também por suas conversas, pois ele era um eminente amador de pesquisas etnológicas e etimológicas, ~~de~~ ^{de} ~~resto~~ sem método, mas cheio de ideias - quanto a sua outra paixão, a construção de iates sobre um princípio matemático: ele ~~não~~-nunca encontrou o princípio, ~~mas sua~~ ^{mas sua} ~~concepção na construção~~ ^{concepção na construção} ~~seus iates~~, com os iates que ele lançou no Lemane, para sua diversão, mas a ideia não tinha sido proposta de construir um barco com base nesse raciocínio não tinha sido proposta ainda. Por isso era um espírito propício à condução de pesquisas. (folha 6).

Esse excerto das memórias de Saussure nos fornece alguns elementos para pensarmos a constituição, propriamente, do linguista a partir também da sua constituição como sujeito. A lembrança do seu avô enquanto pesquisador, amador como ele mesmo diz, seja na área da etimologia ou ainda de construções náuticas, o que é digno de ser sublinhado é o seu respeito pelas novas hipóteses, aquelas que ainda não haviam sido feitas. Segundo ele, é esse que deve ser o espírito de um pesquisador. Vemos que esse dado oferece outras nuances sobre o estatuto do linguista, se esse for um pesquisador, encontrado no CLG.

A sequência do manuscrito é ainda mais generosa nesse aspecto. Saussure busca elementos que justifiquem o seu precoce interesse pela linguística. Por volta dos 15 anos, sem nenhuma formação específica,

ele já se dirige ao trabalho de escrita com um tema da linguística da época e, em torno do seu cinquentenário, reflete:



La marotte linguistique me travaillait évi-
demment dès cette époque, car je n'^{avais} pas
plus tôt appris quelques rudiments de grec à l'école,
que je me sentis mûr pour esquisser un
système général du langage; destiné à
Adolphe Pictet. [Cet enfantillage] consistait

A paixão desmedida [pela] linguística tomava conta de mim, evidentemente, desde esta época, porque eu ainda não tinha aprendido nenhum rudimento de grego na escola, mas senti-me maduro para esboçar um sistema geral de linguagem, destinado à Adolphe Pictet. (folha 6).

É evidente, para quem conhece o trabalho de Saussure, que chama a atenção o termo *sistema* presente nesse escrito destinado à Pictet, tão precocemente⁸. Contudo, fundamental para a nossa reflexão, nessas linhas de Saussure, é a paixão com a qual ele se refere à linguística. O motor do seu trabalho inicial é o fascínio e não o conhecimento. Ao retomar esse aspecto da sua relação com a área a que dedicou toda a sua vida, ele, certamente, não menospreza o conhecimento, mas dá destaque ao entusiasmo que sempre o moveu, inclusive em direção ao conhecimento⁹.

O livro *O amor da língua* ([1987] 2012), de J.-C. Milner, apresenta uma hipótese interessante para este estudo. O autor destaca a possibilidade de Saussure não só ter nos legado os fundamentos de uma ciência, mas também, nas suas palavras, “[...] um modo de ser que era, até então, inédito”. É possível que questões como a que anima este trabalho nos tragam indícios para discutirmos essa hipótese. Esses dois manuscritos são

⁸ *Essai pour réduire les mots du grec, du latin e de l'allemand à un petit nombre de racines* é o nome do texto de Saussure que se encontra arquivado na Biblioteca de Harvard e foi editado, transcrito e publicado por Boyd Davis no *Cahiers Ferdinand de Saussure*, em 1978, p. 73-101.

⁹ Em “O retrato do linguista quando jovem”, esse manuscrito é tratado de maneira mais aprofundada. Ver Silveira (2020).

representativos da força que esse material produzido a partir de 1891 tem para discutir o estatuto do linguista em Saussure, além do CLG, mas a sua epistolografia não pode ser menosprezada e, nesse caso, a diversidade de material que compõe o *corpus* favorece a discussão, como veremos a seguir.

A epistolografia

A publicação em 1964, no renomado *Cahiers Ferdinand de Saussure*, das cartas de Saussure à Meillet¹⁰ consolida as epístolas de Saussure como lugar fundamental da sua fortuna teórica. Benveniste, responsável pela catalogação, edição e transcrição desse material, já na sua conferência *Saussure após meio século*¹¹, em 1963, refere-se a uma dessas cartas, que, agora, sem sombra de dúvidas, é a mais conhecida e citada epístola de Saussure. Trata-se da carta em que o genebrino confessa, em 1894, a sua epistolofobia, que, malgrado o tenha impedido de redigir tanto quanto queria, ainda assim não o impediu de escrever muito. Ele demonstra grande entusiasmo no trabalho, mas sente que a linguística do seu tempo, feita pelos seus contemporâneos, não lhe fornece os elementos necessários para progredir no seu campo:

Estou muito desgostoso com tudo isso e com a dificuldade que há, em geral, para escrever dez linhas quando se tem senso comum em fatos de linguagem. Preocupado sobretudo, há muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação dos aspectos sob os quais tratamos, vejo cada vez mais, também, a imensidade do trabalho que seria necessário para mostrar ao linguista o que ele faz. (*apud* BENVENISTE, 1991 [1964], p. 40).

Quando Saussure menciona o que ainda não foi feito na linguística e o que é necessário que se faça, ele está aludindo,

¹⁰ Antoine Meillet (1866-1936), linguista francês, foi aluno de Saussure na *École des Hautes Études* e transformou-se em um dos maiores interlocutores de Saussure, especialmente após o seu retorno à Genebra.

¹¹ Publicada em 1966, no célebre livro *Problemas de Linguística Geral*, traduzido para várias línguas e também para o português, na década de 1980.

indiretamente, à função do linguista. Além disso, essa carta é plena de referências à constituição, formação do linguista, seja quando ele narra o seu próprio processo de trabalho, seja quando faz uma crítica histórica ou quando, explicitamente, enuncia o lugar que o linguista deveria ocupar, sempre ao mesmo tempo em que discute o objeto da linguística. Esse procedimento de Saussure, na escrita da carta à Meillet, leva Benveniste a concluir que, nesse caso, “A primeira tarefa consiste em mostrar ao linguista ‘o que ele faz’, a que operações preliminares se entrega inconscientemente quando aborda os dados linguísticos” (1991 [1966], p. 41). Essa carta, portanto, merece um trabalho mais detalhado no que diz respeito ao estatuto do linguista suposto por Saussure nesse seu trabalho que resultou na fundação da Linguística Moderna.

Saussure, 15 anos depois, em 1910, na carta a Havet¹², alega, em tom de confissão, que: “É verdadeiramente espantoso sentir esses trinta anos de silêncio atrás de mim”. Sabendo que Saussure ministrou muitos cursos e deixou milhares de folhas escritas, quando ele fala em “silêncio”, é possível levantar a hipótese segundo a qual ele está se referindo a algo que supõe necessário a um linguista, mas que ele não fez. Seria publicar, como muitos dos seus exegetas supõem? É uma resposta plausível, apesar de Saussure ter publicado muitos artigos nesse período; talvez, então, seja necessário investigar um pouco mais e também problematizar a publicação em si, como uma forma de romper o silêncio. Quiçá ele se refira a algum tipo específico de publicação, algo que fosse esperado por Saussure do linguista que ele se propõe a ser. Examinar essa questão detalhadamente pode contribuir para entender o estatuto do linguista em Saussure.

Além de Meillet e Havet, na França, Saussure tinha, dentre seus interlocutores, alguns dos maiores pensadores dos estudos da linguagem do século XIX, em diversos países. Na Alemanha,

¹² Louis Havet (1849-1925), linguista francês, professor da *Collège de France* e interlocutor assíduo de Saussure.

Karl Brugmann, arauto do movimento neogramático; na Rússia, Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929), precursor dos estudos fonológicos modernos; nos Estados Unidos, William Dwight Whithney (1827-1894), o primeiro presidente da Associação Americana de Filologia, e também o seu conterrâneo Max Van Berchem (1863-1921), orientalista e precursor dos estudos da epigrafia árabe. Além disso, há missivas que não foram respondidas, como a que ele enviou ao poeta italiano Giovanni Pascoli, e também cartas escritas, inacabadas e não enviadas, como aquela em que justifica a sua dificuldade em escrever o obituário de Whitney em função das divergências teóricas.

Assim, o conjunto de cartas escrito por Saussure e conhecido até hoje nos permite acompanhar, de certa forma, alguns aspectos do percurso saussuriano de um modo muito particular, já que as informações são muito variadas, inclusive em uma mesma carta. Esse material viabiliza, muitas vezes, uma abordagem historiográfica, certamente, mas também uma epistemológica e, sem dúvida, biográfica. São elementos importantes para muitas pesquisas sobre o processo de elaboração de Saussure, já que nem sempre os seus manuscritos ou publicações disponibilizam esse tipo de informação de caráter mais íntimo que, de fato, uma carta pode oferecer.

Conclusão

A produção de Saussure é bastante extensa e, para um estudioso da linguagem do século XXI, por vezes incompreensível, já que nos coloca frente a temas excluídos através da grande especialização pela qual passou os estudos da linguagem no último século. Assim, quando nos perguntamos o que Saussure postula a respeito do linguista propriamente dito abre um campo de interrogações ainda maior visto que a questão sobre o campo próprio ao linguista não é mais o mesmo do aquele conhecido pelo linguista genebrino.

Contudo, é justamente o fato de não ser mais o mesmo que justifica essa investigação, teria ele deixado bases explícitas do linguista do século XX e o efeito da sua teoria teria sido tão grande que teria ofuscado esse postulado? Ao colocarmos em destaque essa hipótese, que não é totalmente desconhecida de outros estudiosos da produção saussuriana, lembro aqui a título de índice Benveniste (1964); Normand(2009) e Flores(2013), procuramos sustentá-la a partir de produções do genebrino que são clássicas, mas também das que ficam a margem do conhecimento do linguista em geral. Tal procedimento nos permitiu evidenciar a pertinência da investigação assim como a produtividade da discussão no campo dos estudos da linguagem, embora ainda haja muito a ser feito para amadurecer a reflexão.

O que mostramos até aqui nos permite concluir, com outros pesquisadores da área, que

O grande conjunto de manuscritos de Saussure, quase trinta mil folhas entre as bibliotecas de Genebra e Harvard, nos coloca o desafio de estabelecer uma relação entre eles. De fato, é incontornável a observação de que os seus manuscritos não podem ser isolados uns dos outros, eles formam uma intrincada cadeia nas elaborações do genebrino. (Silveira, 2014:27)

Assim, o exame que nos propusemos a realizar neste momento, a saber: como o próprio Saussure concebeu o estatuto do linguista, nos mostrou que os índices desse estatuto estão presentes em muitas das suas diferentes produções e podem aparecer sob a forma de lembranças da sua formação, críticas a outros linguistas ou mesmo consequências da elaboração de alguma teoria. Além disso, não raro, aparecem referências indiretas e eventualmente referências diretas, ou seja, embora o status do linguista não seja um tema específico das elaborações de Ferdinand de Saussure ele não é negligenciado, é bastante recorrente e merece atenção, apesar de ter passado relativamente despercebido dos pesquisadores da produção saussuriana.

Referências

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 1991[1966].

_____. Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet. In: **Cahier Ferdinand de Saussure**, v. 21, n. 1, p. 91-125. Genève: Droz, 1964.

FLORES, V.N. 'Mostrar ao linguista o que ele faz'. In: FIORIN, J.L, FLORES, V.N. & BARBISAN, L.B.(orgs). **Saussure - A invenção da Linguística** - 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 71-86.

MILNER, J. C. **O amor da Língua**. Editora da UNICAMP. 2012.

NORMAND, C. **Convite à Linguística**. Org. Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. São Paulo: Contexto, 2009.

SAUSSURE. F. (1967). **Cours de Linguistique Générale: Édition critique préparée par DE MAURO, Tullio**. Paris: Payot, 1974.

_____. (1916). **Curso de Linguística Geral**. Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. (1891). 'De l'essence double du langage'. In : 'Archives de Ferdinand de Saussure', 372: 'Les Manuscrits'. Bibliothèque de Genève, 1891.

_____. **Notes écrites en vue d'un article sur W. D. Whitney**. 'Papiers Ferdinand de Saussure': 3951-10. Bibliothèque de Genève, 1891.

_____. **Récit Autobiographique de sa jeunesse et de ses études**: 3957-1. Bibliothèque de Genève, 1903.

_____. Souvenirs de F. de Saussure concernant sa jeunesse et ses études. **Cahiers Ferdinand de Saussure – CFS**. v. 17, Genève: Librairie E. Droz, 1960, p. 12-25.

SILVEIRA, E. O intervalo teórico de Saussure em fins do século XIX. In: **Revista Matruga**, v. 21, n. 34. p. 26-36. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matruga/article/view/17504>> . Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Retrato do linguista quando jovem. In: **Revista Todas as Letras**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-11, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/13488>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CAPÍTULO 2

AS MULHERES E A LINGUÍSTICA SAUSSURIANA

Luiza Milano

Resumo: Este texto surgiu a partir da constatação de que, dentre *os alunos* presentes às três edições do curso de linguística geral ministrado por Ferdinand de Saussure entre os anos de 1907-1911, na Universidade de Genebra, havia apenas *uma mulher*: Marguerite Secheyay. Na pista das anotações dos cadernos de aula dessa aluna, pode-se seguir a trilha de muitas outras mulheres que se dedicaram ao estudo e à pesquisa do legado desse autor. Nesse sentido, o capítulo busca resgatar os principais nomes das contribuições de autoria feminina no campo da linguística saussuriana.

Palavras-chave: Autoria feminina. Herança saussuriana. Linguística saussuriana.

A ideia deste escrito surgiu a partir da constatação de que, dentre os *alunos* presentes às três edições do curso de linguística geral ministrado por Ferdinand de Saussure entre os anos de 1907-1911, na Universidade de Genebra, havia *uma mulher*. Uma única mulher, Madame Secheyay. O fato de essa jovem senhora ser sempre apontada pelo sobrenome do marido, que, não por acaso, viria a se tornar um dos editores da obra póstuma *Curso de linguística geral*, apaziguou para mim, por muito tempo e de forma inquestionada, a pertinência de sua presença nas aulas do terceiro curso do ilustre professor genebrino. No entanto, após alguns anos em que venho estudando Saussure e seus qualificados intérpretes, ao me dedicar com mais atenção à edição crítica do *Curso de linguística geral* de Rudolf Engler, retornou à minha mente uma curiosidade: “o que teria ouvido cada um dos alunos de Saussure?”. Talvez por suspeitar que Madame Marguerite Secheyay não estivesse apenas anotando as lições por conta de notícias de alcova, resolvi me informar um pouco mais sobre a presença dessa mulher em um momento tão importante da história da linguística. Esse texto, então, é fruto de uma primeira investigação que fiz acerca do tema, mas é também um reconhecimento às mulheres que se puseram a ouvir e a pensar sobre o funcionamento da linguagem e, ainda, uma homenagem àquelas com quem muito aprendi sobre linguística, principalmente na vertente saussuriana.

Minha curiosidade é enorme e as informações, surpreendentemente, são muitas. Ao disparar uma primeira consulta aos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, tradicional publicação do *Cercle Ferdinand de Saussure*, inúmeras foram as pesquisadoras mulheres que encontrei no campo da linguística saussuriana¹. Portanto, o presente capítulo contará apenas com um primeiro recorte realizado através dessa busca. As demais informações coletadas certamente serão fruto de pesquisas e publicações

¹ Agradeço à bolsista de Iniciação Científica (IC-CNPq) Victória Barbosa pelo precioso auxílio na investigação junto aos *Cahiers Ferdinand de Saussure*. Como se pode acompanhar, em consulta ao site do *Cercle Ferdinand de Saussure* (<https://www.cercleferdinanddesaussure.org/>), as edições de número 1 a 60 estão disponíveis *on-line* (<https://www.cercleferdinanddesaussure.org/les-cahiers-ferdinand-de-saussure/>).

futuras. Assim sendo, neste capítulo, apresentarei um apanhado de meu rastreio inicial, tendo como fonte principal de pesquisa, além dos *Cahiers Ferdinand de Saussure* (números 1 a 60) e da edição crítica de Rudolf Engler do *Curso de linguística geral*, alguns cotejos com informações presentes na tradução brasileira do *Curso de linguística geral* (CLG)², na obra *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure* de Robert Godel, na edição crítica do *Curso de linguística geral* organizada por Tullio De Mauro e na edição de *La collation Sechehaye du 'cours linguistique générale' de Ferdinand de Saussure* organizada por Estanislao Sofia.

O capítulo, então, inicia com uma breve contextualização biográfica de Marguerite Sechehaye e destaca alguns recortes de seus registros das aulas de Ferdinand de Saussure. Em seguida, sob efeito da inspiração dessa instigante aluna, parto para meu início de análise do contingente de pesquisadoras que se dedicaram aos estudos do pensamento de Saussure. Tenho consciência de que o material que reuni no presente escrito alterna recortes teóricos e memória afetiva. Falar das mulheres com quem aprendi sobre a linguística saussuriana representa uma pequena fração de um momento – ao mesmo tempo pessoal e coletivo – de rever e deslocar alguns silenciamentos.

Marguerite Sechehaye, uma ouvinte privilegiada

Conforme se pode ver em acesso virtual à Biblioteca de Genebra³, há uma série de documentos pessoais, clínicos e acadêmicos que mostram a gama heterogênea de interesses da jovem Marguerite Andrée Burdet (1887-1964). Ela estudou inicialmente linguística, justamente no último curso sobre Linguística Geral oferecido por Ferdinand de Saussure; era uma jovem de vinte e três

² Neste capítulo, ao me referir à obra póstuma de Ferdinand de Saussure, utilizarei alternadamente o nome completo do livro, *Curso de linguística geral*, e sua conhecida sigla, CLG.

³ <https://archives.bge-geneve.ch/>.

anos de idade nessa ocasião e era já casada com Albert Sechehaye havia quatro anos. Mais tarde, foi estudar psicologia com Edouard Claparède, fundador do recém-criado Instituto Jean-Jacques Rousseau, também ligado à Universidade de Genebra. Claparède, por sua vez, era o primo mais novo de Théodore Flournoy, o psicólogo que convidou Saussure para analisar a intrigante língua falada pela médium Hélène Smith em sessões de espiritismo. Ou seja, como se pode ver, as questões de linguagem e mente acompanharam a trajetória dessa jovem mulher.

Nos idos de 1927-1928, Marguerite Sechehaye tornou-se amiga e colega do filho mais novo de Saussure, Raymond de Saussure, com quem teve uma breve experiência de tratamento psicanalítico. Depois disso, participou junto com Raymond, na década de 1930, da consolidação da psicanálise na Suíça. É nesse contexto que se tornou precursora da abordagem psicanalítica das esquizofrenias, tendo ensinado e publicado nessa área. Conforme aponta Rivera (2009, p. 114), sua proposta de abordagem da esquizofrenia era ancorada na suposição de uma sustentação simbólica, como se pode ver em suas publicações mais conhecidas: *La réalisation symbolique* (1947), *Journal d'une schizophrène* (1950) e *Introduction à une psychothérapie des schizophrènes* (1954).

Uma das limitações para se avançar nos estudos sobre essa instigante figura é que, na qualidade de psicóloga e psicanalista, o acesso a seus manuscritos é limitado a fontes que não exponham dados de anotações relativas a seus pacientes. De qualquer forma, para a presente reflexão, o que interessa particularmente são as suas anotações como aluna de Saussure, e essas, felizmente, são passíveis de consulta.

A partir do catálogo da Biblioteca de Genebra (BGE - Cours. Univ. 846⁴), tem-se conhecimento das anotações de Mme.

⁴ Conforme site da BGE (<https://archives.bge-geneve.ch/>):

Cours univ. 846

Intitulé : Saussure, Ferdinand de. Cours de linguistique générale. Notes prises par Marguerite Sechehaye-Burdet

Date(s) : 1910-1911

Importance matérielle et support : 4 enveloppes, 97, 97 et 4 feuillets.

Sechehaye que estão entre as fontes utilizadas, primeiramente, na tese de Robert Godel, *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure* [1957] (GODEL, 1969), depois na edição crítica do *Cours de Linguistique Générale* organizada por Rudolf Engler [1968-1974] (SAUSSURE, 1989) e, mais recentemente, na edição da *Collation Sechehaye du 'cours linguistique générale'* organizada por Estanislao Sofia (2015).

No presente capítulo, conforme apontei acima, buscarei nas fontes citadas (principalmente em SAUSSURE, 1989) recortes de anotações de Marguerite Sechehaye para ilustrar a forma de apreensão do ensino do mestre genebrino pela jovem aprendiz. Obviamente, esse apanhado não será exaustivo, visto que desejo também apresentar a seguir, ainda que brevemente, um pouco da contribuição de outras mulheres implicadas na interpretação do legado saussuriano.

Segundo Godel (1969, p. 15), entre o material que serviu de fonte de elaboração do *Curso de linguística geral*, havia um fichário contendo 140 páginas de anotações de Marguerite Sechehaye relativo à terceira edição do curso (1910-1911). Essa informação é reiterada por Engler no prefácio de sua na edição crítica do CLG (SAUSSURE, 1989, p. XI). Sofia (2015) aponta que o primeiro esboço do CLG começou a ser elaborado meses após a morte de Saussure e contou com apoio dos registros nos cadernos de Georges Dégallier, Francis Joseph e Marguerite Sechehaye referentes ao último curso ministrado por Saussure (de outubro de 1910 a julho de 1911).

Sem dúvidas, dentre as fontes por mim pesquisadas, a publicação de Engler é a que dá maior visibilidade às anotações feitas por Marguerite Sechehaye, visto que a decisão editorial de Engler permite um caráter comparativo/contrastivo entre a versão de Charles Bally e Albert Sechehaye, as notas de vários alunos presentes às três edições dos cursos e, ainda, as anotações do

próprio Ferdinand de Saussure. Vejamos a seguir alguns recortes dos interessantes registros de Marguerite Sechehaye⁵.

Sobre a questão da delimitação do campo da linguística e do apontamento de suas relações com as demais ciências conexas, temática que aparece no capítulo II da Introdução do CLG, pode-se ler seu registro:

S 1.2

¹¹⁰C) On voit mieux les contacts multiplex de **la linguistique avec d'autres sciences, rapports** souvent très profonds : il faut préciser ces rapports. La linguistique devra prêter son concours à d'autres sciences ou s'éclairer par elles. Quelle est donc la frontière du fait linguistique ? (SAUSSURE, 1989, p. 21, grifos no original⁶).

Nesse curto excerto se pode observar que, além da preocupação com um olhar para o diálogo disciplinar também presente no texto do CLG, há não só uma reflexão sobre os limites e possibilidades da integração disciplinar (como se pode constatar em “é necessário precisar essas relações”), como ainda uma pergunta sobre a fronteira do *fato linguístico*. Essa anotação da jovem aluna parece muito preciosa, já que, além de convidar ao diálogo entre diferentes campos que se ocupam da linguagem, mobiliza a especificidade de cada olhar sobre o fenômeno a ser considerado.

No que diz respeito a como recortar a abordagem específica do curso em questão, temática apresentada no capítulo III da Introdução do CLG – *O objeto da linguística* – Marguerite Sechehaye anota tal qual seus colegas Dégallier, Joseph e Constantin:

⁵ Embora para este escrito eu tenha pesquisado e pareado diferentes fontes (GODEL, 1969; SAUSSURE, 1989; SOFIA, 2015), em contraste com a tradução brasileira do CLG, optei por apresentar aqui apenas recortes extraídos da edição crítica de Rudolf Engler (SAUSSURE, 1989) para fins de melhor ilustração das anotações de Marguerite Sechehaye.

⁶ Conforme explicado em seu prefácio, Engler (SAUSSURE, 1989, p. X) utiliza o recurso do negrito nas passagens em que há correspondências formais entre o CLG e as fontes autográficas.

S 1.5

¹²²Division générale:

Les langues

La langue

Exercice et facultés du langage chez les individus. (SAUSSURE, 1989, p. 24).

Na apresentação do terceiro curso, portanto, vê-se que o mestre propôs uma abordagem tripartite que não necessariamente remete a uma recorrente interpretação binária de seu legado. O plano do curso partiria, como se pode depreender do registro acima, das línguas para a língua (*langue*) e, finalmente, para o exercício e faculdade da linguagem nos indivíduos – ou seja, havia uma previsão de enfoque aos estudos no âmbito da fala (*parole*).

Essa última questão, que comparece de forma não idêntica, mas similar, nas anotações de Dégallier, Joseph e Constantin, vai tomar a seguinte forma no caderno de Marguerite Secheyay:

S 2.6

²⁴⁶ [Parole:] Active et individuelle.

²⁴⁷ 1º Usage des facultés en général en vue du langage : phonation, etc.

2º Usage individuel du code de langue selon la pensée individuelle.
(SAUSSURE, 1989, p. 42)

Logo após essa tentativa de delimitação da noção de *parole*, encontra-se outra importante consideração acerca da escolha terminológica em questão:

S 2.6

²⁴⁹ *Sprache* = «langue» et «langage».

Rede = «discours» et «parole».

Sermo = «langue» et «parole».

Lingua = «langue».

²⁵⁰ Aucun terme ne correspond exactement. (SAUSSURE, 1989, p. 42, aspas e itálico no original, sublinhado meu).

Esse alerta acerca da não sobreposição de termos/conceitos nos diferentes idiomas (“*sprache*” e “*rede*”, em alemão; “*sermo*” e “*lingua*”, em latim) encontra-se registrado tal e qual no texto

do CLG, conforme se pode conferir no capítulo III da Introdução:

Cumprir notar que definimos as coisas e não os termos; as distinções estabelecidas nada têm a recear, portanto, de certos termos ambíguos, que não têm correspondência entre duas línguas. Assim, em alemão, *Sprache* quer dizer “língua” e “linguagem”; *Rede* corresponde aproximadamente a “palavra”, mas acrescentando-lhe o sentido especial de “discurso”. Em latim, *sermo* significa antes “linguagem” e “fala”, enquanto *lingua* significa a língua, e assim por diante. Nenhum termo corresponde exatamente a uma das noções fixadas acima; eis porque toda definição a propósito de um termo é vã; é um mau método partir dos termos para definir as coisas. (SAUSSURE, 1974, p. 22, aspas e itálico no original, sublinhado meu).

No entanto, o que chama especial atenção nessa passagem é que a frase destacada no interior do parágrafo no corpo da obra póstuma⁷ não foi anotada pelos demais alunos: apenas Marguerite Secheyaye registrou esse detalhe. Aliás, a anotação, quase exatamente como consta em seu caderno, migra para a edição de Bally e Secheyaye, conforme destaquei acima e se pode constatar na edição comparativa do CLG organizada por Rudolf Engler (SAUSSURE, 1989, p. 42).

Ainda a respeito desse importante ponto anotado pela atenta Marguerite Secheyaye, cabe conferir uma extensa nota redigida por Tullio De Mauro que aponta a preocupação de Saussure com os conceitos referentes ao trio de termos *langue-parole-langage* e suas possíveis (ou polêmicas) traduções. Nessa nota detalhada e extremamente rica em informações, De Mauro analisa esse trio terminológico e suas possíveis traduções em árabe, egípcio, grego, latim, alemão, inglês, espanhol, holandês, húngaro, italiano, polonês, russo e sueco (cf. SAUSSURE, 2005, p. 423). Infelizmente, não consta ali uma análise dos termos correspondentes em português⁸.

⁷ No original: “Aucun mot ne correspond exactement à l’une des notions précisée plus haut” (SAUSSURE, 2005, p. 31).

⁸ Ribeiro (2019) e Stawinski (2020) contribuem para essa reflexão ao introduzirem, em seus estudos, a discussão sobre a tradução dos termos *langue* e *parole* como “língua” e “fala” em português.

A seguir, apresento mais uma anotação singular de Marguerite Sechehaye que nos permite acompanhar a riqueza de detalhes de seus cadernos. Dessa vez, o tema da aula é o signo linguístico:

S 1.18

¹¹¹⁶Le *signifiant* – le *signifié*
(auditif) (conceptuel)

Crée le signe. (SAUSSURE, 1989, p. 151, itálico no original, sublinhado meu).

O significante é auditivo, o significado, conceitual, exatamente as substituições lexicais sugeridas pelo mestre e anotadas pelos alunos. Os registros da atenta aluna, no entanto, deixam escapar um flagrante de testemunho do “nascimento” da nova terminologia proposta por Saussure em aula: “criado o signo”!

Foram encontros sutis como esse, com passagens preciosas dos cadernos de Marguerite Sechehaye, que moveram o desejo de escrita deste capítulo. Porém, além dessa privilegiada aluna, houve uma série de outras mulheres que se seguiram a ela. Vejamos, então, uma amostra (ainda que não exaustiva, deve-se frisar) das mulheres que se puseram a estudar e pesquisar linguística a partir do legado de Saussure.

No rastro de Marguerite Sechehaye

Seguindo o rastro de Marguerite Sechehaye, há uma consistente lista de nomes femininos que contribuíram para a reflexão no campo da linguística saussuriana. Mas esse caminho foi sendo trilhado aos poucos, provavelmente acompanhando a inserção das mulheres em atividades e espaços que anteriormente só eram ocupados pelos homens. Com certeza, a inserção das mulheres na ciência em geral e na ciência da linguagem em especial, no decorrer do século XX, foi lenta e gradativa. A título de ilustração, nos *Cahiers Ferdinand de Saussure* (CFS) de 1941 até

os anos 1980, encontrei apenas quatro artigos de autoria feminina (obviamente, trata-se de uma amostra, visto que recorri a apenas uma publicação). Note-se: são apenas quatro artigos ao longo de trinta e nove anos. Entre os anos 1981 e 1990, há um pequeno incremento de participação das mulheres nessa publicação: são nove textos de pesquisadoras nos CFS, o que corresponde à média de um artigo por edição⁹. Já entre os anos de 1991 e 2000, esse número sobe para vinte e sete, ou seja, triplica. Finalmente, levando em consideração o espaço entre 2001 e 2007, encontra-se um incremento ainda maior nas publicações de autoria feminina: são 39 trabalhos publicados em um intervalo de seis anos. Este estudo, mesmo que um tanto restrito em sua abrangência, visivelmente aponta a crescente participação feminina no campo. No entanto, como salientei acima, um levantamento quantitativo não diz muito além do que impressões algébricas podem nos dizer. Mesmo se destacando o aspecto ilustrativo dessa amostra e se considerando o risco de se apontar um levantamento puramente quantitativo, não se pode ficar indiferente a tais dados. Esses dados numéricos, se não chegam a surpreender alguns (embora eu confesse que tenha ficado muito surpresa), ao menos deveriam nos instigar.

Mas é necessário ir além dos números, é necessário dizer algumas palavras sobre as mulheres que vêm estudando e ensinando no campo da linguística saussuriana nessas últimas décadas. E, quando botamos esses números a falar, passamos a ouvir vozes femininas. Quando começamos a estudar mais detalhadamente a interpretação do legado saussuriano, encontramos autoras que ofereceram leituras primorosas, tais como as das francesas Françoise Gadet e Claudine Normand.

Françoise Gadet, que hoje se dedica principalmente a pesquisas no campo da sociolinguística, publicou, na década de 1980, duas obras que são de grande valia para a interpretação das ideias de Saussure. A mais destacada delas, intitulada *Saussure* –

⁹ Os *Cahiers Ferdinand de Saussure* têm publicação anual.

Une science de la langue, é um excelente guia de leitura para quem se inicia nos estudos do mestre genebrino. Gadet (1987) apresenta os principais conceitos saussurianos a partir de uma leitura original que, apesar de extremamente respeitosa ao trabalho editorial de Bally e Sechehaye, não necessariamente obedece a ordem proposta pelo clássico livro. A outra obra que cabe aqui lembrar, um trabalho de 1981 em coautoria com Michel Pêcheux (*La langue introuvable*¹⁰), não é dedicada exclusivamente a Saussure, mas tematiza os principais conceitos do autor, assim como contextualiza epistemologicamente contribuições e limites de seu legado.

Claudine Normand é conhecida dos leitores brasileiros principalmente através de duas obras: *Saussure* e *Convite à linguística*. A primeira obra, publicada originalmente em francês em 2000, recebeu sua tradução para o português em 2009. Trata-se de um livro ao mesmo tempo informativo e instigante, já que reúne considerações de reconhecimento ao clássico CLG e valorização das fontes manuscritas que complementam o estudo da herança do autor. O segundo livro, organizado por Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores, saiu igualmente em 2009 e reúne importantes artigos em que Normand avança na reflexão sobre o mestre genebrino, mas também desloca seus interesses para a fronteira entre a linguística, a psicanálise e a filosofia. Além disso, a obra traz textos sobre um dos importantes herdeiros de Saussure: Émile Benveniste. Sobre a continuação e os limites dessa herança, Normand trata no capítulo “Saussure-Benveniste”, artigo originalmente publicado no *Cahiers Ferdinand de Saussure* número 56, de 2003. Claudine Normand teve também participação fundamental na coordenação, junto com Michel Arrivé, do Colóquio de Cerrisy-la-Salle intitulado “*Saussure aujourd’hui*”, em 1992. Desse evento, resulta a publicação de um número especial

¹⁰ Essa obra recebeu uma tradução em português em 2004 que recebeu o título de “A língua inatingível – o discurso na história da linguística”.

da revista *Linx*¹¹, em 1995. Mas é importante registrar que o interesse nas ideias de Saussure comparece na reflexão de Normand em artigos desde a década de 1970 e em seu primeiro livro, *Métaphore et concept*, publicado em 1976, conforme bem lembra Arrivé (2012), em um belo texto escrito em homenagem à autora. Outra informação que merece destaque é o fato de essa pesquisadora ter sido membro do comitê editorial do *Cercle Ferdinand de Saussure* por muitos anos.

Ao avançarmos um pouco mais, vamos descobrindo outros nomes de grande contribuição para a fortuna crítica das ideias de Saussure, e é nesse percurso que se encontram as contribuições das italianas Maria Pia Marchese (cf. SAUSSURE, 1995; SAUSSURE, 2002) e Marina De Palo (2001; 2010), da colombiana Claudia Mejía Quijano (2008; 2012; 2014), da suíça Claire Forel (2007; 2016) e da francesa Anne-Gaëlle Toutain (2013; 2015). Suas contribuições mereceriam espaço para detalhadas observações, o que não será possível no espaço do presente capítulo. No entanto, de forma geral, pode-se dizer que são trabalhos frutos de anos de pesquisa sobre conceitos e deslocamentos teóricos que renovam o olhar sobre o legado saussuriano, dos manuscritos à biografia do mestre.

As colegas brasileiras também tomaram significativo lugar nessa reflexão, inicialmente através das pesquisas de Claudia de Lemos (na Unicamp), Leci Barbisan (na PUCRS) e Cristina Altman (na USP). Aqui, listo apenas nomes representativos que uma busca inicial apresenta. Obviamente, ligadas ou não aos grupos de pesquisa coordenados por essas autoras, há um conjunto muito maior de pesquisadoras que vêm fazendo um trabalho consistente de exegese do pensamento saussuriano.

Sobre as vozes femininas brasileiras

¹¹ Publicação no campo das ciências da linguagem (*Sciences du langage*) organizada por linguistas da *Université de Paris Nanterre* (ex-Paris X; ex-Paris Ouest Nanterre La Défense).

Claudia De Lemos é a pesquisadora que eu primeiro ouvi falar sobre Saussure no Brasil. O ano era 1990. Eu, recém-formada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Santa Maria, voltei para a cidade de Santa Maria para um congresso da área e fiquei curiosa para assistir a um minicurso sobre aquisição de linguagem (uma das únicas atividades do evento que não se dedicava especificamente aos “distúrbios da comunicação humana”).

Através das reflexões inovadoras de De Lemos, que reuniam linguística e psicanálise para pensar o fenômeno da aquisição de linguagem, acabei conhecendo o grupo de professoras e pesquisadoras da Unicamp. Dentre elas, figuram muitas das bibliografias que acompanharam meu percurso clínico e acadêmico na década de 1990-2000: Maria Fausta Cajahyba Pereira de Castro, Rosa Attié Figueira, Ester Mirian Scarpa, Eleonora Cavalcante Albano, Maria Francisca Lier-DeVitto. É marca no trabalho, na pesquisa e na transmissão dessas pesquisadoras a forte influência do embasamento saussuriano.

Já na década seguinte, ao me dedicar mais detalhadamente ao pensamento saussuriano, conheci as excelentes reflexões de Eliane Mara Silveira¹², Maria Cristina Fernandes Salles Altman, Leci Borges Barbisan, Terezinha Marlene Lopes Teixeira, Mônica Nóbrega e Núbia Rabelo Bakker Faria.

Para esse escrito, minha pesquisa aos *Cahiers Ferdinand de Saussure* do número 1 ao 60 (publicados entre 1941 e 2007) mereceu especial parada na edição 56. Nesse número, publicado em 2003, há um importante artigo de quatro pesquisadoras brasileiras que apresenta sua interpretação da recepção das ideias de Saussure na América Latina (DE LEMOS *et al.*, 2003). Nesse texto-documento, Cláudia De Lemos, acompanhada de Maria Francisca Lier-DeVitto, Lourdes Andrade e Eliane Mara Silveira, afirma que sua interpretação deveria ser entendida como um retorno a Saussure,

¹² Eliane Silveira é coordenadora do grupo de pesquisa Ferdinand de Saussure, vinculado ao CNPq (<http://saussure.com.br/>), e autora de uma importante obra sobre o trabalho com fontes manuscritas saussurianas (SILVEIRA, 2007).

em busca de uma visão da linguagem que pudesse responder às questões empíricas e epistemológicas frutos de seu trabalho sobre aquisição de linguagem e patologia de linguagem. No artigo, além de contextualizar alguns desdobramentos do legado saussuriano no continente, as autoras se mostram particularmente comprometidas em compreender, através do CLG e de distintas fontes publicadas e manuscritas, a ideia de funcionamento da linguagem a partir da lógica saussuriana. A publicação desse artigo é um marco do trabalho de orientação, pesquisa e deslocamento dos princípios da linguística saussuriana nas instituições de ensino superior representadas por elas¹³.

Meu objetivo, através desse rastreio inicial, foi tentar auxiliar em um movimento de escuta dessas vozes femininas que tanto têm contribuído para iluminar leituras de uma herança ao mesmo tempo fidedigna e renovadora das ideias de Ferdinand de Saussure. Acredito que essa consulta exploratória inicial que realizei aponta que há muito o que se ler e aprender com autoras do campo da linguística saussuriana.

Encaminhamentos

É por aqui que me encontro agora, depois de tentar organizar um pouco as ideias a partir desse levantamento que eu, mulher, branca, sul-americana, professora universitária, mãe e pesquisadora, realizei nesse momento de meu percurso sobre o legado de Saussure. Ou seja, aqui me vejo eu, que “só” queria entender um pouquinho mais claramente como *os alunos* ouviram as lições do mestre genebrino e acabei me deparando com os instigantes registros de *uma aluna*.

Vejo que é preciso, nesses movimentos de leitura e releitura da herança saussuriana, tentar entender que um saber é também muitas vezes edificado sobre silenciamentos. Se reivindico uma

¹³ Claudia De Lemos (Unicamp), Eliane Mara Silveira (UFU), Maria Francisca Lier-DeVitto e Lourdes Andrade (PUCSP).

filiação saussuriana, quero poder escutar nela as vozes das mulheres – também filhas, também mestras – que me mostraram que essa inscrição era e é possível. Assim sigo eu, no rastro de mais de um século que pouco conseguiu escutar as vozes femininas que repercutem no campo dos estudos da linguagem, retomando a escuta daquelas que tanto me ensinaram e apostando na perspectiva que uma nova geração de jovens pesquisadoras está trilhando.

Referências

ARRIVÉ, M. Hommage à Claudine Normand. In: **Langages**, n. 185, p. 141-145, 2012.

ARRIVÉ, M; NORMAND, C. Saussure aujourd’hui. In: **Linx**. Revue des linguistes de l’université Paris X Nanterre, n. 7, p. 11-13, 1995.

DE LEMOS, C. *et al.*; Le saussurisme en Amérique latine. In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 56, p. 165-176, 2003.

DE PALO, M. Memoria e significato. Linguistica e psicologia intorno a Saussure. In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 54, p. 165-176, 2001.

_____. Sujet cognitif et sujet linguistique. In: **Histoire Épistémologie Langage**, v. 32, n. 2, p. 37-55, 2010.

FOREL, C. Montrer au maître ce qu’il fait. In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 60, p. 125-138, 2007.

_____. De l’école (de Genève) à l’école : quelle contribution à l’enseignement des langues ? In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 69, p. 85-112, 2016.

GADET, F. **Saussure. Une science de la langue**. Paris: Presses Universitaires France, 1987.

GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elisabeth Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GODEL, R. **Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure**. Genève: Droz, 1969.

NORMAND, C. **Saussure**. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Convite à linguística**. Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan (Orgs.). Tradução de Cristina Birk et al. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Saussure-Benveniste. In: **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 56, p. 125-131, 2003.

RIBEIRO, J. "**A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido**": uma reflexão sobre os neologismos a partir da teoria saussuriana. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/202470>.

RIVERA, F B. M. Séchehaye, una pionera en el estudio psicoanalítico de la esquizofrenia. **Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría**, Madrid, vol. XXIX, n.º 103, pp. 113-133, 2009. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-57352009000100009.

SILVEIRA, E. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007.

QUIJANO, C. **Le cours d'une vie. Portrait diachronique de Ferdinand de Saussure**. Tome 1: Ton fils affectionné. Nantes, França: Editions Cécile Défaul, 2008.

_____. **Le cours d'une vie. Portrait diachronique de Ferdinand de Saussure**. Tome 2: Devenir père. Nantes, França: Editions Cécile Défaul, 2012.

_____. **Ferdinand de Saussure. Une vie en lettres** (1866-1913). Nantes, França: Editions Cécile Défaut, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand De. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique préparée par Tullio De Mauro. Paris : Payot, 2005.

_____. de. **Curso de linguística geral**. Organização por Charles Bally e Albert Sechehaye; colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique par Rudolf Engler, 4 vol., Wiesbaden : O. Harrassowitz 1967-1974 [1989-1990].

_____. **Phonétique**. Il manoscritto di Harvard. Houghton Library, edizione a cura de Maria Pia Marchese, Università degli studi di Firenze. Padoue : Unipress,1995.

_____. **Théorie des sonantes**. Il manoscritto di Ginevra. Bibliothèque Publique de Genève. Edizione a cura de Maria Pia Marchese. BPU: Genève, 2002.

SECHEHAYE, M. B. **La réalisation symbolique**. Berne: Hans Huber, 1947.

_____. **Journal d'une schizophrène**. Paris: Presses Universitaires France, 1950.

_____. **Introduction à une psychothérapie des schizophrènes**. Paris: Presses Universitaires France,1954.

SOFIA, E. **La collation Sechehaye du 'cours linguistique générale' de Ferdinand de Saussure** (1913). Édition, introduction et notes par E. Sofia. Leuven: Peeters, 2015.

STAWINSKI, A. **À escuta da langüe-parole: considerações a partir da teoria saussuriana**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217016>

TOUTAIN, A.-G. Dualité et unité de l'arbitraire saussurien. In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 66, p. 121-135, 2013.

_____. Double articulation et arbitraire du signe : Martinet et Saussure In: **Cahiers Ferdinand De Saussure**, n. 68, p. 75-85, 2015.

CAPÍTULO 3

APONTAMENTOS SOBRE SEMIOLOGIA, HISTÓRIA E DIACRONIA NA MITOGRAFIA SAUSSURIANA

Stefania Montes Henriques

Resumo: Neste capítulo, pretende-se analisar os manuscritos saussurianos sobre lendas germânicas, considerando três conceitos principais: a semiologia, a história e a diacronia. Para tal, utilizamo-nos não só do Curso de Linguística Geral, mas também de outros documentos, tais como o resumo de uma comunicação proferida, em 1904, à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève* e à *Première Conférence à l'Université de Genève* (1894). Com base nas análises efetuadas, pensamos ser possível entrever a potencialidade teórica das narrativas orais para a complementação e/ou elucidação de conceitos pertencentes ao domínio da linguística de base saussuriana.

Palavras-chave: Manuscritos saussurianos. Lendas germânicas. Ferdinand de Saussure. Semiologia. História.

Introdução

Os manuscritos sobre as lendas germânicas estão compreendidos em 18 cadernos e várias folhas avulsas. Esses manuscritos foram doados à Biblioteca de Genebra, em janeiro de 1955, pela família de Ferdinand de Saussure¹, catalogados sob os números Ms. Fr. 3958 e Ms. Fr. 3959 (cf. STAROBINSKI, 1974, p. 9).

Eles foram catalogados, em 1957, por Robert Godel. Ainda de acordo com Starobinski (1974), Saussure se deteve nessa pesquisa entre 1903 e 1910, ou seja, concomitantemente aos cursos de linguística geral ministrados na Universidade De Genebra².

A parcial concomitância entre as pesquisas mitográficas e os cursos de linguística geral nos instiga a questionar a divisão, bastante presente na década de 1970, entre um *Saussure diurno* e um *Saussure noturno*. E isso por dois motivos principais: o primeiro, porque a dedicação ao estudo de lendas e mitos foi algo bastante recorrente no século XIX e, obviamente, sabemos que a formação acadêmica do linguista suíço se deu nesse contexto. Sabe-se, por exemplo, que, em 1904, Saussure ministrou um curso sobre os *Nibelungen* na Universidade de Genebra, substituindo o germanista E. Redard. Nesse mesmo ano ainda, em uma

¹ De acordo com Marchese (2003), os manuscritos saussurianos surgiram em quatro momentos e tiveram fontes diversas: em janeiro de 1955, a família de Saussure doa uma quantidade considerável de manuscritos para a Biblioteca de Genebra; em novembro do mesmo ano, Mme. Bally doa os manuscritos que estavam em posse de Charles Bally; em 1968, os filhos de Ferdinand de Saussure vendem alguns manuscritos, por intermédio de R. Jakobson, para Harvard; e, por fim, em 1996, foram encontrados novos manuscritos na casa de campo de Saussure (cf. MARCHESE, 2003, p. 338).

² É pertinente afirmar que, após o aparecimento desses manuscritos, muitas discussões sobre o estatuto dessa pesquisa saussuriana em relação ao conteúdo do *Curso de Linguística Geral* foram levantadas. Dentre os estudiosos que participaram dessas discussões, podemos citar D'Arco Silva Avelle (1973), Rudolf Engler (1975), Aldo Prosdocimi (1983), Béatrice Turpin (2003), dentre outros. Apesar da importância dessa discussão, ela não será abarcada neste texto, pois extrapola nosso objetivo.

comunicação intitulada *Les Burgondes et la langue burgonde en pays romance*, proferida à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*, Saussure cita essa narrativa como uma das possibilidades de se apreender a história do povo burgúndio. Além disso, alguns estudiosos afirmam que, antes mesmo de 1903, Saussure já se interessava pelas lendas (cf. ARRIVÉ, 2010, p. 99).

Em segundo lugar, pensamos que a lenda é utilizada como um *corpus* e, nesse sentido, os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados em sua análise passam, necessariamente, pela constituição de uma semiologia e pelo estabelecimento de um objeto de estudo da linguística.

Dessa forma, parece-nos um pouco absurdo propor uma divisão teórica entre diurno, que comporta elaborações em linguística e gramática comparada, e noturno, que comportaria as pesquisas sobre anagramas e sobre as lendas germânicas. Assim, esses dois domínios são, a nosso ver, complementares, o que nos insere na perspectiva defendida por Silveira (2007), Testenoire (2019), Coelho (2019), dentre outros.

Partimos, então, do pressuposto de que há uma relação biunívoca entre esses domínios e que, ao tratar das narrativas orais, Saussure se detém também no funcionamento de um sistema semiológico, o que lhe permite pensar tanto na transmissão de fatos históricos através do tempo como no mecanismo por meio do qual essa transmissão se dá. É nesse sentido que pretendemos, neste capítulo, trazer à tona três noções presentes nas elaborações saussurianas e acreditamos merecerem destaque: semiologia, história e diacronia.

Essas noções, encontradas não só nos cursos de linguística geral, mas também em notas autógrafas sobre linguística, também podem ser percebidas nos manuscritos sobre as lendas germânicas. E isso porque, ao se deter nessas narrativas, o interesse inicial de Saussure era estabelecer relação entre personagens históricos e personagens lendários, além de tentar preencher lacunas históricas do povo burgúndio. Além disso, no decorrer de suas análises, o linguista percebe que há uma

mecânica de funcionamento da narrativa oral que incide na transmissão dos fatos históricos, o que lhe indica que a lenda é, tal como a língua, um sistema semiológico.

Nesse sentido, é praticamente inconcebível pensar um sistema de tal natureza sem considerar que ele possa ser abordado do ponto de vista de um estado (sincronicamente) ou do ponto de vista de suas mudanças (diacronicamente).

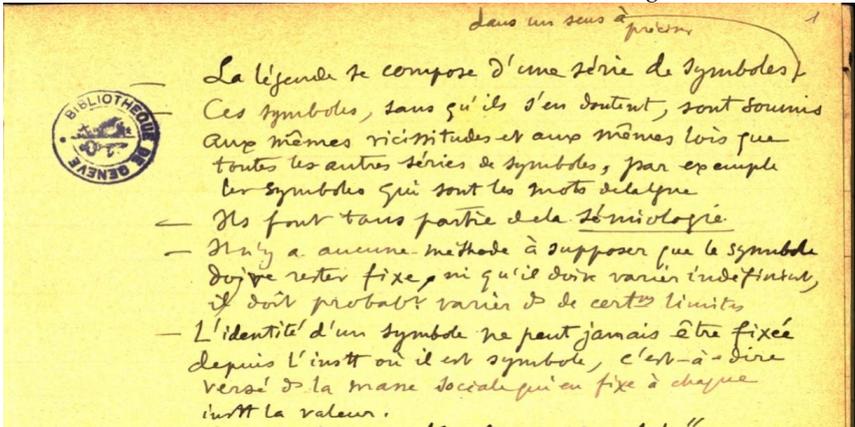
Assim, o desenvolvimento de nossa argumentação gira em torno da potencialidade que entrevemos na pesquisa mitográfica saussuriana, para complementar e/ou elucidar as três noções que compõem o título deste capítulo.

O ponto de vista sincrônico: os símbolos da lenda e a Semiologia

Em nossa introdução, já antecipamos alguns dos apontamentos importantes que nos guiarão nesta análise. O primeiro deles é que a lenda é um sistema de símbolos e, como tal, faz parte da Semiologia. Dentre os vários excertos dos manuscritos saussurianos³ em que essa constatação se faz presente, ressaltamos os seguintes:

³ Os manuscritos utilizados aqui foram adquiridos na Biblioteca de Genebra em dois momentos: em 2012, na época de elaboração de minha pesquisa de mestrado, e em janeiro de 2019, durante a finalização de meu doutoramento, por meio da amiga e pesquisadora Micaela Pafume Coelho, com o apoio do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (GPFdS).

Excerto 1. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

- A lenda é composta de uma série de símbolos <em um sentido a definir>
- esses símbolos, sem que se duvide, estão submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo, os símbolos que são as palavras da língua
- Todos eles fazem parte da semiologia
- Não há nenhum método para supor que o símbolo deve permanecer fixo, nem que ele deve variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites
- a identidade de um símbolo não pode jamais ser fixada depois do instante em que ele é símbolo, ou seja, inserido na massa social que lhe fixa a cada instante o valor.⁴

No *Curso de Linguística Geral*, encontramos que a língua deve ser utilizada como modelo de análise para os demais sistemas

⁴ "La légende se compose d'une série de symboles <dans un sens à préciser> - Ces symboles, sans qu'il s'en doutent, sont soumis aux mêmes vicissitudes et aux mêmes lois que toutes les autres séries de symboles, par exemple les symboles qui sont les mots de la langue - Ils font tous partie de la sémiologie - Il n'y a aucune méthode à supposer que le symbole doive rester fixe, ni qu'il doive varier indéfiniment, il doit probablement varier dans de certaines limites - l'identité d'un symbole ne peut jamais être fixée depuis l'instant où il est symbole, c'est-à-dire versé dans la masse sociale qui en fixe à chaque instant la valeur".

semiológicos. Nesse sentido, a lenda, enquanto pertencente à Semiologia, deve possuir um funcionamento semelhante ao funcionamento linguístico. Isso é evidenciado na citação acima, quando Saussure afirma que os símbolos da lenda “estão submetidos às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo os símbolos que são as palavras da língua”.

Há, obviamente, o estabelecimento de uma relação entre o funcionamento das lendas e da língua, malgrado a oscilação terminológica em que essa relação se baseia⁵. Nesse sentido, podemos afirmar que os símbolos da lenda só podem estar submetidos às mesmas leis que os símbolos da língua se forem arbitrários em algum grau, já que esse é o princípio primeiro da natureza do signo linguístico saussuriano.

Esse caráter arbitrário do símbolo pode ser confirmado pelo fato de que, logo após essa afirmação, Saussure assevera que “todos eles fazem parte da Semiologia”. No *CLG*, o linguista explicita que uma das características dos sistemas semiológicos é ser arbitrário. Segundo ele,

[...] os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; eis por que a língua, o mais completo e difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos; nesse sentido, a Linguística pode erigir-se em padrão de toda a Semiologia, se bem a língua não se configurar senão como um sistema particular. (SAUSSURE, 2012, p. 108).

Assim, pode-se depreender que os símbolos da lenda são arbitrários, entretanto talvez não o sejam no mesmo grau que os símbolos da língua. Fazemos esse adendo em virtude não só das afirmações presentes no *CLG* sobre a limitação do arbitrário – pelos eixos associativo e sintagmático –, como também por algumas formulações presentes na Edição e, até mesmo, em

⁵ Se retomamos o conteúdo do *CLG*, temos que o termo “símbolo” é conceituado como um elemento constituído por uma relação motivada e não arbitrária. Se o signo linguístico é arbitrário, o símbolo possuiria um vínculo natural de associação com aquilo que representa.

outros documentos, como em uma pequena nota sobre os nomes mitológicos, localizada no *Notes pour un article sur Whitney* (1894)⁶.

O que fica evidente, nesse excerto, é justamente a submissão tanto dos símbolos da lenda quanto dos símbolos da língua às mesmas leis e vicissitudes e o seu conseqüente pertencimento à Semiologia. Além disso, seu conteúdo também parece nos dar pistas sobre um dos incômodos que o pesquisador francês Michel Arrivé (2010, p. 103) cita ao lidar com esses documentos: como veremos no decorrer deste capítulo, a língua é mobilizada a todo momento para tratar do funcionamento da lenda, mas o contrário não se dá.

Todavia, Pensamos, ao contrário de Arrivé (2010), que o motivo pelo qual isso acontece não é a não adequação da lenda à semiologia, mas sim o fato de que a língua é o mais completo e difundido sistema semiológico.

Ainda no Excerto 1, Saussure afirma que não há como supor que os símbolos possam permanecer fixos, pois eles, provavelmente, **devem variar em certos limites**. Isso nos remete, de maneira quase automática, à questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo. No *CLG*, o linguista nos diz que “Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos, e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição” (SAUSSURE, 2012, p. 112). Ora, sabemos que as narrativas lendárias, por um lado, foram transmitidas oralmente desde os acontecimentos históricos que as originaram, sem aparato escrito, por aproximadamente sete séculos⁷, o que nos evidencia de que maneira se dá a

⁶ Sobre esse documento, é necessário tecer breves considerações: o *Notes pour un article sur Whitney* é constituído por um caderno de capa preta com 94 folhas, no qual há anotações de naturezas diversas: além do rascunho do artigo sobre o linguista americano, há uma nota sobre a filosofia da guerra sino-japonesa, uma passagem sobre os nomes divinos etc. A nota à qual nos referimos e de que não trataremos neste capítulo, em virtude de espaço e objetivos, pode ser encontrada em SAUSSURE *apud* ENGLER, 1974, p. 25, t. 2.

⁷ Como nos mostra Saussure em seus manuscritos, os Niebelungen teriam sua origem histórica por volta do século 400 d.C., tendo a sua primeira versão escrita apenas por volta de 1200 d.C.

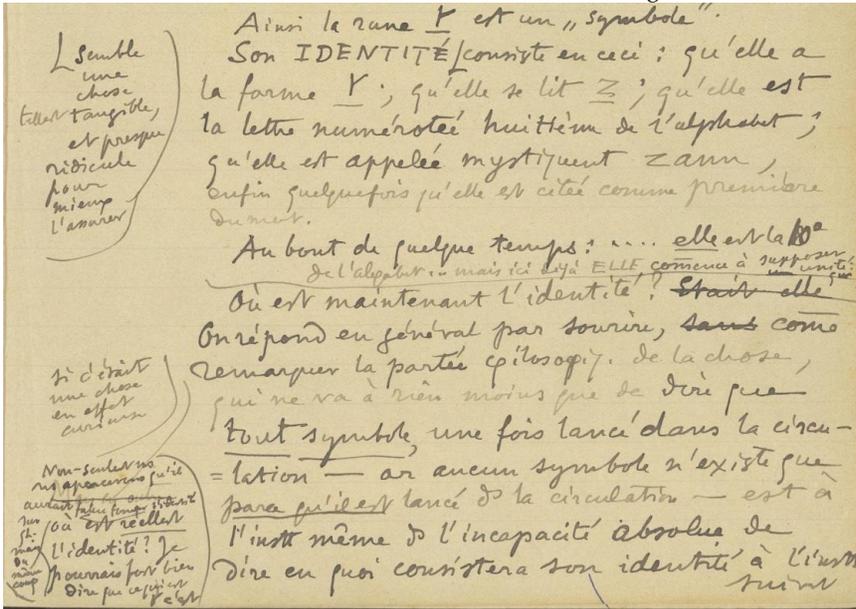
transmissão e a imutabilidade da narrativa. Por outro lado, é justamente o fato de estar ligada à coletividade e inserida no tempo que uma série de transformações pode ocorrer no sistema. Isso nos leva, então, à mutabilidade do signo/símbolo: **ele só se altera porque se continua**. Estamos diante, desse modo, de um funcionamento semiológico, já que a “continuidade do signo no tempo, ligada à alteração no tempo, é um princípio de Semiologia geral; sua confirmação se encontra nos sistemas de escrita, na linguagem dos surdos-mudos etc.” (SAUSSURE, 2012, p. 117).

O último item a ser ressaltado no Excerto 1 coloca a questão da identidade que espereita as considerações de Saussure sobre a língua: não há como estabelecer a identidade a partir do momento em que um símbolo está inserido na massa falante “que lhe fixa a cada instante o valor”. Essa passagem evidencia o quão próximas são as pesquisas sobre as lendas e as pesquisas em linguística. E isso porque, ao definir o conceito de *identidade* no CLG, Saussure afirma que

Cada vez que emprego a palavra *Senhores*, eu lhe renovo a matéria; é um novo ato fônico e um novo ato psicológico. O vínculo entre os dois empregos da mesma palavra não se baseia na identidade material nem na exata semelhança de sentido, mas em elementos que cumprirá investigar e que nos farão chegar bem perto da verdadeira natureza das unidades linguísticas. (SAUSSURE, 2012, p. 155).

Da mesma forma que acontece na língua, os símbolos da lenda estão à mercê da massa falante, que os utiliza por séculos a fio. Na continuação do Manuscrito, Saussure afirma que:

Excerto 2. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

Assim a runa Y é um « símbolo ».

Sua identidade <parece uma coisa tão tangível e quase ridícula, para melhor assegurar> consiste nisso : que ela tem a forma Y ; que ela se lê Z ; que ela é a oitava letra do alfabeto ; que ela é misticamente chamada de zann, enfim que algumas vezes é citada como a primeira da palavra.

Depois de algum tempo : ela é a 10^a

do alfabeto ... mas ela começa a supor uma unidade que [] Onde está agora a identidade ? ~~Estaria ela~~

Respondemos, em geral, com um sorriso, <como se isso fosse na verdade uma coisa curiosa>

<Não somente nós nos percebemos que falhamos em fundar a identidade sob qualquer coisa, mas ao mesmo tempo onde está realmente a identidade? eu poderia fortemente dizer que isso que é <coisa bem incalculável> que seria em vão se nós experimentássemos querer fundá-la sob o que quer que seja, - mesmo sob uma combinação de características.

~~sem~~ observar o lado filosófico da coisa, que não vai dizer nada mais que

todo símbolo, uma vez lançado em circulação – ora, um símbolo só existe porque é lançado em circulação – está no mesmo instante na incapacidade absoluta de dizer em que consistirá a sua identidade no instante seguinte⁸.

No trecho acima, a identidade é negada com maior veemência. A explicação sobre o porquê de ser impossível fundar a identidade é mais elaborada do que no fragmento anterior. Para Prosdocimi (1983), a unidade e a identidade são pontos centrais na teorização saussuriana, não só no que diz respeito às lendas, mas também em relação às suas considerações sobre a língua (PROSDOCIMI, 1983, p. 68). Ademais, o caráter social do símbolo também é defendido, como brevemente dissemos acima: um símbolo só existe a partir do momento em que é colocado em circulação por uma massa falante.

O valor também tem lugar no funcionamento da lenda, o que já é esperado, tendo em vista as afirmações anteriores de que os símbolos da lenda “estão submetidos às mesmas leis que os símbolos da língua”. No trecho a seguir, sua presença é, de certa forma, gritante:

⁸ “Ainsi la rune Y est un « symbole ». Son IDENTITÉ semble une chose tellement tangible, et presque ridicule pour mieux l’assurer consiste en ceci : qu’elle a la forme Y ; qu’elle se lit Z ; qu’elle est la lettre numérotée huitième de l’alphabet ; qu’elle est appelée mystiquement zann, enfin quelquefois qu’elle est citée comme première du mot. Au bout de quelque temps :... elle est la dixième de l’alphabet ... mais ELLE commence à supposer une unité qui [] Où est maintenant l’identité ? On répond en général par sourire, comme si c’était une chose en effet curieuse
Non seulement, nous nous apercevons qu’il aurait fallu fonder l’identité sur quelque chose, mais du même coup où est réellement l’identité ? Je pourrait fort bien dire que ce qui est c’est <chose bien plus incalculable> qu’il aurait été vain si nous l’avions essayé de vouloir la fonder sur quoi que ce soit, - même sur une combinaison de caractères ~~Sans~~ remarquer la portée philosophique de la chose, qui ne va à rien moins que de dire que tout symbole, une fois lancé dans la circulation – or aucun symbole n’existe que parce qu’il est lancé dans la circulation – est à l’instant même dans l’incapacité absolue de dire en quoi consistera son identité à l’instant suivant”.

Excerto 3. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4. Verso da capa.

C'est de cet esprit générale que nous abordons une question de légende quelconque, parce que chacun des personnages est un symbole dont on peut voir varier, - exactement comme pour la rune - a) le nom, b) la position vis-à-vis des autres - c) le caractère d) la fonction, les actes - Si un nom est transposé, il peut s'ensuivre qu'une partie des actes sont transposés, et réciproquement, ou que le drame tout entier change par un accident de ce genre.

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

É nesse espírito geral que nós abordamos uma questão de lenda qualquer, porque cada um dos personagens é um símbolo, do qual pode variar, - exatamente como para a runa - a) o nome, b) a posição face aos outros, c) a característica, d) a função, os atos. Se um nome é transposto, pode se seguir que uma parte dos atos seja transposta, e reciprocamente, ou que o drama todo mude por um acidente desse tipo⁹.

Um símbolo pode sofrer variações a partir da posição que ocupa, dos nomes, da característica e das funções que desempenha na narrativa. Pode-se afirmar, assim, que o símbolo é

⁹ Em tradução e edição nossa do original: "C'est dans cet esprit générale que nous abordons une question de légende quelconque, parce que chacun des personnages est un symbole dont on peut voir varier, - exactement comme pour la rune - a) le nom, b) la position vis-à-vis des autres, c) le caractère, d) la fonction, les actes - Si un nom est transposé peut s'ensuivre qu'une partie des actes sont transposés, et réciproquement, ou que le drame tout entier change par un accident de ce genre".

negativo e seu valor advém da relação que ele estabelece com os outros símbolos da lenda.

Com efeito, a mutabilidade e a imutabilidade do símbolo da lenda e, principalmente, o valor evidenciam, a nosso ver, uma perspectiva sincrônica das lendas germânicas, ou seja, estamos diante de Saussure investigando o funcionamento semiológico de um sistema em um dado momento do tempo. Cabe lembrar, neste ponto, que

[...] nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e vice-versa (SAUSSURE, 2012, p. 156).

Ora, “Onde está agora a identidade?” é praticamente equivalente a dizer que a identidade, tal como poderia ser concebida em outros domínios do conhecimento, não tem lugar na sincronia de um sistema semiológico. O que temos diante de nós é o valor. Mais ainda, no caso da lenda, apesar de sua natureza histórica e marcada no tempo, o seu caráter semiológico lhe coloca diante não só de uma sincronia como também de uma diacronia, como veremos no próximo tópico

O ponto de vista diacrônico: o prazer histórico

Falar de história nas elaborações saussurianas nos remete, automaticamente, à famosa carta enviada por Saussure a Antoine Meillet, em 4 de janeiro de 1894, na qual ele declara o seu “prazer histórico”:

Sem cessar, a absoluta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la e de mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral vem estragar meu prazer histórico, embora eu não tenha nenhum desejo

mais caro do que não precisar ocupar-me da língua em geral. (SAUSSURE *apud* FEHR, 1997, p. 15-16)¹⁰.

Como podemos observar, esse afastamento – ou o estrago – do linguista em relação ao seu prazer histórico não se deu de maneira completa. Isso porque o interesse de Saussure pelas narrativas germânicas possui, em seu cerne, a história do povo burgúndio.

Em uma comunicação proferida à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*, em 15 de dezembro de 1904¹¹, Saussure teria iniciado sua fala dizendo:

Assentados primeiro na bacia do Elba, depois no Wurtemberg atual, os burgúndios, antes de se fixarem em nossas terras, formaram no médio Reno, em torno de Worms, um Estado efêmero, cuja lembrança, embelezada pela poesia, transmitiu-se de geração em geração nas narrativas e canções épicas referentes aos Nibelungen (SAUSSURE, 1922 [1904], p. 606)¹².

A primeira questão a ser colocada em relação a esse trecho diz respeito à menção do povo burgúndio e ao fato de que sua história foi transmitida de geração a geração por meio das narrativas orais. Considerando que há poucos registros históricos desse povo – até porque constituíram um reino efêmero –, a única possibilidade de lhes recuperar um pouco de sua história e, conseqüentemente, de realizar estudos que considerem a recorrência de topônimos de origem burgúndia, na região

¹⁰ “Sans cesse l'ineptie absolue de la terminologie courante, la nécessité de la réforme, et de montrer pour cela quelle espèce d'objet est la langue en général, vient gêner mon plaisir historique, quoique je n'aie pas de plus cher vœu que de n'avoir pas à m'occuper de la langue en général”.

¹¹ É importante ressaltar que nos utilizamos, aqui, do resumo da comunicação proferida por Saussure, que foi redigido por Léopold Gautier e, posteriormente, publicado no *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure* (1929).

¹² “Établis d'abord dans le bassin de l'Elbe, puis dans le Wurtemberg actuel, les Burgondes, avant de se fixer dans nos contrées, avaient formé sur le Rhin moyen, autour de Worms, un État éphémère, dont le souvenir, embelli par la poésie, s'est transmis de génération en génération dans les récits et les chansons épiques relatifs aux *Nibelungen*”.

genebrina, seria por meio de uma análise dessas narrativas e canções épicas. Na continuação desse trecho,

[...] ele [Saussure] procede em uma comparação entre os dados da história e aqueles do poema dos Nibelungen, e admite que a transmissão do poder se exercia seguindo o princípio da hereditariedade, coexistindo com aquele da divisão do poder entre vários príncipes. (SAUSSURE, [1904] 1922, p. 606).

O conteúdo dessa comunicação parece confirmar que Saussure, além de buscar a relação entre os fatos históricos e os Nibelungen, considera em sua análise o referente. Ademais, essa análise parece, nesse momento, contribuir tanto para a descoberta da origem de alguns topônimos da região genebrina como para confirmar a própria veracidade da lenda, já que esta seria baseada em fatos reais.

Aqui, cabe uma digressão interessante: como nos aponta Dosse (2010), a história, considerada enquanto disciplina científica, é marcada, nas primeiras décadas do século XIX, por uma relação complexa entre erudição, filosofia e literatura, o que teria permitido aos historiadores o papel de “narrar a nação, de pôr ordem em seu passado para antecipar o seu futuro” (DOSSE, 2010, p. 20-21).

É justamente esse o tipo de relação percebida ao nos determos, por exemplo, nas pesquisas mitográficas desenvolvidas no século XIX por estudiosos como Adolphe Pictet, Franz Bopp e Jacob Grimm¹³: o que se buscava era justamente o acesso à língua e à história de povos antigos com o objetivo de recuperar aspectos que remetessem a uma reconstrução do indo-europeu ou que proporcionassem o acesso a estados de línguas anteriores e o entendimento das mudanças que acarretaram as línguas modernas.

Obviamente, sabemos que toda a formação acadêmica de Saussure se dá no século XIX e, dessa forma, não se deve considerar que seu interesse pela mitografia seja algo absurdo. A questão é que, pelos indícios dos Manuscritos, Saussure parte de um interesse histórico relacionado ao povo burgúndio, mas se

¹³ Para um detalhamento dos estudos desenvolvidos por esses autores no âmbito da mitografia, cf. HENRIQUES, 2019.

depara também com uma historicidade diferente, similar àquela encontrada na própria língua. Isso se dá, como vimos no tópico anterior, por meio da constatação de que a lenda é um sistema semiológico submetido “às mesmas leis e vicissitudes” que os símbolos da língua. Podemos compreender, então, uma oscilação nas análises mitográficas saussurianas que oscilam entre dois polos, os quais nos lembram inequivocadamente a distinção entre história da língua e língua na história, exposta na *Première Conférence à l’Université de Genève* (1891). Neste documento, o linguista afirma que há, por um lado, uma forma mais superficial de se conceber a linguística como uma ciência histórica, que se refere à observação da língua com o objetivo de conhecer a história de um determinado povo, considerando-a, de certo modo, como um reflexo de uma época, de uma sociedade. Por outro lado, há o ponto de vista da história da língua, que é concebida por “uma sucessão de acontecimentos *linguísticos* [...] que não foram inscritos pelo célebre buril da história” (SAUSSURE *apud* ENGLER, 1974, t. 2, p. 5)¹⁴.

Essa distinção colocada por Saussure equivale à diferença entre história e diacronia. A primeira refere-se à história dos povos e à sua relação com as diferentes línguas naturais; a segunda, por sua vez, refere-se à história da língua, por meio da qual conseguimos apreender as mudanças linguísticas dadas por meio do uso de uma língua pelos seus falantes através do tempo.

Vejamos, então, por meio da análise de alguns excertos dos manuscritos saussurianos, de que maneira podemos considerar a distinção entre história e diacronia nas lendas germânicas. No trecho a seguir, que faz parte de um dos cadernos utilizado por Saussure em sua pesquisa sobre as lendas, é possível recuperar o interesse histórico do linguista pelas narrativas lendárias:

¹⁴ “[...] d’une succession d’événements *linguistiques*, <lesquels> [...] n’ont jamais été inscrits par le célèbre burin de l’histoire”.

4

La

~~Dans la~~ conception qui est celle de la critique
 courante, et où tout ^{reposerait sur le} ~~rapport~~ ~~est~~ ~~effectif~~
 au royaume de Worms, aboutit, si l'on
 veut bien y prendre garde, à des ^{conclusions} ~~presuppositions~~ historiques
 deux fois plus hardies que les nôtres sous
 prétexte de rester fidèles aux textes. Quel
 extraordinaire trésor pour l'histoire ~~serait~~
 n'aurions-nous pas alors dans le Nibelungenlied?
 Toute la vie du petit royaume burgonde
 de 435, autrement à peine certifié dans son
 existence par deux mentions de chroniques,
 serait là sous nos yeux, et avec une pro-
 fusion de détails incomparable! Un tron-
 de l'histoire serait remplacé par une abondante
 vérité qui éveille quelque défiance, et qui amène
 au moins à se dire ceci: ou bien toute cette
 copieuse légende est un pur produit d'invention,
 ce qui est improbable, ou bien si elle court
 sur un fond historique toutes les chances
 sont pour qu'elle coure sur un fond histo-
 rique absolument connu et recueilli par des
 chroniqueurs parallèles à ce qu'elle offre elle-même.
 Ainsi le regard est dirigé vers le ~~royaume de~~ seul
~~du~~ royaume de Bourgondie qui ^{est} ~~peut-être~~ ~~serait~~
 royaume de Lyon, aussitôt que nous admettons
 que le fond du récit n'est pas été factice.

Source

(qui a jamais)

qui offre un corps
 pour l'histoire

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

Na <A> concepção da crítica corrente, na qual tudo se ligaria efetivamente a <repousaria no> reino de Worms, leva, se <queremos > prestar atenção a isso, a pressuposições <conclusões> históricas duas vezes mais ousadas do que as nossas, sob o pretexto de permanecer fiel aos textos. Que extraordinário tesouro para a história seria não termos nos Nibelungenlied? Toda a vida do pequeno reino burgúndio de 435, (...) estaria lá sob nossos olhos, e com uma profusão de detalhes incomparável.

Um furo da história seria substituído por uma fonte abundante, o que nos desperta desconfiança e nos leva a dizer que: ou toda essa lenda é um produto de invenção, o que é improvável, ou se ela é executada sob ~~o um~~ um fundo histórico, todas as chances são para que ela seja executada sob um fundo histórico absolutamente conhecido e retomado pelos crônicas ~~crônicas~~ paralelamente ao que ela oferece a ela mesma. Assim, o olhar se dirige apenas para o ~~reino de~~ reino da Burgúndia ~~foi sério <teve um~~ ~~passado notório~~ <que nunca> <que oferece um corpo para a história>, o reino de Lyon, tão logo se admita que o fundo da narrativa não é fictício¹⁵.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a crítica de Saussure àqueles que consideravam que os fatos históricos narrados pelos *Nibelungen* teriam se passado em Worms, cidade alemã localizada à margem esquerda do Reno. Para ele, ao contrário, os episódios narrados pela lenda teriam ocorrido na cidade francesa de Lyon e não em Worms.

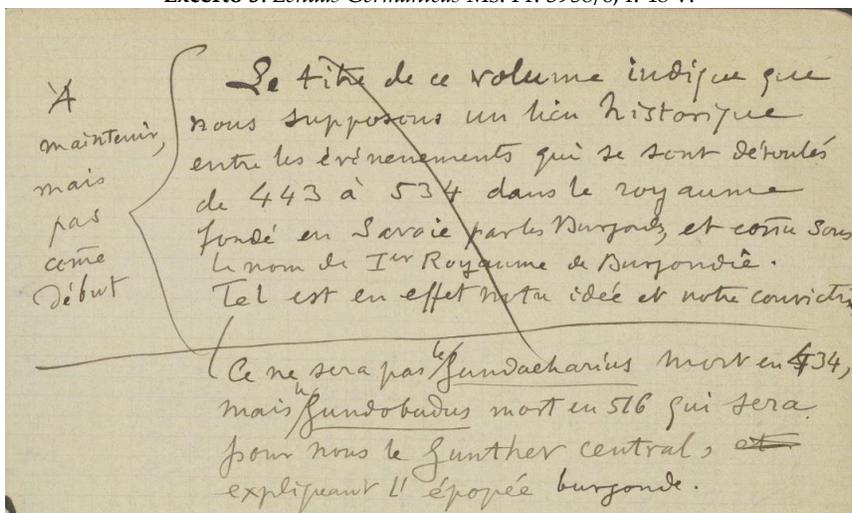
Disso decorre, então, que a hipótese que norteia o interesse saussuriano por essas narrativas é, de um lado, de origem histórica e relacionada a um povo determinado. De outro lado, esse excerto já nos evidencia que o linguista não afirma apenas o fundo histórico dessa lenda, como também a existência de algo paralelo que ela oferece por si mesma: um funcionamento que lhe é próprio.

¹⁵ “~~Dans la~~ <La> conception qui est celle de la critique courante, et où tout se ~~rapporterait effectivement~~ au <reposerait sur le> royaume de Worms, aboutit, si l'on <veut bien> y prendre garde, à des ~~présomptions~~ <conclusions> historiques deux fois plus hardies que les nôtres sous prétexte de rester fidèles aux textes. Quel extraordinaire trésor pour l'histoire ~~serait~~ n'aurions-nous pas alors dans le Nibelungenlied ? Toute la vie du petit royaume burgonde de 435, autrement à peine certifié dans son existence par deux mentions de Chroniques, serait là sous nos yeux, et avec une profusion de détails incomparable ! Un trou de l'histoire serait remplacé par une abondante <source>. Voilà qui éveille quelque défiance, et qui amène au moins à se dire ceci : ou bien toute cette copieuse légende est un pur produit d'invention, ce qui est improbable, ou bien si elle court sur ~~le un~~ un fond historique toutes les chances sont pour qu'elle coure sur un fond historique absolument connu et recueilli par des chroniqu<eurs> ~~chroniques~~ parallèlement à ce qu'elle offre elle-même. Ainsi le regard est dirigé vers le ~~royaume de~~ seul royaume de Burgondie ~~fut sérieux <a passé notoire>~~ <qui a jamais> <qui offre un corps pour l'histoire, le royaume de Lyon, aussitôt que nous admettons que le fond du récit n'est pas factice.>”.

Se retomarmos a discussão estabelecida no tópico anterior, podemos constatar que esse funcionamento é dado justamente pela natureza semiológica da lenda, que, por sua vez, advém do fato de que ela está inserida em sociedade e foi contada e recontada durante vários séculos.

Em outro Excerto, ainda representativo dessa abordagem histórica, podemos perceber algo que nos instiga bastante: a questão da identidade e a necessidade de abordá-la considerando os nomes próprios¹⁶. Vejamos,

Excerto 5. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/6, f. 48 v.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

A manter, mas como início ~~O título desse volume indica que supomos uma ligação histórica entre os fatos que ocorreram de 443 a 534 no reino fundado na Sabóia pelos burgúndios e conhecido pelo nome de 1º Reino de~~

¹⁶ A categoria linguística dos nomes próprios foi o foco de minha pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Mara Silveira. Sua versão final, intitulada *O caso mais grosseiro da semiologia: o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios*, foi selecionada pelo Edital 01-2020 da Editora da Associação Brasileira Linguística e está no prelo, com publicação prevista para 2021.

~~Burgúndia. Tal é, efetivamente, nossa ideia e nossa convicção. Não é o Gundacharius falecido em 434, mas o Gundobagus falecido em 516 que será para nós o Gunther central e na explicação da epopeia burgúndia~~¹⁷.

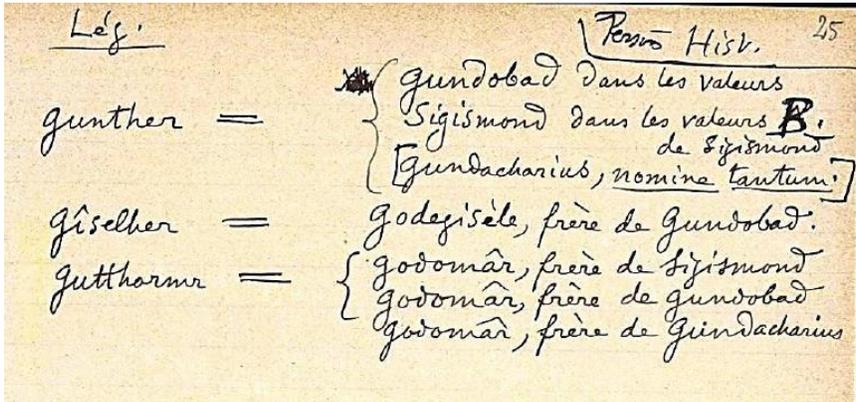
O excerto acima, parcialmente rasurado, demonstra-nos uma concepção de identidade distinta daquela explicitada no tópico anterior. Saussure admite ou, pelo menos, estima que o Gunther da epopeia germânica seja o Gundobagus, falecido em 516. Essa afirmação parece evidenciar que Saussure estabelece uma relação de identidade entre esses dois nomes próprios, sendo um pertencente a uma personagem da lenda e outro a uma personagem da história. O linguista parece tomar essa relação como do tipo $a = b$, isto é, dois nomes próprios distintos que se referem a um mesmo objeto/ser. Isso é muito diferente de considerar que a identidade não pode ser estabelecida a partir do momento em que um símbolo é lançado em circulação, como vimos anteriormente.

Poderíamos pensar, a princípio, que esse tipo de identidade estaria relacionado a uma perspectiva diacrônica de análise. Entretanto, deve-se considerar que o que está em questão, pelo menos no Excerto anterior, refere-se ao estabelecimento de uma identidade entre nomes próprios e um objeto, ou seja, algo que é exterior ao funcionamento interno da narrativa e que pressupõe uma noção de *referência*. O que se busca, nesse momento, é preencher as lacunas da história burgúndia e não demonstrar as mudanças ocorridas no enredo da lenda.

Em outro caderno, encontramos o seguinte Excerto, no qual nomes próprios lendários e históricos são mobilizados na análise saussuriana:

¹⁷ “À maintenir, mais pas comme début. { Le titre de ce volume indique que nous supposons un lien historique entre les événements qui se sont déroulés de 443 à 534 dans le royaume fondé en Savoie par les Burgondes, et connu sous le nom de Ier Royaume de Bourgondie. Tel est en effet notre idée et notre conviction. Ce n'est pas <le> Gundacharius mort en 434, mais le Gundobadus mort en 516 qui sera pour nous le Gunther central, expliquant l'épopée burgonde”.

Excerto 6. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4. P. 25 r.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

| Lenda | | Personag. Hist. |
|-----------|---|---|
| Gunther | = | { Gundobad nos valores Sigismond nos valores [Gundacharius, nomina tantum.] } |
| Gîselher | = | Godegisèle, irmão de Gundobad |
| Gutthormr | = | { Godomâr, irmão de Sigismond Godomâr, irmão de Gundobad Godomâr, irmão de Gundacharius ¹⁸ } |

Ao analisarmos o esquema acima, podemos fazer algumas considerações acerca da relação entre os personagens históricos e os personagens lendários. Saussure toma como ponto de partida os nomes dos personagens lendários Gunther, Gîselher e Gutthormr, irmão de Kriemhld. O primeiro pode ter como fundo histórico Gundobad, Sigismond (se considerado como assassino de Sigfrid) e Gundacharius. Para além disso, é interessante notar a utilização da expressão latina *nomina tantum*, que significa

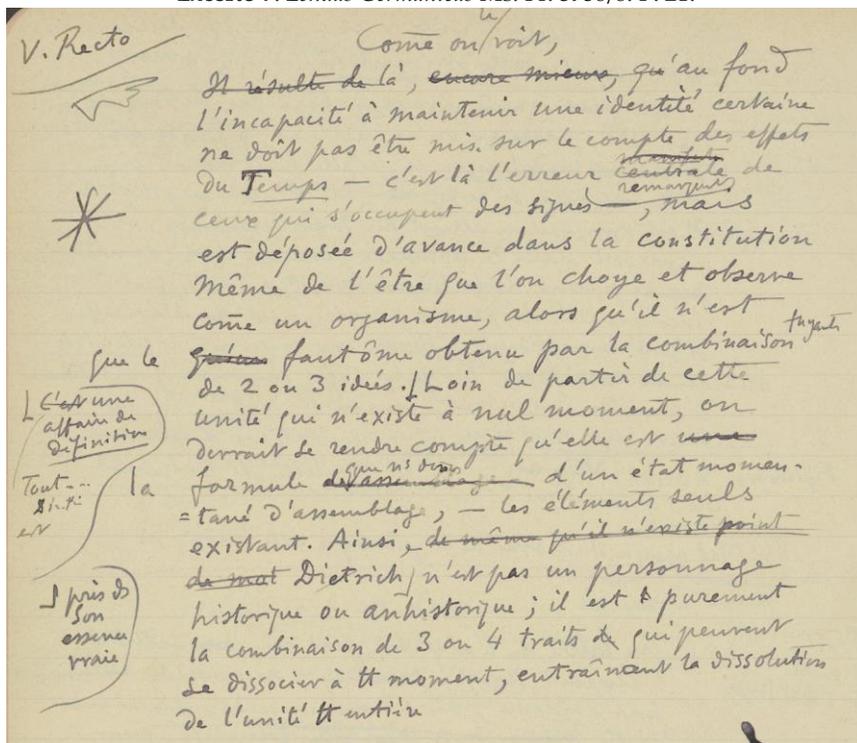
¹⁸ "Lég. Person. Hist. Gunther = { Gundobad dans les valeurs/ Sigismond dans les valeurs / [Gundacharius, nomina tantum] Gîselher = { Godegisèle, frère de Gundobad Gutthormr = { Godomâr, frère de Sigismond/ Godomâr, frère de Gundobad/ Godomâr, frère de Gundacharius".

“samente os nomes”, isto é, a semelhança entre Gunther e Gundacharius se restringiria ao nome próprio.

A questão, porém, é que a semelhança entre os nomes não garante que a relação de identidade se dê por si mesma, justamente porque um nome lendário como Gunther abarca características de vários personagens históricos e não somente de um. Nesse sentido, a transmissão da história parece ser contaminada pelo funcionamento semiológico da narrativa oral.

Consideramos, então, que há um exercício por parte do linguista em recuperar o fundo histórico da narrativa lendária. No entanto, no decorrer de suas pesquisas e com a constatação de que há um funcionamento semiológico na lenda, entra em questão a existência de versões diferentes de uma mesma lenda.

Excerto 7. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/8. P. 21.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

~~Disso resulta~~ <Como se <o> vê> ~~ainda melhor que~~ no fundo a incapacidade em manter uma identidade certa não deve ser imputada aos efeitos do tempo – eis o erro ~~central~~ <notável> daqueles que cuidam dos signos, mas é depositada de antemão na própria constituição do ser que se mima e observa como um organismo, embora não passe ~~de um~~ <do> fantasma obtido pela combinação <fugidia> de 2 ou 3 ideias. <É uma questão de definição >. Longe de partir dessa unidade que não existe em momento algum, deveríamos perceber que ela é ~~uma~~ <a> fórmula ~~de conjunção~~ <que damos> de um estado momentâneo de conjunção, – pois apenas os elementos existem. Deste modo, ~~assim como não existe a palavra~~ Dietrich <tomada na sua verdadeira essência> não é um personagem histórico ou a-histórico; é puramente a combinação de 3 ou 4 traços ~~de~~ que podem se dissociar a todo momento, acarretando a dissolução da unidade toda¹⁹.

Há dois pontos importantes a serem tratados aqui. O primeiro concerne ao tempo. Para o linguista, as alterações sofridas no enredo e a conseqüente incapacidade de se manter uma identidade são conseqüências da natureza do símbolo lendário e não do tempo. O tempo é, então, um pano de fundo por meio do qual se pode entrever a mudança. Por sua vez, o símbolo da lenda, como vimos, está submetido ao funcionamento semiológico, tendo como *conditio sine qua non* a sua circulação social.

No trecho acima também, Saussure compara o símbolo a um fantasma, constituído pela combinação de duas ou três características, cuja relação pode se dissipar a todo momento. Isso não só nos lembra da teoria do valor, na medida em que os termos

¹⁹ “~~Il résulte de là~~ <Comme on <le> voit> ~~encore mieux qu'~~ au fond l'incapacité à maintenir une identité certaine ne doit pas être mise sur le compte des effets du temps – c'est là l'erreur ~~centrale~~ <remarquable> de ceux qui s'occupent des signes, mais est déposée d'avance dans la constitution même de l'être que l'on choye et observe comme un organisme, alors qu'il n'est ~~qu'un~~ <que le> fantôme obtenu par la combinaison <fuyante> de 2 ou 3 idées. <C'est un affaire de définition > Loin de partir de cet unité qui n'existe à nul moment, on devrait se rendre compte qu'elle est ~~une~~ <a> formule ~~d'assemblage~~ <que nous donnons> d'un état momentané d'assemblage, - les éléments seuls existant. Ainsi ~~de même~~ ~~qu'il n'existe point de mot~~ Dietrich <pris dans son essence vrai> n'est pas un personnage historique ou anhistorique; il est purement la combinaison de 3 ou 4 traits de qui peuvent se dissociar à tout moment, entraînant la dissolution de l'unité tout entière”.

só têm valor porque estabelecem relação com outros elementos do sistema, como também coloca em voga a noção de *combinação*, o que nos leva aos eixos associativo e sintagmático.

No *CLG*, por um lado, o linguista afirma que as relações associativas **estariam fora do discurso**, já que “as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e, assim, se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas” (SAUSSURE, 2012[1916], p. 172). Por outro lado, as relações sintagmáticas seriam concebidas **no discurso**, pois “os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua [...]” (SAUSSURE, 2012[1916], p. 171).

Ora, estamos não só diante da distinção entre língua e fala, como também, e principalmente, diante daquilo que, de fato, caracteriza um sistema semiológico: o fato de que ele circula socialmente. No caso das narrativas lendárias, devemos considerar que os eixos associativo e sintagmático estão envolvidos em sua transmissão: os termos se associam na memória e se combinam no sintagma de maneira simultânea. A consequência desse funcionamento é a alteração do enredo da narrativa, o que parece colocar em questão justamente a historicidade do personagem.

Na continuação desse Excerto, Saussure desenvolve um pouco essa questão:

35

— Suite. —

Dans le temps, illusion encore + forte.

On dira toujours qu'un personnage, a changé' —
 — et pratiquement on est obligé de s'exprimer ainsi —
 alors qu'il se soit

Exemple de la nullité'

Version a. — Le roi X. a 3 fils : Gunther, Sernis,
 et Giselher. Ces fils ont un cousin Hagen.

Version b. — Le roi X. a 3 fils : Gunther. Sernis
 et Hagen.

Sur quoi on voit écrire : Hagen a pris la place
 de Giselher. Ou bien Giselher est inconnu à
 Il y a tt un monde ds cette simple façon (par
 en pratij. presque inévitable) de procéder.

Rien ne prouve ^{par par} que le rôle de
 Hagen ne soit pas celui qu'a ds l'autre version
 Gunther, ou même qu'il n'y ait un introflégé tel
 etc. qu'on ne pourrait pas dire d'une version
 à l'autre qui répond à un nom.

Au fait et au prendre : à comparer

Individu a. { Qualit' de fils de X. frère de X.
 Nom : Hagen

Contraste que si elle, le faisait ou si elle le fait, nous sommes ds l'incertitude de même pour un casque de Dietrich qui se, s'agit de la même personne mais plus générale que cette personne est en partie construite par son camp.

La question n'est pas de savoir s'il est probable que la légende du casque de Dietrich pour le mettre sur la tête de Sigfrid, la femme de Sigfrid pour la donner en mariage à Dietrich, le nom de Sigfrid pour le donner à Gunther, il n'y aura plus ni Dietrich ni Sigfrid. Or c'est ce qui arrive dans une mesure + grande, et ds une mesure qui se voit par

En seau
 errer
 ar de
 cousin
 que les
 sans
 réponse
 à
 nom

Je dirai
 Ou dira
 non
 mais c'est
 vrai et de
 même
 parce qu'on
 se figure
 inévitablement
 qu'il y a des
 individus.

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

- Continuação.

No tempo, ilusão ainda mais forte.

Diremos sempre que um personagem “mudou” – e praticamente somos obrigados a nos exprimir assim – então que seria [

<Em suma, o erro é acreditar que as pessoas respondem a um nome. ~~Praticamente~~ Diremos não, mas é verdade mesmo assim, porque se imagina inquestionavelmente que há indivíduos. >

Exemplo da nulidade.

Versão a. – O rei X tem 3 filhos: Gunther, Gêrnôt e Gîselher. Esses filhos têm um primo chamado Hagen.

Versão b. – O rei X tem 3 filhos: Gunther, Gêrnôt e Hagen.

Sobre o que nós vamos escrever: Hagen tomou o lugar de Gîselher, ou Gîselher é desconhecido à [] Há todo um mundo nessa simples maneira (pra na prática quase inevitável) de proceder.

Nada prova ~~até aqui~~ que o papel de Hagen não seja aquele que tem Gunther em outra versão, ou mesmo que não haveria uma confusão etc. <que não se poderia dizer de uma versão à outra que responde a um nome.> Fato a tomar: para comparar

Indivíduo a. qualidade de ~~filho~~ irmão de X

Nome: Hagen.

Se a lenda pega o capacete de Dietrich <Áquila> para coloca-lo na cabeça de Sigfrid, a esposa de Sigfrid para dá-la em casamento a Dietrich, o nome de Sigfrid para o dar a Gunther, não haverá mais nem Dietrich nem Sigfrid. Ora, é isso o que acontece em uma medida mais ou menos grande, e em uma medida em que não é permitido a ninguém [

<A questão não é saber se é provável que a lenda o faça. É unicamente constatar que se ela o faz, ou se ela o fez, nós estamos na incapacidade absoluta de, mesmo sobre um capacete, de dizer que se trata da mesma pessoa, mas geralmente que essa pessoa é em parte constituída por seu capacete.>²⁰.

²⁰ “- Suite.

Dans le temps, illusion encore plus forte.

On dira toujours qu'un personnage "a changé" - et pratiquement on est obligé de s'exprimer ainsi – alors qu'il ~~serait~~ [

<En somme erreur est de croire que les gens répondent à un nom. ~~Praticamente~~

On dira non, mais c'est vrai tout de même, parce qu'on se figure invinciblement qu'il y a des individus.>

Exemple de la nulité

Version a. – Le roi X, a 3 fils: Gunther, Gêrnôt et Gîselher. Ces fils ont un cousin Hagen.

Version b. – Le roi X. a 3 fils: Gunther, Gêrnôt et Hagen.

Sur quoi on va écrire: hagen a pris la place de Gîselher. Ou bien Gîselher est inconnu à [

Na citação acima, é possível entrever não só a questão da mudança dos nomes e as consequências que ela traz para a narrativa, mas também o fato de que, a partir do momento em que um símbolo da lenda sofre modificações, os valores dos outros símbolos também são alterados. Além disso, mais uma vez, estamos diante da identidade e do valor: como estabelecer uma identidade entre personagens históricos e lendários quando não parece ser possível nem mesmo estabelecê-la entre personagens pertencentes a versões de lendas diferentes.

Nessa perspectiva, tendo em mente a distinção entre história e diacronia, é interessante nos perguntarmos como ficaria o objetivo histórico de Saussure ao lado do funcionamento desse sistema semiológico que é a lenda. Dado que a lenda é um sistema semiológico como a língua, é plausível afirmar que seria possível seguir suas mudanças através do tempo, por meio de uma análise diacrônica entre diferentes versões de lendas.

Assim, no que concerne à questão da história do povo burgúndio, a situação se torna mais complicada, tendo em vista que não se poderia chegar, por exemplo, aos eventos históricos propriamente ditos, e sim somente às narrativas que deles foram feitas. Nesse sentido, Saussure parece constatar que, na verdade, a

Il y a tout un monde dans cette simple façon (pra en pratique presque inévitable de procéder.

Rien ne prouve jusqu'ici <par avance> que le rôle de Hagen ne soit pas celui qu'a dans l'autre version Gunther, ou même qu'il n'y ait un imbroglio tel etc. <qu'on ne pourrait pas dire d'une version à l'autre qui répond à un nom.>

Au fait et au prendre: à comparer

Qualité de frère ~~fil~~ de X.

Individu a. Nom: Hagen

Si la légende prend le casque de Dietrich <Achille> pour le mettre sur la tête de Sigfrid, la femme de Sigfrid pour la donner à Gunther, il n'y aura plus ni Dietrich ni Sigfrid. Or c'est ce qui arrive dans une mesure plus ou moins grande, et dans une mesure qu'il n'est permis à personne [

<La question n'est pas de savoir s'il est probable que la légende le fasse. Elle est uniquement de constater que si elle le faisait, ou si elle le fait, nous sommes dans l'incapacité absolue même pour un casque de dire qu'il "s'agit" de la même personne, mais plus généralement que cette personne est en partie constitué par son casque.>".

história que ele busca não é a história propriamente dita, mas uma história afetada pelo funcionamento semiológico, uma história que é tocada pela língua.

Na perspectiva saussuriana, a busca pela origem da lenda parece tomar o caminho da busca pela origem da língua e temos, dessa forma, um distanciamento de alguns dos mitógrafos do século XIX, como A. Pictet, por exemplo. Não parece haver, de todo modo, a possibilidade de recuperar com certeza a história do povo burgúndio, porque a lenda possui algo que oferece por si mesma, isto é, um funcionamento que é entremeado pela fala, pelo esquecimento e pela língua.

Considerações Finais

Neste capítulo, tivemos o objetivo de apreender as noções de *semiologia*, *história* e *diacronia* nos manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas. Para isso, fizemos incursões em outros documentos, tais como o *Curso de Linguística Geral*, a *Première Conférence à l'Université de Genève* e a comunicação *Les burgondes et la langue burgonde em pays romance*, proferida por Saussure em 1904 à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*.

Das conclusões às quais podemos chegar, por meio de nossas análises, ressaltamos três que possuem implicações teóricas e metodológicas no arcabouço teórico saussuriano. A primeira delas concerne ao fato de que, considerada enquanto sistema semiológico, a lenda pode não só ser abordada dos pontos de vistas sincrônico e diacrônico, como também nos permite ver o ponto de vista histórico, relacionado a um determinado povo, cultura, época.

A segunda conclusão, por sua vez, concerne ao fato de que a lenda – antes de mais nada – constitui-se enquanto um dado de fala e, em virtude de sua característica oral e de seu modo funcionamento, permite-nos pensar de que maneira se dá a transmissão dos fatos históricos. Parece-nos ser possível pensar que, nas elaborações saussurianas, a língua se imbrica na história e não o contrário.

Por fim, a análise empreendida aqui nos evidencia a terceira conclusão: a potencialidade de um conjunto de documentos e a conseqüente necessidade de revisitá-los com novos olhares em relação à teoria saussuriana. Isso não se aplica somente aos documentos autógrafos, mas, sobretudo, ao próprio *Curso de Linguística Geral* e à sua relação com esses documentos, já que percebemos, a cada dia, a existência de leituras e interpretações equivocadas a seu respeito.

Referências

ARRIVÉ, M. **Em busca da Ferdinand de Saussure**. São Paulo: Parábola, 2010. 253 p.

AVALLE, D'Arco S. La sémiologie de la narrativité chez Saussure. In : BOUAZIS, Charles., AVALLE, D'Arco S. **Essais de la théorie du texte**. Paris, Galillée, p. 17-49, 1973.

COELHO, M. P. **Ferdinand de Saussure: entre a língua e as línguas**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

DOSSE, F. História e historiadores do século XIX. In: MALERBA, J. **Lições de história: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ENGLER, R. Les Sémiologies saussuriennes: 1. de l'existence du signe. In: **Cahiers Ferdinand de Saussure. Revue suisse de linguistique générale**. Genève: Librairie Droz S.A, n. 29. p. 45-73. 1974/1975. Publicado por Cercle Ferdinand de Saussure.

HENRIQUES, S. M. **Os manuscritos de Ferdinand de Saussure sobre as lendas germânicas: uma relação entre a fala e a história**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019, 151 f.

_____. **O caso mais grosseiro da semiologia:** o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios? Editora da Abralín, 2021 [no prelo]

MARCHESE, M. P. Une source retrouvée du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure. **Cahiers Ferdinand de Saussure. Revue suisse de linguistique générale.** Genève: Librairie Droz S.A, n. 56. p. 333-339. Publicado por Cercle Ferdinand de Saussure, 2003.

PROSDOCIMI, A. Sul Saussure dele legende germaniche. In: **Cahiers Ferdinand de Saussure. Revue suisse de linguistique générale.** Genève: Librairie Droz S.A, n. 37. p. 35-106. 1983. Publicado por Cercle Ferdinand de Saussure.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** [1916] Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

_____. **Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure.** Texte établi par Charles Bally e Léopold Gautier. Payot/Droz: Genève, 1922 (p. np-631).

_____. **Ms.Fr. 3958.** Bibliothèque de Genève.

_____. **Cours de linguistique générale:** édition critique par Rudolf Engler. Tomo 2 - Appendice, Otto Harrassowitz - Wiesbaden; 1974-1990.

SILVEIRA, E. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística.** Campinas: Mercado das Letras/Fapesp, 2007.

STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras.* São Paulo, Perspectiva, 1974. 117 p.

TESTENOIRE, P. Y. A sombra do Curso (1960-1980). **Leitura:** novo retorno a Saussure, Maceió, v. 1, n. 62, p. 394-414, 2019.

TURPIN, B. Légendes - Mythes - Histoire: La circulation des signes. In: **Cahiers de L'Herne: Saussure.** p. 307-429, 2003.

CAPÍTULO 4

O SISTEMA E O MÉMOIRE

Micaela Pafume Coelho

Resumo: A noção de *sistema*, tão cara a Ferdinand de Saussure, compõe o centro das reflexões apresentadas em seu único livro publicado em vida: o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Assim, considerando a importância que o sistema possui para a teorização do linguista responsável por estabelecer a Linguística enquanto ciência moderna, neste trabalho, temos como objetivo analisar o *Mémoire*, a fim de compreender as características da noção de *sistema* nesse momento das elaborações saussurianas.

Palavras-chave: Sistema. Vogais. Gramática comparada. Linguística Geral.

Introdução

A relação teórica entre as reflexões de Ferdinand de Saussure e a noção de *sistema* parece ser tão antiga quanto o interesse do linguista pelos estudos da linguagem. Para ele, essa noção apresentava uma importância central desde a época precedente à teorização que lhe rendeu o estatuto de fundador da Linguística Moderna, no século XX, uma vez que já se mostrava presente nos trabalhos desenvolvidos durante sua adolescência. Em uma carta enviada a Adolphe Pictet¹, em 1872², pedindo-lhe que lesse seu trabalho intitulado “Ensaio para reduzir as palavras do grego, do latim e do alemão a um pequeno número de raízes”, Saussure afirma:

Eu não teria escrito nada se, pelo hábito, eu não tivesse constatado como evidente um **sistema** que me intriga desde o ano passado; eu sempre tenho o hábito de fazer **sistemas** antes de estudar as coisas nos mínimos detalhes (SAUSSURE, 1872 apud CANDAU, 1974-1975, p. 10, grifo nosso, tradução nossa)³.

Mais do que isso, segundo De Mauro (1967, p. 321), Saussure via, já ao realizar esse seu primeiro trabalho no âmbito dos estudos da linguagem, a necessidade de coletar um grande número de fatos e de construir um sistema geral da linguagem (cf. DE MAURO, 1967, p. 322). Vemos, então, que o sistema demarca o modo como o linguista optava por efetuar seus estudos, desde muito jovem.

¹ Segundo Joseph (2012, p. 148), Adolphe Pictet era vizinho da casa de campo da família de Saussure e foi autor da obra “As origens indo-europeias ou os Aryas primitivos”.

² Cf. De Mauro (1967, p. 322); Normand (2009, p. 43).

³ “Aussi ne l’aurais-je pas fait, si, à force d’habitude, j n’avais fini par regarder comme l’évidence un système que je bâtis depuis l’année dernière ; j’ai toujours eu la rage de faire des systèmes avant d’avoir étudié les choses par le détail”.

No entanto, Saussure não foi o primeiro a introduzir a noção de *sistema* nos estudos da linguagem. Ela já se fazia presente em trabalhos de diferentes épocas: na elaboração das gramáticas gregas, nas reflexões acerca da sinonímia e mesmo na teorização de outros estudiosos da linguagem também dos séculos XVII, XVIII e XIX (cf. COELHO, 2015). Sabendo disso, interessa-nos conhecer de que modo a noção saussuriana de sistema se estabelece no único não póstumo de autoria de Saussure: o *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*⁴.

Sem desmerecer a complexidade e a amplitude dessa obra, é importante ressaltar que não consideramos que seja possível lidar com toda a sua extensão. Por isso, optamos por efetuar um recorte dos momentos desse documento que nos possibilitem compreender o estatuto da noção de *sistema* nesse momento da teorização de Saussure. Com isso, será possível conhecer, mesmo que minimamente, um pouco da trajetória do processo de elaboração da noção de *sistema* de Saussure, bem como evidenciar de que maneira essa noção se relaciona com a busca do linguista pelas reformas metodológicas e terminológicas por ele reivindicadas.

Nossa escolha em trabalhar com o *Mémoire* se justifica tendo em vista que, após publicado, o livro teve reconhecimento⁵ não só no universo acadêmico de Leipzig, seu lugar de publicação, mas também em Paris, onde Saussure passou cerca de dez anos de sua vida, dedicando-se aos estudos da linguagem. Portanto, analisar esse material pode evidenciar de que modo a noção de *sistema* contribuiu para o processo de elaboração teórica de Saussure, possibilitando que suas reflexões sobre a língua permitissem, mais à frente, a delimitação da Linguística enquanto ciência.

⁴ Doravante, *Mémoire*.

⁵ O reconhecimento do *Mémoire* na Alemanha se deu de maneira atordoada. Isso pode ser observado nos manuscritos reunidos sob o título de "*Souvenirs*", em que o próprio Saussure menciona, de acordo com Joseph (2012, p. 126), a ocorrência de uma acusação implícita de plágio, pautada nos trabalhos de K. Brugmann e H. Osthoff, sofrida por ele na ocasião de publicação de seu *Mémoire*.

O sistema no *Mémoire*

O termo *sistema* consiste em um elemento componente do próprio título do único⁶ livro completo publicado por Saussure em vida. Segundo Joseph (2012, p. 221-222, grifo nosso), esse memorial, publicado em 1878, em Leipzig, tratava-se de um “estudo amplo do **sistema** de vogais indo-europeu”, cujo objetivo, de acordo com o próprio Saussure, era “estudar as múltiplas formas sob as quais se manifesta o chamado *a* indo-europeu”⁷ (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 3, grifo do autor, tradução nossa). Mais especificamente, Saussure buscava propor a hipótese de uma quarta forma do *a* existente no sistema de vogais das línguas indo-europeias.

Desse modo, é importante ressaltar que, nesse trabalho do linguista, a noção de *sistema* – assim como o trabalho em si – não se insere diretamente nas reflexões acerca da Linguística Geral. Ela se vincula, especificamente, às vogais das línguas e das famílias de língua estudadas por Saussure. Dito de outro modo, o *Mémoire* não trata simplesmente de uma noção geral de *sistema* nos estudos linguísticos, mas de um **sistema das vogais nas famílias de línguas indo-europeias**.

Isso porque as comparações entre línguas e famílias de línguas, efetuadas pelos gramáticos comparatistas do século XIX, visavam a um objetivo maior: o conhecimento das leis de mudança das línguas, motivado pelas semelhanças existentes entre os idiomas de diferentes regiões da Europa e da Ásia. Buscava-se, então, a partir das análises comparativas, a reconstituição das línguas passadas, de forma a estabelecer um caminho que retrocedesse em sua evolução, para que fosse possível chegar a essas leis gerais de alteração. O estudo dos sistemas das vogais interessava, pois, por permitir conhecer, de

⁶ Davies (2006, p. 15) afirma que o *Mémoire* “remained the only full book that Saussure ever published”.

⁷ “étudier les formes multiples sous lesquelles se manifeste ce qu’on appelle l’a indo-européen”.

forma mais específica, o processo de derivação das línguas da família indo-europeia.

A concepção do sistema de vogais presente no *Mémoire*, contudo, parece partir de concepções já antes utilizadas por outros autores dos estudos da Gramática Comparada. Afirmamos isso, pois Saussure, no início de seu trabalho, faz uma breve apresentação dos estudos comparativos das vogais efetuados por alguns dos principais pesquisadores de sua época, expondo os modelos dos sistemas da vogal “a” elaborados por autores como Curtius e Schleicher:

Creemos representar exatamente o sistema de M. Curtius pela seguinte tabela:

Indo-europ.aā
Europeua; eā
Mais tardeao; eā
(SAUSSURE, 1922 [1879], p. 4, tradução nossa)⁸.

Nós partimos, então, da ideia de um desenvolvimento histórico comum do vocalismo europeu, para formular, no esquema seguinte, o sistema de Schleicher:

Indo-europ.aaaā
Europeua e oa o āā
(SAUSSURE, 1922 [1879], p. 5, tradução nossa)⁹.

A elaboração desses sistemas de vogais nos estudos comparativos, segundo o que é exposto por Saussure na primeira parte do *Mémoire* – intitulada “Revisão das diferentes opiniões

⁸ “Nous croyons représenter exactement le système de M. Curtius par le tableau suivant :

Indo-europ.aā
Européena; eā
Plus tard ao; eā”.

⁹ “Nous faisons donc abstraction de l’idée d’un développement historique commun du vocalisme européen, en formulant dans le schéma suivant le système de Schleicher :

Indo-europ.aaaā
Européena e oa o āā”.

sobre o sistema das vogais *a* – , parece servir para a análise das mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento das chamadas “famílias de línguas”. Assim, ao estabelecerem esses sistemas da evolução das vogais das línguas indo-europeias, os estudiosos da Gramática Comparada ficavam possibilitados de apresentar hipóteses que se mostravam bastante prováveis, como a de que havia, em algum momento da história, uma língua falada por todos os povos da Europa. É esse o caso, especificamente, do trabalho de Curtius:

M. Curtius mostrou que o *e* aparece no mesmo lugar em todas as línguas da Europa, e que ele não pode, por consequência, ter se desenvolvido independentemente em cada uma delas. E partindo da crença de que a língua-mãe possuía apenas três vogais *a i u*, ele conclui que todos os povos europeus tinham passado por um período comum, em que falavam ainda uma mesma língua [...] (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 4, tradução nossa)¹⁰

Saussure faz, no *Mémoire*, a apresentação desses sistemas de vogais já existentes para utilizá-los, ao mesmo tempo, como forma de refutação e também como ponto de partida para o seu trabalho, tendo em vista que, a partir deles, o linguista visava evidenciar que o sistema da vogal *a* das línguas indo-europeias era composto, na verdade, “de quatro termos distintos, e não de três”, como defendiam os estudos de seus contemporâneos (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 6). Desse modo, consideramos pertinente questionar em que consistia a noção de *sistema* no estudo comparatista, uma vez que seu uso era tão recorrente nos trabalhos desenvolvidos e considerando que ela apresentava um caráter bastante central no trabalho de Saussure.

Assim, a respeito do *Mémoire*, especificamente, ressaltamos que o termo *sistema* não é diretamente definido, mas parece ser

¹⁰ “M. Curtius montrait que l’e apparaît à la même place dans toutes les langues d’Europe, qu’il ne peut par conséquent s’être développé indépendamment dans chacune d’elles. Et partant de l’idée reçue que la langue-mère ne possédait que les trois voyelles *a i u*, il tira cette conclusion que tous les peuples européen avaient dû traverser une période commune, où, parlant encore une même langue [...]”.

caracterizado por algumas noções, as quais permitem que ele seja estabelecido. Podemos afirmar isso tendo como base a abordagem de Saussure das sonantes líquidas. Para encontrá-las, Saussure se utiliza do método de comparação, não só entre as diferentes línguas analisadas, mas também dessas línguas com os estados de língua¹¹ anteriores, os quais originaram a ocorrência dessas sonantes na posição em que elas se encontram nas sílabas analisadas:

Tendo em vista o objetivo especial a que nos propomos neste capítulo [Capítulo 1 – As líquidas e as nasais soantes], tiramos das observações precedentes a seguinte vantagem: trata-se de que conhecemos o ponto preciso onde se deve esperar encontrar as sonantes líquidas e a partir do qual nós assistimos, por assim, dizer, sua formação; a **comparação**, por si só, de um *r* indiano com um *ap* grego é, de fato, apenas um **valor** precário, se não se vê como esse *ap* foi originado e se há uma probabilidade de ser um *ar* comum. **Sempre onde o *e* cai normalmente, sempre, particularmente, onde aparece o *i* ou o *u* autóctone, as líquidas soantes devem existir regulamente ou terem existido, se a posição das consoantes as força a funcionar como vogais** (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 10, grifos nossos, tradução nossa)¹².

Nota-se que, assim como já indica o nome “Gramática Comparada”, a comparação consiste no método essencial para que se alcancem os sistemas de vogais das línguas indo-europeias. No entanto, essa comparação se vale de alguns critérios para que seja estabelecida. Pelo que é exposto no trecho acima, é possível

¹¹ A expressão “estado de língua” não é utilizada por Saussure, embora seja possível identificar que sua análise recorre à comparação entre a língua atual e aquelas que a originaram.

¹² “En vue du but spécial que nous nous proposons dans ce chapitre, nous tirons des remarques qui précèdent l’avantage suivant : c’est que nous connaissons le point précis où il faut s’attendre à trouver les liquides sonantes et que nous assistons pour ainsi dire à leur formation ; la comparaison seule d’un *r* indien avec un *ap* grec n’a, en effet, qu’une valeur précaire si l’on ne voit pas comment cet *ap* a pris naissance et s’il y a une probabilité pour que ce soit un *ar* ordinaire. Partout où l’*e* tombe normalement, partout en particulier où apparaît l’*i* ou l’*u* autophtongue, les liquides sonantes doivent régulièrement exister ou avoir existé, si la position des consonnes les forçait à fonctionner comme voyelles”.

entender que a posição que a vogal analisada ocupa – ou deixa de ocupar – consiste em um critério de comparação que auxilia na identificação da existência ou não de características nas línguas antecedentes – por exemplo, a quantidade de *a* existente em uma determinada língua e as características que as diferenciavam.

A importância do aspecto posicional como critério da comparação das línguas é ainda reiterada pelo fato de que o valor das vogais só pode ser estabelecido pela função morfológica que a sílaba que elas compõem ocupa na palavra analisada. Tanto que os *a* do sistema de vogais proposto por Saussure só puderam ser diferenciados entre si por meio da análise das formações nominais e verbais que ocorreram a partir da evolução das línguas indo-europeias, bem como pela análise de suas características enquanto vogais: se são sonantes líquidas, sonantes nasais etc. No entanto, o fato de essas características das vogais serem levadas em consideração na análise de Saussure indica que a substância fônica consistia em um fator relevante para o estabelecimento do sistema de vogais.

Em contrapartida, a noção de *valor* é ressaltada como um elemento que emana da comparação opositiva e posicional das vogais. Dito de outro modo, para o sistema estabelecido por Saussure ao longo do *Mémoire*, as vogais têm algumas características, mas não têm uma identidade *a priori*; elas apresentam, em vez disso, valores que são estabelecidos a partir da comparação dos termos analisados, tendo em vista a posição que ocupam nas sílabas e nas palavras.

Vemos, desde já, semelhanças entre a noção de *sistema* que fundamenta o *Mémoire* e a noção de *sistema* amplamente conhecida a partir do *Curso de Linguística Geral*¹³. Ambas as noções de sistema possuem o valor como princípio a elas relacionado e, em ambas, o aspecto posicional deve ser considerado, bem como a noção de *oposição*. Afirmamos isso com base no trecho do *Mémoire*

¹³ Doravante, CLG.

acima citado e também com base no fato de, no *Curso de Linguística Geral*, ser afirmado que:

o que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que o que existe ao redor dele nos outros signos. A prova disso é que o valor de um termo pode modificar-se sem que se lhe toque quer no sentido quer nos sons, unicamente pelo fato de um termo vizinho ter sofrido modificação (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 139).

Uma vez que não é especificado a que se refere o termo *modificação* no trecho acima, uma das formas de compreendê-lo consiste em considerá-lo como relacionado à posição dos elementos. Desse modo, ao se modificar o lugar de um dos elementos do sistema linguístico, pode ocorrer que outro elemento, que não foi modificado, sofra, mesmo assim, alterações por consequência da alteração do primeiro. De forma prática, temos que, em uma frase, pode-se modificar o sentido de uma determinada palavra apenas por meio da alteração da posição que outro termo ocupa naquela sentença. Por exemplo, o sentido da palavra “nós”, na frase “Havia só dois nós”, modifica-se se passarmos a palavra “dois” para sua direita: “Havia só nós dois”. O termo “nós”, que antes adquiria a acepção de “junções”, “ligas”, “conexões”, sendo, portanto, um substantivo, passa a ser o pronome pessoal do caso reto na primeira pessoal do plural.

De forma semelhante, o aspecto relacional dos elementos das línguas não só se mostra presente nessa concepção de sistema utilizada por Saussure no *Mémoire*, como também consiste em um aspecto que faz com que o trabalho do linguista tenha um caráter vanguardista, quando comparado ao trabalho dos outros estudiosos da época. Isso porque a dificuldade de se estabelecerem as vogais estudadas positivamente fez com que Saussure “definisse certas vogais primitivas unicamente por suas relações com as outras”¹⁴ (BUYSENS, 1961, p. 20, tradução

¹⁴ “définissait certaines voyelles primitives uniquement par leurs rapports avec d’autres voyelles”.

nossa). E é exatamente essa especificidade da metodologia utilizada por Saussure para delimitar as vogais do sistema primitivo das línguas indo-europeias que fez com que ele refutasse e colocasse em xeque os sistemas de vogais propostos por seus contemporâneos e antecessores.

Tal refutação é apresentada explicitamente no *Mémoire*:

Em geral, não nos é colocada nenhuma tarefa relativa ao *e* europeu, o fato de sua aparição concordante nas diferentes línguas é reconhecido por aqueles que apoiam os sistemas. Devemos, contudo, nos ocupar do *e*, uma vez que desejamos **colocá-lo em relação** com o *a*, e combater os argumentos que tendem a estabelecer que, em uma época qualquer, o *e* e o *a* (A) eram apenas um (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 63, grifo nosso, tradução nossa)¹⁵.

Ora, se as vogais não possibilitavam uma definição positiva de si mesmas – mesmo sendo considerada sua substância fônica –, podendo ser estabelecidas apenas por meio do aspecto relacional, é possível afirmar, então, que a noção de *sistema* presente no *Mémoire* envolvia não só a noção de *relação*, mas também uma negatividade relativa dos termos analisados. Falamos em negatividade relativa, pois a substância fônica era considerada, mesmo que minimamente, nas análises comparativas das vogais – tendo em vista que o fato de ela ser uma sonante líquida ou nasal consistia em um fator que interferiria na distinção das vogais de uma determinada língua.

Então, por mais que fosse possível delimitar a identidade de cada *a* que compunha as famílias de línguas indo-europeias por meio da relação posicional e da oposição – o que evidencia um caráter negativo dos termos –, essas vogais possuíam, de antemão, características essenciais. Tendo isso em vista, é importante ressaltar a seguinte afirmação de Buysens:

¹⁵ “En général nous ne sommes posé aucune tâche relativement à l’*e* européen, le fait de son apparition concordante dans les différentes langues étant reconnu par les partisans de tous les systèmes. Nous devons cependant nous occuper de l’*e* pour autant qu’on veut le mettre en rapport avec l’*a* et combattre les arguments qui tendraient à établir qu’à une époque quelconque l’*e* et l’*a* (A) ne faisaient qu’un”.

É aqui que apontamos a inovação genial de Saussure: ele define uma vogal pelas relações que servirão para estabelecer sua identidade; leva pouco em conta sua substância fônica. Há, então, uma filiação direta entre a concepção de vogais que se encontra no *Mémoire* e as declarações mais célebres do curso (BUYSENS, 1961, p. 20, tradução nossa)¹⁶.

Apesar dessa semelhança entre as concepções de sistema expostas no *Mémoire* e no CLG, é importante ressaltar que elas não se confundem. No *Mémoire*, por se tratar da análise de vogais da família de línguas indo-europeias em busca de um sistema que indique quais são os diferentes *a* que compunham essas línguas, a significação das sílabas e das palavras é levada em consideração. Ou seja, o processo de evolução das línguas ocasiona processos que agem na modificação dos signos da língua, levando a um deslocamento da relação entre seus elementos componentes. No caso do processo etimológico da palavra francesa “*noyer*” (“afogar”), de acordo com o que é exposto no CLG, houve, de fato, mudanças na imagem acústica e no conceito: “[...] o latim *necare*, ‘matar’, deu em francês *noyer*, ‘afogar’. Tanto a imagem acústica como o conceito mudaram” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 89). Embora a análise realizada no *Mémoire* não se pautasse na concepção de signo que é exposta no CLG, é possível notar que a mutabilidade do signo pode afetar tanto o elemento mais material (que, no *Mémoire*, é o fonema), como também o mais conceitual (que, no *Mémoire*, é a significação).

Assim, na análise comparatista, vemos que não há como identificar e delimitar as vogais que compunham um sistema primitivo se não se considerar a significação das palavras analisadas, uma vez que somente por meio dos fonemas, em conjunto com a significação, pode-se alcançar o lugar desses elementos nos estados de línguas precedentes. Tanto que, no *Mémoire*, Saussure sempre se vale de exemplos de palavras das

¹⁶ “C’est ici que nous touchons du doigt l’innovation géniale de Saussure : il définit une voyelle par les rapports qui ont servi à établir son identité ; il ne tient guère compte de sa substance phonique”.

línguas analisadas – ou seja, de elementos positivos – para comprovar sua proposta de sistema vocálico:

No sistema do Amelungo, o *o* greco-italico e o *a* greco-italico (nosso *A*) remontam a uma mesma vogal primordial; todos os dois são a gradação do *e*. Se é constatado que nas línguas arianas a vogal que corresponde ao *a* greco-italico **em sílaba aberta** é um *ā* longo, assim como para o *o*, essa opinião encontra um ponto de apoio suficientemente sólido. De fato, o número de exemplos que se prestam a este evento é extremamente baixo. [...] Se se pesquisa, ao contrário, os casos possíveis de um *ā* ariano correspondente, em sílaba aberta, a um *a* (*A*) greco-italico, encontrar-se-á um exemplo de fato suficientemente importante: sânscrito *āgas*, próximo do grego *ǎros*, mas que deve ser separado de *ǎros*, *ǎrios* etc. (SAUSSURE, 1922 [1879], p. 110, grifo do autor, tradução nossa)¹⁷.

A partir do que é exposto nesse trecho, observamos que, nas análises comparativas, as hipóteses sobre as vogais podem ser comprovadas pelo número de ocorrência dos fonemas **nas palavras**. Fora delas, era possível dizer pouca coisa a respeito das vogais estudadas. Tendo isso em vista, vemos que tanto a substância fônica como a significação consistiam em fatores que interferiam no estabelecimento de um sistema de vogais. Mesmo o sistema proposto por Saussure se pautava, ainda que minimamente, na consideração desses fatores.

De acordo com Buysens,

a palavra sistema é utilizada para descrever as relações entre fonemas; trata-se somente de graus de apofonia, ou seja, de alternâncias fônicas em uma mesma sílaba radical ou de sufixo, e corresponde, no caso dos verbos, às alternâncias regulares no plano da significação. Não há, ainda, a

¹⁷ “Dans le système d’Amelung, l’*o* gréco-italique et l’*a* gréco-italique (notre *A*) remontent à une même voyelle primordiale ; tous deux sont la gradation de l’*e*. S’il était constaté que dans les langues ariennes la voyelle qui correspond à l’*a* gréco-italique **en syllabe ouverte** est un *a* long, comme pour *o*, cette opinion aurait trouvé un point d’appui assez solide. A la vérité, le nombre des exemples qui se prêtent à cette épreuve est extraordinairement faible. [...] Si l’on recherche au contraire les cas possibles d’un *ā* arien correspondant, en syllabe ouvert, à un *a* (*A*) gréco-italique, on en trouvera un exemple en effet assez importante : skr. *āgas*, en regard du gr. *ǎros* qu’on s’accorde à séparer de *ǎros*, *ǎrios* etc”.

concepção de um sistema de relações fônicas sem vínculo com a significação; mas um grande passo à frente foi feito (BUYSENS, 1961, p. 18, tradução nossa)¹⁸.

Tal como havíamos ressaltado, nota-se que a noção de *sistema* utilizada por Saussure em seus estudos expostos no *Mémoire* pautava-se, segundo Buysens (1961), no funcionamento das alternâncias fônicas das vogais das línguas indo-europeias, evidenciadas pelas análises efetuadas pelo linguista. Assim, “por meio das variações históricas, ele encontra o sistema primitivo”¹⁹ (BUYSENS, 1961, p. 20, tradução nossa). Nesse sistema, contudo, as alternâncias dos sons eram consideradas de forma vinculada às suas significações, vínculo este que, mais tarde, no conteúdo exposto durante os cursos de Linguística Geral ministrados pelo linguista, seria analisado sob uma nova ótica²⁰.

Considerações finais

A análise do *Mémoire* nos mostrou que, no livro, Saussure não se restringiu à metodologia comparatista habitual de análise das línguas, por mais que fizesse parte de uma forte tradição dos estudos comparatistas e desenvolvesse trabalhos que se inserissem nesse campo de estudo. Nesse sentido, consideramos pertinente destacar que a noção de *sistema* presente no *Mémoire* –

¹⁸ “[...] le mot système est utilisé pour décrire des relations entre phonèmes ; seulement il s’agit des degrés d’apophonie, c’est-à-dire d’alternances phoniques dans une même syllabe radicale ou suffixale, et correspondant, dans les cas des verbes, à des alternances régulières sur le plan de la signification. Nous ne sommes pas encore à la conception d’un système de relations phoniques sans cette attache avec la signification; mais un grand pas en avant a été accompli”.

¹⁹ « à travers les variations historiques, il retrouve le système primitif ».

²⁰ No Curso de Linguística Geral, é possível observar que não é o som em si que estabelece relação com a parte conceitual dos termos linguísticos, mas sim a imagem acústica, ou seja, a impressão psíquica que se tem desses sons. Além disso, nesse momento, Saussure ressalta que a relação de significação, ou seja, o vínculo que une um conceito a uma imagem acústica é arbitrário; todavia, uma vez estabelecido, tal vínculo se torna necessário (cf. SAUSSURE [1916] 2006).

um dos seus feitos mais importantes – contribuiu de forma significativa para que Saussure rompesse com esse método de estudo tradicional, uma vez que possibilitou que o linguista observasse que a identidade das vogais das línguas estudadas não era dada de antemão, mas sim conseguida pela relação que estabelecia com as outras vogais.

Portanto, já nessa concepção de sistema voltada para o estudo das vogais das línguas, é possível observar alguns dos traços que compõem a concepção de sistema pensada por Saussure para explicar o funcionamento linguístico de forma geral. Como Buysens (1961, p. 20) mesmo afirma, há, de fato, uma filiação entre a noção de *sistema* no *Mémoire* e a noção de *sistema* exposta no *Curso de Linguística Geral*, cuja publicação póstuma ocorreu apenas em 1916. Assim, ainda que, segundo Silveira (2007, p. 54, grifo da autora), “não seja possível identificar um caminho claro das **leis fonéticas** em direção à **noção de sistema**” no âmbito da Linguística Geral, consideramos válido o trabalho de analisar a trajetória de elaboração da noção saussuriana de *sistema* nesse ínterim.

Referências

BUYSENS, E. Origine de la linguistique synchronique de Saussure. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, Genève, n. 18, p. 17-33. Droz, 1961.

CANDAUX, J-D. Ferdinand de Saussure : linguiste a quatorze ans et demi. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, Genève, n. 29, p. 7-12. Droz, 1914-1975.

CANTINEAU, J. Oppositions significatives. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, Genève, n. 10, p. 11-40. Droz, 1952.

DAVIES, A. M. Saussure and Indo-European linguistics. SANDERS, C. (Org.). In: **The Cambridge Companion to**

Saussure. Cambridge University Press, 2006. p. 9-29.

ENGLER, R. Remarques sur Saussure, son système et sa terminologie. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, Genève, n. 22, p. 35-40. Droz, 1966.

JOSEPH, J. E. **Saussure**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

NORMAND, C. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, [2000] 2009. 184 p. (Coleção Figuras do Saber).

_____. Saussure: uma epistemologia da Linguística. In: SILVEIRA, E. M. (Org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SAUSSURE, F. Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes, Leipzig : B. G. Teubner, [1879] 1879. In : C. BALLY ; L. GAUTIER (Orgs.). **Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure**. Genève : Librairie Payot & Cie, 1969.

_____. **Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure**. Genève : Librairie Payot & Cie, 1969.

_____. **Cours de Linguistique Générale** - Édition critique préparé par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1967.

_____. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique par Rudolf Engler (Tome 1). Wiesbaden: Harrassowitz, 1968.

_____. **Curso de linguística geral**. Trad. de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blikstein. 27ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006. *Cours de linguistique general*. Charles Bally e Albert Sechehaye (org.), com a colaboração de Albert Riedlinger, [1916].

SILVEIRA, E. M. **As marcas do movimento se Saussure na fundação da Linguística**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CAPÍTULO 5

A LINGUÍSTICA SAUSSURIANA COMO UMA CIÊNCIA GALILEANA¹

Jomson Teixeira da Silva Filho

Resumo: Este capítulo tem como objetivo central examinar a hipótese segundo a qual a linguística saussuriana é uma ciência que apresenta uma matriz epistêmica galileana, conforme defende Bouquet (2000 [1997]). Para tanto, assumimos com Milner (2012 [1978]) que Saussure não funda uma nova ciência linguística, mas dá continuidade à ciência da gramática comparada, que apresenta todos os critérios que possibilitam caracterizá-la como uma ciência galileana. Logo, ao admitirmos que Saussure é o continuador da gramática comparada, admitimos, por consequência, que sua teorização, assim como seus métodos de análise, são alicerçados também em uma epistemologia galileana de ciência. Dessa forma, contrapomos as análises de Bouquet (2000 [1997]) e de Milner (2021 [1995]) com vistas a entender a razão pela qual o segundo autor afirma que Saussure apresenta uma epistemologia aristotélica. O presente trabalho conclui que a visão de Milner (2021 [1995]) é baseada numa leitura exclusivamente estruturalista, uma das possíveis leituras decorrentes da edição póstuma “Curso de linguística geral” (1916). Por isso, mesmo não assumindo a radicalidade de Bouquet (2000 [1997]), a partir deste, concluímos ser possível encontrar duas leituras da obra de Saussure: uma que diz respeito ao Saussure comparatista (galileano); outra que diz respeito ao Saussure estruturalista (aristotélico).

Palavras-chave: Saussure. Linguística saussuriana. Epistemologia aristotélica. Epistemologia galileana.

¹ Retomamos, neste capítulo, questões discutidas em nossa tese de doutorado (SILVA FILHO, 2018), financiada pelo CNPq.

Introdução

Milner (2021 [1995]) afirma que “a linguística deseja ser uma ciência” (p. 15) e que é exatamente esse desejo que a diferencia da gramática. Ao constatar a diversidade das escolas linguísticas, o autor defende ser possível o estabelecimento de um projeto geral de ciência da linguagem inspirado no paradigma epistemológico das ciências da natureza. Em sua obra “Introdução a uma ciência da linguagem” (2021 [1995]), o linguista apresenta seu propósito nesse livro: “Examinaremos aqui a hipótese segundo a qual a linguística é uma ciência, no mesmo sentido em que uma ciência da natureza pode ser uma ciência” (MILNER, 2021 [1995], p. 16).

Agamben (2015), sobre Milner, declara que este é “um pensador extremamente original” (p. 53) e, que, além disso, apresenta uma ampla formação linguística, a qual o autoriza a discutir de modo muito profundo e singular o caráter científico da linguística. É por isso que tomamos Milner como o autor que nos auxilia a refletir sobre a epistemologia da ciência linguística principalmente a partir de sua leitura do “Curso de linguística geral” (1916), obra póstuma atribuída a Ferdinand de Saussure, mas também a partir de suas considerações a respeito do projeto de ciência estabelecido por Noam Chomsky quando da fundação da gramática gerativa no final dos anos de 1950.

Neste trabalho, assumimos a hipótese de Milner (2012 [1978]) em sua obra “O amor da língua” segundo a qual Saussure é um continuador da ciência da gramática comparada. Essa assunção se justifica porque, ao assumirmos Saussure dessa forma, podemos entender nele os princípios que situam sua teorização no âmbito de uma ciência galileana, ou seja, “aquela que substitui o objeto por letras e por símbolos a partir dos quais ela raciocina” (MILNER, 2012 [1978], p. 30), diferentemente daquilo que afirma Milner (2021 [1995]) ao defender que a epistemologia saussuriana se apresenta nos moldes de uma epistemologia aristotélica.

Nossa defesa de que a epistemologia saussuriana se apresenta como uma epistemologia galileana está alicerçada no

próprio Milner (2012 [1978]), que vê Saussure como um continuador da gramática comparada, como dissemos, mas também em Bouquet (2000 [1997]), por motivos que serão explicitados no decorrer de nossa discussão.

Nosso entendimento é que, se Saussure é um continuador da gramática comparada e que, se esta é um campo científico que apresenta os critérios que a tornam uma ciência galileana², Saussure, sendo seu continuador, também apresenta uma teorização que podemos classificar como tal.

Nessa perspectiva, Milner (2012 [1978], p. 31) sustenta que é a gramática comparada que torna possível o “mínimo” exigido para que a ciência linguística possa ser considerada como galileana: a edificação de uma escrita. Diz o autor:

Consideremos a gramática comparada das línguas indo-europeias: o que é importante não é que ela determine sucessões históricas – nota-se, aliás, que ela jamais data suas formas e se restringe a estabelecer relações de ordem -, mas sim que ela possa *notar* formas por definição não observáveis, desempenhando a função de matriz para um conjunto de formas observadas [...] Resumindo: a gramática comparada consiste na **escrita** regrada de um real estruturante – que esse real também deva ser considerado como um antecedente aqui é secundário. (MILNER, 2012 [1978], p. 31, itálico do autor, negrito nosso).

Assim, neste capítulo, reconstituiremos a interpretação feita por Milner, assim como a de Bouquet acerca da epistemologia saussuriana. Para tanto, utilizaremos como referência os seguintes trabalhos de Milner: “El periplo structural: figuras e paradigma” (2003), “O amor da língua” (2012 [1978]) e “Introdução a uma ciência da linguagem” (2021 [1995]).

Para as análises de Bouquet, utilizaremos como referência sua obra “Introdução à leitura de Saussure” (2000 [1997]), em que o autor encerra uma síntese magistral da epistemologia da

² Trazemos esta informação neste momento como forma de anunciar uma questão importante para nossa discussão. A afirmação é discutida com mais detalhes na sequência.

gramática comparada. É também a partir dessa obra que balizamos nossa defesa de que a epistemologia saussuriana se adequa à epistemologia galileana de ciência.

Debruçamo-nos sobre a explicitação dos critérios de cientificidade levantados por esses autores para examinar como eles, Milner e Bouquet, classificam Saussure em relação à ciência da linguagem, e, em sequência, argumentamos em favor da visão de que a epistemologia galileana também foi adotada por Saussure ao teorizar a ciência linguística que o formou: a gramática comparada.

Nesse sentido, este capítulo organiza-se, além desta introdução, em mais quatro seções, assim divididas: na segunda seção, expomos os critérios de cientificidade destacados por Milner (2021 [1995]) que caracterizam uma epistemologia *standard* (padrão). Na terceira seção, tratamos de Saussure enquanto um comparatista e descrevemos os critérios que fazem da gramática comparada uma ciência galileana. Na quarta seção, recuperamos o ponto de vista de Milner (2021 [1995]) de um Saussure aristotélico e o ponto de vista de Bouquet (2000 [1997]) de um Saussure galileano. Por fim, na quinta seção, apresentamos nossa conclusão, assumindo o ponto de vista de Bouquet (2000 [1997]).

Crítérios de cientificidade: uma epistemologia padrão

Iniciamos o capítulo trazendo a afirmação de Milner (2021 [1995]) de que a linguística deseja ser uma ciência. Em nosso caso, entendemos que a compreensão do que é ciência³ aparece como uma exigência da própria análise dos fundamentos epistêmicos da ciência da linguagem em particular, uma vez que estamos colocando em pauta questões relacionadas à epistemologia do referido campo.

³ Não temos aqui a pretensão de fazer um tratado sobre “ciência”, uma vez que não temos o intuito de ir para o campo da epistemologia geral.

Como ressalta Agamben (2015), não é intenção de Milner (2021 [1995]) – e nem a nossa – propor uma epistemologia. É nesse sentido que diz Milner: “Não se trata de propor uma epistemologia. Isso é tarefa de outras competências que não a nossa. Contudo, convém que saibamos o que queremos dizer quando falamos de ciência” (MILNER, 2021 [1995], p. 27).

Ainda assim, “seria difícil encontrar em um tratado dessa disciplina uma exposição tão clara e original do conceito de ciência galileana” (AGAMBEN, 2015, p. 55). Isso, por si só, justifica a incursão no pensamento teórico de Milner neste trabalho.

Mesmo não sendo o objetivo de Milner (2021 [1995]) propor uma epistemologia, o autor lança mão de uma epistemologia padrão (*standard*), ou seja, aquela que, “sem que não se possa considerá-la certamente verdadeira, ela parece a menos inapta hoje a apreender os traços distintivos do que se apresenta sob o título de ciência moderna” (MILNER, 2021 [1995], p. 41).

Sendo assim, Milner (2021 [1995]) discorre sobre o que seria um sistema conceitual típico de uma produção discursiva daquilo que pode ser entendido como ciência moderna. Prioritariamente, uma concepção de ciência enquanto um conjunto de proposições é caracterizada pela combinação de uma manipulação empírica de dados (empíria) e pela relação entre uma teoria e a técnica dessa teoria.

Ademais, o autor observa que, para que a linguística se constituísse como uma ciência moderna, ela precisaria atender aos critérios de matematização. Como destaca Milner (2021 [1995]), a matematização do real e a manipulação técnica de uma teoria são aspectos esclarecidos por Koyré (1986 [1957]) a partir de Galileu-Galilei, aspectos por meio dos quais Koyré apresenta sua compreensão de ciência moderna.

Em seu livro intitulado “Do mundo fechado ao universo infinito”, Koyré (1986 [1957]) elucida que Galileu sintetiza uma nova cosmologia, em contraposição à cosmologia caracterizada pela física aristotélica, ou seja, aquela que preconiza um cosmo organizado e finito. Ao contrário, a nova cosmologia galileana apresenta um conceito de cosmo como sendo geometrizado e infinito. Ainda

segundo Koyré (1986 [1957]), a nova cosmologia produzida pela revolução científica ocorre devido à divulgação do platonismo.

De acordo com Schneider (2016), esse “platonismo” defende a substituição do conhecimento obtido através da experiência sensível e propõe um novo modo de se conhecer o universo por meio de sistemas conceituais coerentes, a ponto de se produzir certezas mesmo que não através da empiria⁴.

É afirmando que, para se compreender o mundo, deve-se rejeitar a sua aparência e avaliar sua estrutura que Galileu, de acordo com Koyré (1986 [1957]), inaugura uma nova cosmologia, na qual o universo seria composto por grandezas matemáticas. Dizendo de outro modo, as relações entre as grandezas apontadas por Galileu como princípio de estruturação do universo constituem a base da ciência estabelecida por ele, de forma que a matemática é a língua responsável pela escrita dessa ciência, isto é,

a língua na qual esses princípios podem ser registrados é a matemática. É neste ponto – tão bem pinçado em Koyré – que Jean-Claude Milner sublinha a atividade de matematização do real como o principal traço distintivo da cientificidade moderna (SCHNEIDER, 2016, p. 54).

É aqui que Milner (2021 [1995]) reitera que a matematização do real não implica quantificação de dados, mas literalização ou literalização matematizada, a qual não significa mensuração/quantificação do fenômeno, mas antes que o discurso científico se vale de suas próprias regras e não daquilo que elas designam.

Esse discurso permite uma escrita matematizada por meio de símbolos, de uma notação que se propõe indiferente à sua designação. O autor pontua que essa escrita matematizada por meio de símbolos, uma escrita literalizada, possibilita a manipulação de entidades sem se “ver” o que elas designam:

⁴ Como fez a gramática comparada ao reconstruir formas fonéticas sem a necessidade de haver falantes das línguas postas em comparação, ou seja, sem a necessidade do fenômeno empírico (a oralização das línguas em comparação, por exemplo). Voltaremos a esse ponto.

Por matematização entenderemos o seguinte: não se trata de quantificação (medida), mas daquilo que se poderia denominar o caráter *literal* da matemática: usar símbolos que possam e devam ser tomados literalmente, sem prestar atenção ao que eventualmente designem ; que se usem símbolos apenas em virtude de suas próprias regras: normalmente se fala, então, de funcionamento cego. (MILNER, 2021 [1995, p. 28, destaques do autor]).

Como podemos perceber, Milner denomina de “funcionamento cego” essa independência entre as entidades e o que elas designam. Essas entidades seriam, então, “literais” no sentido de que o que se leva em consideração é apenas as leis que regem as combinações dessas entidades e não suas substâncias.

O linguista, no entanto, não se abstém de destacar que a ciência da linguagem não deixa de ser uma ciência empírica e que, por isso, o manuseio das entidades literalizadas deve produzir propostas empíricas refutáveis. Por isso, de forma categórica, Milner (2021 [1995]) destaca que a intersecção entre refutação e literalização é o que deve caracterizar a ciência da linguagem como um todo. Ainda conforme o autor, foi nisso que o estruturalismo, representado pelo nome de Saussure, não acreditou.

A relação entre teoria e técnica é o segundo traço que Milner (2021 [1995]) aponta a partir de Koyré (1986 [1957]). Argumentando nessa direção, Schneider (2016) nos diz que a ciência clássica entendia ser a observação o único meio de obter informações que permitiam a produção e a elaboração do entendimento de certo fenômeno. Para a ciência moderna, no entanto, o cientista realiza experimentação, pois é capaz de manipular os conceitos independentemente do fenômeno, como bem já dissemos, por meio apenas de regras matematizadas. Nesse sentido, o cientista é capaz de interagir com a natureza através da experimentação e não apenas da observação.

Por meio dessa manipulação empírica, o cientista registra um saber que deve ser transcrito através do discurso da literalização matematizada, produzindo proposições empíricas que também são tomadas como características do discurso científico, segundo Milner (2021 [1995]). A falseabilidade, isto é, a possibilidade de

que uma proposição enunciada pelo discurso científico seja refutada é o que, de fato, garante o caráter de cientificidade de um discurso que se proponha como tal.

Um terceiro e último traço que caracteriza o discurso científico elencado por Milner (2021 [1995]) é o aspecto criativo desse discurso. Todo discurso científico apresenta uma matriz de proposições que são, por natureza, impossíveis de se demonstrar, a saber, uma teoria mínima, “um conjunto de afirmações mínimas que, ainda que impossíveis de serem falseáveis, são tomadas como positivas para que seja possível construir novas proposições” (SCHNEIDER, 2016, p. 60). A teoria mínima da gramática comparada é o indo-europeu, já que é uma língua hipotética não passível de verificação empírica. Como sintetiza Schneider (2016, p. 60-61, *itálicos do original*),

Em termos epistemológicos, o indo-europeu é ao mesmo tempo uma suposição do investigador e o próprio resultado de seu trabalho. Quando lemos uma obra da gramática comparada, o que é denominado como indo-europeu é a soma de uma série de formas linguísticas que foram cuidadosamente calculadas. Dizemos então que a suposição do indo-europeu enquanto um estado de língua pretérito é um *dispositivo*, pois ele permite que o investigador oriente sua pesquisa de modo a contribuir para a manutenção de uma possível certeza.

A partir da reflexão de Milner (2021 [1995]), entendemos que a ciência moderna se caracteriza como uma configuração discursiva que possibilita a produção de proposições, utilizando-se da matematização do real e permitindo ao cientista manipular seu objeto através das regras que o constituem e não da materialidade referida pelas regras, a saber, a substância empírica.

Assim, é possível elaborar técnicas experimentais para testar a falseabilidade das proposições criadas pelo discurso científico. Essa seria, conforme Milner (2021 [1995]), a caracterização do fazer ciência de acordo com uma epistemologia galileana. Nessa perspectiva, Milner (2021 [1995]) destaca a matematização como um procedimento que possibilita uma escrita por meio do uso de

símbolos passíveis de serem tomados em si, sem se prestar atenção no que venham a designar a partir de proposições que têm como base teorias mínimas.

Saussure e a gramática comparada

A gramática comparada, essa “disciplina tão mal nomeada” (MILNER, 2021 [1995], p. 108), nasce no fim do século XVIII. Milner (2021 [1995]) relata que essa disciplina é comumente associada à filologia e às ciências históricas, o que se configura, para o autor, num equívoco, já que se pode encontrar nela as bases de uma *ciência galileana*. Diz o linguista: “os princípios da gramática comparada revelam ter a própria estrutura dos princípios de uma ciência galileana” (MILNER, 2021 [1995], p. 113). É justamente por isso que defendemos o seguinte: se Saussure é um continuador da gramática comparada, conforme defende Milner (2002 [1978]), podemos assumir que sua epistemologia igualmente se apresenta como tal.

Ao historicizar os aspectos mais importantes da gramática comparada, Robins (1983 [1967]), em sua obra “Pequena história da linguística”, explica que esse campo de estudos linguísticos se desenvolve a partir da relação de dois pontos de vista: a comparação de diversas línguas e a história fonológica e gramatical de línguas particulares.

No entendimento de Robins (1983 [1967]), a gramática comparada carrega o mérito de ter estabelecido um desenvolvimento teórico e metodológico que a caracterizou como um campo científico mais bem estabelecido do que os estudos linguísticos que a antecederam. Nas palavras do estudioso, “o século XIX assistiu ao desenvolvimento de modernos conceitos, teóricos e metodológicos, no terreno histórico-comparativo e à concentração neste domínio linguístico de maior parte dos esforços e talentos dos linguistas” (ROBINS, 1983 [1967], p. 132).

A gramática comparada objetivava comparar diferentes línguas entre si e escrever a história de uma dada língua a partir

da comparação de diferentes estados dessa língua. Esses estudos estabelecem, então, que as mudanças linguísticas são resultados de regularidades fonéticas que se manifestam indiferentemente em todas as línguas, apresentando uma “explicação” para o fenômeno da mudança:

As leis fonéticas não tratam da semelhança entre os sons de diferentes línguas; tratam das correspondências entre *formas linguísticas*. Essa distinção entre a realização sonora de uma forma linguística e a relação de correspondência entre tais formas permite dar o salto que iguala as leis fonéticas às leis físicas. Estabelecer leis fonéticas é uma forma de agenciar proposições sem que seja necessário considerar a substância sensível que pode vir a ser referida. As formas *ph* grega (*phero*) e *b* armênia (*berem*) encontram correspondências fonéticas na forma indo-europeia **bh*, independentemente de suas diferenças em termos de realização fonética. (SCHNEIDER, 2016, p. 56, itálicos do autor).

Os exemplos expostos por Schneider (2016) demonstram haver uma “reconstrução teórica”⁵ de formas linguísticas. A referida reconstrução é atestada pela gramática comparada através de uma escrita desprovida dos sons, ou seja, uma escrita literalizada por meio de símbolos. “‘Calcular’ as formas possíveis ou impossíveis, combinando os estenogramas de correspondência, de acordo com regras de combinação” (MILNER, 2021 [1995], p. 111), é, pois, a tarefa do linguista.

É nesse sentido que Milner afirma que há na gramática comparada a elaboração de uma ciência galileana, exatamente pela possibilidade de matematização, de manipulação de elementos sem se considerar sua substância.

Segundo Milner (2012 [1978]), é exatamente isso que diferencia a gramática comparada dos estudos antecedentes: a possibilidade de uma “edificação da escrita”, uma vez que “ela [a gramática comparada] possa *notar* formas por definição não observáveis, desempenhando a função matriz para um conjunto de formas observadas” (MILNER, 2012 [1978], p. 31, itálicos do autor).

⁵ Conferir Lima (2016).

As regularidades fonéticas atestadas nos exemplos trazidos por Schneider (2016) se apresentam como justificativa para a diversidade histórica das línguas e como prova do parentesco entre elas. Bouquet (2000 [1997]), por sua vez, acrescenta que os neogramáticos defendiam que toda mudança fonética se produz mecanicamente, por meio de leis *puramente psicomecânicas*. Sob essa perspectiva, Robins (1983 [1967], p. 148) afirma que

Todas as mudanças fônicas, como processos mecânicos, ocorrem de acordo com leis que não admitem nenhuma exceção dentro do mesmo dialeto, e o mesmo som, em contextos idênticos, evoluirá sempre da mesma maneira; porém as criações e modificações analógicas de determinadas palavras como entidades lexicais ou gramaticais constituem também componente universal da mudança linguística em todos os períodos históricos e pré-históricos.

Mesmo sendo a teoria que, à época, figurava como aquela que melhor explicava a complexidade das mudanças linguísticas, Bouquet (2000 [1997]) pontua que o problema dos neogramáticos reside no fato de que eles não conseguiram encontrar uma teoria que abarcasse os resultados encontrados pela prática do comparatismo, embora tenham se empenhado na elaboração de um modelo que se alinhasse à ciência positiva galileana.

Contudo, tratar do conceito de *língua* não era uma questão, nem para os comparatistas, nem para os neogramáticos. Conforme Milner (2012 [1978]), isso é exatamente o que faz Saussure, que, ao propor um objeto para a linguística, a língua, estabelece um axioma do qual toda a linguística que se quisesse científica deveria partir, a saber, *a língua é um sistema de signos*.

Teria sido nesse contexto que Saussure teria apresentado um pensamento mais sistemático a respeito da epistemologia do comparatismo. Saussure, dessa forma, teria esboçado, de fato, uma epistemologia da gramática comparada. Com isso, não queremos dizer que Saussure seja o fundador de uma nova epistemologia, mas que ele termina por sistematizar um conjunto de pensamentos que já vinha efervescendo. Muitos mais do que o “pai” de uma nova linguística científica, Saussure se apresenta

como o homem da síntese, como um homem fruto do momento histórico de sua época.

Afirmamos, acima, assumir a posição de Milner (2012 [1978]) de que Saussure não funda uma linguística moderna: “A linguística existe – é a gramática comparada –, o problema é que ela ignora aquilo que a possibilita” (MILNER, 2012 [1978], p. 51). Nessa direção, o CLG “[...] não passa da exposição das condições conceituais que tornam possível a gramática comparada” (MILNER, 2012 [1978], p. 32).

Com essa perspectiva em relevo, assim como faz Bouquet (2000 [1997]), adotamos a análise de Milner (2021 [1995]) como fio condutor de nossa discussão. Entretanto, afastamo-nos do segundo autor em relação à sua assunção da epistemologia de Saussure como sendo não galileana. Portanto, destacamos que a relação entre a ciência linguística e o próprio Saussure, segundo nossa interpretação, não é tomada pela via da “fundação”, quer dizer, não compreendemos Saussure como o “fundador” de uma nova ciência, mas como aquele que sistematiza as proposições discursivas da ciência da gramática comparada.

“Saussure aristotélico”: o ponto de vista de Jean-Claude Milner

Nesta seção, retomaremos a interpretação de Milner (2021 [1995]) segundo a qual a epistemologia elaborada por Saussure se caracteriza como um retorno à epistemologia clássica aristotélica, conforme já anunciamos anteriormente. Essa visão de Milner, parece-nos, é decorrente de sua leitura de Saussure como um autor estritamente estruturalista, leitura esta ancorada no CLG.

Milner (2021 [1995]), assumindo não ter por objetivo fundar uma epistemologia geral, mas valer-se das noções herdadas, declara que examinará a hipótese de acordo com a qual a linguística é uma ciência positiva. O autor recorre ao “empreendimento da gramática gerativa” – cujo principal expoente é Noam Chomsky – como o empreendimento que mantém em seu programa um projeto científico galileano explícito.

Diz Milner:

Parece mesmo que, entre os linguistas, Chomsky tem sido o único a reivindicar isso de maneira consequente, não sem se referir a Galileu. Uma única citação será suficiente: “Não há nenhuma razão para abandonar o método de abordagem geral das ciências naturais quando abordamos o estudo dos seres humanos e da sociedade. Qualquer abordagem séria dessas questões vai tentar [...] adotar o estilo galileano”. (MILNER, 2021 [1995], p. 16, aspas do autor).

O autor entende Chomsky como o linguista que primeiramente consegue inscrever a ciência linguística no modelo epistemológico galileano. Ao contrário, o CLG saussuriano, segundo Milner, propõe uma epistemologia que se pode caracterizar como aristotélica.

Ao historicizarmos o programa de investigação da gramática gerativa, constatamos que a concepção de ciência adotada por Noam Chomsky, desde o início de sua teoria linguística, está pautada numa propriedade das línguas naturais, a saber: a linguagem humana permite que os falantes façam uso infinito de meios finitos.

Tal propriedade foi denominada por Chomsky (2002) de *aspecto criativo do uso da linguagem*. A esse propósito, Negrão (2007) afirma que o aspecto criativo não concerne apenas ao uso infinito de meios finitos, mas também à capacidade que os seres humanos têm de produzir e compreender expressões nunca ouvidas. Como sublinha a autora,

Descrever e explicitar os mecanismos explicativos dessa capacidade criativa é o objetivo do projeto de pesquisa desenvolvido [...] por linguistas trabalhando no que ficou conhecido como o modelo gerativo de gramática, liderado por Chomsky. (NEGRÃO, 2007, p. 44).

O modelo chomskyano se impõe, nessa direção, como um modelo baseado no formalismo lógico-matemático, modelo esse que fez com que as concepções galileanas fossem reintroduzidas no âmbito da linguística como uma ciência positiva. A autora

toma como referência para sua análise a obra de Milner “Le périple structural. Figures et paradigme” (2002)⁶.

Chomsky, inspirado por Galileu, assume que a ciência deve se basear na natureza, pois esta é perfeita em sua arquitetura. Assim, Chomsky adota a hipótese de que a linguagem humana também tem uma arquitetura perfeita, o que coloca sua linguística no âmbito das ciências naturais ou biológicas. A esse respeito, Chomsky (2002) comenta o seguinte:

Concepções semelhantes, agora aparecendo, de certo modo, nos estudos sobre a linguagem, também tiveram um papel central no pensamento de Galileu. Ao estudar a aceleração, ele escreveu, ‘nós temos sido guiados...por nosso insight sobre o caráter e as propriedades de outros trabalhos da natureza, nos quais geralmente ela emprega somente os meios menos elaborados, mais simples e fáceis. Porque eu não acredito que alguém possa imaginar que o nadar e o voar possam ser executados de forma mais simples e fácil do que aquela que os peixes e os pássaros de fato utilizam por instinto natural’ [...] Galileu foi guiado pelo princípio ontológico de que ‘a Natureza é perfeita e simples e não cria nada em vão,’ observa o historiador da ciência Pietro Redondi. (CHOMSKY, 2002, p. 57, tradução nossa)⁷ ⁸.

Milner (2003 [2002]), por sua vez, afirma que a virada histórica de Chomsky se dá porque este põe em perspectiva três desequilíbrios do paradigma estruturalista, nesse caso relacionado ao nome de Saussure. Diz o autor que “O programa estruturalista

⁶ Utilizaremos, aqui, a versão em espanhol (2003).

⁷ No original: “Similar conceptions, now emerging in a certain form in the study of language, also had a central place in Galileo’s thought. In studying acceleration, he wrote, ‘we have been guided...by our insight into the character and properties of nature’s other works, in which nature generally employs only the least elaborate, the simplest and easiest of means. For I do not believe that anybody could imagine that swimming or flying could be accomplished in a simpler or easier way than that which fish and birds actually use by instinct.’ [...] Galileo was guided by the ontological principle that ‘Nature is perfect and simple and creates nothing in vain,’ historian of science Pietro Redondi observes”.

⁸ Essa mesma passagem é citada por Negrão (2007, p. 49). Na verdade, é a partir do artigo da autora que o trecho nos chama a atenção. Contudo, por termos acesso à obra original, preferimos não fazer uso de *apud*.

sempre foi marcado por desequilíbrios internos”⁹ (MILNER, 2003 [2002], p. 230, tradução nossa). Esses desequilíbrios são assim enumerados por Milner:

O primeiro e mais grave dizia afetava o galileísmo [...] O Estruturalismo foi implicitamente baseado no galileísmo, em que a matematização era decisiva [...] No entanto, uma grande dificuldade permaneceu: nenhum dos procedimentos próprios da linguística estrutural, apresentados como os mais consumados das ciências estruturalistas, deixou-se inscrever em um formalismo lógico-matemático específico. Nem a comutação, nem a distribuição complementar, nem a distinção, nem a definição da existência linguística em termos de diferença pura encontraram sua contrapartida na lógica matemática. (MILNER, 2003 [2002], p 229)¹⁰.

O segundo desequilíbrio concernia à noção geral de ciência. Saussure se apoiava em um modelo de ciência ideal inteiramente devedor à axiomática dos antigos e, portanto, à episteme antiga [...] Revolucionário em termos de grande polaridade, o programa estruturalista permanece irremediavelmente conservador no que diz respeito à ciência ideal. Admite que um discurso, para ser uma ciência, deve cumprir pelo menos certas condições formais: singularidade e especificidade do objeto, minimalismo dos axiomas e conceitos fundamentais. (MILNER, 2003 [2002], p. 231)¹¹.

⁹ No original: “El programa estructuralista estuvo marcado siempre por desequilibrios internos”.

¹⁰ No original: “El primero y más grave afectaba al galileísmo [...] El structuralismo se fundamentaba implícitamente en el galileísmo donde la matematización era decisiva bsistía no obstante una dificultad mayor: ninguno de los procedimientos propios de la linguística estructural, presentada como la más consumada de las ciencias estructuralistas, se dejaba inscribir en un formalismo lógico-matemático determinado. Ni la conmutación, ni la distribución complementaria, ni la distintividad, ni la definición de la existencia linguística en términos de diferencia pura hallaban sua homólogo en la lógica matemática”.

¹¹ “El segundo desequilibrio concernía a la noción general de ciencia. Saussure se apoyaba sobre un modelo de la ciencia ideal enteramente deudor de la axiomática de los antiguos y, por lo tanto, de la episteme antigua [...]Revolucionario en cuanto a la gran polaridad, el programa estructuralista sigue siendo irremediablemente conservador en cuanto a la ciencia ideal. Admite que um discurso, para ser una ciencia, debe cumplir al menos ciertas condiciones formales: unicidad y especificidad del objeto, minimalismo de los axiomas y conceptos fundamentals”.

O terceiro desequilíbrio reside na própria noção de estrutura. (MILNER, 2003 [2002], p. 232, tradução nossa)¹².

Das longas passagens reproduzidas de Milner, concluímos que o primeiro desequilíbrio dizia respeito ao fato de que o estruturalismo, como ciência, caracterizou-se por uma dematematização, e não pela matematização, característica essencial e definidora da ciência galileana. O autor pondera, dessa forma, que todos os procedimentos científicos que atribuem ao estruturalismo os critérios de cientificidade podem ser tomados como procedimentos típicos de uma ciência não galileana.

O segundo desequilíbrio destacado por Milner (2003 [2002]) toca diretamente a noção geral de *ciência* assumida pelo estruturalismo. Para o autor, Saussure se apoiava num modelo de ciência muito antigo, o aristotélico, exatamente o oposto de uma ciência galileana.

Por modelo aristotélico¹³, entende-se um modelo segundo o qual há uma série de proposições referentes aos elementos de um mesmo campo. Esse modelo se caracteriza por propriedades específicas, quais sejam: a) as proposições dividem-se em axiomas e teoremas; b) os conceitos são divididos em primitivos e derivados. A ciência aristotélica deve ainda apresentar dois princípios: o do mínimo e o da evidência.

O princípio do mínimo postula que os conceitos de uma ciência devem ser deduzidos do mínimo de axiomas, expressos pelo mínimo de conceitos primitivos. O princípio da evidência, por sua vez, exige que todos os conceitos primitivos e os axiomas sejam evidentes, não sendo, portanto, necessário defini-los.

Dessa forma, Milner (2012 [1978]) sustenta que a teorização de Saussure está em conformidade absoluta com esse modelo, pois apresenta um axioma mínimo absoluto e evidente segundo o qual a

¹² “El tercer desequilibrio reside en la propia noción de estructura”.

¹³ Toda a conceituação de ciência aristotélica é retirada de Milner (2021 [1995]) e Milner (2012 [1978]).

língua é um sistema de signos. Além disso, apresenta um conceito primitivo evidente, o conceito de *signo*. De acordo com o autor:

A epistemologia grega foi importante, sabe-se, na história das ciências. O que se sabe menos é que ela dominou a linguística moderna: na verdade, o estruturalismo europeu consiste essencialmente em um renascimento da epistemologia dos critérios intrínsecos e notadamente do mínimo absoluto. Será fácil mostrar que o *Curso* de Saussure supõe uma tal epistemologia. (MILNER, 2021 [1995], p. 43, *itálicos do autor*).

Entretanto, conforme argumentamos adiante com Bouquet (2000 [1997], p. 96)¹⁴, “a epistemologia que Saussure elabora [...] determina precisamente os critérios – galileanos – de cientificidade comparatista que são a literalização, a formalização e a refutabilidade”. Voltaremos a esse ponto.

O terceiro desequilíbrio envolve a noção mesma de *estrutura*, porque, na leitura de Milner, devido à adoção do minimalismo epistemológico pelo estruturalismo, seus métodos e seus conceitos não apreendem mais do que o mínimo necessário para a análise da própria estrutura, já que o CLG resume o signo a partir do sistema e da oposição. Para Milner, dessa forma,

Ao tomá-lo como alvo através do empirismo, Chomsky desafiou todas as formas de estruturalismo ao mesmo tempo, fosse a linguística stricto sensu, as disciplinas que tratam de objetos não linguísticos ou mesmo o cruzamento feito por Althusser entre estruturalismo e marxismo. Novamente, dupla conclusão: por um lado, afirma-se que o minimalismo epistemológico é radicalmente anti-galileano, pois esvazia de todo o conteúdo o caráter empírico das ciências galileanas; por outro, afirma-se que a linguística pode se afastar do ideal minimalista e construir sistemas de hipóteses numerosos e refutáveis (MILNER, 2003 [2002], p. 240, tradução nossa)¹⁵.

¹⁴ Bouquet é apenas aqui anunciado como autor que baliza nosso ponto de vista. Trataremos de sua argumentação com mais detalhes ao longo deste trabalho.

¹⁵ No original: “Al tomarlo por blanco a través del empirismo, Chomsky ponía en entredicho de una sola vez todas las formas de estructuralismo, se tratara de la lingüística stricto sensu, de las disciplinas que tratan objetos no lingüísticos o incluso del cruzamiento efectuado por Althusser entre estructuralismo y

Em conformidade com o que afirma anteriormente, Milner (2021 [1995]) elucida que a epistemologia aristotélica baseia a validação de suas proposições por meio de propriedades intrínsecas, como a especificidade do objeto, axiomas indemonstráveis, termos primitivos indefiníveis e o princípio do mínimo absoluto. Como vimos, essa seria a caracterização da epistemologia saussuriana via CLG, que se opõe à epistemologia padrão, galileana, cuja validação de proposições é baseada em critérios extrínsecos, como as noções de *hipótese*, *testagem* e *refutabilidade*.

Segundo Milner (2021 [1995]), é Chomsky quem torna possível a escrita de uma ciência linguística nos moldes galileanos¹⁶ e não Saussure. Isso porque, para Milner, as pesquisas que ainda se apoiavam no estruturalismo linguístico se revelavam tributárias da noção antiga de *ciência aristotélica*, sendo Chomsky, ao adotar o popperianismo em linguística, o responsável por colocar a ciência linguística no rol das ciências empíricas, galileanas.

“Saussure galileano”: o ponto de vista de Simon Bouquet

Na seção anterior, anunciamos de forma aligeirada a posição de Bouquet (2000 [1997]), destacando que esse autor apresenta um ponto de vista diferente do de Milner (2021 [1995]), o qual afirma que

Será fácil mostrar que o Curso de Saussure supõe uma tal epistemologia [...] resulta daí uma consequência: por um ressurgimento histórico estranho, os numerosos textos que recentemente ainda se apoiam no estruturalismo e, notadamente, no estruturalismo linguístico e que, nos anos de 1960, representavam a própria essência da Modernidade, se

marxismo. De nuevo, doble conclusión: por un lado, se afirma que el minimalismo epistemológico es radicalmente antigalileano pues vacía de todo contenido el carácter empírico de las ciencias galileanas; por el otro, se afirma que la lingüística puede apartarse del ideal minimalista y construir sistemas de hipótesis a la vez numerosas y refutables”.

¹⁶ Temos consciência de que essa afirmação aparece, neste momento, de forma abrupta. Ressaltamos, porém, que, por motivo de tempo e espaço, não temos o objetivo de detalhar essa informação. Para mais detalhes, cf. Milner (2021 [1995]).

revelam tributários de uma representação muito antiga de ciência. (MILNER, 2021 [1995], p. 43).

A partir do que nos diz Milner nesse trecho, percebemos sua interpretação segundo a qual, ao romper com os estudos comparatistas e neogramáticos anteriores, Saussure, entendido como um estruturalista, faz um retorno a um antigo modelo clássico de ciência atrelado a Aristóteles, como anunciamos no fim da seção anterior, ainda que esse retorno tenha se dado de modo *méconnu* (desconhecido) e *inconscient* (inconsciente).

Bouquet (2000 [1997]), por sua vez, afirma que esse entendimento de Milner só é possível porque, embora tenha registrado uma *síntese magistral da reflexão saussuriana*, a edição de 1916 acaba por deturpar o pensamento que pretendia divulgar. Na visão de Bouquet, essa deturpação se dá por meio de mal-entendidos¹⁷. Sobre isso, diz ele:

O primeiro mal-entendido é aquele que se enuncia sob a forma desta proposição: *o estruturalismo em linguística é o estrito desenvolvimento da epistemologia programática saussuriana*. Na verdade, não é nada disso. Porque a linguística estrutural, como bem demonstrou Jean-Claude Milner, é fortemente tributária, no plano mais geral de sua epistemologia, de um antigo modelo de ciência – um modelo que podemos qualificar de *aristotélico* [...] a epistemologia programática saussuriana ressalta, ao

¹⁷ Bouquet enumera quatro “mal-entendidos”: o primeiro, citado anteriormente. O segundo mal-entendido corresponde à marca deixada pelo precedente. É aquele que assumiu a forma da seguinte tese: *o desenvolvimento da ciência da linguagem, tendo sucedido ao estruturalismo, implica uma ruptura com a epistemologia saussuriana – ou, pelo menos, com certos aspectos dessa epistemologia*. Um terceiro mal-entendido, avatar do segundo, é o que consiste em supor *que os desenvolvimentos da ciência da linguagem posteriores ao estruturalismo (os da gramática generativa em particular), ao romper com a epistemologia saussuriana, reconciliam-se com a tradição das concepções clássicas da linguagem dos séculos XVII e XVIII*. Enfim, um quarto mal-entendido, avatar do primeiro, é o que assumiu a forma da seguinte proposição: *a epistemologia saussuriana da linguística é uma epistemologia que pode servir de modelo a uma epistemologia geral das ciências humanas*. (BOUQUET, 2000 [1997], p. 17-18).

contrário, o modelo que será qualificado, num estenograma, de *galileano*. (BOUQUET, 2000 [1997], p. 16, itálicos do autor).

Ainda em nota de rodapé (nota 7), à página 16, declara o autor:

Apesar de adotar sem reservas as análises de Milner sobre a linguística estrutural, eu me afasto totalmente dele quando se trata da aplicação da referida análise a Saussure: a possibilidade de uma tal análise ser aplicada ao pensamento saussuriano deve-se precisamente [...] à ilusão da ótica criada pelos redatores do *Cours*. (BOUQUET, 2000, p. 16, itálico do autor)

Dessas longas passagens em que damos voz a Bouquet, algumas ideias merecem nosso destaque. Em primeiro lugar, assim como faz o autor ao adotar as análises de Milner sobre o estruturalismo, mas dele se afasta em relação à qualificação da epistemologia saussuriana como aristotélica, adotamos a concepção de Bouquet (2000 [1997]) de que Saussure apresenta uma epistemologia que se pode qualificar de galileana, mas dele nos afastamos quando se trata de sua visão em relação ao “Curso de linguística geral”, já que o autor afirma que “essa obra oferece um reflexo deformado do pensamento que pretende divulgar [...] falseando as notas do curso e os manuscritos de Saussure em que se apoia” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 13).

Não se trata, aqui, de trazer ao debate a existência do “verdadeiro Saussure” e do “falso Saussure”. A esse respeito, tomamos a posição segundo a qual o CLG não deturpa o pensamento de Saussure, mas traz marcas saussurianas suficientes para o considerarmos como um texto em que se pode encontrar a voz do genebrino, como elucida Silveira (2007), exímia leitora dessa obra póstuma.

Ainda de acordo com essa perspectiva, adotamos a visão de autores como Gadet (1990), Normand (2009 [2000]), Milano (2015), Flores (2017) e Oliveira (2019), que assumem o CLG como um texto saussuriano independente da complexa história de sua gênese. Além disso, consideramos que o CLG é uma obra da qual

se deve partir, em comparação aos *manuscritos*, na medida em que uma leitura comparativa desses textos pode esclarecer questões, desfazer equívocos, ampliar visões.

Em segundo lugar, destacamos que, embora estejamos nos valendo das análises de Bouquet (2000 [1997]) sobre a epistemologia saussuriana e adotando sua posição na caracterização dessa epistemologia, seguimos os passos de Flores e Teixeira (2009). Esses autores, ainda que não concordem com a radicalidade de Bouquet (2000 [1997]) em relação ao CLG, elucidam que a partir desse autor – Bouquet – é possível encontrar no CLG um discurso fundador.

Em outras palavras, é possível encontrar, na obra póstuma, fundamentos da ciência linguística posterior a Saussure. Também é essa proposta de Bouquet (2000 [1997]) que nos autoriza, parecidos, a adoção da tese segundo a qual podemos encontrar, na teorização de Saussure, os critérios de uma ciência galileana.

Tratando desses critérios galileanos em relação à gramática comparada, Bouquet (2000 [1997]) defende que o primeiro critério de uma ciência galileana, a literalização do empírico, é originária da relação entre o fato fonológico e sua relação com a notação escrita, já que, segundo o linguista, a gramática comparada atribui à escrita a função principal de notar as palavras de uma determinada língua.

Concernente ao papel da escrita na prática do comparatismo, Bouquet (2000 [1997]) ressalta que a gramática comparada nasce do desejo dos comparatistas de que as escritas das línguas indo-europeias fossem alfabéticas. O linguista salienta, em nota de rodapé (nota de número 1, à página 97), que a fixação das escritas fonológicas é fruto de uma “maturidade científica do comparatismo”. A propósito da escrita, assim se manifesta Bouquet (2000 [1997], p. 98):

Para ser elevada à ordem da escrita científica, a transcrição da realidade fonológica deve se libertar da escrita comum: ela deve chegar a um real de literalização, no sentido científico. Saussure se deteve bastante tempo nessa

questão da escrita na gramática comparada, consagrando-lhe especialmente três aulas do curso de 1910-1911.

Ao tratar do critério da literalização, o autor ressalta que não está se tratando de uma “pseudoliteralização da escrita comum”, como a literalização da escrita que se fazia no processo de comparação das línguas. Dessa forma, aqui, não se entende por literalização da escrita a representação da oralidade por signos gráficos, mas um processo em que se pode notar um fenômeno linguístico que não pode ser atestado empiricamente, no sentido em que Milner (2021 [1995]) afirma que a literalização consiste em manipular o fenômeno independentemente da substância que ele designa.

Nessa linha interpretativa, Bouquet (2000 [1997]) sustenta que é tal rigor epistemológico que caracteriza a obra de Saussure de 1878, o “Mémoire”. A descoberta das leis que regem o sistema das vogais do indo-europeu é um exemplo de como o critério da literalização sempre esteve presente na teorização saussuriana.

Schneider (2016) nos traz um exemplo desses critérios galileanos na epistemologia saussuriana a partir da análise das “Notes sur l’accentuation lituanienne” (NAL). O autor afirma que a matematização do material linguístico era uma preocupação constante de Saussure. O mestre genebrino apresenta a formalização do fenômeno em análise – a acentuação no lituano – por meio de “traços esquemáticos”, como se pode notar na figura abaixo:

Figura: Traços esquemáticos

| | | | |
|--|----|--------------------------------|----------------|
| $\varnothing\varnothing\varnothing\varnothing\varnothing\varnothing\varnothing\varnothing$ | = | zéro | |
| $(A A A A) + (B B B)$ | = | 1 | (Ex: Quantité) |
| $(\alpha) + (\beta\beta\beta) + (\gamma) + (\delta)$ | = | 1 | (Ex.) |
| $(a a) + (b) + (c c c) +$ | = | 1 | |
| $\dots (\varnothing\varnothing\varnothing) \dots$ | | | |
| Total des él. simples oligos. | 10 | Total des él. simples polys | 3 |

Fonte: Schneider (2016, p. 57).

O segundo critério defendido por Bouquet (2000 [1997]) como adotado por Saussure e que caracteriza a epistemologia deste como galileana é o critério da *formalização*. Em combinação com o primeiro – o da literalização –, esse critério que define uma ciência como galileana é adotado pela epistemologia saussuriana, já que a literalização e a formalização se combinam “para construir o critério global da matematização do empírico” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 100).

O autor elucida que é explícita a noção de *matematização* aplicada à ciência da linguagem por Saussure, inclusive no artigo sobre Whitney (1894), em que se encontra uma referência à literalização como escrita de “quantidades” e uma formalização como a escrita das “relações entre as quantidades”. Contudo, Bouquet (2000 [1997]) esclarece que só metaforicamente é que se pode falar em quantidades quando se trata da ciência da linguagem. Essa metáfora, segundo o autor, diz respeito ao fato de que se “trata do caráter galileano de uma ciência que literaliza valores qualitativos” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 100, nota de rodapé 11).

Bouquet (2000 [1997]) continua sua argumentação explicando que a literalização é uma “fase crucial da matematização” (p. 100) realizada pela ciência da mudança linguística elaborada pela gramática comparada. Concernente às transformações fonéticas, a

formalização via matematização se dava exatamente porque não era necessário que se levasse em consideração as leis fonéticas implicadas nas transformações dos sons, já que não se tinha falantes das línguas postas em comparação para que se atestasse empiricamente determinado som ou determinada mudança de som. Tal atestação ocorria por pura formalização. A esse respeito, comenta Bouquet:

A literalização *como efeito da formalização* atinge no praticante do comparatismo que era Saussure o ponto extremo de sua lógica: *Mémoire* literaliza um elemento fonológico que na época não é reconhecido em nenhuma língua conhecida. O A que o linguista postula não se refere a nenhuma substância sonora em particular e a nenhuma atualização atestada numa palavra. É puro elemento formal. A descoberta do hitita lhe conferiu, depois da morte de Saussure, uma atualização linguística. (BOUQUET, 2000 [1997], p. 103, nota de rodapé 22, itálicos do autor).

Dessa forma, pode-se dizer que, no “*Mémoire*”, Saussure elabora uma análise perfeitamente baseada no critério da literalização e no critério da formalização, os quais se coadunam para exemplificar a matematização. Isso porque Saussure literaliza um fonema não atestado, um fonema hipotético que só pode ser “atualizado linguisticamente” depois da descoberta do hitita. Assim, “a formalização se mostra desde logo indissociável da literalização: ela atesta, afinal, a realidade do objeto desta última” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 103). Tanto o “*Mémoire*” como o NAL são, pois, tomados por nós como fontes para que possamos entender a epistemologia saussuriana como galileana.

O terceiro critério de uma ciência galileana enumerado por Bouquet (2000 [1997]) é a refutabilidade – ou, em outras palavras, a falseabilidade. O autor afirma que esse terceiro critério é postulado por Saussure tanto nos escritos quanto nos cursos.

Acerca disso, Faria (2019) cita um exemplo de Saussure sobre a reconstrução **ēk1wōs* – reproduzido abaixo – muito pertinente para a compreensão do que seria a escrita matematizada, a qual

faz da linguística uma ciência que pode submeter suas proposições ao critério galileano de falseabilidade:

[...] para conhecer as unidades fônicas de uma língua, não é indispensável caracterizar-lhes a qualidade positiva; cumpre considerá-las como entidades diferenciais cuja peculiaridade consiste em não se confundirem umas com as outras. Isso é de tal maneira essencial que se poderiam designar os elementos fônicos de um idioma a reconstituir por quaisquer algarismos ou signos. Por conseguinte, a reconstrução de *ëk1wös quer dizer que o correspondente indo-europeu do latim equos, sânscrito açva-s etc., era formado de cinco fonemas determinados, tomados à gama fonológica do idioma primitivo. (SAUSSURE (2003 [1916], p. 259).

Tratando do “fonema”, Faria (2019), através dessa passagem, esclarece que a escrita matematizada mencionada por Milner (2021 [1995]) é totalmente assumida por Saussure, pois há uma reconstrução pela escrita que toma o fonema por letra “sem que essas formas/fórmulas possam ser faladas” (FARIA, 2019, p. 3).

É exatamente para atender esse critério da falseabilidade que Schneider (2016) entende que, para Milner (2021 [1995]), há na linguística o desejo de cientificidade como forma de atender à exigência da empiria. Schneider (2016) elucida que a linguística, com o objetivo de alcançar essa empiria, mantém o recurso da demonstração da gramática normativa, recurso através do qual é possível verificar o que seria um exemplo de um contraexemplo. Dessa forma, a linguística pode submeter suas proposições a um teste de falseabilidade. Schneider (2016, p. 59) exemplifica:

No caso da gramática comparada, o exame de um vasto material filológico permite a manipulação de um grande conjunto de dados. Ao formular a frase matematizada *bh = gr. ph; sk. bh; ar. b, poderemos lançar uma proposição num conjunto de dados para a recolha de exemplos. Após tal procedimento, a frase literalizada acima pode ser lida como: a forma indoeuropeia *bh é verificada em sânscrito pela palavra bharami, em armênico por berem, em grego por phero. Por essa recolha de dados, a forma indo-europeia *bh torna-se empírica, visto que as correspondências fonológicas entre sânscrito, armênio e grego são verificadas. No momento em que tais relações cessam de se efetivar, a forma *bh perde sua empiria.

A partir da discussão feita até aqui, entendemos, com Milner (2021 [1995]; 2002 [1978]) e com Bouquet (2000 [1997]), que a gramática comparada apresenta as técnicas de *literalização matemática* intrínsecas a uma *ciência galileana*. A comparação de formas linguísticas de diferentes línguas sob a hipótese do indo-europeu como sua teoria mínima garantiu que a gramática comparada, a linguística que Saussure efetivamente praticou, alcançasse os princípios galileanos de ciência, como a relação entre teoria e técnica, por meio da qual se efetivou a possibilidade de falseabilidade das proposições formuladas.

No entanto, Bouquet (2000 [1997]) destaca que a gramática comparada, embora produzisse resultados incontestáveis e importantes para os estudos da linguagem à época, ignorava as condições que tornavam possíveis esses resultados, o que seria o mesmo que dizer que, até Saussure, não se podia afirmar a existência, nos termos do próprio Saussure, de “uma filosofia da linguística” (epistemologia, nos termos atuais).

Ainda que por um viés diferente, defendemos, com Bouquet (2000 [1997]), que a epistemologia que Saussure elabora não se limita ao reconhecimento taxinômico, mas que ele determina exatamente os critérios que permitem entender os princípios de cientificidade da gramática comparada, sendo esses princípios condizentes com uma epistemologia galileana: a literalização, a formalização e a refutabilidade (BOUQUET, 2000 [1997], p. 96).

À guisa de uma conclusão: assumindo um ponto de vista

A discussão estabelecida até aqui nos leva a verificar, a partir das análises de Milner (2021 [1995]) e de Bouquet (2000 [1997]), que há duas possibilidades de se entender a epistemologia saussuriana, a depender do “Saussure” para o qual estamos olhando: o “Saussure comparatista” ou o “Saussure estruturalista”.

O “Saussure comparatista” é aquele que pratica a linguística operacionalizada pela gramática comparada. Nesse sentido,

podemos afirmar que Saussure estabelece uma epistemologia que se coaduna aos princípios de uma ciência galileana, pois, como vimos anteriormente, encontramos na gramática comparada os critérios mínimos que a caracterizam como tal. Como continuador dessa linguística comparatista, Saussure também elabora uma epistemologia galileana.

Em contrapartida, o “Saussure estruturalista” é aquele que pode ser encontrado -por meio de uma das possíveis leituras do “Curso de linguística geral” (1916). Este, o “Curso”, encerra uma epistemologia aristotélica, já que a leitura estruturalista dessa obra, conforme Milner (2021 [1995]), assenta-se sobre o axioma *a língua é um sistema de signos*.

De acordo com Milner (2012 [1978]), como vimos, uma produção discursiva que se alinha a uma epistemologia aristotélica é aquela que apresenta axiomas e teoremas que são ligados a conceitos primitivos e derivados, além de respeitar o princípio do mínimo (o qual exige que os conceitos sejam deduzidos do mínimo possível de axiomas) e o princípio da evidência (o qual postula que todos os conceitos primitivos e os axiomas têm de ser evidentes).

A epistemologia de Saussure ligada ao “Curso”, na perspectiva de Milner (2021 [1995]; 2012 [1978]), está em conformidade absoluta com esse modelo, uma vez que apresenta um axioma mínimo absoluto e evidente: *a língua é um sistema de signos*. Além disso, apresenta um conceito primitivo também evidente, o conceito de *signo*.

Entretanto, conforme destacamos anteriormente, para Milner (2012 [1978]), Saussure não funda uma nova ciência, mas dá continuidade à linguística de Bopp; “nesse sentido, Saussure é o praticante de uma ciência cujo aparelho discursivo está adequado à epistemologia standard” (SCHNEIDER, 2016, p. 62), descrita por Milner (2021 [1995]).

O entendimento de Milner (2021 [1995]), a partir da leitura do “Curso”, é o de que a epistemologia saussuriana não pode ser caracterizada como galileana, mas aristotélica. No entanto, ao

olharmos para o “Saussure” praticante da gramática comparada, o “Saussure” do “Mémoire”, o “Saussure” do NAL (SCHNEIDER, 2016), percebemos que este adora em suas análises os critérios necessários para que se possa caracterizá-las a partir de uma matriz epistêmica galileana.

A interpretação de Milner (2012 [1978]) é a de que, para que a linguística seja científica, de acordo com os postulados do “Curso”, ela deve entender e definir a língua como um sistema de signos. Esse é o axioma. O signo linguístico é o primitivo evidente, como vimos acima. Deve-se ter em mente, segundo o autor, que esse conceito evidente, o signo, não deve ser tomado como objeto teórico, mas como o “meio de expor uma teoria cujo objeto é completamente outro” (MILNER, 2012 [1978], p. 57).

Para Milner, então, ao instituir o signo não como objeto, mas como a possibilidade de acesso ao fenômeno linguístico tornando esse fenômeno o objeto da ciência linguística, o “Curso” consolida um retorno a uma epistemologia aristotélica. Como podemos perceber, é a leitura estruturalista do “Curso” elaborada por Milner o que lhe permite tal interpretação. Bouquet, contudo, afirma:

se esse modelo se inspira efetivamente nos conceitos saussurianos, e se é possível ler a manifestação de um tal modelo no *Cours* (embora seja apenas *uma* das leituras possíveis da obra de Bally e Sechehaye), os textos originais revelam claramente outra coisa: a epistemologia programática saussuriana ressalta, ao contrário, o modelo que será qualificado, num estenograma, de *galileano*. (BOUQUET, 2000 [1997], p. 16, itálicos do autor).

Se é possível que a epistemologia aristotélica seja atribuída a Saussure, é devido à leitura estruturalista do “Curso”, a qual, na visão de Bouquet, é apenas uma das leituras possíveis do CLG.

Milner (2012 [1978]), por sua vez, destaca que o “Curso” busca enunciar a fundação da linguística como ciência. Sobre isso, continua o autor:

Essa intenção confessa não deixou de desencadear mal-entendidos e, particularmente entre os modernos, a aproximação com Freud. As coisas,

entretanto, deveriam ficar mais claras: Freud é um iniciador – ao fundar, ele faz com que passe a existir uma configuração que, antes dele, era inédita. Não acontece o mesmo em Saussure: a seu ver, a linguística já existe – é a gramática comparada -, o problema é que ele ignora aquilo que a possibilita. (MILNER, 2012 [1978, p. 51]).

Saussure não funda a ciência linguística: ela já existe e é praticada magistralmente pelo mestre genebrino. Ao praticar o comparatismo, Saussure elabora produções discursivas compatíveis com os critérios de uma ciência galileana, sendo por isso que sua epistemologia está de acordo com a epistemologia *standard*.

Concluimos, porém, que Milner (2021 [1995]) caracteriza a epistemologia saussuriana associada ao estruturalismo como um retorno a uma epistemologia aristotélica. É nesse sentido que concordamos com Schneider (2016, p. 67) ao afirmar que, “tendo identificado a gramática comparada como uma prática científica, Milner localizará o nome de Ferdinand de Saussure no desenvolvimento da linguística sob um duplo olhar”, a saber, o Saussure da gramática comparada e o Saussure do estruturalismo.

Entretanto, é a partir do próprio Milner (2012 [1978], p. 31), ao dizer que o “Curso, que é apenas [...] a exposição das condições conceituais que tornam possível a gramática comparada [...] e abre a possibilidade de uma notação simbólica”, que buscamos apresentar um entendimento diferente do desse linguista em relação à epistemologia saussuriana.

Nosso entendimento se justifica ainda quando colocamos em perspectiva as palavras de Milner (2012 [1978], p. 51, *itálicos nossos*): “a linguística que existe e que se trata de fundar é a gramática comparada – a *única disciplina, aliás, que Saussure praticou*”.

Dissemos acima que buscamos apresentar um “entendimento diferente” do de Milner. Com a expressão “entendimento diferente”, referimo-nos exatamente ao fato de que, mesmo adotando a posição de Milner (2021 [1995]; 2012 [1978]) de que Saussure é um continuador da gramática comparada e não o fundador da linguística científica, dele nos afastamos em relação à

sua leitura estruturalista de Saussure, que situa a teorização deste numa matriz epistêmica aristotélica.

Resta-nos explicar, a partir do que discutimos, quais são as consequências teórico-metodológicas decorrentes de se assumir a linguística saussuriana como pertencente a uma matriz epistêmica galileana. Se em relação à linguística desenvolvida por Noam Chomsky essa parece ser uma questão resolvida, deixaremos para trabalhos futuros a formulação desse problema e suas possíveis respostas em relação à teorização de Ferdinand de Saussure.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**. Rev. Dep. Psicol., UFF, v. 18, n. 1, p. 11-28, 2006.
- BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000 [1997].
- BOUQUET, S. De um pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 25, nº 1, p. 161-175, 2009.
- FARIA, N. R. B Entre a leitura da fala e a escrita da língua: o fonema em Saussure. **DELTA** [online]. 2018, vol.34, n.3, pp.861-890.
- FLORES, V. N. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- GADET, Françoise. **Saussure. Une Science de la langue**. 2 ed. Paris: PUF, 1990.
- MILANO, Luiza Ely. Fonético e fonológico em Saussure: o lugar do fônico no Curso de Linguística Geral. **Eutomia**, Recife, v. 16, nº 1, p. 245-258, 2015.
- MILNER, J. C. **Introdução a uma ciência da linguagem**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021 [1995].

MILNER, J. C. **O amor da língua**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 [1978]

MILNER, J. C. **El periplo structural: figures e paradigma**. Amorrortur/Editores, Buenos Aires, 2003 [2002].

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A faculdade da linguagem e os sistemas de interface: as relações entre a sintaxe e a semântica. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. ISSN 1678-460X, v. 23, n. 3, 2016.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009 [2000].

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. O lugar da escrita na reflexão saussuriana sobre o objeto da Linguística. **Leitura**, Maceió, v. 1, nº 62, jan./jun. 2019 – ISSN 2317-9945 Novo retorno a Saussure, p. 127-151.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 25a edição. São Paulo: Cultrix, 2003 [1916].

SCHNEIDER, V. J. **Notes sur l'accentuation lituanienne: uma ciência em construção**. 2016. Tese (Doutorado em PPG-Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA FILHO, J. T. da. **Linearização e hierarquia: retomando o paradoxo posicional a partir do programa minimalista**. 2018. 146 f. Tese (doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Maceió, 2018.

SILVEIRA, Eliane. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007

SEGUNDA PARTE:
ÉMILE BENVENISTE



CAPÍTULO 6

A ÉTICA DO LINGUISTA

Valdir do Nascimento Flores

Resumo: Este texto esboça uma avaliação dos termos pelos quais o linguista pode pensar em uma ética de sua prática. A partir da distinção entre ética da pesquisa linguística em geral e ética das práticas languageiras (AUROUX, 1998a), busca-se refletir a respeito do modo como a linguística pratica essa ética geral em seu cotidiano disciplinar. Toma-se como objeto de análise as notas manuscritas do linguista Émile Benveniste, reunidas e transcritas por Fenoglio (2019), intituladas “A axiologia da linguagem”. As notas são abordadas tendo em vista, de um lado, a hipótese de que podem ser articuladas à teorização do autor presente em “Semiologia da língua” e, de outro lado, a preocupação de Benveniste com os aspectos éticos da linguística, aqui tomados em termos axiológicos.

Palavras-chave: Axiologia. Semiologia. Ética.

Introdução

Ao apresentar o número 35 da revista *Genesis*, dedicado a refletir sobre manuscritos de linguistas e sobre, a partir deles, a constituição de novo campo de investigação genética, a linguista Irène Fenoglio formula uma reflexão fundamental para o que queremos estudar aqui. Diz ela:

O linguista deixa aparecer em suas notas e em seus rascunhos todas as solicitações metodológicas pelas quais passa, as hesitações das quais ele é vítima, os cálculos terminológicos e as prescrições, e mesmo as injunções que delas decorrem, tendo em vista a finalização do seu discurso dirigido a seus pares e destinado a enriquecer o conhecimento e o desenvolvimento teórico¹ (FENOGLIO, 2012, p. 7²).

A afirmação da linguista-geneticista não deixa dúvidas: nos manuscritos de linguistas, podemos encontrar a gênese de um pensamento que é encoberta pelos textos publicados. O “produto final” torna invisíveis e mesmo inexistentes as marcas dessa gênese. Nesse sentido, Fenoglio defende que o estudo de manuscritos de linguistas permite uma leitura interpretativa, no mínimo, incomum, que pode enriquecer a compreensão da obra publicada de um determinado pensador.

É nessa direção que pensamos abordar as notas manuscritas de Émile Benveniste sobre “A axiologia da linguagem”³, apresentadas e transcritas por Irène Fenoglio em 2012, na mesma revista *Genesis*. Trata-se de um conjunto de manuscritos

¹ No original: “Le linguiste laisse apparaître dans ses notes et ses brouillons toutes les sollicitations méthodologiques par lesquelles il passe, les hésitations auxquelles il est en proie, les calculs terminologiques et les prescriptions, voire injonctions qui en résultent en vue de la finalisation de son discours adressé à ses pairs et destiné à enrichir le savoir et le développement théoriques”.

² Todas as traduções de textos citados em francês são de minha autoria.

³ Essas notas foram publicadas originalmente no mesmo nº 35 da revista *Genesis*, acima mencionada. A tradução brasileira dessas notas integra o livro *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*, de Irène Fenoglio, publicado em 2019. Utilizaremos aqui a edição brasileira das notas.

depositados no Departamento de Manuscritos da Biblioteca Nacional da França (BNF)⁴, referentes a um comentário crítico ao livro do filósofo peruano Augusto Salazar-Bondy, *La Science appliquée à l'homme peut-elle se passer d'axiologie?*, publicado em 1968. Conforme Fenoglio (2019, p. 258), essas notas “[...] preparam a redação de um artigo, pois, por várias vezes, Benveniste o menciona com expressões como: ‘Primeira redação do artigo’ ou ‘Para meu artigo (redação definitiva)’”. No entanto, segundo ela, em função do inacabamento do material, não podemos afirmar, com certeza, o “estado exato de avanço em relação àquilo que o escrupuloso e meticuloso Benveniste teria *publicado*” (FENOGLIO, 2019, p. 259, grifo da autora).

Para além do processo criativo e inventivo do trabalho de Benveniste, o que mostram essas notas sobre a axiologia da linguagem?

Elas mostram uma preocupação de Benveniste com o aspecto ético da linguística (e do linguista, como veremos), aqui tomado em termos axiológicos: “A linguística é ou não é axiológica?” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 259)⁵, o que pode ser parafraseado como: “Pode a linguística concorrer – não apenas para ampliar o horizonte intelectual do homem – mas também para modificar sua escala de valores?” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO 2019, p. 262). Em outras palavras, que lugar a linguística ocupa em relação à moral e à ética? Assim, nosso objetivo aqui é, em um primeiro momento, avaliar como tais questões estão presentes, mesmo que embrionariamente, na teorização de Benveniste. As notas de “A axiologia da linguagem” nos servirão de bússola nessa empreitada.

Além disso, essas notas nos permitem também formular uma hipótese sobre a obra do autor, qual seja: pensamos que esse estudo inacabado de Benveniste pode ser, de alguma maneira,

⁴ Cota BNF, PAP., OR., DON 0429.

⁵ Referimos, neste artigo, o manuscrito de Benveniste com “*apud* Fenoglio, 2019”, que é onde se encontram transcritas as notas aqui estudadas.

articulado ao trabalho que o autor fez em direção a uma semiologia da língua, o que culminou na publicação dos artigos que foram reunidos no segundo volume de *Problemas de linguística geral*, sob um único título, “Semiologia da língua”⁶. Temos ao menos duas razões para conjecturar isso.

Em primeiro lugar, há uma razão de natureza cronológica. Fenoglio (2019, p. 258), ao apresentar o manuscrito, relata que

dois conjuntos de manuscritos, um concernente à “axiologia da linguagem” e o outro ao “discurso poético”, encontravam-se, desse modo, reunidos no momento de seu depósito na BNF. Talvez ambos estivessem na mesa de trabalho do linguista quando este sofreu o ataque que o deixará afásico e paralisado em dezembro de 1969. Com efeito, exceto por uma proximidade temporal – as notas manuscritas relativas a “A axiologia da linguagem” partem de um comentário do livro de Augusto Salazar-Bondy, *La Science appliquée à l’homme peut-elle se passer d’axiologie?*, publicado em 1968, e algumas das notas manuscritas tratando do “discurso poético” são datadas de 1968 –, esses dois dossiês não têm nada em comum. É, desse modo, provável que tenham sido trabalhados em paralelo em 1968 e 1969 e que tenham ficado paralelamente em suspenso quando Émile Benveniste foi hospitalizado.

Ora, se Fenoglio tem razão em precisar temporalmente as notas de “A axiologia da linguagem” entre os anos 1968-1969, então podemos considerar que elas são contemporâneas à elaboração do artigo “Semiologia da língua”, que, como dissemos, foi publicado em 1969 e elaborado entre os anos 1968-1969. Dito de outro modo, se podemos admitir essa coincidência temporal, não parece impossível também admitir que há alguma intertextualidade entre eles.

Em segundo lugar, há uma razão propriamente teórico-conceitual. Observemos a transcrição abaixo de uma das notas de

⁶ Conforme explicamos em Flores (2013, p. 146-147), o artigo “Semiologia da língua” é publicado, originalmente, dividido em duas partes. A primeira apareceu na revista *Semiotica*, v. I, n. 1, p. 1-12; a segunda, em *Semiotica*, v. I, n. 2, p. 127-135. Ambas são publicadas no mesmo número da revista em 1969. As duas partes reaparecem, formando um conjunto, em 1974, por ocasião da publicação de *Problemas de linguística geral II*.

“A axiologia da linguagem” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 281, sublinhados e tachados do autor, negritos nossos):

Para meu artigo (redação definitiva)

Assim a linguística não admite a redução axiológica.

Por quê? Porque ela é uma ciência da significação, portanto

uma **semiologia**, com características particulares: de um lado ela

é formada, como outros sistemas de unidades discretas e que dependem do

semiótico; ~~de outro~~ < de outro, ela possui uma dimensão semântica; enfim>

ela é a metalíngua na

qual efetuamos a **análise semiológica** do conjunto dos

sistemas significantes. ¹ Ver nossos artigos em Semiotica.

Entre a a axiologia e a **semiologia** há um termo

comum e um apenas, ao que parece, é o termo “**valor**”.

É preciso portanto ilustrar a ~~distinção de~~ < relação entre > o valor axiológico

e ~~de~~ o **valor semiológico**.

Aqui se apresenta Saussure.⁷

Nessa nota, Benveniste fala em “semiologia” (duas vezes), “análise semiológica” (uma vez) e “valor semiológico” (uma vez), além de remeter diretamente aos artigos da revista *Semiotica* (“Ver nossos artigos em Semiotica”). Esses termos aparecem reiteradamente em outras notas de Benveniste (por exemplo, na Fig. 105 e na Fig. 111⁸). Como se sabe, eles são recorrentes no artigo “Semiologia da língua”, uma vez que, nele, Benveniste procede a uma reflexão propriamente semiológica da língua, o que já está indicado no título do artigo.

Sem dúvida, é possível, portanto, considerar que há indícios textuais que ancoram a nossa hipótese.

Enfim, os temas ensejam reflexão. Para levá-la a cabo, propomos, aqui, em um primeiro momento, apresentar a discussão inaugurada por Sylvain Auroux (1998a e 1998b) acerca da ética linguística, por ele considerado um domínio novo de abordagem

⁷ A apresentação das “notas” obedece ao sistema de transcrição utilizado por Fenoglio (2019).

⁸ Usamos aqui a numeração das figuras estabelecida na edição brasileira (cf. “Nota dos organizadores”, à página 257 do livro).

filosófica da linguística (cf. segunda seção). Acreditamos que as considerações de Auroux podem sinalizar uma perspectiva de análise das notas de Benveniste. Em seguida, buscamos analisar, à luz dessa discussão de Sylvain Auroux, o manuscrito “A axiologia da linguagem”, com vistas a projetar sobre as notas benvenistianas o que diz o filósofo, em especial quanto à distinção entre ética da pesquisa linguística em geral e ética das práticas linguageiras (cf. terceira seção); após, tecemos algumas observações sobre as relações que vemos entre as notas e o artigo “Semiologia da língua” (cf. quarta seção); finalmente, chegamos a falar sobre o ponto de maior importância para nós, que indicamos já no título deste artigo, “a ética do linguista” (cf. quinta seção).

A ética da pesquisa linguística *versus* a ética linguística

No último capítulo do livro *A filosofia da linguagem*, intitulado “Ética linguística”, Sylvain Auroux (1998a, p. 365-394) reflete sobre um tema que não é comumente encontrado na literatura especializada da linguística. Nele, o autor chama a atenção para o fato – espantoso aos nossos olhos, por ser algo muito evidente, mas que ainda não obteve a devida atenção – de que “a tradição filosófica não se preocupou quase nada com ética linguística” (AUROUX, 1998a, p. 366). Sobre isso, ele conclui ainda: “pode-se dizer que se trata de um domínio relativamente novo” (AUROUX, 1998a, p. 366).

Auroux parte de uma ideia geral segundo a qual “a ética concerne às ações e aos comportamentos humanos. Seu papel intelectual é determinar em que consiste o que convém fazer ou o que é bom obter para um indivíduo, um grupo ou todos os homens” (AUROUX, 1998a, p. 365). Para ele, temos um

problema ético quando a avaliação do estatuto ético de uma ação (se ela é boa ou má) não está claramente relacionada (porque se trata de um caso novo ou a ação pode ter consequências contraditórias) seja com as regras e os valores éticos comumente admitidos em uma sociedade, seja com regras e valores éticos universais (AUROUX, 1998a, p. 365).

As normas éticas, diz o autor, se especificam em ações em determinados domínios, quer dizer, há “éticas sexuais”, “éticas profissionais”, “ética da pesquisa científica” etc. Além disso, “avaliar o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico sobre o meio ambiente e a vida dos homens, determinar, em particular, em que direção importa ou não perseguir esse desenvolvimento constituem na mesma medida problemas éticos” (AUROUX, 1998a, p. 365).

Ora, a problemática levantada pelo autor adquire maior importância se entendemos que não se trata de pensar sobre a ética geral de pesquisa à qual estão ligadas todas as disciplinas científicas – nisso, a linguística não difere das demais ciências, “como toda ciência, ela tem então por objetivo a produção, por uma comunidade organizada, de conhecimentos que serão comunicáveis e controláveis por todos” (AUROUX, 1998a, p. 366) –, mas se trata de pensar a respeito de como a linguística pratica essa ética geral em seu cotidiano disciplinar. Apenas para exemplificar, o autor lembra que, assim como a física nuclear se fez acompanhar da corrida armamentista, a gramatização⁹ vernacular esteve presente em processos de colonização que, não raras vezes, se fez acompanhar de total desatenção às gramáticas e aos dicionários dos povos visados pela colonização.

Dito de outro modo, a linguística compartilha com as demais disciplinas científicas das mesmas dificuldades éticas implicadas na prática dessas ciências: desse ponto de vista, não há diferença entre o problema ético implicado na “fabricação de fósseis” e na “fabricação de línguas ou dados linguísticos” que atendam a interesses outros. No entanto, relativamente à linguística, há um ponto fundamental que diz respeito a uma divergência entre a

⁹ “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65, grifos do autor).

ética linguística e a ética da pesquisa em geral: trata-se da relação com o objeto real. Explicamo-nos.

A ciência em geral não deixa de se interessar pelas consequências da pesquisa que faz. Por exemplo, “é difícil conceber físicos [...] que se desinteressem totalmente das consequências práticas de suas descobertas” (AUROUX, 1998a, p. 367) tanto em função das técnicas utilizadas, seus métodos, quanto em função das consequências propriamente ditas de sua pesquisa (*armamentos, destruição do meio ambiente* etc.). No entanto, a linguística – e isso desde o século XIX – é acometida por um total desinteresse em relação às consequências de suas descobertas. Isto é, conforme Auroux, a linguística olha para as práticas da linguística e para as línguas, de um lado, sem levar em conta os efeitos de sua técnica e, de outro lado, sem medir as consequências éticas das descobertas que faz. Prova disso é que parece ser consenso que a técnica da linguística impõe uma recusa de intervenção do linguista sobre a realidade estudada, ou seja, “para os linguistas, parece que o estatuto ‘científico’ só pode ser assumido na condição de não intervir na realidade de seu objeto” (AUROUX, 1998a, p. 367). Essa atitude deliberada de uma ética científica de não intervenção no real tem, entre suas consequências, a ausência do linguista da discussão de vários temas políticos e sociais sobre os quais a linguística poderia ter muito a dizer.

Auroux ilustra isso ao comparar a linguística com outras disciplinas:

É possível imaginar um economista que permanece mudo no momento de uma crise econômica? Por que seria necessário os linguistas se calarem quando há discussões sobre a ‘invasão’ de uma língua por termos estrangeiros, ou quando se trata de decidir políticas escolares de aprendizado das línguas estrangeiras? (AUROUX, 1998a, p. 368).

E acrescenta outro exemplo:

Um consenso parece ter sido estabelecido nas comunidades científicas (e mais amplamente junto ao público) em torno da ideia de que era fundamental para nosso futuro repertoriar e preservar a diversidade das espécies naturais. Desaparecem a cada dia, com efeito, espécies biológicas, por razões diferentes, dentre as quais algumas dependem das atividades humanas e outras não. Mas desaparecem (e desapareceram!) igualmente línguas e formas de expressividade humana. Acontece que alguns grupos lutam pela sobrevivência de sua língua comum. Mas quase não se encontra reflexão aprofundada sobre o que pode(m) representar para a humanidade a perda e/ou a transformação radical de seu patrimônio linguístico (AUROUX, 1998a, p. 368).

As passagens acima são elucidativas. Elas não dizem respeito à ética geral da linguística, mas à prática da linguística no âmbito da ética da ciência. A questão que se coloca não é mais quanto ao fato de a linguística, tal como as demais disciplinas científicas, ter de respeitar a ética geral da ciência, mas, sim, quanto à relação entre a teoria linguística e a ética (cf. AUROUX, 1998b). Muito especialmente, o ponto de destaque é: que estatuto atribuir à relação entre a teoria linguística e as práticas da linguística de modo que tal estatuto implique uma ética? Ou ainda: trata-se de ver como se organiza a comunidade científica dos linguistas e como é representado exteriormente – para a comunidade em geral – o conhecimento por ela produzido.

Em outro livro, intitulado *La raison, le langage et les normes*, Auroux (1998b) especifica mais: “se há espaço para a *ética linguística*, é no sentido de que há espaço para a *ética biológica*; exceto que não existem normas éticas na vida, que é o objeto da biologia, ao passo que elas já existem na linguagem, que é o objeto da linguística¹⁰” (AUROUX, 1998b, p. 287, grifos do autor). Finalmente, acrescenta que “a primeira tarefa da ética linguística é obviamente discutir os padrões éticos contidos na linguagem e evitar cair na armadilha de

¹⁰ No original: “S’il y a place pour une *éthique linguistique*, c’est au sens où il y a place pour une *éthique biologique*, à ceci près qu’il n’y a pas dans le vivant qui est l’objet de la biologie des normes éthiques, alors qu’il en existe déjà dans le langage qui est l’objet de la linguistique”.

máximas de sinceridade ou outra máxima de relevância à la Grice¹¹ ¹²” (AUROUX, 1998b, p. 287). Segundo Paveau (2015, p. 94), “o que S. Auroux observa é a ausência de uma reflexão dos linguistas sobre si mesmos e sobre sua atividade científica que lhes possibilite propor a questão ética”.

Auroux (1998b, p. 288) lista uma série de problemas – dos quais destacamos alguns, a título de ilustração – com os quais a ética linguística deveria lidar: a) “Qual é a relação da diversidade de línguas com o comportamento humano?¹³”; b) “Quais são as consequências da redução da diversidade das línguas para o futuro intelectual da espécie humana?¹⁴”; c) “Devemos ou não proteger línguas ameaçadas?¹⁵”; d) “Que sentido tem promover a expressão oral espontânea em uma cultura escrita na qual, aliás, a ciência – que quase não fala – é o principal modo de produção de bens e gestão das relações humanas?¹⁶”; e) “Quais são as consequências dos objetos tecnológicos linguísticos (gramáticas, dicionários) no comportamento humano, em função de sua natureza?¹⁷”.

Tais problemas impõem uma discussão ética porque tratá-los não é tarefa fácil nem inequívoca. Observe o exemplo trazido por Auroux:

¹¹ Auroux se remete aqui às máximas conversacionais estabelecidas por H. P. Grice. Ver: H. P. Grice (1982), “Lógica e conversação”.

¹² No original: “La première tâche de l’éthique linguistique est évidemment de discuter les normes éthiques contenues dans le langage, et d’éviter de se faire piéger par des maximes de sincérité ou autre maxime de pertinence à la Grice”.

¹³ No original: “Quel est le rapport de la diversité des langues au comportement humain ?”

¹⁴ No original: “Quelles sont les conséquences pour l’avenir intellectuel de l’espèce humaine de la réduction de la diversité des langues ?”

¹⁵ No original: “Faut-il ou non préserver les langues en voie de disparition ?”

¹⁶ No original: “Quel sens cela a-t-il de favoriser l’expression orale spontanée dans une culture écrite où, de surcroît, la science – qui ne se parle guère – est le principal mode de production des biens et de gestion de rapports humains ?”

¹⁷ No original: “Quelles sont les conséquences des objets technologiques langagiers (grammaires, dictionnaires) sur le comportement humain, en fonction de leur nature [...] ?”

Admitamos que se defenda que é necessário preservar as línguas com reduzido número de falantes, porque elas são a expressão de um modo de estar no mundo. Não prejudicamos os falantes preservados quanto ao acesso a uma cultura mais ampla? Se para atenuar este inconveniente optamos pelo bilinguismo, não cobramos dos falantes de línguas “pequenas” uma aprendizagem adicional que os coloca em grande desvantagem em relação àqueles para quem as línguas mais difundidas são as línguas maternas?¹⁸ (AUROUX, 1998b, p. 289).

Enfim, os linguistas acreditam – e isso desde sempre – que a garantia de cientificidade de sua disciplina está diretamente ligada à recusa de intervenção sobre a realidade. A linguística tem a pretensão da neutralidade axiológica porque parece que é ela que sustenta a sua objetividade científica.

Como se pode notar, o tema trazido para a discussão por Auroux é, no mínimo, polêmico e incita ao debate. De nossa parte, gostaríamos de ver como Benveniste pensou o tema da axiologia na pesquisa linguística, as tarefas que reservou ao linguista no que tange ao assunto e os termos pelos quais ele pensava que o assunto poderia integrar a discussão linguística.

É isso que perseguimos na seção seguinte, ao analisarmos as notas manuscritas de “A axiologia da linguagem”.

As notas manuscritas de “A axiologia da linguagem”

O material manuscrito disponibilizado por Irène Fenoglio é bastante amplo, complexo e difícil de ser abordado em sua totalidade. Além da esperada dificuldade em razão do fato de se tratar de um conjunto de notas manuscritas – algo, por natureza,

¹⁸ No original: “Admettons que l’on soutienne qu’il faille préserver les langues disposant d’un petit nombre de locuteurs, puisqu’elles sont l’expression d’une façon d’être au monde. Ne défavorise-t-on pas alors les locuteurs préservés dans l’accès à une plus large culture ? Si pour pallier cet inconvénient l’on opte pour le bilinguisme, ne charge-t-on pas les locuteurs de « petites » langues d’un apprentissage supplémentaire qui les défavorise largement face à ceux pour que les langues les plus répandues sont des langues maternelles ?”

inacabado e processual –, outra se destaca: as fontes teóricas de Benveniste são heterogêneas e de grande complexidade. Incluem-se aí referências ao livro *Zur Genealogie der Moral: Eine Streitschrift*¹⁹, do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), ao linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913) e sua fortuna crítica (Robert Godel [1902-1984], por exemplo), a trabalhos de Charles W. Morris (1901-1979), Chäim Perelman (1912-1984), Émile Durkheim (1858-1917) e Ferruccio Rossi-Landi (1921-1985), além de, evidentemente, ao trabalho de Salazar-Bondy (1925-1974).

Nesse sentido, faremos aqui um percurso muito estrito como forma de verificar apenas o nosso objetivo e a pertinência de nossa hipótese, sem a pretensão de dar conta da integralidade das notas.

Primeiramente, tudo indica que Benveniste parte da noção de “valor” para conduzir a sua discussão.

Na primeira nota, parcialmente citada por nós acima, já vemos:

Pode a linguística concorrer – não apenas para ampliar o horizonte intelectual do homem – mas também para modificar sua escala de **valores**? Eis a questão. Nietzsche falou de uma genealogia da moral: a visão dos **valores** muda se nós procuramos sua gênese e sua etimologia (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 262, negritos nossos).

Logo em seguida:

Axiologia

Pontos que devem ser levados em conta nas distinções entre língua e outros campos

– **Valor** individuais e **valores** coletivos.

– escolha indiv. e escolha coletiva

Decisões, preferências

– caráter prescritivo de um

juízo de **valor** coletivo

– noção de bem-estar indiv. e

coletivo que rege o comportamento (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 263, sublinhados do autor, negritos nossos).

¹⁹ Trata-se do livro *Genealogia da moral: uma polêmica*, publicado em 1887.

Em seguida, além da noção de “valor”, Benveniste procede, de imediato, a uma distinção entre o que é de ordem linguística e o que não o é. Isso está claro na passagem acima (“pontos que devem ser levados em conta nas distinções entre língua e outros campos”). Mais adiante, acrescenta: “em matéria de língua o princípio de legitimidade reina [...]” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 264, sublinhado do autor), situando a problemática inicialmente no campo da normatização – “a norma que governa o uso”, “a correção” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 264).

A partir disso, situa a língua em relação ao homem: “A língua é a categoria essencial do homem, aquela que lhe dá suas capacidades e torna sua inserção possível na sociedade, ou seja, mais uma vez, <aquela que> o faz homem” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 266).

Adiante, Benveniste propõe uma distinção importante: “Axiologia < Distinguir os valores axiológicos e os valores semiológicos>” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 271, sublinhados do autor).

Embora Benveniste, inicialmente, sugira um caminho que parece remeter a uma questão de terminologia – “Uma maneira de responder seria tratar da axiologia da linguagem e da linguagem da axiologia” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 271, sublinhado do autor) –, em seguida, ele assume outra perspectiva, a do valor:

Valor

Não podemos colocar a
linguagem no mesmo plano
que as atividades humanas.
Essas atividades são particulares,
cada uma tem um longo passado,
mas todas e cada uma
têm sua fonte, sua
própria possibilidade na
linguagem. Acedemos pela
linguagem ~~um nível~~ não

mais um certo nível do desenvolvimento, mas a condição mais *própria do homem. A linguagem é para o homem o ser e o ser para outrem com o mundo a relação com o mundo e com outrem (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 275, tachado do autor).

Ora, a linguística, para Benveniste, não está no mesmo nível das demais “ciências do homem”, nas quais as considerações axiológicas podem até estar presentes. A linguística estuda a linguagem humana, o que é uma atividade de outra natureza em relação às outras atividades humanas.

As “ciências do homem” nas quais uma consideração axiológica se justifica são aquelas que estudam o comportamento do homem. Essas consideram “valores”, a noção de “bom”, “melhor”. Mas a linguística não é uma ciência do comportamento. A língua não é um comportamento, a não ser sob seus aspectos pedagógicos ou patológicos (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 271, sublinhado do autor).

E a explicação vem logo a seguir:

Assim a linguística não admite a redução axiológica. Por quê? Porque ela é uma ciência da significação, portanto uma semiologia, com características particulares: de um lado ela é formada, como outros sistemas de unidades discretas e que dependem do semiótico; ~~de outro~~ <de outro, ela possui uma dimensão semântica; enfim> ela é a metalíngua na qual efetuamos a análise semiológica do conjunto dos sistemas significantes. ¹ Ver nossos artigos em Semiotica. Entre a axiologia e a semiologia há um termo comum e um apenas, ao que parece, é o termo “valor”. É preciso portanto ilustrar a ~~distinção de~~ <relação entre> o valor axiológico e ~~de~~ o valor semiológico. Aqui se apresenta Saussure (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 281, sublinhados e tachados do autor).

Bem entendido, a linguística não é axiológica porque ela não é uma ciência “aplicada ao homem” nos termos em que Salazar-Bondy a aborda, “[...] ciências aplicadas na busca das necessidades do homem” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 285), em que predicados como “bom” ou “mau” são mobilizados: “a ciência da linguagem não estuda o comportamento nem as necessidades ~~nem~~ do homem nem a maneira como essas necessidades recebem satisfação nem a busca daquilo que é ~~bem~~” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 285, tachados do autor). Em uma nota anterior, lemos também que há uma diferença que deve ser assinalada no interior da noção de “ciência humana”:

No fundo desse debate, há uma ambiguidade que é preciso ~~atu~~ esclarecer: a do termo “ciências humanas”: para uns são ciências que estudam as necessidades dos homens, que buscam os meios de satisfazê-las ou de suprimir os obstáculos que impedem sua realização – para outros as ciências humanas são as ciências das faculdades humanas e consistem em uma análise do dado social (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 283, sublinhados e tachados do autor).

Benveniste considera que “é preciso definir e distinguir as ciências do homem por seu objetivo. Há aquelas que colocam como seu fim a melhora da condição humana, etc. Nesse caso, é preciso dizer que a linguística ~~não~~ é não compartilha essa finalidade” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 291, sublinhado e tachado do autor).

No entanto, entre axiologia e semiologia, há o termo “Valor”. Esse é sempre o ponto importante para Benveniste e de onde ele parte em suas notas.

A noção de valor mobilizada advém de Saussure (cf. “Aqui se apresenta Saussure”, acima). É aqui que se impõe a diferença entre “valor axiológico” e “valor semiológico” (cf. acima e a seguir).

É preciso, portanto, distinguir dois tipos de valores:

os valores **axiológicos** e os valores **semiológicos**.

Indiquemos em primeiro lugar, distintivamente, suas características próprias e suas diferenças.

São **axiológicos** os valores que requerem

adesão do sentimento como “melhores”

portanto são suscetíveis de gradação e de comparação

Eles engajam a conduta, eles orientam o

comportamento individual. <eles suscitam uma adesão

afetiva, inclusive passional>. Vivemos e morremos

por valores que julgamos “dignos” (**axios**). Um

valor **axiológico** é um valor cujo “preço” é

colocado tão alto que não medimos absolutamente esforços para

atingi-lo. Uma certa equivalência é portanto

instituída entre e uma noção como a

da honra ou da glória ou da liberdade

ou da fidelidade e <o que elas merecem> o que se deve pagar (ou

sacrificar) para a isso conformar sua conduta dor

e sacrifícios. e a dor e o sacrifício

que elas exigem de nós (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 287,

sublinhados e tachados do autor, negritos nossos).

Embora Benveniste não chegue a indicar nessa nota as características dos “valores semiológicos”, é fácil ver no contraste com o que ele diz sobre “valores axiológicos” que o escopo semiológico não é *suscetível* “de gradação e de comparação”.

A linguística, na verdade, passa ao largo da axiologia, pois

Ela se propõe a melhor

conhecer < as línguas> e a melhor compreender a

estrutura da linguagem e os milhares problemas

que nascem dessa consideração. Que desse

melhor conhecer, e <desse> melhor compreender

possa um dia resultar para a sociedade

e para o homem um melhor-ser, podemos

conceber isso. A ideia em todo o caso não deve ser

rejeitada, ainda que ela não pareça realizável.

Todas as realizações da linguística aplicada

e elas não são negligenciáveis ~~visam~~

consistem sobretudo em técnicas de aprendizagem

das línguas, de modo a melhor garantir

a aquisição e o funcionamento, mas são desenvolvimentos no linguístico (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 291, tachados do autor).

Enfim, Benveniste determina que a investigação da linguística não é axiológica, que sua finalidade é “compreender”, “conhecer” as línguas e a estrutura da linguagem, e isso não pode ser feito com base em algum julgamento valorativo. Em resumo: “[...] guardemos isso: não há língua má” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 283).

No entanto, Benveniste resguarda um aspecto interessante: esse trabalho da linguística pode “resultar para a sociedade e para o homem um melhor-ser” (cf. acima) porque “são desenvolvimentos no linguístico” (cf. acima). Essa conclusão que fazemos não deixa a reflexão de Benveniste longe do que ele afirmou em uma entrevista em 1968, contemporânea, portanto, de “A axiologia da linguagem”:

Há várias linguísticas, há várias maneiras de as praticar. Há, concorrentemente, no mesmo momento, estudos de vários tipos, uns de tipo mais tradicional, outros de tipo mais avançado, e depois o que se tem entre os dois: estudos que são a conversão de princípios gerais em aplicação, etc. Cada um faz o que pode, mas creio, de um lado que há muito a fazer e que, de outro lado, por se passar por ela dá ao espírito uma certa formação. Penso naturalmente nos que não se interessam por ela particularmente. Para aqueles que se interessam, é outra coisa, não é necessário que eu diga por quê. Estes estudos podem ser formadores no sentido em que eles destroem muitas ilusões que são feitas espontaneamente e que são muito tenazes no público sobre o valor absoluto da língua, sobre os valores absolutos que cada um encontra em sua própria língua em relação a outras. Isto permite ao espírito tomar uma certa distância, o que é muito útil (BENVENISTE, 1989, p. 39).

O que, nessa longa passagem, se destaca em relação aos nossos objetivos? Benveniste admite que a prática da linguística pode ser formadora do “espírito”, uma vez que são estudos que “destroem ilusões”, portanto, permitem um “melhor-ser”.

Nesse sentido, segundo pensamos, a conclusão que se impõe, a partir da análise das notas de “A axiologia da linguagem”, é que Benveniste, pelo mesmo gesto que recusa que a linguística possa ser axiológica, que possa ser valorativa, aceita que a prática da linguística possa ter algum efeito sobre a sociedade de forma que possa resultar para esta e para o homem um *melhor-ser*. A entrevista que trazemos apenas corrobora essa perspectiva.

Valores axiológicos versus valores semiológicos

Seremos breves nesta seção. Gostaríamos apenas de voltar a destacar a distinção entre *valores axiológicos* e *valores semiológicos*, que, segundo entendemos, opera – embora não completamente, já que se trata de um manuscrito – de maneira estratégica na reflexão de Benveniste.

Nesse ponto, mais uma vez, vemos Benveniste partir de Saussure, mas para chegar a outro lugar (cf. FLORES, 2017). Observemos as seguintes notas:

O “valor” econômico pô pôde
parecer para Saussure
comparável ao valor
linguístico por causa
da noção de troca.
O valor econômico
é um valor de troca:
o valor linguístico é
um valor de comunicação.
Mas é falacioso. Saussure
deveria ter visto que o “valor”
é somente intralinguístico
e apenas semiótico (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 276,
sublinhados do autor).

Benveniste se opõe à ideia – presente em Saussure²⁰ – de que o valor linguístico possa ser comparável ao valor econômico. Para Benveniste, a ideia de “troca”, clara no raciocínio saussuriano (ver exemplos de passagens na nota de rodapé anterior), não é suficiente para falar da especificidade da língua. A “troca” que ocorre na comunicação não é intralinguística, quer dizer, semiótica, nos termos de Benveniste; essa troca – que até pode ser da mesma natureza que a econômica – está distante do que Benveniste considera ser o semiótico.

Ora, ainda que Saussure não se limite a dizer que o valor linguístico é o valor de troca – “seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser ‘trocada’ por este ou aquele conceito” (SAUSSURE, 1975, p. 134) –, é inegável que a noção de “troca” opera na teorização saussuriana e não opera na teorização de Benveniste.

Benveniste até recorre à reflexão sobre o valor no contexto econômico, mas apenas para falar do valor axiológico; nunca para falar do valor semiótico/semiológico. Isso fica bem evidente em uma outra passagem de “A axiologia da linguagem”:

²⁰ Por exemplo: “é que aqui, como em Economia Política, estamos perante a noção de *valor*; nas duas ciências, trata-se de um *sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes*: numa, um trabalho e um salário; noutra, um significado e um significante” (SAUSSURE, 1975, p. 95, grifo do autor). Ou ainda: “para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1.^o que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2.^o que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema (um dólar etc.). Do mesmo modo, uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma ideia; além disso; pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser ‘trocada’ por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente” (SAUSSURE, 1975, p. 134).

~~Esse~~ <Um> valor axiológico também pode ser tomado como norma coletiva: <então político e econômico> poder democrático, repartição igualitária dos bens, independência econômica, em resumo o que poderíamos dos imperativos de justiça ou de segurança. O que ~~isso os~~ caracteriza <esses valores> é que eles respondem a aspirações ou instantes ou difusos e ~~que~~ <que eles> não esperam <frequentemente> senão serem designados para ~~provocar a adesão e se tornarem <tais> <valores> dinamizantes dos polos de atração.~~

Há na realidade espécies particulares de valores que formam, no interior de uma axiologia coletiva, como categorias próprias a certos grupos sociais ou de certas atividades: por exemplo os valores de um magistrado não são os de um oficial. <nem o de um [il]> ~~Para~~ Um industrial <pode erigir como valor>

a <tanto quanto a noção do maior lucro pessoal que a que permite ao mais>

noção da maior produção ~~para colocar a maior massa de bens à disposição que o maior número possível de pessoas <possível> de dispo~~nde/or do maior número <possível> de bens. ~~possíveis pode~~

Em todos esses casos um estudo descritivo esclarecendo esses valores gerais restritos, delimitando seu campo <analisando seus fundamentos>, essencialmente suas tensões, seus conflitos, permanece possível, sem ~~provocar necessariamente uma adesão~~ que essa descrição seja necessariamente axiológica ela própria.

É preciso ainda distinguir. Os valores que podem solicitar ~~a mais forte~~ a adesão consciente ou ~~inconsi~~ inconsciente do teórico são bem mais os que interessam à coletividade e (valores econômicos e sociais) do que os que, puramente morais, são da alçada dos indivíduos (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 289-290, sublinhados e tachados do autor).

Resumindo: o valor axiológico pode ser uma *norma coletiva* (política, econômica etc.) ou *espécies particulares de valores* (valores de um magistrado, de um oficial, de um industrial); para todos esses casos, pode-se ter um “estudo descritivo ... sem que essa descrição seja necessariamente axiológica ela própria”.

O valor linguístico, semiótico, interno à língua, é de outra natureza. Em uma nota apenas referida por Fenoglio, mas não transcrita, lemos: “[...] a linguística não conhece uma língua ‘boa’ ou uma língua ‘melhor’ que outra” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 260). Ou seja, no nível intralinguístico, não se pode julgar o valor, e é por isso que o “valor semiológico” é diferente do “valor axiológico”.

Essa distinção está implicada em “Semiologia da língua”. Ao perguntar, já no início do artigo, “qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, 1989, p. 43), Benveniste faz o mesmo movimento presente nas notas: contrapõe língua ao que não é língua. E, mais adiante, ao falar dos diferentes sistemas semiológicos lembrados, inicialmente, por Saussure (ritos simbólicos, formas de polidez etc.), indaga:

pode-se realmente colocá-los [os sistemas semiológicos] no mesmo plano da língua? Eles não se sustentam sobre uma relação semiológica senão por intermédio de um discurso: o “mito” que acompanha o “rito”; o “protocolo” que regula as formas de polidez. Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, supõem a língua, que os produz e os interpreta (BENVENISTE, 1989, p. 51).

A diferença entre a língua e os demais sistemas é de natureza, portanto. Mas há ainda um aspecto a considerar. Retomemos uma nota citada acima:

Assim a linguística não admite a redução axiológica.
Por quê? Porque ela é uma ciência da significação, portanto uma semiologia, com características particulares: **de um lado ela é formada, como outros sistemas de unidades discretas e que dependem do semiótico; de outro <de outro, ela possui uma dimensão semântica; enfim>** ela é a metalíngua na

qual efetuamos a análise semiológica do conjunto dos sistemas significantes (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 281, sublinhados do autor, negritos nossos).

Dito de outro modo, a língua se articula em duas dimensões: a intralinguística (semiótica) e a do discurso (semântica). Por ser assim constituída, ela pode ser a “metalíngua” de si mesma e de todos os demais sistemas significantes. Nesse sentido, a linguística realmente não é axiológica. Ela não opera no eixo do bom/mau, pior/melhor.

Isso, porém, não impede que se veja um componente sobre o qual vale a pena ainda se deter: a língua.

Axiologia

Ver meus Problemas p. 84

para conceito freudiano do bom e do mau.

A língua também

aceita ou recusa

mudançs, perdas, inovações,

mas em um nível

bem mais profundo, inconsciente,

que é aquele **da apreensão**

do real, do funcionamento do

espírito, não do bem-estar (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 267, sublinhado do autor, negritos nossos).

Se lermos a página 84 de *Problemas de linguística geral* ^{F²¹}, onde Benveniste retoma a questão freudiana, entenderemos o que o linguista quer dizer: colocando a língua e o psiquismo em relação pelo viés da negação (tal como Freud a aborda), Benveniste mostra que a negação é constitutiva do conteúdo negado, ela é uma admissão daquilo que é negado (o que Freud chama de “admissão intelectual” do recalcado) (BENVENISTE, 1966). Projetando esse raciocínio sobre a nota acima, vemos que a língua pode ou não recusar *mudanças, inovações* etc., mas em um nível

²¹ Usamos aqui a edição francesa do livro.

inconsciente – similar ao do conteúdo negado na negação –, chamado por Benveniste de “apreensão do real”, que pode ser compreendido como a maneira como uma dada língua apresenta o mundo, o seu mundo.

Para nós, a admissão desse aspecto na pesquisa linguística leva necessariamente a pensar sobre a ética do linguista. Passemos ao ponto, então.

A ética do linguista

Partamos da seguinte nota, que tem relação com a primeira indagação que aparece no manuscrito “A axiologia da linguagem”: “Pode a linguística concorrer – não apenas para ampliar o horizonte intelectual do homem – mas também para modificar sua escala de valores?” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 262). Ele responde em uma nota que já referimos aqui, mas que deve ser retomada agora sob esse ponto de vista:

É preciso definir e distinguir as ciências do homem por seu objetivo. Há aquelas que colocam como seu fim a melhora da condição humana, etc. Nesse caso é preciso dizer que a linguística ~~não é~~ não compartilha essa finalidade (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 291, sublinhado e tachado do autor).

Tudo indica, em um primeiro momento, que à linguística não caberia preocupar-se com os efeitos de sua técnica e com as consequências éticas de suas descobertas (cf. AUROUX, 1998a). Mas não é bem assim. Benveniste admite que o conhecimento das línguas e da estrutura da linguagem pode “um dia resultar para a sociedade e para o homem um melhor-ser” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 291) desde que se entenda que isso releva do “desenvolvimento no linguístico” (BENVENISTE *apud* FENOGLIO, 2019, p. 291).

Como diz Benveniste (1995, p. 10) no “Prefácio” que faz ao *O vocabulário das instituições indo-europeias*, “a tarefa do linguista está assim delimitada”: ele se ocupa da *significação* e não da *designação*. Quer dizer: trata-se de mostrar “como as línguas reorganizam seus sistemas de distinções e renovam seu aparato semântico” (BENVENISTE, 1995, p. 9). Isso, porém, não impede que advenha desse estudo uma reflexão sobre a “evolução profunda das instituições” (BENVENISTE, 1995, p. 11).

A ética do linguista está justamente nesse ponto: no reconhecimento que de sua prática pode advir um saber que tem efeito para além do aparato metodológico do qual ela faz parte. O exemplo vem da leitura que Jean-Claude Milner (2002, p. 131-133) faz de uma das passagens de *Noms d’agent et noms d’action en indo-européen*²² de Benveniste.

Milner destaca que Benveniste faz uma diferença entre os nomes de agente que indicam um autor ocasional de uma ação – circunstancial – e os que indicam um agente funcional – cuja tarefa é cumprir uma determinada ação (profissional etc.). A diferença não é propriamente morfológica. Ambos são formados com sufixo *-(t)eur* (*-[d]or*, em português): temos, no primeiro caso, o *fundateur* (o fundador) de Roma, um *consomateur* (um consumidor), um *spectateur* (um espectador) etc.; no segundo caso, temos um *electeur* (um eleitor), *inspecteur* (um inspetor) etc.

No primeiro grupo, temos nomes que indicam o *autor* de uma ação particular que se define com relação a uma realização: o *fundador* de Roma, aquele que fundou Roma. Também podem estar aqui contidos nomes que se relacionam a uma atividade momentânea, mas atual: caso de *consumidor* e *espectador*.

No segundo grupo, temos nomes de agente que denotam um sujeito a partir da função que ele pode ou não exercer. Um *eleitor* é aquele que está habilitado a eleger, mesmo que ele nunca

²² Esse livro é o segundo volume da tese *Origines de la formation des noms en indo-européen*, de 1935. O livro foi publicado em 1975. As passagens que citamos a seguir vêm dessa edição por nós consultada.

tenha exercido essa função. Ele permanece *eleitor* mesmo sem fazer parte de eleições.

Nesse raciocínio, Milner surpreende uma observação de Benveniste: “[...] um *aspirador* mantém seu nome mesmo se ele nunca foi usado. É necessário e suficiente que ele seja destinado a uma função, modelado em vista de uma função, para que o nome de agente se justifique²³” (BENVENISTE, 1993, p. 60-61, grifo do autor). E acrescenta Benveniste: “a diferença entre essas duas classes [...] se acentua à medida que as necessidades renovadas da técnica criam designações sempre mais especializadas²⁴” (BENVENISTE, 1993, p. 61).

Finalmente, Benveniste conclui sobre o aspecto que, para nós, é de maior interesse aqui:

Importa pouco que essas palavras em *-(t)eur* designem homens ou instrumentos; é uma questão de ‘fala’ [parole], de necessidades locais e imprevisíveis. Não adivinharíamos se não soubéssemos que *chauffeur*²⁵ se aplica a um homem, *brûleur*²⁶ a um aparelho; além do mais, é inevitável, numa civilização cada vez mais mecanizada, que as tarefas humanas se assimilem a funções de instrumentos²⁷ (BENVENISTE, 1993, p. 61, grifos do autor).

²³ No original: “[...] un *aspirateur* garde son nom même s'il n'a jamais été en usage. Il faut et il suffit qu'on soit destiné à une fonction, modelé en vue d'une fonction, pour que le nom d'agent se justifie.”

²⁴ No original: “La différence entre ces deux classes reproduit en somme celle qui a été ci-dessus établie pour l'indo-européen. Elle s'accentue même à mesure que les besoins renouvelés de la technique créent des désignations toujours plus spécialisées.”

²⁵ A tradução aqui, *motorista*, não guarda relação com o sufixo *-(d)or* em português, mas, a título de exemplo, considere-se a formação *cobrador* (de ônibus).

²⁶ *Queimador*.

²⁷ No original: “Il importe peu que ces mots en *-(t)eur* désignent des hommes ou des instruments, c'est là affaire de « parole », de nécessités locales et imprévisibles. On ne devinerait pas, si on ne le savait, que *chauffeur* s'applique à un homme, *brûleur* à un appareil, et il est d'ailleurs inévitable, dans une civilisation de plus en plus mécanisée, que les tâches humaines s'assimilent à des fonctions d'instruments”.

O que Milner surpreende aqui é o ponto de vista de Benveniste segundo o qual o homem é, no mundo cada vez mais submetido ao capital, reduzido às funções que exerce; o homem se torna um instrumento, uma parte da maquinaria. A língua contém essa transformação da sociedade.

O que poderia ser a identificação de um “neutro” processo de derivação lexical, em Benveniste serve para mostrar que o desenvolvimento técnico impõe a substituição do homem pela máquina no processo de produção: os nomes de agentes podem inclusive virar o nome da máquina. É o caso, por exemplo, em português de *misturador* [de argamassa], em que vemos a máquina receber o mesmo nome daquele que um dia foi um homem.

A conclusão de Benveniste em *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* é, nesse caso, iluminadora:

A existência de dois tipos de nomes de agente não está, portanto, ligada a uma certa família de línguas nem a uma estrutura linguística dada. Ela pode se realizar em condições históricas muito variadas, cada vez que se quer opor, na designação do sujeito agente, modos de ação sentidos como distintos²⁸ (BENVENISTE, 1993, p. 61).

Ora, a ética do linguista não estaria, neste caso, do lado daquele que mostra como a língua pode indicar que há na sociedade realidades que merecem a atenção crítica de todos? A língua não conteria os preconceitos, as injustiças e as mazelas da sociedade? Não estaria aí uma indicação forte de que Saussure tem razão ao considerar que a “tarefa do linguista é [...] denunciá-los e dissipá-los [preconceitos, miragens, ficções]?” (SAUSSURE, 1975, p. 14).

²⁸ No original: “L'existence de deux types de noms d' agent n'est donc pas liée à une certaine famille de langues ni à une structure linguistique définie . Elle peut se réaliser dans des conditions historiques très variées, chaque fois qu'on veut opposer, dans la désignation du sujet agissant, des modes d'action sentis comme distincts”.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998a.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AUROUX, Sylvain. **La raison, le langage et les normes**. Paris: PUF, 1998b.

BENVENISTE, Émile. **Noms d'agent et noms d'action en indo-européen**. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1993.

BENVENISTE, Émile. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1995. 2 v.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale, I**. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

FENOGLIO, Irène. **Émile Benveniste: a gênese de um pensamento**. Brasília: Editora UnB, 2019.

FENOGLIO, Irène. Les manuscrits de travail des linguistes: un nouveau champ d'investigation génétique. **Genesis**, Paris, v. 35, p. 7-10, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. O que há para ultrapassar na noção saussuriana de signo? De Saussure a Benveniste. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 1005-1026, set.-dez. 2017.

GRICE, Herbert Paul. Lógica e Conversação. *In*: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática**: problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: [s. n.], 1982. p. 81-104.

MILNER, Jean-Claude. **Le périple structural**: figures et paradigme. Paris: Verdier, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1975.

CAPÍTULO 7

A SIGNIFICAÇÃO EM BENVENISTE: UM PROBLEMA “ABORDADO COM SUCESSO”

Núbia Rabelo Bakker Faria

Resumo: Este trabalho discute a *significação*, em Benveniste, a partir da confrontação entre os textos *Natureza do signo linguístico* (1939) e *A forma e o sentido na linguagem* (1967). Separados por um intervalo cronológico de quase 30 anos, estes textos trazem usos bastante contrastantes do termo *significação*: no primeiro, é empregado como índice de um problema filosófico sobre a relação entre o nome e a coisa, próprio de uma semântica *não linguística*, e é utilizado para demarcar uma instância de discussão que estaria fora da competência do linguista, considerando a definição saussuriana de língua como *sistema de signos*. No outro, a referência à *significação* é completamente circunscrita à reflexão linguística através da proposta teórica de Benveniste, que estabelece duas maneiras de ser da língua: a língua como *semiótica* e a língua como *semântica*. Propomo-nos demonstrar que, em diversas passagens de *A forma e o sentido na linguagem*, a argumentação do autor remete à *Natureza do signo linguístico*, como uma espécie de atestado do cumprimento de uma “missão” com a qual o autor parece ter-se comprometido: abordar com sucesso a instância então excluída da competência do linguista, isto é, a relação entre o homem e o mundo. Discutimos ainda duas constatações a propósito da republicação do texto de 1939 (famoso em função das controvérsias geradas pela crítica dirigida a Saussure quanto ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico): não apresentar qualquer alteração e inaugurar a série de artigos da seção *A comunicação* da coletânea *Problemas de linguística geral I* (1966).

Palavras-chave: Significação. Signo. Sistema de signos. Domínio semiótico. Domínio semântico.

Introdução

Discutir *significação* em Benveniste exigiria atravessar uma vasta quantidade de textos¹, afinal, como resume o autor, “[...] o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”; esta é a sua “vocação original”. Se a amplitude dessa definição permite que se tome consciência da “importância que deve caber à *significação*”² (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 217)³, ao mesmo tempo, torna-a um *pressuposto*, não necessariamente explicitado, mas sempre latente em todos os seus trabalhos. Para se ter uma ideia, restringindo-se o levantamento às suas obras mais célebres, isto é, *Problemas de Linguística Geral* (PLG), volumes I e II, no índice remissivo do volume 1, o termo não é sequer listado, embora conste em vários textos; no volume 2, o termo aparece, mas as indicações de sua ocorrência estão subestimadas. Longe de com isso flagrar um descaso, deparamo-nos com algo que, talvez, tenha sido considerado *evidente* e, conseqüentemente, dispensável. Entretanto, como ensina o próprio Benveniste (1995 [1958], p. 284), “às vezes é útil pedir à evidência que se justifique”; tendo isso em mente, tentamos apreender como a noção de *significação* repercute teoricamente na reflexão linguística de Benveniste.

A partir de uma ampla pesquisa bibliográfica da obra do autor a propósito do par *designação-significação*, Barboza (2018) conclui que há uma demanda urgente de se percorrer os caminhos teóricos trilhados por Benveniste para compreender os conceitos *designação*, *significação* e o par *designação-significação*. Fazendo-se

¹ Conforme indica Barboza (2018), na biobibliografia de Benveniste feita por Moïnfar, constam mais de 18 livros e aproximadamente 300 artigos publicados ao longo da vida acadêmica do linguista sírio-francês, que abordam diferentes aspectos da linguagem.

² No original: “le propre du langage est d’abord de signifier ; sa vocation originelle ; l’importance qui doit revenir à la signification”.

³ Para os propósitos deste trabalho, é fundamental que a data de publicação do texto sob análise seja destacada. Sendo assim, adotamos o sistema de informar o ano da fonte consultada, seguido do ano de publicação do texto entre colchetes.

um levantamento quantitativo preliminar das raízes *design-* e *signific-* em sete obras diferentes⁴, na segunda delas, que nos ocupa neste trabalho, ocorre 1285 vezes. Limitando-se esse levantamento aos dois volumes de PLG mencionados acima, observa-se sua presença 436 vezes.

Não pretendemos, num espaço tão reduzido, esgotar a complexidade da questão. Nossa discussão se volta para dois momentos na obra do autor em que a *significação* será explicitamente referida: *Natureza do signo linguístico*, texto publicado em 1939, e *A forma e o sentido na linguagem*, conferência proferida em 1966 e publicada no ano seguinte⁵.

Antes de prosseguir, é importante chamar a atenção para o que Barboza (2018) assinala quanto ao “uso teórico e ordinário” de certos termos na obra de Benveniste. No caso, o uso de *designação* e *significação*, assim como o par formado por eles, leva a autora, adotando critérios precisos que são descritos em seu trabalho, a descartar os textos que selecionamos. Não nos deteremos nas especificidades desta questão e daremos um sentido mais amplo ao que buscamos com o termo *significação*, elegendo, precisamente, os dois textos em que, segundo o levantamento de Barboza relativo aos PLG I e II, a raiz *signific-* mais se repete: 37 vezes no primeiro e 49 vezes no segundo.

Para além dessa constatação, esses textos, separados por um grande intervalo cronológico, trazem usos bastante contrastantes do termo *significação*. No primeiro deles, será empregado como argumento para o estabelecimento de um limite, a partir do qual cessa a competência do linguista, isto é, ele é índice de um

⁴ *Problemas de Linguística Geral I* (1966), *Vocabulário das Instituições Indo-europeias I* (1969), *Vocabulário das Instituições Indo-europeias II* (1969), *Problemas de Linguística Geral II* (1974), *Últimas Aulas no Collège de France* (2012), *Langues, Cultures, Religions* (2015), *La traduction, la langue et l'intelligence* (2016).

⁵ Devido a questões relacionadas à qualidade da tradução, utilizaremos versões distintas dos textos. Para o primeiro, por comodidade, iremos nos valer da tradução publicada pela Editora Pontes em 1995. Para o segundo, utilizaremos a versão francesa original e faremos a tradução, seguida do texto original em nota de rodapé.

problema filosófico sobre a relação entre o nome e a coisa, próprio de uma semântica *não linguística*. No outro, em função do contexto em que é proferido – um evento que reúne filósofos –, o termo é completamente circunscrito às questões de linguagem – não exatamente às questões da área da linguística, ao menos naquele momento histórico –, distinguindo-se da reflexão filosófica. Em função desse uso marcado do termo *significação*, acreditamos que os textos selecionados nos ajudam a “percorrer os caminhos teóricos trilhados pelo autor” para o tratamento desse conceito e de seus desdobramentos.

Para atender a nossos propósitos, teremos, como uma espécie de “pano de fundo”, duas constatações que dizem respeito ao texto *Natureza do signo linguístico*, mas que se articulam com a discussão empreendida em *A forma e o sentido na linguagem*: a) como observa Flores (2017), entre sua publicação original, em 1939, e sua republicação nos PLG I, em 1966, passaram-se quase 30 anos e, não obstante a grande polêmica motivada pela crítica dirigida à teoria do signo saussuriana, o texto não foi retocado; b) surpreendentemente, na coletânea organizada por Benveniste, *Natureza do signo linguístico* abre a série de artigos que se referem “ao problema central da *comunicação* e às suas modalidades” (BENVENISTE, 1995 [1966], n.p.), a despeito de seu título e de sua temática principal.

A teoria da linguagem de Benveniste

Gostaríamos de começar por esclarecer o subtítulo acima, assumindo com Flores (2019) que a obra de Benveniste constitui, efetivamente, uma *teoria da linguagem* expressa nos *Problemas de Linguística Geral* e em seus muitos outros escritos. A teoria da enunciação, nos diz Flores, é talvez a parte mais importante desta *teoria da linguagem*, mas não a única.

O Prefácio do PLG I, de autoria do próprio Benveniste, traz uma afirmação bastante relevante, pois dá a dimensão precisa do

seu entendimento quanto à linguagem, estabelecendo o viés norteador de sua teoria:

[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as *línguas reais*. O estudo desses *organismos empíricos, históricos*, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem. (BENVENISTE, 1995 [1966], n.p., grifos nossos).

Em mais de uma ocasião, o conceito de *língua*, objeto da linguística, ou mais precisamente, de sua teoria linguística, foi definido tendo em vista seu caráter *empírico, histórico, real e ordinário*. À insistência quanto à dimensão “real” da língua, segue-se uma reveladora série de expressões para referir-se ao seu *uso* pelo falante: *exercício da língua, uso vivo da língua, manifestação da língua, produção da língua, a língua posta em ação, emprego da língua, apropriação da língua, língua realizada*. Assumindo o risco de negligenciarmos os diferentes contextos em que as expressões anteriores foram utilizadas, ousamos dizer que, em todos eles, reconhecemos como que um esclarecimento do adjetivo “real” aplicado ao objeto da área, uma distinção importante, considerando-se a separação saussuriana entre *língua* e *fala*, mecanismo teórico utilizado pelo genebrino para a delimitação do objeto da ciência que assume *o primado do teórico sobre o empírico*. Nas palavras de Flores (2017, p. 1023), Benveniste institui um novo objeto para a linguística: “a língua assumida pelo homem que fala, pelo homem na língua”.

Nesse sentido, entendemos que “a importância que cabe à significação” na obra do autor vincula-se a essa teoria de forma muito precisa, norteadora quanto aos *domínios* de que se constitui a língua. Mas não se pode perder de vista o espaço de que Benveniste dispôs em seu tempo para discutir sua proposta teórica. Nas palavras de Dosse (2007),

Benveniste não encontra [...] o eco desejado de suas teses nos meios da linguística e procura, pois, graças ao reconhecimento de que se beneficia nos meios psicanalíticos e filosóficos, dar a conhecer as suas disposições

sobre as relações entre sujeito e linguagem, multiplicando suas contribuições para diversas revistas (p. 67).

Como destacamos na Introdução, o segundo texto a ser analisado, *A forma e o sentido na linguagem*, foi originalmente dirigido a filósofos e será publicado nas atas do congresso que os reunia. Nesse contexto, a referência à *significação* ganha contornos específicos e, como pretendemos demonstrar, remete ao primeiro texto, *Natureza do signo linguístico*, como uma espécie de atestado do cumprimento de uma “missão” com a qual o autor, veladamente, parece ter se comprometido: abordar com sucesso “o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo” (BENVENISTE, 1995 [1939] p. 57) pela via de uma (*a sua*) teoria linguística. Será esta a hipótese que nos guiará neste trabalho.

Antes de prosseguir, esclarecemos que a análise que faremos não pretende ser exaustiva e privilegiará os aspectos que contribuam para o tratamento das questões que ora trazemos.

Natureza do signo linguístico (1939)

Esse “clássico” de Benveniste dispensa apresentações; como resume o próprio autor, “[...] provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos” (BENVENISTE, 1995 [1966], n.p.), aos quais nos abstermos de fazer referência⁶.

Em *Natureza do signo linguístico*, Benveniste contesta o primeiro princípio da teoria saussuriana do signo linguístico, rejeitando a assunção de ser sua natureza *arbitrária*⁷. Sua crítica baseia-se na passagem em que o genebrino ilustra seu raciocínio apelando para a diferença entre as línguas (e a própria existência de línguas diferentes) ao mencionar que um mesmo animal é

⁶ Cf. em Fores (2017) alguns desses trabalhos.

⁷ Cruz (2009, p. 114) faz referência ao artigo de E. Pichon “La linguistique em France: problèmes et méthodes”, publicado em 1937, antes portanto do de Benveniste, no qual a discussão sobre esse mesmo ponto do *Curso* suscita críticas quanto à autenticidade da edição de 1916.

nomeado *boi* num país e *Ochs* noutro. Benveniste argumenta: “Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um *terceiro termo*, que não estava compreendido na definição inicial. Este terceiro termo é a *própria coisa, a realidade*” (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 54 – grifos nossos). A *coisa*, recorda o autor, foi expressamente excluída da definição do signo saussuriano (cf. SAUSSURE, 2006 [1916], p. 80). *Arbitrário*, prossegue, “é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 56), e conclui declarando assumir com Saussure a bipartição do signo, mas contestando-o ao conceber que o laço que une o significante ao significado é *necessário*: “O significante e o significado, a representação mental e a imagem acústica são pois, na realidade, as duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado” (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 56).

Quanto às consequências derivadas do princípio da arbitrariedade do signo, isto é, o reconhecimento de que as relações entre o significante e o significado permite que se fale simultaneamente de sua imutabilidade e de sua mutabilidade, Benveniste as reconhece, mas concernentes à relação entre o *signo* e o *objeto*: “[...] é, em outras palavras, a *motivação objetiva* da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos. O que Saussure demonstra permanece verdadeiro, mas a respeito da *significação*, não do signo” (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 58).

Interessa-nos destacar que, nesse momento de sua reflexão, Benveniste demarca duas instâncias que servem de referência para a movimentação do linguista em seu trabalho: uma voltada para o *interior* e outra para o *exterior* da relação necessária do significante com o significado, que, por sua vez, está circunscrita à *língua* concebida como um sistema de signos. A esta última, a instância exterior, nomeia de “domínio ou zona do arbitrário” e declara que este domínio estaria *fora do interesse do linguista*, na medida em que se vincula ao “fenômeno ou o objeto material” ou, ainda, ao “problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o

linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, *mas que no momento fará melhor se o deixar de lado*" (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 57, grifos nossos).

O apelo à *significação*, nessa altura de sua obra, remete ao problema filosófico da denotação e não diz respeito à linguística. Ferrater Mora (2004), em seu *Dicionário de Filosofia*, após reconhecer tratar-se de um termo multívoco e listar 10 possíveis definições para *significação* (e *significar*), resume, assim, a última delas, que reconhecemos corresponder ao sentido atribuído ao termo por Benveniste nesse momento de sua argumentação: "10) relação com algo significado por uma expressão", seguida da explicação: "A definição 10) pode ser entendida quando assinalamos (de acordo com os lógicos que a adotaram) que a significação da expressão 'x' é a entidade x da qual 'x' é um nome" (p. 2670). Essa discussão, sustenta Benveniste, não corresponde em nada ao conceito de *signo* formulado por Saussure, segundo o qual o vínculo entre o significante e o significado "não tem nenhum laço natural na realidade" (SAUSSURE, 2006 [1916], p.83) pois, como insiste o genebrino, em mais de uma ocasião no *Curso de Linguística Geral* (CLG), "a língua não é uma *nomenclatura*" (cf. SAUSSURE, 2006 [1916], p. 25, 79, 133).

*A forma e o sentido na linguagem (1966)*⁸

O texto sob análise, neste momento, foi originalmente proferido como conferência inaugural no XIII Congresso da *Association des sociétés de philosophie de langue française*, ocorrido em Genebra em 1966, cujo tema foi *Le langage, les langages*. Benveniste, portanto, dirige-se a filósofos e faz notar que encontra no

⁸ Ao longo de nossa discussão, vamos chamar a atenção para a data de *apresentação* da conferência proferida por Benveniste, ao invés de para a data de publicação do texto, ocorrida no ano seguinte (1967), nas Atas do congresso no qual foi apresentado. O fato de essa data coincidir com o lançamento do primeiro volume de PLG I tem relevância para a nossa reflexão. Para efeito de *indicação bibliográfica*, faremos referência à data de publicação.

programa do Congresso o encorajamento de que precisou para aceitar o convite que lhe fora feito: “filósofos haverem julgado oportuno debater entre eles problemas da linguagem”⁹ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 215). Em seguida, anuncia o tema de sua exposição, “a forma e o sentido na linguagem”, com a ressalva de que irá tratá-lo enquanto *linguista*. Seu universo é a *linguagem*, mas adverte os seus interlocutores de que não está ali representando *os linguistas*: a muitos deles, o tema provoca “aversão” e há mesmo uma tendência de excluí-lo do campo da linguística. Nesse momento, faz uma referência explícita a Bloomfield (e à escola estruturalista americana a ele vinculada), a quem censura por taxar de “mentalismo” o estudo do *meaning*¹⁰. Ratificando a observação de Dosse reproduzida acima, assinala: “Quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios”¹¹ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 216). Porém, explicitamente, parte de Saussure no encaminhamento de sua proposta teórica. É interessante notar que serão estes os dois únicos linguistas citados por Benveniste – o primeiro, uma única

⁹ No original: “des philosophes aient jugé opportun de débattre entre eux des problèmes du langage”.

¹⁰ É oportuno observar que esta conferência, segundo afirma o próprio Benveniste (1989 [1969], p. 64), *finaliza* a análise apresentada anteriormente, em 1962, durante o *9th International Congress of Linguistics*, ocorrido em Cambridge, Mass., que teve por título “*Niveaux de l’analyse linguistique*”, que consta dos PLG I (p. 127-140). Nessa conferência, proferida em solo americano, para uma plateia fortemente representada pela linguística bloomfieldiana, Benveniste trata da relação entre *forma* e *sentido* na linguagem e, como que “provocando” sua audiência, afirma: “Em vez de zigzaguar com o ‘sentido’ e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo de fora do jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é a condição indispensável da análise linguística” (BENVENISTE, 1995 [1964], p. 131). Adiante complementa: “O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (BENVENISTE, 1995 [1964], p. 135).

¹¹ No original: “Celui qui parle ici le fait en son nom personnel et propose des vues qui lui sont propres”.

vez, para ser descartado; o segundo, várias vezes, como condição para *avançar* num território que julga ainda inexplorado¹².

Benveniste começa por circunscrever seu domínio à linguagem dita *ordinária*, expressão fortemente marcada no campo da filosofia, mas que em sua reflexão nos remete ao que chamou de “línguas reais”. Em seguida, numa primeira aproximação, opõe o sentido e a forma, definindo-os separadamente: “o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores”¹³; a forma é “quer a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído, quer o arranjo formal destes elementos ao nível linguístico a que pertence” (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 217)¹⁴. Conquanto banal, adverte, a oposição entre os termos “encerra em sua antítese o próprio ser da linguagem”¹⁵ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 217). Resumindo a extensão dessa afirmação, Benveniste questiona o que é *significação* e, ao fazê-lo, observa que, no campo da filosofia, não vê senão os lógicos se ocuparem dela, citando Carnap e Quine. Imediatamente, acrescenta que uma definição global de *significação* não se mostra operante para a linguística que se ocupa da *língua por ela mesma* e declara que irá *particularizar* essa noção, afastando-se da abordagem dos lógicos.

¹² O nome de Chomsky, em forte ascendência no campo da linguística à época, sobretudo depois de sua propagação nos países francófonos, através do livro de N. Ruwet, *Introduction à la grammaire générative* (1967), será mencionado exclusivamente por P. Ricoeur, na seção de perguntas que se seguiu à conferência, mas não receberá de Benveniste nenhum destaque especial. N. Ruwet, recordemos, foi, juntamente com P. Verstraetem, um dos colaboradores de Benveniste na organização dos PLG I, publicado em 1966.

¹³ No original: “le sens est la notion impliquée par le terme même de langue comme ensemble de procédés de communication identiquement compris par un ensemble de locuteurs”.

¹⁴ No original: “soit la matière des éléments linguistiques quand le sens en est écarté, soit l’arrangement formel de ces éléments au niveau linguistique dont il relève”.

¹⁵ No original: “qu’elle enferme dans son antithèse l’être même du langage”.

Sem perder de vista o tema do congresso, isto é, *A linguagem, as linguagens*, observamos que, na sequência dessa discussão, os termos *linguagem* e *língua* vão ser usados de maneira reveladora por Benveniste¹⁶. No contexto da reflexão dos lógicos mencionados, diz o linguista, é possível reconhecer, como ponto comum, que “a linguagem é a atividade significativa por excelência, a imagem mesmo do que pode ser a significação”¹⁷ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 218). Na sequência de seu raciocínio, acrescenta que qualquer outro modelo significativo construído será aceito na medida em que se assemelhe, num ou noutro de seus aspectos, àquele da *língua*. Eleger, em última instância, a *língua* como modelo para que qualquer atividade significativa seja nomeada de *linguagem*, estabelece claramente o lugar teórico que assume em sua exposição: discorrer sobre a temática do congresso a partir da *língua* e particularizar a noção de *significação* aí implicada. O contexto dessa afirmação, nos parece, ilustra um retorno tácito ao texto de 39, para registrar haver chegado o dia em que “o linguista está em condições de abordar com sucesso” a *significação*, o que, até aquele momento, pertencia a um território habitado apenas pelos lógicos. Mais que isso, será a *língua*, a “língua real”, a via de acesso à compreensão do que seja a *linguagem*. Como lemos no Prefácio, “O estudo desses *organismos empíricos, históricos*, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (BENVENISTE, 1995 [1966], n.p.).

¹⁶ Precisamos tornar público o nosso agradecimento a Valdir Flores, que, generosamente, nos repassou uma informação valiosa quanto a erros de tradução na versão do texto que estávamos usando quando iniciamos a realização deste trabalho. Um desses erros diz respeito à tradução equivocada de *língua* por *linguagem*, termos que na língua francesa são claramente distintos, como em português, diferentemente do que ocorre com a língua inglesa, por exemplo. Sem esta observação, não teríamos flagrado, na discussão de Benveniste, o efeito decisivo da introdução do termo *língua* nesse trecho de sua exposição.

¹⁷ No original: “[...] le langage est l’activité signifiante par excellence, l’image même de ce que peut être la signification”.

Partindo de Saussure, “a título de primeira aproximação”, define a língua como um “sistema de signos” e acrescenta ser o signo uma unidade *semiótica* (definição que não consta em Saussure, ressalta). O critério para a definição dessa unidade é o limite da significação, o que faz do signo “a entidade livre, mínima em sua ordem, não decomponível em uma unidade inferior que seja ela mesma um signo livre”¹⁸ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 220). Na sequência, Benveniste trata da forma e do sentido nesse nível. Após analisar a estrutura formal do significante – da qual não trataremos –, centra-se no significado e declara que, nesse domínio, significar é ter tão somente um sentido: “a entidade considerada significa? A resposta é sim ou não”¹⁹ ((BENVENISTE, 1974 [1967], p. 222). Esse *sim* ou *não* só poderá ser proferido pelo *falante*. O uso e a compreensão serão elevados à categoria de *princípio* de discriminação para que se reconheça a existência ou não de um signo. No interior da língua, cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os demais signos que o delimitam e definem: ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. Cabe ao signo integrar a noção *muito geral* de significação no estudo da língua.

O eixo norteador da exposição de Benveniste, explicitado por volta da metade de sua conferência, é o estabelecimento de *duas maneiras de ser da língua* no sentido e na forma: a língua como *semiótica* e a língua como *semântica*. Essa divisão, que estabelece dois domínios, adverte, é em tudo diversa daquela instaurada por Saussure entre *língua* e *fala*.

Há que se observar que os termos propostos por Benveniste para esses dois domínios privilegiam a referência ao *sentido* em detrimento da forma, confirmando o que declara no início de sua exposição: “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é

¹⁸ No original: “[...] l’entité libre, minimale dans son ordre, non décomposable en une unité inférieure qui soit elle-même un signe libre”.

¹⁹ No original: “L’entité considérée signifie-t-elle ? La réponse est oui, ou non”.

[...] sua vocação original”²⁰ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 217). Desculpando-se pela semelhança entre os termos propostos, esclarece que não encontrou nada melhor para definir “as duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de *significar*, para a semiótica, aquela de *comunicar*, para a semântica” (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 224, grifos nossos). Em nota de rodapé, no texto *Semiologia da língua* (1969), volta a justificar sua escolha dos termos confirmando o privilégio conferido à *significação*: “É indispensável [...] que um e outro evoquem a noção de *sema*, à qual os dois se ligam, ainda que diferentemente” (BENVENISTE, 1989 [1969], p. 64). É fácil, ainda, reconhecer nessa nomeação o que declarou em outra conferência proferida em 1964²¹, em que deu início à elaboração teórica da relação entre forma e sentido: “O sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (BENVENISTE, 1995 [1964], p.130).

A passagem do domínio semiótico para o semântico, alerta Benveniste, implica uma mudança radical de perspectiva: a primeira se caracteriza como uma propriedade da língua; a outra liga-se às coisas “fora da língua” e resulta de uma atividade do locutor que coloca em ação a língua. Nesse domínio, a expressão por excelência é a *frase* e a unidade, a *palavra*. A língua exerce aqui “sua função mediadora *entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas*, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; enfim, organizando toda a vida dos homens”²² (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 224, grifos nossos).

²⁰ No original: “Avant toute chose, le langage signifie, tel est [...] sa vocation originelle [...]”.

²¹ Cf. nota de rodapé 10 do presente trabalho.

²² No original: “[...] sa fonction de médiatrice entre l’homme et l’homme, entre l’homme et le monde, entre l’esprit et les choses, transmettant l’information, communiquant l’expérience, imposant l’adhésion, suscitant la réponse, implorant, contraignant ; bref, organisant toute la vie des hommes”.

Não podemos deixar de notar que, nesse parágrafo, em meio à descrição da perspectiva aberta pelo domínio semântico da língua, Benveniste retoma, quase que com as mesmas palavras, o que afirmou no texto de 39, estar *fora da competência do linguista* por relacionar-se à *significação*: “o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo” (BENVENISTE, 1995 [1939], p. 57, grifos nossos). Desta feita, vemos o problema deixar de ser *metafísico* para ser eminentemente *linguístico*, desde que a linguística tome para si a tarefa de enfrentar os impasses suscitados pela *significação*, como se propõe a fazer.

Voltando à conferência de 66, no ponto em que trata do domínio semântico, novamente nos deteremos na discussão a propósito do sentido. Sobre a frase, afirma que seu sentido é diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido da frase é sua ideia e o sentido de uma palavra, seu emprego: “A partir da ideia a cada vez particular, o locutor agencia palavras que *neste* emprego têm um ‘sentido’ particular”²³ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 226). O agenciamento *sintagmático* define esse domínio. Nesse momento de sua exposição, Benveniste introduz o “*referente*”, termo estranho à análise semiótica: “o objeto particular ao qual a palavra corresponde na realidade da circunstância ou do uso”²⁴ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 226) e que não corresponde, necessariamente, ao seu sentido individual. Da confusão entre sentido e referência ou entre *signo* e *referente*, têm origem tantas vãs discussões sobre o *princípio do arbitrário do signo*, acrescenta. Nesse ponto, Benveniste mais uma vez nos remete ao texto de 39 (e à polêmica gerada, certamente), entretanto, o faz agora situando a referência num domínio *linguístico* que a comporta, o semântico, mas reforçando o que disse, então, sobre a sua *exclusão* do domínio que tem o *signo* por unidade.

²³ No original: “A partir de l’idée chaque fois particulière, le locuteur assemble des mots qui dans *cet* emploi ont un « sens » particulier”.

²⁴ No original: “[...] l’objet particulier auquel le mot correspond dans le concret de la circonstance ou de l’usage”.

No domínio semântico, a distinção entre sentido e referência procede: “Se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou o fato a que ela se refere e que *nós não podemos jamais nem prever nem adivinhar*”²⁵ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 227, grifos nossos). A *arbitrariedade* diz respeito a esse domínio. No texto de 39, recordemos, “o domínio ou zona do arbitrário” estava fora da competência do linguista; nesse momento, adquire *status* linguístico e a contingência a ele associada se realiza na consideração de ser a frase um acontecimento a cada vez diferente: “ela só existe no instante em que é proferida e se apaga imediatamente”²⁶ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 227).

Quanto às unidades lexicais – as *palavras*, instrumentos da expressão semântica, e os *signos*, que compõem o repertório semiótico –, elas têm realidades distintas em função do domínio a que pertencem: “esses ‘signos’, neles mesmos conceptuais, genéricos, não circunstanciais, devem ser utilizados como ‘palavras’ para noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso”²⁷ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 228).

Benveniste conclui seu raciocínio, abordando o problema da *tradução* ao afirmar ser possível transpor o *semantismo* de uma língua a outra – é a possibilidade da tradução. O mesmo não ocorre com o *semiотicismo* – é a impossibilidade da tradução: “Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico”²⁸

²⁵ No original: “Si le « sens » de la phrase est l’idée qu’elle exprime, la « référence » de la phrase est l’état de choses qui la provoque, la situation de discours ou de fait à laquelle elle se rapporte et que nous ne pouvons jamais, ni prévoir, ni deviner”.

²⁶ No original: “[...] elle n’existe que dans l’instant où elle est proferée et s’efface aussitôt [...]”.

²⁷ No original: “[...] ces « signes », en eux-mêmes conceptuels, génériques, non circonstanciels, doivent être utilisés comme « mots » pour des notions toujours particularisées, spécifiques, circonstanciels, dans les acceptions contingentes du discours”.

²⁸ No original: “On touche ici la différence du semiотique et du sémantique”.

(BENVENISTE, 1974 [1967], p. 228). Novamente sentimos ecoar o texto de 39, que parte exatamente da questão relacionada à diferente nomeação de um mesmo animal em línguas distintas. Se no raciocínio saussuriano a coisa em si não encontrava lugar na definição de *signo*, escapando à consideração da *língua-sistema de signos*, na proposta de Benveniste, é possível reconhecer, nessas unidades lexicais, seu estatuto de *palavras* submetidas às acepções contingentes da *língua-discurso*. Em suma, atinge-se finalmente a possibilidade de abordar *linguisticamente* o fato de que o mesmo animal num país seja nomeado *boi* e noutra, *Ochs*.

Benveniste encerra sua conferência retornando ao *ponto de partida* de sua exposição, isto é, à noção de *significação*, aplicando à linguagem o que Heráclito atribuiu ao Senhor do oráculo de Delfos: “Ela não diz, nem oculta, [...] mas significa”²⁹ (BENVENISTE, 1974 [1967], p. 229). Esse *ponto de partida* a que se refere, como esperamos ter demonstrado, recua no tempo para muito além do início de sua exposição.

Antes de passarmos para a próxima seção, é oportuno retomar o que dissemos acima, a propósito de Bloomfield e Saussure serem os dois únicos linguistas citados na conferência. Observamos que ambos, de alguma forma, estão relacionados à exclusão da *significação* da competência do linguista. O primeiro a associa ao mentalismo e transfere para a psicologia a tarefa de abordá-la. O segundo, representado no texto de 39, em que o signo linguístico foi discutido, a exclui (na acepção de relação direta com a coisa nomeada), tendo em vista o reconhecimento de a língua não ser uma *nomenclatura*. A “exclusão” vinculada a Saussure no texto de 39, produz, entretanto, um efeito particular na obra de Benveniste: sem perder de vista “em que a noção saussuriana de signo o *compromete*”, elabora teoricamente a inclusão da *significação* no domínio linguístico que nomeou de semântico, concebendo um outro conceito de língua, como

²⁹ No original: “Il [le langage] ne dit, ni ne cache [...] mais il signifie”.

destaca Flores (2017), que se depreende do título da seção na qual este texto foi incluído no PLG II: “O homem na língua”.

O acontecimento da republicação de *Natureza do signo linguístico*

Como anunciamos na introdução, tomamos como uma espécie de “pano de fundo” para a discussão que desenvolvemos dois pontos relativos à republicação do texto de 39: ter sido feita sem retoques e sua inclusão na seção nomeada *A comunicação*. O primeiro deles abordaremos abaixo. O segundo será levado para a nossa conclusão.

Antes de prosseguir, gostaríamos de insistir que *Natureza do signo linguístico* compõe o primeiro volume dos PLG, publicado em 1966, sob a coordenação do próprio Benveniste. Como lemos no prefácio da obra, trata-se da reunião de estudos publicados “nos últimos anos”, como “uma contribuição ao grande problema da linguagem”. Se observarmos as datas dos textos reunidos, constatamos que, à exceção de *Natureza do signo linguístico*, os demais foram originalmente publicados entre 1949 e 1963. Portanto, o texto em questão é o caso isolado de um estudo apresentado 10 anos antes do conjunto selecionado. Esse fato já seria, por si só, digno de atenção. Além disso, esse texto que gerou “vivas controvérsias” é o único cujo título é mencionado pelo autor no Prefácio da obra, justamente quando relembra a “acolhida” recebida por cada um de seus textos, o que demonstra ser, além de “isolado”, um “caso particular”.

Por que republicar sem retoques o texto que deu origem a tanta polêmica num momento em que era sabido o acesso de Benveniste a textos manuscritos do genebrino, que poderiam tê-lo levado a “transferir” para os editores a responsabilidade pela contradição flagrada em sua leitura do CLG? Discutiremos essa questão partindo da análise de Flores (2017), que, com perspicácia, chama a atenção para esse fato e formula uma hipótese centrada no conceito de *signo* para interpretá-lo.

Toda a exposição do autor, que não pretendemos esgotar neste trabalho, objetiva compreender como a crítica benvenistiana à noção de *signo linguístico* opera em sua própria teoria da linguagem. Lançando mão da figura mitológica do deus romano Jano Bifronte, Flores defende que Saussure é para Benveniste um ponto de partida, mas não de chegada: olhando para trás, parte do genebrino; olhando para frente, empreende um percurso teórico próprio.

Além do texto mencionado, analisa outros três – *A natureza dos pronomes* (1956), *A forma e o sentido na linguagem* (1967) e *Semiologia da língua* (1969) –, sempre privilegiando o entendimento próprio de Benveniste da noção de *signo linguístico*. Não obstante a relevância da análise do autor, teremos que recolher algumas de suas conclusões, sem nos determos nas minúcias de seus argumentos.

Numa sequência cronológica de reflexões, que evidencia o redimensionamento do alcance da noção de *signo* na formulação da teoria benvenistiana da linguagem, Flores destaca que, em *A natureza dos pronomes*, embora inclua a ideia saussuriana de distintividade, esta diz respeito a duas realidades do signo: a do “modo sintaxe” e a do “modo instância de discurso”. Com isso, Benveniste “elabora uma distinção de natureza no interior da língua”, ou seja, há: “a) os signos como o *eu* e o *tu*, que são ‘signos ‘vazios’ que se tornam plenos quando um locutor os assume; b) os signos que referem ‘a uma noção constante’, ‘objetiva’, que são, de certa forma, já virtualmente plenos” (FLORES, 2017, p. 1016). Flores conclui que a concepção de signo, nesse ponto da reflexão benvenistiana, não é binária, pois inclui um “terceiro elemento”: a *referência*. Não se trata, esclarece, do *referente*, da “realidade do mundo”, mas da “realidade de discurso”.

Em *A forma e o sentido da linguagem*, a noção de *signo linguístico* afasta-se ainda mais da saussuriana. O signo linguístico será tratado tendo em vista a distinção entre semiótico/semântico e forma/sentido. O signo pertence ao modo semiótico de existência da língua e, nesse domínio, *forma* corresponderá a *significante* e *sentido*, a *significado*; numa acepção precisa: significar é o mesmo que distinguir-se dos demais signos da língua por uma

relação de oposição. A novidade fica por conta da introdução do *uso* como “um princípio de discriminação” para se declarar a existência ou não de um signo na língua. Novamente, sustenta o Flores, o terceiro elemento (o uso) apresenta-se no raciocínio benvenistiano a propósito do signo linguístico.

Por fim, em *Semiologia da língua*, Benveniste textualmente admite ser necessário *ultrapassar* o signo linguístico saussuriano, tendo em vista a sua ambição teórica de “abrir a linguística a campos muito mais amplos, o que incluiria uma teoria da sociedade e da cultura” (FLORES, 2017, p. 1019). Entretanto, reconhece-se herdeiro de Saussure, uma vez que teria sido a concepção de signo do genebrino a antecipar a semiologia geral, a partir da qual proporá a sua *Semiologia da língua*. Benveniste volta a discutir a arbitrariedade do signo, afirmando que esse princípio não é suficiente “para estabelecer as relações entre os sistemas que fariam parte da semiologia” (FLORES, 2017, p. 1021), como propõe Saussure. Não nos deteremos nos detalhes da discussão. Para os nossos propósitos, destacamos a afirmação de ser a língua o único sistema semiológico em que a *significação* se articula em duas dimensões – a dos signos e a da enunciação –, o que faz dela interpretante de si e dos outros sistemas e desdobramento desta, o que Benveniste chama de “análise *intra*linguística”, que se abre à dimensão do discurso, denominada *semântica*, distinta da *semiótica*, ligada ao signo. Nomear de *intra*linguística a análise que abarca ambas as dimensões da língua, novamente, assume ser a *significação* um marcador de limites, mas, desta feita, necessariamente interno à sua concepção de língua.

Flores conclui assumindo que, ao manter inalterado o texto de 39 quando da sua republicação, Benveniste dá margem a que se considere que a crítica precoce feita a Saussure teria dado início à “instituição de um outro objeto para linguística”: para além de um sistema de signos, a língua em Benveniste seria “assumida pelo homem que fala, pelo homem na língua” (FLORES, 2017, p. 1023). Além disso, declara que o signo benvenistiano está “sob a égide do três”, o que advém do “escopo da contingência”: ainda

que não abra mão do aspecto semiótico da língua, “o ponto de chegada é mesmo o semântico, isto é, o acontecimento que cada enunciação suscita” (FLORES, 2017, p. 1023).

De nossa parte, acrescentamos que a análise de Flores é reveladora para observarmos que não somente no texto da conferência que analisamos, mas ao longo do percurso teórico de Benveniste, assistimos à *inclusão* dos três elementos que, no texto de 39, declarou estar *fora* do alcance da reflexão do linguista: a) a *significação*, limite externo à relação significado/significante e, portanto, à língua concebida como um sistema de signos; b) o “*terceiro termo*”, que, infiltrando-se no raciocínio de Saussure, gerou uma contradição entre sua definição de signo e a formulação de seu primeiro princípio; c) a *contingência*, inicialmente atrelada ao “problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo”. Como constatamos, cada um desses pontos é redirecionado por Benveniste para a linguagem, mais precisamente, para a dimensão da língua que se abre ao *discurso*: a) a *significação*, articulada nas dimensões semiótica e semântica; b) o “o terceiro termo”, o *referente*, deslocando-se da “realidade do mundo” para a “realidade de discurso; c) a *contingência*, incorporada ao acontecimento único e irrepitível que cada enunciação suscita. Enfim, questões que demandaram a formulação de uma outra teoria da linguagem.

Antes de passarmos para nossas palavras finais, destacamos que o recurso à figura de Jano, utilizado por Flores (2017), é bastante feliz, ao ilustrar o fato de Benveniste ter Saussure permanentemente como “um ponto de mira”, como uma espécie de “regulador” para o seu projeto teórico pessoal, reconhecendo-lhe “a fecundidade da doutrina” e “o rigor do pensamento”. A crítica empreendida no texto de 39 e sustentada quase 30 anos depois, acreditamos, testemunha essa postura; afinal, a natureza do signo saussuriano não admite que se coloque a *significação* noutro lugar que não seja a linguagem.

Conclusão

À guisa de conclusão, focaremos o segundo ponto que dissemos servir de pano de fundo para a leitura dos textos que trouxemos para este trabalho: o fato, de certa forma estranho, de encontrarmos o texto de 39 abrindo a seção intitulada *A comunicação*. Esse estranhamento torna-se flagrante sobretudo na versão francesa original de *Problèmes de linguistique générale I*, que traz no cabeçalho de suas páginas ímpares o título da seção de que cada artigo faz parte. Ao longo da leitura, esse título ecoa, embora não haja ali qualquer menção à comunicação³⁰, pois, como vimos, estão em questão conceitos relativos ao signo linguístico saussuriano. Por se tratar de um “caso particular”, buscamos encontrar, em *Natureza do signo linguístico*, sinais que nos ajudassem a interpretar essa decisão do autor (como sabemos, Benveniste foi diretamente responsável pela escolha dos textos que compõem o primeiro volume dos PLG e pela sua distribuição nas diferentes partes em que a obra se divide)³¹.

Mais uma vez, nos voltamos para o pequeno trecho, no qual Benveniste destaca o termo *significação* como estando *fora da alçada do linguista*, já fartamente comentado ao longo de nosso trabalho. Paradoxalmente, o que *excede* a natureza do signo e, portanto, a discussão privilegiada no texto, parece justificar a sua posterior inclusão, *inaugurando* a seção que trata do “*problema central da comunicação*”. Esse aspecto, concluímos, *retroativamente*, pode ser interpretado como *desdobramento* do reconhecimento precoce de haver um limite entre a concepção saussuriana de língua e seu exterior, o domínio *semântico*, no qual Benveniste situará a *comunicação* e que assumirá todo o protagonismo em sua teoria da linguagem, como aponta Flores (2017).

³⁰ Observamos que o mesmo ocorre com *Semiologia da língua*.

³¹ Como podemos ler no prefácio, o segundo volume dos PLG foi organizado por Moïfar, com a autorização e “sob a cuidadosa supervisão do próprio Émile Benveniste” (MOÏFAR, 1989 [1974], p. 7).

A alteração flagrada no conceito de *significação*, portanto, começa a germinar onde a discussão parecia estar *barrada*. Se, em 1939, a *significação* remete a um espaço de reflexão estranho à linguística e próprio da filosofia, Benveniste, como temos insistido, parece haver imposto a si a “missão” de trazê-la para a linguística; para isso, reformula o conceito de *língua*, como exporá pela primeira vez na conferência de 1966, mas, antes disso, reunirá no livro que publica, *nesse mesmo ano*, seu percurso teórico até chegar lá. Incluir o texto de 39 nesse compêndio, nos parece, assinala seu valor simbólico de verdadeiro “*ponto de partida*” de uma trajetória que ficará marcada pela controvérsia e pelo *isolamento*. A falta de repercussão de suas teses no campo linguístico, como afirma Dosse (2007), o conduz cada vez mais para o terreno filosófico, mais aberto a escutar o que tinha a dizer sobre a “*vocação original da linguagem*”³².

Mas, para além da questão da *significação* a que demos ênfase em nossa análise, assinalar o descolamento de Benveniste em relação à teorização saussuriana em torno do *signo linguístico*, como faz Flores (2017), é fundamental, pois, utilizando às avessas a lógica do argumento de Benveniste em relação a Saussure, o que diz do signo vale diretamente para o seu conceito de *língua*, uma vez que àquele “se afirmam incontestavelmente os caracteres primeiros da língua” (BENVENISTE, 1995 [1966], p. 56). Embora este seja um ponto importante a ser desenvolvido *noutro trabalho*, não podemos deixar de observar que o conceito benvenistiano de *signo* parece remeter à ideia de que a relação entre as suas partes constitutivas seja *necessária*, tanto do ponto de vista do princípio de discriminação centrado no *uso* para se declarar a existência ou não do signo na língua, quanto por seu agenciamento pelo falante sob a forma de *palavra*, como discutimos anteriormente. Se, em

³² Num texto de 1968, que reproduz uma entrevista concedida por Benveniste a Guy Dumur para *Le Nouvel Observateur*, o que afirma a propósito da linguística de seu tempo é bastante esclarecedor: “Estritamente falando, o estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a *significação*” (BENVENISTE, 1989 [1968], p. 34, grifos nossos).

Saussure, conceber a língua enquanto *sistema* permite que o *sistema de signos* se desdobre em *sistema de valores puros*, em Benveniste, valor é sempre *atributo* do signo e não uma noção que se coloca em relação paradigmática com *signo* na definição de língua. Mas, como dissemos, essa discussão extrapola aquilo que buscamos tratar neste momento.

Referências

BARBOZA, Gabriela. **Entre designar e significar, o que há? Em busca de uma semântica em Benveniste**. 2018, 141f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras - Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras, Porto Alegre, 2018.

BENVENISTE, É. Prefácio. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995 [1966]. Não paginado.

_____. Natureza do signo linguístico (1939). In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995 [1966]. p. 53-59.

_____. Da subjetividade na linguagem (1958). In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995 [1966]. p. 284-293.

_____. Os níveis da análise linguística (1964). In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Salum. Campinas, SP: Pontes, 1995 [1966]. p. 127-140.

_____. La forme et le sens dans le langage (1967). In: _____. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974. p. 215-238.

_____. Semiologia da língua (1969). In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Marco Antônio Escobar. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1974]. p. 43-67.

CRUZ, M. A. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. **Alfa**, São Paulo, v. 53 n.1, p. 107-126, 2009.

DOSSE, F. Benveniste: a exceção francesa. In: _____. **História do estruturalismo: o canto do cisne**. 2v. Trad. Álvaro Cabral; rev. Marcia Mansor D'Alessio. Bauru: SP, Edusc, 2007. p. 63-76.

FERRATER MORA, J. **Dicionário de filosofia**, tomo IV. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

FLORES, V. do N. O que há para ultrapassar na noção saussuriana de signo? De Saussure a Benveniste. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n.44, p. 1005-1026, set./dez. 2017.

_____. Teoria da Enunciação. In: ROMERO, M e outros. **Manual de linguística: semântica, pragmática e enunciação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MOÏFAR, M. DJ. Prefácio. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1974]. p.43-67.

CAPÍTULO 8

AS RELAÇÕES LÍNGUA-DISCURSO, LÍNGUA- ESCRITA E LÍNGUA-OUTROS SISTEMAS E A NOÇÃO DE CONVERSÃO EM ÉMILE BENVENISTE

Giovane Fernandes Oliveira

Resumo: Este estudo objetiva investigar a noção de *conversão* na teoria da linguagem de Émile Benveniste. A hipótese de leitura é a de que tal noção comparece, nessa teoria, em duas abordagens: uma vinculada à teorização benvenistiana sobre a enunciação e outra, à sua teorização sobre a semiologia. Em busca da confirmação ou não dessa hipótese, a partir de um *corpus textual de pesquisa* constituído por textos integrantes tanto dos dois volumes dos *Problemas de linguística geral* quanto das *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*, o estudo examina a presença da noção de *conversão* nesse *corpus*. Os resultados de tal exame permitem confirmar a hipótese de leitura e situar a noção de *conversão* em Benveniste no âmbito de três grandes relações teóricas: a relação língua-discurso, em que a noção de *conversão* assume um estatuto enunciativo, e as relações língua-escrita e língua-outros sistemas, em que tal noção assume um estatuto semiológico.

Palavras-chave: Língua. Discurso. Escrita. Conversão. Benveniste.

Considerações iniciais

Os estudos benvenistianos, isto é, as pesquisas desenvolvidas a partir da teoria da linguagem de Émile Benveniste ganharam, tanto no Brasil quanto no exterior, um fôlego renovado com a publicação, em 2012, na França, de *Dernières leçons: Collège de France (1968 et 1969)* (Éditions Seuil/Gallimard, 2012). Tal texto, cuja tradução brasileira veio a público somente dois anos após a publicação francesa, sob o título *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (Editora Unesp, 2014)¹, foi estabelecido pelos linguistas Jean Claude-Coquet e Irène Fenoglio. Conforme adianta o título, trata-se de uma compilação dos derradeiros cursos ministrados por Benveniste antes de ser acometido, em dezembro de 1969, pelo acidente vascular cerebral que lhe furtou o direito à palavra e lhe lançou ao vazio silencioso da afasia.

Esse conjunto de escritos pôde ser organizado a partir de duas fontes textuais. A primeira corresponde às notas preparatórias de Benveniste para as aulas que deu no Collège de France, no ano letivo de 1968-1969, e para a primeira que ministrou no ano letivo de 1969-1970, notas que constam arquivadas no acervo pessoal por ele destinado em testamento à Biblioteca Nacional da França. A segunda fonte compreende as anotações de três alunos que assistiram às lições finais do mestre e que vieram a ser, eles próprios, renomados linguistas: Jean-Claude Coquet, Jacqueline Authiez-Revuz e Claudine Normand.

Como explicam os editores na introdução da obra, tais registros possibilitaram a reconstituição da sequência lógica dos cursos, comprometida pela descontinuidade das notas do professor. Coquet e Fenoglio tomam, porém, o cuidado de distinguir as notas de Benveniste das notas dos ouvintes, grafando estas em caracteres menores no corpo do texto, além de colocarem entre colchetes os acréscimos e as notações vocálicas. Tais informações, mais do que veicularem curiosidades editoriais,

¹ Doravante, *Últimas aulas*.

alertam para a natureza singular das *Últimas aulas* e para a necessidade de se levá-la em conta em um estudo que as insira em seu *corpus textual de pesquisa*.

Acerca disso, Flores (2013) faz duas importantes observações. A primeira diz respeito à condição de publicação póstuma dessa obra, o que implica considerar que se trata de um escrito não revisado por Benveniste, de maneira que deve ser lido com o cuidado de se atentar para a incompletude do pensamento ali presente. A segunda observação, por sua vez, chama a atenção para o fato de que as *Últimas aulas* abordam aspectos enunciativos, mas neles não se encerram, abrindo-se a questões mais amplas e somente anunciadas nos trabalhos publicados em vida pelo linguista. Em outras palavras, não se pode ler esse texto estabelecido geneticamente como se leem os PLG I e II, cujos artigos receberam a lavra de Benveniste.

É tendo em mente, portanto, a composição particular desse recente livro que o tomo como uma das obras de referência deste estudo², em especial a “Aula 5” e a “Aula 7”. As outras duas obras são os *Problemas de linguística geral I e II*³, mais precisamente os artigos “A natureza dos pronomes” (1956) e “Semiologia da língua” (1969). A constituição desse *corpus textual de pesquisa* orienta-se, de um lado, pela *perspectiva de leitura* do pensamento benvenistiano aqui assumida e, de outro lado, pelo *objetivo específico* deste estudo (cf. FLORES, 2013).

A perspectiva de leitura consiste na ideia de que a teoria da linguagem de Benveniste admite ser lida a partir de teorizações que, nem redutíveis nem apartadas umas das outras, consistem em reflexões particulares no interior de seu pensamento geral sobre a linguagem, como as teorizações enunciativa e semiológica, às quais são transversais: (a) o pressuposto antropológico do *homem na*

² O cuidado que requer o tratamento das *Últimas aulas* impõe que, nas citações diretas da obra ao longo deste estudo, seja sinalizado quando se tratar de anotações dos ouvintes.

³ Doravante, PLG I e II.

linguagem/na língua; (b) o princípio de que a significação é o fundamento da linguagem como faculdade simbólica e da língua tanto como sistema significante quanto como atividade discursiva.

Já o objetivo deste estudo é investigar a noção de *conversão* na teoria da linguagem de Benveniste. Tal objetivo justifica-se pela hipótese de leitura que é o ponto de partida deste trabalho, a saber, a hipótese de que a referida noção comparece, nessa teoria, em duas abordagens: uma vinculada à teorização benvenistiana sobre a enunciação e outra, à sua teorização sobre a semiologia. Daí a seleção dos textos que integram o *corpus textual de pesquisa*, nos quais a noção de *conversão* é problematizada pelo linguista.

Para a consecução do objetivo definido e para a confirmação ou não da hipótese formulada, organizo este texto em duas seções, além das considerações iniciais e finais: na primeira, examino a noção de *conversão* na teorização enunciativa de Benveniste; na segunda, problematizo tal noção em sua teorização semiológica.

A noção de *conversão* na teorização enunciativa benvenistiana

A noção de *conversão* figura, na teorização enunciativa de Benveniste, centralmente no artigo “A natureza dos pronomes” (1956), presente nos PLG I.

Nesse artigo, o linguista aprofunda a distinção *pessoa/não pessoa*, fundada uma década antes⁴, e critica a concepção de pronomes enquanto classe unitária em forma e função, defendendo uma perspectiva que os apreenda como “espécies diferentes segundo o modo de linguagem [língua] do qual são os signos” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 277, acréscimo meu). Isso porque uns “pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra [discurso] por um locutor” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 277, aspas do original, acréscimo

⁴ No estudo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946).

meu). É à luz da distinção entre tais modos de língua – a sintaxe linguística, de um lado, e as instâncias discursivas, de outro – que Benveniste discute a *organização referencial dos signos linguísticos*, separando-os em duas categorias e ampliando a discussão para além dos pronomes.

Na primeira categoria, estão os signos associados ao paradigma das pessoas *eu* e *tu* (pronomes de primeira e de segunda pessoas, verbos, advérbios, locuções adverbiais). Trata-se de *signos vazios* (*auto-* ou *sui-referenciais*), pois adquirem referência apenas na enunciação que os contém e na qual se tornam indicadores de pessoa, de espaço e de tempo cada vez únicos, visto remeterem “Unicamente [a] uma ‘realidade de discurso, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objeto, como um signo nominal” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 278, aspas e itálicos do original). Segundo Benveniste, esses signos vazios fornecem “o **instrumento de uma conversão**, a que se pode chamar a **conversão da linguagem [língua] em discurso**” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 280-281, negritos e acréscimo meus). Desse modo, a categoria de pessoa (*eu-tu*) viabiliza a *comunicação intersubjetiva*, ao prever, no interior mesmo da língua, as formas que asseguram sua atualização discursiva.

Na segunda categoria, estão os signos associados ao paradigma da não pessoa *ele* (todas as demais formas da língua, sobretudo os nomes e os chamados pronomes de terceira pessoa). Trata-se de *signos plenos* (referenciais), cuja referência é sempre “a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 278, aspas do original). Conforme Benveniste, tais signos plenos correspondem ao “único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 280-281, itálicos do original). Dessa maneira, a categoria de não pessoa (*ele*) é a matriz geradora do

processo de predicação linguística, não sendo, pois, menos essencial à comunicação humana do que a categoria de pessoa.

A diferença radical entre essas duas classes de signos (os signos pessoais/vazios/autorreferenciais e os signos não pessoais/plenos/referenciais) remete à diferença, mais geral e mais profunda, “entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo”⁵ (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 281), ou ainda, entre “a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e [...] a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 283).

Há, então, de uma parte, a **língua como sistema de signos repertoriáveis e combináveis** e, de outra parte, a **língua como atividade discursiva assumida como exercício pelo indivíduo e caracterizada por índices próprios**. E onde se situa a noção de *conversão* nessa discussão? Na transformação da língua como sistema à língua como atividade, transformação garantida pelos signos vazios (as formas de pessoa, de espaço e de tempo), os quais, vale repetir, fornecem “o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso”. Nessa última citação, o termo *linguagem* tem o sentido de *língua-sistema* e o termo *discurso*, o sentido de *língua-atividade*.

⁵ Nessa citação, o termo *linguagem* tem a acepção de *língua*, mesma sinonímia que ocorre em outras passagens desse texto de 1956, a exemplo daquelas em que constam os sintagmas *modos de linguagem* e *conversão da linguagem em discurso*. A esse respeito, cabe lembrar tanto a diacronia e a flutuação terminológica que caracterizam os escritos benvenistianos (cf. FLORES, 2013) quanto a importância que, em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (artigo de 1963, portanto publicado sete anos após “A natureza dos pronomes”, de 1956), o próprio Benveniste – a despeito de sua terminologia flutuante – atribui à distinção entre *linguagem*, *línguas* e *língua*: a *linguagem* como faculdade humana universal e imutável de produzir e de compreender relações de significação; as *línguas* como realizações particulares e variáveis da faculdade da linguagem, próprias a sociedades e a culturas igualmente particulares; a *língua* como sistema de signos estruturado em níveis e em unidades, um arranjo sistemático de partes desde os sons até as complexas formas de expressão.

À noção de *conversão*, subjaz, aqui, a ideia de passagem da virtualidade do sistema linguístico à atualidade da atividade discursiva. Tal conversão não só acentua a distinção entre essas duas concepções de língua como também “resolve”, conforme já dito, o problema da comunicação intersubjetiva.

A distinção entre as duas concepções de língua é acentuada pela conversão do sistema em discurso, porque, apesar de “O hábito nos torna[r] facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem [língua] como sistema de signos e a linguagem [língua] assumida como exercício pelo indivíduo”, “Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem [língua-sistema] se torna em instâncias de discurso [língua-atividade]” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 281, acréscimos meus). Trata-se, pois, de dois modos da língua fundamentalmente diferentes, mas conversíveis um (o modo sistêmico, o da sintaxe da língua) no outro (o modo discursivo, o das instâncias do discurso).

O problema da comunicação intersubjetiva é “resolvido” justamente por essa conversão do sistema em discurso, uma vez que, “Se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um ‘indicativo’ distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu ‘indicativo’ próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 281, aspas do original, acréscimo meu). Para Benveniste, esse *perigo* é prevenido pela língua a partir da instituição de “um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância de seu próprio discurso” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 281). Eis, então, a condição da comunicação intersubjetiva: a mobilidade do signo *eu*, assumível por qualquer locutor em qualquer instância discursiva, o que possibilita que cada um se aproprie da língua, converta-a em discurso e enuncie, alocutando necessariamente, nessa mesma instância, um *tu*.

De acordo com Benveniste, “Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu*

uma série de ‘indicadores’” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 279, itálicos e aspas do original). São os indicadores de pessoa, de espaço e de tempo representados pelas demais formas pronominais de primeira e de segunda pessoas, assim como pelas formas verbais e adverbiais que com elas concordam formalmente.

Porém, o signo *eu* não submete ao seu julgo somente os signos vazios (integrantes de categoria de pessoa), mas igualmente os signos plenos (integrantes da categoria de não pessoa), isto é, as formas pronominais de “terceira pessoa” e as demais formas lexicais e gramaticais pertencentes ao sistema linguístico: “Um enunciado pessoal finito se constitui, pois, sobre um **plano duplo**: emprega a função denominativa da linguagem [língua] para as referências de objeto que esta estabelece como signos lexicais distintivos, e organiza essas referências de objeto com a ajuda de indicadores auto-referenciais” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 282, acréscimo e negritos meus).

A partir dessas últimas citações, podemos concluir que, mais do que opostos, os dois modos da língua – a sintaxe linguística (língua-sistema) e as instâncias discursivas (língua-atividade) – são integrados um no outro. Afinal, de um lado, o modo sistêmico contém as formas vazias necessárias ao acionamento do modo discursivo e, de outro lado, o modo discursivo atualiza o modo sistêmico, tanto preenchendo de referência as suas formas vazias quanto organizando, com o auxílio destas, as suas formas plenas. Dessa atualização, resulta um “sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (BENVENISTE, 2005 [1956], p. 281, itálico do original).

E o que viabiliza essa *construção linguística particular* é a **conversão** enquanto processo enunciativo que envolve, a um só tempo, a apropriação da língua e sua atualização em discurso (com a mobilização dos signos tanto vazios como plenos), a enunciação do locutor, a instauração do alocutário e o estabelecimento da referência enquanto “realidade de discurso” (um sistema de referências internas, autorreferencial, cuja

condição é a instância discursiva, mas que também organiza a referência ao “mundo objetivo”, ao articular as categorias de pessoa e de não pessoa na estruturação do enunciado).

A noção de *conversão* na teorização semiológica benvenistiana

A noção de *conversão* emerge, na teorização semiológica de Benveniste, tanto no texto “Semiologia da língua” (1969), que consta nos PLG II, quanto na “Aula 5” e na “Aula 7”, que constam no capítulo 1 das *Últimas aulas*.

“Semiologia da língua” (1969) é um artigo dividido em duas partes.

Na parte I, Benveniste contextualiza a problemática da semiologia enquanto ciência de signos. Primeiramente, o linguista situa a origem dessa problemática nos estudos precursores de Charles Sander Peirce (na América do Norte) e de Ferdinand de Saussure (na Europa). Em seguida, apresenta um *grande problema*, não formulado por nenhum desses dois teóricos pioneiros: “[...] qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 43). Na sequência, o autor distancia-se da semiótica de Peirce, que não formulou nada de específico sobre a língua, e aproxima-se da semiologia de Saussure, na qual a língua é ponto de partida e objeto exclusivo. A discordância benvenistiana quanto à semiótica peirceana deve-se igualmente à contestação da tese desta segundo a qual todos os signos funcionariam identicamente e pertenceriam a um sistema único. Em contrapartida, para Benveniste, é necessário estudar o signo em um sistema de signos específico, o que exige explicitar não só inúmeros sistemas de signos, mas também as relações entre eles.

É na parte II do artigo que encontramos a noção de *conversão*, mais precisamente em dois momentos.

No primeiro momento, Benveniste formula um primeiro princípio concernente às relações entre sistemas semiológicos. Trata-se do **princípio não redundância entre sistemas**: “Não há ‘sinonímia’ entre sistemas semióticos [semiológicos]; não se pode

‘dizer a mesma coisa’ pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente” e, portanto, “não podem ser mutuamente **conversíveis**”, pois “O homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 53-54, aspas e maiúsculas do original, acréscimo e negrito meus). O mesmo não ocorre entre “o alfabeto gráfico e o alfabeto Braile ou Morse ou o do surdos-mudos [, que] são **mutuamente conversíveis**, sendo sistemas de mesmas bases fundadas sobre o princípio alfabético: uma letra, um som” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 53-54, negritos meus) – ou, em termos mais atuais, um grafema, um fonema.

A escrita é mobilizada, aqui, como base semiológica comum a distintos alfabetos que, justamente por partilhá-la, admitem ser convertidos um no outro, o que não é o caso da fala e da música, sistemas de bases semiológicas diferentes e, portanto, não mutuamente conversíveis. Nesse primeiro momento do texto de 1969, a noção de *conversão* envolve, então, uma característica de sistemas de mesma base semiológica, o que permite que sejam convertidos um no outro.

No segundo momento, ao primeiro princípio, Benveniste acrescenta um segundo. Trata-se do **princípio da não transsistematicidade**: “O valor de um signo se define somente no sistema que o integra. Não há signo trans-sistemático” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54). Ilustra isso “O vermelho do sistema binário de sinalização rodoviária [, que] não tem nada em comum com o vermelho da bandeira tricolor, nem o branco desta bandeira com o branco do luto na China” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54).

Contudo, o fato de não haver signo transsistemático não significa que não haja relações entre sistemas. Tais relações existem e são, elas próprias, de natureza semiológica. Embora mais adiante no texto Benveniste descreva três tipos de relações intersistêmicas (as relações de **engendramento**, de **homologia** e de **interpretância**), inicialmente, ele apresenta só uma, talvez por ser esta a mais importante: “A relação semiótica [semiológica] entre sistemas enunciar-se-á [...] como uma relação entre SISTEMA

INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54-55, maiúsculas do original, acréscimo meu). Essa relação de interpretância é ilustrada pela relação língua-sociedade: “[...] os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54-55, maiúsculas do original). E continua o autor:

Podemos inferir daí que os sub-sistemas semióticos interiores à sociedade serão logicamente os interpretados da língua, uma vez que a sociedade os contém e que a sociedade é o interpretado da língua. Pode-se perceber desde já nesta relação uma **dissimetria fundamental**, e pode-se remontar à primeira causa desta **não-reversibilidade**: é que a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. Se se convencionou designar por *S* o conjunto desses sistemas e por *L* a língua, a **conversão** se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso. Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido na classificação dos sistemas semióticos [semiológicos] e que servirá para construir uma teoria semiológica. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 55, itálicos do original, negritos e acréscimo meus).

Aqui, a noção de *conversão* assume um sentido distinto do anterior. Se, no primeiro momento de “Semiologia da língua” (1969), a conversão consiste em uma relação de reversibilidade entre sistemas que, por partilharem a mesma base semiológica, são mutuamente conversíveis, nesse segundo momento, a conversão consiste em uma relação de *não reversibilidade*. No primeiro caso, a conversão envolve uma espécie de simetria entre os sistemas em jogo. No segundo caso, a conversão implica uma *dissimetria fundamental* entre esses sistemas.

Tal relação dissimétrica, segundo Benveniste, deve-se à posição hierarquicamente superior da língua quanto à sociedade e ao conjunto de sistemas semiológicos a ela interiores. Essa diferença hierárquica é esquematizada pelo autor com a fórmula $S \rightarrow L$, em que *S* representa o conjunto dos sistemas e *L*, a língua. A seta à direita indica a única direção em que há possibilidade de conversão: são os demais sistemas que são convertidos pela língua e nunca o contrário. Mas convertidos em quê? Em materialidades

significantes: “[...] nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens”, pois “Toda semiologia de um sistema não linguístico deve pedir emprestado o intermédio da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua” (BENVENISTE, 2011 [1969], p. 61).

De acordo com o linguista, o fato de a língua ser o sistema interpretante de todos os demais sistemas, linguísticos e não linguísticos, deve-se à sua dupla significância. Isso porque a língua é o único sistema cuja significância se articula em duas dimensões, a significância dos signos (modo semiótico) e a significância da enunciação (modo semântico), ao passo que os outros sistemas têm uma significância unidimensional, ou só semiótica (como os gestos de cortesia) ou só semântica (como as expressões artísticas):

Daí decorre que **somente ela [a língua] pode conferir – e confere efetivamente – a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo**. Há então uma MODELAGEM SEMIÓTICA [semiológica] que a língua exerce e da qual não se concebe que o princípio se ache em outro lugar senão na língua. A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a grande matriz semiótica [semiológica], a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 64, maiúsculas do autor, negritos e acréscimos meus).

Nesse segundo momento de “Semiologia da língua” (1969), a noção de *conversão* assimila-se, portanto, à noção de *interpretância*: ao interpretar todos os demais sistemas, a língua confere a eles a qualidade de sistemas significantes, modelando-os semiologicamente, convertendo-os em estruturas que reproduzem seus traços e seu modo de ação. Dizer que a língua interpreta os demais sistemas é, pois, dizer que ela os converte em materialidades significantes, informando-os da relação de signo.

Nas *Últimas aulas*, a noção de *conversão* presentifica-se mais marcadamente na “Aula 5” e na “Aula 7”, do capítulo 1 dessa obra póstuma⁶.

Na “Aula 5”, de 13 de janeiro de 1969, Benveniste introduz, na descrição e na comparação dos sistemas de signos, “uma nova relação, que Saussure não mencionou, nem talvez tenha visto: a *relação de interpretação* [interpretância]”, a qual consiste em “determinar se o sistema semiológico considerado pode se interpretar por si mesmo ou se ele deve receber sua interpretação [interpretância] de outro sistema semiológico” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 109, *itálicos do original, acréscimos meus*). Após esclarecer que tal relação de interpretância difere totalmente da noção peirceana de *interpretante*, Benveniste postula que “os sistemas semióticos [semiológicos] diferentes da língua *não se bastam* a eles mesmos e todos têm necessidade de verbalização; por essa razão primordial, apenas é **significante** o que é **denominado** pela linguagem [língua]” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 109, *itálicos do original, negrito e acréscimos meus*).

Nessa citação, o termo *denominado* parece ter a acepção de *interpretado*, bem como o termo *denominação* parece ter a acepção de *interpretância* na citação seguinte:

Portanto, colocamos, entre a linguagem [língua] e os ditos sistemas semióticos [semiológicos], uma *relação de engendramento*, atualizada em uma *relação de denominação*. Assim também é a relação língua-sociedade. **Pode-se “dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita, que são dois sistemas conversíveis um no outro, porque são do mesmo tipo.** Não se pode “dizer a mesma coisa” pela fala e pela música, que são dois sistemas de tipo diferente. Não se dispõe de vários sistemas distintos para a *mesma* relação de significação.

⁶ Tal publicação é composta pelas seguintes partes: uma cronologia biográfica de Benveniste, um prefácio de Julia Kristeva, uma introdução de Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, três capítulos (que contêm as notas manuscritas de Benveniste e de seus ouvintes), dois anexos (uma biobibliografia inacabada de Benveniste, escrita por Georges Redard, e uma descrição do Acervo Benveniste, da Biblioteca Nacional da França, feita por Émilie Brunet) e um posfácio de Tzvetan Todorov.

É uma relação de *não conversibilidade* mútua que se estabelece entre a *língua* e a *sociedade*. (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 110-111, itálicos e aspas do original, negritos meus).

A propósito dessa passagem, cabem duas observações.

Primeira observação: Benveniste vincula, aqui, a relação de engendramento e a relação de denominação. Mas o que seria tal *relação de denominação*? Se procede a hipótese anterior sobre os termos *denominar* e *denominação* terem, respectivamente, as acepções de *interpretar* e de *interpretância*, então a relação de denominação não é outra senão a relação de interpretância, por Benveniste introduzida no início dessa aula. Denominar seria, então, interpretar, capacidade exclusiva da língua quanto aos demais sistemas semiológicos, os quais não se bastam a si próprios e necessitam ser verbalizados (denominados/interpretados) pela língua⁷.

⁷ Entretanto, é interessante notar que, nessa lição das *Últimas aulas*, entre a relação de engendramento e a relação de denominação/interpretância, é estabelecido um vínculo em termos de *atualização*: “[...] uma *relação de engendramento*, **atualizada** em uma *relação de denominação*” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 110, itálicos do original, negrito meu). Já em “Semiologia da língua” (1969), as relações de engendramento e de interpretância são apresentadas uma após a outra, sem menção a um vínculo de atualização entre elas. Nesse artigo, a relação de engendramento é definida como aquela que “vale entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica [a exemplo da escrita estenográfica, engendrada pela escrita ordinária]” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 61). Por sua vez, a relação de interpretância é descrita como aquela instituída “entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. Do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide os sistemas em sistemas que articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de outro modo de expressão. Pode-se assim introduzir e justificar esse princípio de que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos [semiológicos]” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 62, acréscimo meu). Se, em ambos os contextos – a aula e o artigo –, a relação de interpretância diz respeito à relação língua-outros sistemas e à posição privilegiada da língua no conjunto dos sistemas semiológicos, em cada contexto, a relação de engendramento é caracterizada de forma diferente: na aula, trata-se de uma

Segunda observação: o princípio da não redundância entre sistemas, por Benveniste formulado no artigo de 1969, reaparece nessa aula do mesmo ano. Há, no entanto, uma ligeira mudança nos exemplos. Se, em ambos os contextos, a relação fala-música e a relação língua-sociedade ilustram relações de não conversibilidade, porque ocorrem entre sistemas de bases semiológicas distintas, os exemplos de sistemas mutuamente conversíveis mudam de um contexto a outro. No artigo, a mútua conversibilidade é ilustrada pela relação alfabeto gráfico-demais alfabetos (Braile, Morse, surdo), todos sistemas fundados sobre a mesma base semiológica: o **princípio alfabético**. Na aula, a conversibilidade recíproca é exemplificada pela relação fala-escrita, sistemas que, por serem de mesmo “tipo” (base), são conversíveis um no outro e permitem “dizer a mesma coisa” em um e outro.

Dessa maneira, na “Aula 5”, embora a fala e a escrita sejam apresentadas como sistemas distintos, tal distinção é minimizada em favor do fundamento significativo comum a ambas: a **materialidade linguística**.

Na “Aula 7”, de 27 de janeiro de 1969, Benveniste parte da seguinte constatação: “Poderíamos dizer que a língua pertence ao sistema geral da ‘significação’, que ela faz parte, enquanto sistema particular mais elaborado, do mundo dos sistemas significantes, cuja característica é a de serem sistemas”, sendo esse sistema geral da significação “uma força original em curso, que opera as grandes separações de unidades, que nos aparecem eternamente divididas, como ‘forma’ e ‘sentido’, significante/significado” (BENVENISTE, 201 [1969/2012], p. 119, aspas do original).

Se retomarmos a diferença entre *linguagem*, *línguas* e *língua* traçada em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, de 1963⁸, talvez haja, nessas citações da “Aula 7”, de

relação entre a língua e os demais sistemas que se atualiza numa relação de denominação/interpretância; no artigo, trata-se de uma relação entre *quaisquer* sistemas distintos e contemporâneos, mas de igual natureza.

⁸ Cf. nota 5.

1969, um *link* possível com tal artigo de seis anos antes. Afinal, no referido texto, Benveniste concebe a linguagem como faculdade humana universal e imutável de produzir e de compreender relações de significação. Já as línguas são definidas como realizações particulares e variáveis da faculdade da linguagem, próprias a sociedades e a culturas igualmente particulares. Por fim, a língua é vista como sistema de signos estruturado em níveis e em unidades, um arranjo sistemático de partes desde os sons até as complexas formas de expressão.

E onde estaria o *link* entre a lição de 1969 e o texto de 1963? Ora, o *sistema geral da significação* parece estar para a *linguagem* como o *sistema particular mais elaborado* parece estar para a *língua*. E a noção de *línguas*, que remete à língua-idioma? A expressão *sistema particular*, em *sistema particular mais elaborado*, parece condensar as noções de *língua* (“sistema”) e de *língua-idioma* (“particular”). Noções distinguidas por Benveniste na “Aula 6”, ocorrida em 20 de janeiro de 1969, portanto sete dias antes dessa “Aula 7”: “Será preciso estabelecer uma distinção entre a **língua**, enquanto **sistema de expressão** – sem a qual não há sociedade humana possível –, e a **língua-idioma**, que é **particular**. É a língua como sistema de expressão que é o interpretante de todas as instituições e de toda a cultura” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 117, negritos meus).

Todavia, devido ao lugar de destaque da língua em meio aos sistemas semiológicos, Benveniste interroga-se: “[...] a língua seria ainda um sistema semiótico [semiológico], no sentido em que são os outros sistemas? Ela não seria outra coisa?”, ao que acrescenta: “Creio que a principal diferença entre a língua e os ‘sistemas semióticos’ [semiológicos] é que *nenhum sistema semiótico* [semiológico] é capaz de se tomar, ele próprio, como objeto, nem de se descrever em seus próprios termos” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 120, aspas e itálicos do original, acréscimos meus).

É importante sublinhar que essas duas características – tomar a si mesma como *objeto* e descrever-se em seus próprios *termos* – constituem, para Benveniste, a *principal diferença* entre a língua e os

demais sistemas semiológicos, incapazes de se voltarem sobre si próprios e de se autodescreverem. No entanto, penso que está, aqui, não somente o grande diferencial da língua quanto aos outros sistemas de signos, como também a semente da relação língua-escrita que o professor regará nas lições do capítulo 2 de suas *Últimas aulas*. Não à toa a escrita comparece na longa nota de ouvinte que encerra essa sétima aula, nota cuja metade inicial vale ser reproduzida:

Uma distinção de base entre sistemas deve ser respeitada:

- 1) aqueles que contém eles próprios (que são autônomos);
- 2) aqueles que têm necessidade de um interpretante.

Uma hierarquia deve ser estabelecida entre **sistemas autônomos** e **sistemas dependentes**. Por exemplo, o sistema de escrita, que só existe em relação à língua. Porém, trata-se de ver como um sistema que utiliza a mão, deixando um traço escrito, representa a língua. Há assim uma **significância de primeiro grau**, outra de **segundo grau** etc.

Se uma conversão relativa é possível tanto da **língua** para a **escrita** quanto o inverso, isso é impossível entre a composição verbal e a composição musical. Todos os sistemas semiológicos não têm as mesmas unidades, nem as mesmas articulações. A unidade sonora não é decomposta em unidades menores, constitutivas, e não combina outra coisa a não ser unidades sonoras. Em si mesmo, o som não é significante. Ocorre o mesmo com as cores. Não há unidade de base, nem valores constantes: a escolha é arbitrária. Em resumo, **as conversões somente são possíveis no interior de um determinado sistema**. (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 121, nota de ouvinte, negritos meus).

Nessa nota, reaparecem termos presentes na aula anterior, como *língua*, *escrita* e *conversão*. Há, porém, termos novos, como *sistemas autônomos*, *sistemas dependentes*, *significância de primeiro grau* e *significância de segundo grau*. A relação língua-escrita é realocada, aqui, no quadro da diferenciação entre sistemas autônomos (interpretantes) e sistemas dependentes (interpretados), sendo a língua hierarquicamente superior à escrita, “que só existe em relação à língua” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 121, nota de ouvinte).

A que se deve essa *dependência* da escrita quanto à língua? Deve-se à *autonomia* da língua, isto é, o fato de ela conter a si própria. E o que é “conter a si própria”? É ser capaz de tomar-se

como objeto e de autodescrever-se em seus próprios termos. Tal capacidade, que posiciona a língua acima dos demais sistemas, inclusive da escrita, já havia sido explicitada ao término da “Aula 5”: “[...] a língua desempenha, diante de todos os outros [sistemas], o papel de interpretante semiológico, isto é, de modelo que serve para definir os termos e suas relações. Ora, a própria língua é um sistema semiológico. **Ela é, hierarquicamente, o primeiro dentre eles**” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 112, nota de ouvinte, negritos meus). Afirmar que a língua interpreta todos os sistemas e a si própria é, dessa maneira, afirmar que ela define os *termos* e suas *relações*, fornecendo aos demais sistemas e a ela mesma a verbalização da qual eles necessitam para adquirirem estatuto significante.

Contudo, se a significância de todos os sistemas semiológicos está na dependência da significância linguística – “[...] apenas é significante o que é denominado pela linguagem [língua]” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 109, acréscimo meu) –, não é de igual modo que a escrita, de um lado, e os demais sistemas, de outro, dependem da língua. Afinal, é unicamente a significância da escrita que Benveniste caracteriza como de *segundo grau*, em relação à significância de *primeiro grau* da língua.

A razão desse traço distintivo da escrita reside no fato de que, contrariamente aos outros sistemas de signos, a escrita pode se converter em língua, assim como a língua pode ser converter em escrita. Os demais sistemas não usufruem dessa possibilidade: “Se uma **conversão** relativa é possível tanto da língua para a escrita quanto o inverso, isso é impossível entre composição verbal e composição musical” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 121, nota de ouvinte, negrito meu). Tal impossibilidade deve-se às “**conversões** somente [serem] possíveis no interior de um determinado sistema” (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 121, nota de ouvinte, negrito meu).

Considerando esse último excerto, poderíamos nos perguntar: seriam ainda a língua e a escrita sistemas distintos? Enquanto, no início da nota reproduzida anteriormente em

citação recuada, a língua e a escrita são descritas, respectivamente, como sistema autônomo/interpretante e sistema dependente/interpretado, o que produz uma significância de primeiro grau (da língua) e uma significância de segundo grau (da escrita), ao fim dessa citação, a possibilidade de mútua conversão entre língua e escrita parece diluir as fronteiras que as demarcam como sistemas distintos e reuni-las sob o abrigo de um mesmo sistema: **o sistema linguístico.**

Se, tanto no primeiro momento de “Semiologia da língua” quanto na “Aula 5”, a conversão entre sistemas é atribuída a uma base semiológica partilhada entre eles (no artigo, o exemplo é o da relação alfabeto gráfico-demais alfabetos, fundados sobre o princípio alfabético; na aula, o exemplo é o da relação fala-escrita, fundadas sobre a materialidade linguística), nessa “Aula 7”, a possibilidade de mútua conversão parece ser admitida não mais entre sistemas de mesma base semiológica, mas sim entre partes de um único sistema.

Há, desse modo, um segundo deslocamento da noção de *conversão* na teorização semiológica de Benveniste. Ao passo que o primeiro deslocamento diz respeito às distintas acepções dessa noção no primeiro momento do texto de 1969 e na “Aula 5” (conversão enquanto relação de reversibilidade entre sistemas de mesma base semiológica e, por isso, conversíveis um no outro) e no segundo momento (conversão enquanto relação de não reversibilidade entre a língua, sistema interpretante, e os demais sistemas, todos por ela interpretados), o segundo deslocamento concerne à acepção que tal noção assume na “Aula 7” (conversão enquanto relação de reversibilidade não mais entre sistemas de mesma base semiológica, mas entre partes de um único e mesmo sistema).

Considerações finais

Segundo Rosário (2018, p. 13), “se a publicação do primeiro e, posteriormente, do segundo volume de seus [de Benveniste] *Problemas de linguística geral* se configura em um marco para os

estudos enunciativos, a publicação de suas últimas aulas no Collège de France marca, por sua vez, uma volta à discussão de sua reflexão semiológica”.

Com efeito, cada uma dessas obras – os PLG, de um lado, e as *Últimas aulas*, de outro – são representativas de duas teorizações centrais na teoria da linguagem de Émile Benveniste: a **teorização sobre a enunciação** e a **teorização sobre a semiologia**. A partir de uma perspectiva de leitura pautada por essas duas teorizações, o presente estudo realizou uma incursão por um *corpus textual de pesquisa* constituído por textos oriundos dos três referidos livros. A hipótese de leitura que esteve no ponto de partida desta investigação e que se manteve em seu horizonte foi a de que a noção de *conversão* comparece, nessa teoria, em duas abordagens: uma vinculada à teorização enunciativa benvenistiana e outra, à sua teorização semiológica.

O trajeto percorrido permite confirmar a hipótese de leitura e situar a noção de *conversão* em Benveniste no âmbito de três grandes relações teóricas, nas quais tal noção se reveste de estatutos diferenciados.

Na teorização enunciativa, a noção de *conversão* é abordada no âmbito da **relação língua-discurso** e envolve os signos vazios (os indicadores autorreferenciais de pessoa, de espaço e de tempo) como instrumentos que, contidos no âmago mesmo do sistema linguístico, asseguram sua atualização discursiva e viabilizam a comunicação intersubjetiva. Nessa relação língua-discurso, a noção de *conversão* assume um **estatuto enunciativo**, na medida em que consiste em um processo que envolve, a um só tempo, a apropriação da língua e sua atualização em discurso (com a mobilização dos signos tanto vazios como plenos), a enunciação do locutor, a instauração do alocutário e o estabelecimento da referência enquanto “realidade de discurso” (um sistema de referências internas, autorreferencial, cuja condição é a instância discursiva, mas que também organiza a referência ao “mundo objetivo”, ao articular as categorias de pessoa e de não pessoa na estruturação do enunciado).

Na teorização semiológica, a noção de *conversão* é abordada no âmbito da **relações língua-escrita** e **língua-outros sistemas**. Nessas duas outras relações teóricas, a noção de *conversão* assume um **estatuto semiológico**, o qual, porém, desloca-se entre três distintas acepções assumidas por tal noção nessa teorização.

Na primeira acepção, a conversão corresponde a uma relação simétrica de reversibilidade entre sistemas de mesma base semiológica e, por isso, conversíveis um no outro (como a relação entre o *alfabeto gráfico* e os *alfabetos Braile, Morse, surdo*, exemplo de “Semiologia da língua”, ou como a relação entre a *fala* e a *escrita*, exemplo da “Aula 5” das *Últimas aulas*, em que a fala e a escrita são ainda situadas como sistemas distintos, embora de mesmo tipo).

Na segunda acepção, a conversão diz respeito a uma relação dissimétrica de não reversibilidade entre a língua e os demais sistemas por ela interpretados, vale dizer, convertidos em estruturas significantes (como a relação entre a *língua* e a *sociedade*, exemplo tanto de “Semiologia da língua” quanto da “Aula 5”, ou como a relação entre a *língua/fala* e a *música*, exemplo tanto do artigo de 1969 quanto da “Aula 5” e da “Aula 7”).

Na terceira acepção, a conversão concerne a uma relação simétrica de reversibilidade, mas, distintamente da relação reversível da primeira acepção, essa não consiste em uma reversibilidade entre sistemas de mesma base semiológica (como os *alfabetos*), mas em uma reversibilidade entre partes de um mesmo sistema (como a *língua* e a *escrita*, que, na “Aula 7”, são caracterizadas não mais enquanto sistemas diferentes, a exemplo da *fala* e da *escrita* na “Aula 5”, e sim como partes de um único sistema).

Como se vê, a noção de *conversão* apresenta nuances e matizes na teoria da linguagem de Benveniste, comparecendo com estatutos diferenciados em suas teorizações enunciativa e semiológica e, mesmo no interior dessa última, desdobrando-se em acepções distintas. O *corpus textual de pesquisa* aqui recortado permite reconstituir uma parte significativa desses deslocamentos nocionais; entretanto, a leitura de outros textos dos PLG e das lições do capítulo 2 das *Últimas aulas* autoriza o encerramento

deste trabalho com a formulação de uma nova hipótese, a ser verificada em estudo futuro: a noção de *conversão* sofre outros deslocamentos que, se não dão a ver novos estatutos além do enunciativo e do semiológico, descortinam novas acepções.

Quanto à teorização enunciativa, duas ocorrências da noção de *conversão* em textos dos PLG II merecem ser mencionadas.

A primeira ocorrência consta em “A forma e o sentido na linguagem”:

De mais, **a conversão do pensamento em discurso** se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que **se pode “dizer a mesma coisa”** numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura lingüística. (BENVENISTE, 2006 [1966/1967], p. 233, negritos meus, aspas do original).

Já a segunda ocorrência está presente em “O aparelho formal da enunciação”:

O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. **A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso**. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. **É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância***. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram.

* Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969 (cf. acima, p. 43-66). (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83, negritos meus, aspas do original).

Das muitas considerações que essas duas ocorrências demandariam, restrinjo-me, por ora, a apenas algumas, sem ainda explorar nenhuma detidamente.

Na primeira ocorrência, duas questões chamam a atenção: (a) a expressão “conversão do pensamento em discurso”, na qual *pensamento* ocupa o lugar que, em outros textos, é ocupado por *linguagem* e *língua*; (b) a expressão “se pode ‘dizer a mesma coisa’”, que, como em outros escritos de Benveniste, figura no mesmo contexto de discussão da noção de *conversão* (como na “Aula 5” e na “Aula 7”, em que ele afirma serem a língua/fala e a escrita mutuamente conversíveis, por ser possível “dizer a mesma coisa” em uma e em outra). Seria esse um ponto de abertura para se problematizar a noção de *conversão* à luz de uma quarta grande relação teórica fundante da teoria da linguagem benvenistiana (além das relações língua-discurso, língua-escrita e língua-outros sistemas), a saber, a **relação língua-pensamento**?

Na segunda ocorrência, também duas questões se destacam: (a) o primeiro segmento em negrito – “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” – situa a noção de *conversão* no âmbito da teorização enunciativa; porém, (b) o segundo segmento em negrito – “É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância*” – refere em rodapé o artigo “Semiologia da língua” (1969). Haveria, aqui, uma acepção da noção de *conversão* vinculada às teorizações tanto enunciativa como semiológica?

Quanto à teorização semiológica, três ocorrências da noção de *conversão* em lições do capítulo 2 das *Últimas aulas* merecem menção.

A primeira e a segunda ocorrências se encontram na “Aula 8”:

A língua é convertida, de repente, em uma imagem da língua. A atividade completa na qual o locutor está engajado, esse comportamento tanto gestual quanto fonoacústico, essa participação do outro, de todos os outros, da totalidade dos parceiros possíveis nessa manifestação individual e coletiva, tudo isso é substituído por *signos* traçados a mão. (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 129-130, negritos meus, itálicos do original).

[...] o ato de escrever não procede da fala pronunciada, da linguagem em ação, mas da linguagem interior, memorizada. A escrita é uma transposição da linguagem interior, e é preciso primeiramente aceder a essa consciência da linguagem interior ou da “língua” para assimilar o **mecanismo da conversão em escrito**. (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 132, itálicos do original, negritos meus).

Por sua vez, a terceira ocorrência se localiza na “Aula 15”:

A escrita é a fala convertida pela mão em signos falantes. A mão e a fala se sustentam na invenção da escrita. A mão prolonga a fala. O sistema primário voz (a boca)-orelha é *revezado (relayé)* pelo sistema secundário mão (a inscrição)-olho. A mão tem o papel de emissor traçando as letras, e o olho se torna receptor coletando os traços escritos. (BENVENISTE, 2014 [1969/2012], p. 179, negritos meus, itálicos do original).

Tais ocorrências igualmente demandam muitas observações; no momento, todavia, limito-me a somente anunciar algumas.

Na primeira ocorrência, a noção de *conversão* surge na discussão que Benveniste inicia sobre a relação língua-escrita, mais especificamente nas ideias embrionárias que, na “Aula 8”, o professor esboça acerca da aquisição da escrita, cujas abstrações impostas à criança são tomadas como observatórios da conversão da *língua* numa *imagem da língua*⁹. Ainda que essa ocorrência da noção de *conversão* se situe no âmbito da teorização semiológica, o recurso à atividade locutória no fenômeno aquisicional e a todas as abstrações interlocutivas e contextuais que assinalam tal fenômeno talvez possibilite entrever, nessa ocorrência, outro elo entre as teorizações semiológica e enunciativa.

Na segunda ocorrência, a discussão sobre a questão da conversão se complexifica, porque tal questão é associada a outra ainda mais nebulosa: a questão da *linguagem interior*. Esse termo, que frequenta a psicologia do desenvolvimento, notadamente a de

⁹ Para uma abordagem da questão da abstração na aquisição da língua materna em suas realizações vocal e gráfica, ver o estudo de Silva, Oliveira e Diedrich (2020).

vertente vigotskiana¹⁰, surge como noção na “Aula 8”, na qual é ligado à noção de *ato de escrever*, à noção de *fala pronunciada/linguagem em ação* e, também (no final dessa aula), à noção de *pensamento*. Para Benveniste, a escrita enquanto ato não procede da fala pronunciada/da linguagem em ação (do discurso falado?), mas da linguagem interior/memorizada, sendo uma transposição/conversão dessa linguagem interior em escrito (em discurso escrito?). Ora, se há um *mecanismo de conversão em escrito*, haveria um *mecanismo de conversão em falado*? Se sim, este teria relações com o que o linguista denomina, em “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) e em “O aparelho formal da enunciação (1970) de, respectivamente, “conversão do pensamento em discurso” e “conversão individual da língua em discurso”?

Na terceira ocorrência, o foco se desloca da relação locutor-língua (na aquisição da escrita e na conversão da linguagem interior em escrito) para a relação fala-escrita (na configuração mesma da escrita). A escrita é, aqui, concebida como sistema secundário resultante da *conversão* do sistema primário da fala em um *revezamento* no qual os papéis de emissão e de recepção da voz e da orelha são assumidos pelo mão e pelo olho. Seria possível pensar que tal acepção da noção de *conversão* introduz o *corpo humano* na teorização semiológica e, por meio deste, uma quinta grande relação teórica relevante no pensamento benvenistiano: a **relação biológico-cultural**?

Todos essas problematizações atreladas à noção de *conversão* na teoria da linguagem de Benveniste, tanto aquelas focalizadas neste estudo quanto aquelas anunciadas para uma nova investigação, põe em relevo duas características dessa teoria e, por conseguinte, das teorizações enunciativa e semiológica a ela vinculadas: (a) o pressuposto antropológico do *homem na linguagem/na língua*; (b) o princípio de que a significação é o

¹⁰ Para uma reflexão a respeito da noção benvenistianiana de *linguagem interior* e de seu diálogo com a noção vigotskiana, ver Stein (2020).

fundamento da linguagem como faculdade simbólica e da língua tanto como sistema significante quanto como atividade discursiva.

Esses dois caracteres da linguagem e da língua (a presença humana e a propriedade simbólica) marcam os quatro traços que, segundo Benveniste, distinguem a *novidade semiológica* – e, a julgar pelos dois primeiros traços (que enfatizam o humano, a significação e o sistêmico), poder-se-ia acrescentar que distinguem também o que se poderia chamar de a *novidade enunciativa*:

A novidade consiste em ver:

- 1) que há, no mundo, na natureza, no comportamento humano, nas obras do homem, uma quantidade de signos de espécies muito diversas (vocais, gestuais, naturais), *coisas que significam, que têm um sentido*;
- 2) por consequência, que há lugar para pensar que esses signos se assemelham de alguma maneira, que constituem conjuntos;
- 3) que é possível estabelecer relações entre esses conjuntos de signos;
- 4) que o estudo dos signos resulta na criação de uma nova disciplina particular: a *semiologia*. (BENVENISTE, 2014 [1968/2012], p. 92, itálicos do original).

Objeto deste estudo, a noção de *conversão* – em seus dois estatutos (o enunciativo e o semiológico) e em suas diversas acepções – é, sem dúvidas, uma noção central na teoria da linguagem de Émile Benveniste, tanto em sua teorização sobre a enunciação quanto em sua teorização sobre a semiologia e, talvez, mesmo em possíveis pontos de contato entre ambas.

Referências

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1946], p. 247-259.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1963a], p. 19-33.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1966/1967], p. 220-242.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 43-67.

BENVENISTE, Émile. Sémiologie de la langue. In: BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale 2**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1974 [1970], p. 79-90.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. Aula 5. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012], p. 109-113.

BENVENISTE, Émile. Aula 7. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012], p. 119-123.

BENVENISTE, Émile. Aula 8. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012], p. 127-133.

BENVENISTE, Émile. Aula 15. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012], p. 173-182.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012], p. 67-86.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. **Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua**. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183004>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SILVA, Carmem Luci da Costa; OLIVEIRA, Giovane Fernandes; DIEDRICH, Marlete Sandra. A teoria da linguagem de Émile Benveniste: uma abertura para os estudos em aquisição da linguagem. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 56, p. 259-280, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/47445>. Acesso em: 28 abr. 2021.

STEIN, Jorama de Quadros. A noção de “linguagem interior” em Émile Benveniste: uma problematização para a compreensão da escrita. **ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 105-114, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/de5a6d3784851e60eb70dba688469fd5.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CAPÍTULO 9

ÉMILE BENVENISTE E A ABERTURA PARA UMA POÉTICA DO DISCURSO¹

Daiane Neumann

Resumo: O objetivo deste capítulo é refletir acerca da abertura do pensamento benvenistiano em direção a uma poética do discurso. Para fazê-lo, são discutidas duas temáticas transversais à obra de Benveniste, quais sejam: a subjetividade e a discursividade; dado que é a partir delas que se erige o projeto de uma antropologia histórica da linguagem. Em um segundo momento, discute-se acerca da linguagem poética, relacionando-se o dossiê *Baudelaire* e a poética do discurso. O ponto de chegada da reflexão aqui empreendida é apontar para outras possibilidades de pesquisa, ao considerar-se o ponto de vista de que a poética do discurso lança mão.

Palavras-chave: Émile Benveniste. Poética do discurso. Subjetividade. Discursividade.

¹ Texto apresentado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, no Webnário Autores em Foco, em janeiro de 2021.

Introdução

Pretendo, aqui, discutir a abertura do pensamento de Émile Benveniste para uma poética do discurso. Para fazê-lo, cumpre, evidentemente, adotar um ponto de vista em relação à leitura da obra, considerando-se que nenhuma abordagem de uma obra se constitui senão a partir de um ponto de observação. Trata-se, portanto, sempre da escolha de um ponto de vista, de uma posição ética e política.

A visada desde a qual se observa, aqui, a obra benvenistiana é aquela da poética do discurso. Não se trata de uma das abordagens mais conhecidas e difundidas da obra do linguista, especialmente no contexto brasileiro, embora esteja bastante presente em um livro amplamente citado e difundido: *Émile Benveniste, l'invention du discours*, de autoria de Gérard Dessons, publicado em 2006.

O percurso proposto toma a obra de Émile Benveniste em seu conjunto, considerando-a como um sistema; portanto, em sua historicidade. Disso decorrem duas consequências importantes, quais sejam: 1ª) a obra benvenistiana é concebida como uma poética; 2ª) essa poética é construída com base em reflexões transversais à obra, tais como a subjetividade e a discursividade.

Para levar a cabo a discussão a que me proponho, divido-a em dois momentos: um primeiro, em que busco refletir acerca da obra benvenistiana, sob a ótica da poética do discurso, e um segundo, em que discuto acerca do dossiê *Baudelaire*, considerando o ponto de vista aqui adotado.

O pensamento benvenistiano sob a ótica da poética do discurso

Início esta seção tratando da primeira consequência por mim elencada ao se adotar o ponto de vista da poética do discurso, na leitura da obra de Émile Benveniste, qual seja, a de conceber a obra como uma poética. Dessa forma, afirmar que há uma poética em Benveniste significa dizer que há uma obra que inova não

somente em relação ao conteúdo do que é dito, mas também na sua forma de dizer. Cumpre destacar seu modo de dizer, para além do conteúdo da obra de Benveniste. Mais que o dito, é o que a obra faz o objeto de atenção.

Tal tomada de posição é encontrada em *Émile Benveniste, l'invention du discours*, cuja discussão introdutória dedica-se à "L'art de penser". Nessa introdução, Dessons (2006), considerando a renovação da concepção de arte de Baudelaire, em "L'art philosophique"², dá a Benveniste o estatuto de artista, na medida em que sua obra configura-se como uma arte de pensar, e avança afirmando que essa arte de pensar constitui-se a partir da arte do problema.

Assim, não se está diante de uma obra teórica que concebe a linguagem como uma "positividade" (DESSONS, 2006, p. 10) que pode ser abordada definitivamente, mas como uma problemática a ser "formulada indefinidamente, e novamente a cada vez"³ (DESSONS, 2006, p. 10). Essa constatação aproxima Benveniste das ciências humanas, em que "o importante não está nas repostas, mas nas questões, nas maneiras de formulá-las"⁴ (DESSONS, 2006, p. 10).

Seguindo essa consideração acerca do modo de dizer em Benveniste, Dessons (2006) também nota ao longo de sua obra, por exemplo, que o prefixo *re-* e as preposições *dans* e *par* ganham um valor próprio no pensamento benvenistiano e que a desconsideração de tais valores pode levar a leituras equivocadas.

² Em "L'art philosophique", Baudelaire (1980) define a arte como a criação de uma magia sugestiva que contém ao mesmo tempo o sujeito e o objeto, o mundo exterior ao artista e o artista mesmo. Essa definição leva à alteração da concepção de linguagem, que não é mais tomada como instrumento, mas como constituidora dos sujeitos e dos objetos, bem como à alteração da concepção de arte, já que não é mais o estético o critério definidor da arte, mas o ético. Para discussão mais aprofundada acerca dessa questão, consultar Neumann (2016).

³ No original, lê-se: "à formuler indéfiniment, et nouvellement chaque fois". Todas as traduções citadas neste texto foram feitas por mim.

⁴ No original, lê-se: "l'important n'est pas dans les réponses, mais dans les questions, dans les façons de les formuler".

Essa tomada crítica da obra benvenistiana proposta por Dessons (2006) é observada por Silva (2020), para quem o olhar para o modo de dizer dos linguistas pode “revelar mais sobre suas teorias e, principalmente, sobre como, por meio de suas escritas, há um processo de subjetivação (individualização) e hominização⁵, no sentido histórico-antropológico, implicados no modo como usam a língua, ou seja, no modo como criam discursos, para teorizarem sobre a linguagem” (SILVA, 2020, p. 626).

É preciso pontuar, ainda, que considerar a obra benvenistiana como uma poética, como um poema de pensamento, significa perceber que não se trata de tomá-la como um texto acabado, em que tudo foi dito, mas antes como um processo, em que “o que se diz, não diz o que diz, podendo, inclusive, dizer outra coisa além do que diz” (TEIXEIRA, 2004, p. 116). Tomada como uma poética, a obra benvenistiana se abre para o seu próprio desconhecido, para o que é da ordem do intempestivo, do inacabamento. Assim, “a teoria de Benveniste está longe da idéia de ciência harmoniosa, mito da modernidade, onde a ignorância, a angústia, a inibição ou o sintoma não encontram lugar” (TEIXEIRA, 2004, p. 116).

O que faz a poética do discurso, ao tomar a obra benvenistiana considerando sua intempestividade, é perceber que, “atrás da análise pormenorizada da linguagem, encontra-se um ponto de vista filosófico de interesse amplo” (TEIXEIRA, 2004, p. 118). Isso significa que o pensamento de Benveniste é “vivo e desconcertante, sempre enigmático e aberto à interferência de quem dele se aproxima recusando roteiros de leitura já automatizados” (TEIXEIRA, 2004, p. 118).

Ao propor a leitura de Benveniste a partir de uma “antropologia histórica da linguagem”, a poética do discurso busca garantir que se preservem os temas transversais à obra benvenistiana, a esse sistema de pensamento, para a partir disso

⁵ A autora atenta para o fato de que “hominização” foi um termo cunhado por Gérard Dessons, em entrevista conferida a mim e a Giovane Fernandes Oliveira. Ver Dessons, Neumann e Oliveira (2020).

promover uma abertura para o mundo do discurso, na perspectiva de uma translinguística, conforme se encontra no final programático do texto “Semiologia da língua”, publicado em *Problemas de linguística geral II*.

Em 1982, na obra *Critique du rythme – une anthropologie historique du langage*, Henri Meschonnic cunha uma expressão, como o atesta o próprio título, “antropologia histórica da linguagem”. Remontar a essa expressão utilizada pelo teórico da linguagem é importante, na medida em que ela condensa as duas questões transversais à obra benvenistiana a que me referi anteriormente e de que tratarei em seguida, a questão da subjetividade e a da discursividade.

Embora Benveniste “tenha fundado sua linguística sob a questão da subjetividade”⁶ (DESSONS, 2006, p. 97), não teorizou acerca da questão do sujeito, conforme aponta Normand (1986). É preciso, no entanto, admitir, como o faz a autora, que “a teoria da enunciação implica [...] um sujeito”⁷ (NORMAND, 1986, p. 202). Nesse sentido, cumpre discutir a partir do que se convencionou denominar “sujeito enunciador” e “sujeito da enunciação”.

Em “A natureza dos pronomes”⁸, Benveniste (2005a [1966], p. 280-281) explica que é “identificando-se como pessoa única pronunciando *je* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’”. Pontua ainda o linguista que “a ‘realidade’ a que se refere *je* ou *tu*” é “unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é coisa muito singular” (BENVENISTE, 2005a [1966], p. 278). O *je* não pode ser definido senão “em termos de ‘locução’” (BENVENISTE, 2005a [1966], p. 278), pois *je* significa “‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *je*’”⁹ (BENVENISTE, 2005a [1966], p. 278).

⁶ No original, lê-se: “a fondé sa linguistique sur la question de la subjectivité”.

⁷ No original, lê-se: “La théorie de l’énonciation implique [...] un sujet”.

⁸ Texto publicado originalmente em *For Roman Jakobson*, Mouton & Co., Haia, 1956.

⁹ Mantive os pronomes em francês, mesmo em citações, a fim de pontuar a diferença entre o pronome “*je*” e o pronome “*moi*” sobre o qual discutirei em seguida.

Como se pode observar, o *je*, na poética de Benveniste, refere-se ao sujeito constituído *na e pela* linguagem, *na e pela* enunciação de seu discurso. Trata-se, portanto, do *sujeito da enunciação*, tal como foi induzido pela teoria da *enunciação* de Benveniste (DESSONS, 2006). O *sujeito da enunciação* é aquele que advém do discurso, radicalmente histórico.

Já em “O antônimo e o pronome em francês moderno”¹⁰, Benveniste (2006a [1974], p. 204), ao discutir acerca do pronome “moi”, afirma que este “se comporta, em todos os sentidos, como um nome próprio”, pois “todos os critérios que definem o pronome autônomo podem ser aplicados ao nome próprio”.

O linguista percebe que em “MOI, *Pierre*”, o “MOI” seria “o nome próprio de todo locutor, instantâneo à locução, sui-referencial no discurso, antônimo” (BENVENISTE, 2006a [1974], p. 205), já *Pierre* seria “nome próprio permanente de um indivíduo, referência objetiva na sociedade, antropônimo” (BENVENISTE, 2006a [1974], p. 205).

Assim, Benveniste (2006a [1974], p. 205) explica que “MOI, *Pierre*” “define o sujeito de um lado por sua situação contingente de falante, e por outro lado por sua individualidade distintiva na comunidade”. A discussão acerca do “moi” mostra que o pronome designa “o indivíduo engajado no processo de locução, por isso alterna geralmente com o termo *locutor*”¹¹ (DESSONS, 2006, p. 133). Trata-se, portanto, do *sujeito enunciador*.

Cumprir observar que a confusão que, por vezes, estabeleceu-se acerca da teorização benvenistiana entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito enunciador* não é insignificante, pois conduz a psicologizar o *sujeito da enunciação* ao tomá-lo como *sujeito enunciador*, aquele constituído como sujeito anteriormente e exteriormente à sua enunciação (DESSONS, 2006).

¹⁰ Publicado originalmente em *Bulletin de la Societé de Linguistique de Paris*. C. Klincksieck, t. LX (1965), fasc. I, p. 71-87.

¹¹ No original, lê-se: “l’individu engagé dans un procès de locution, c’est pourquoi elle alterne souvent avec le terme *locuteur*”.

O sujeito implicado pela teoria da *enunciação* de Benveniste é o *sujeito da enunciação*, noção fundamental para que se possa discutir acerca da antropologia histórica da linguagem. Logo, o que interessa à linguística benvenistiana é pensar sobre esse processo de subjetivação que se dá *na* e *pela* linguagem; o indivíduo implicado nessa teorização é o indivíduo linguístico.

Essa reflexão acerca da subjetividade na linguagem e do processo de subjetivação na obra de Benveniste encontra eco nas palavras de Dessons, que, em entrevista concedida a mim e a Giovane Fernandes Oliveira, em 2020, afirma que “a ideia de que o homem possa ser definido pelo uso da linguagem [...] é comum, mas insuficiente” (p. 376), na medida em que, “ao dizer que o homem é um animal que fala, que tem linguagem, não se diz nada do seu estatuto específico. Isso pode ser explicado por uma metafísica da linguagem: Deus deu o verbo ao homem” (p. 376). Pode-se, no entanto, propor, como o faz a antropologia histórica da linguagem, que “o homem se constituiu historicamente como ser de linguagem fazendo do uso da linguagem seu modo de individuação” (p. 376).

É o termo “histórica” aqui que retira a possibilidade de que a discussão acerca da subjetividade e, conseqüentemente, do sujeito possam ser tomadas de um ponto de vista de uma metafísica. É o termo “histórica” que traz a discussão acerca dessa antropologia da linguagem, presente na obra benvenistiana, para a empiricidade do discurso, tomado como “um processo de subjetivação, [que] implica a linguagem como um processo de hominização” (DESSONS, NEUMANN, OLIVEIRA, 2020, p. 376).

Ademais, esse termo intervém também como uma oposição ao que foi denominado por Meschonnic (2009 [1982], p. 29) “historicismo”. O historicismo, de acordo com o autor (2009 [1982]), trata-se do esquecimento de que nada da linguagem e da história pode ser descrito sem o observador; dessa forma, a observação é sempre uma relação que modifica o que é observado.

Os termos “histórica” e “historicidade” propõem-se como uma rejeição ao historicismo, que, conforme pontua Meschonnic

(2009 [1982]), iniciou-se não com Benveniste, mas com Saussure, na medida em que este último propôs o primado do valor, e não o do sentido; o do sistema, e não o da nomenclatura da palavra compreendida via sua etimologia; o do funcionamento, e não o da origem; o do signo radicalmente arbitrário, e não o da oposição entre natureza e convenção.

Benveniste, ao compreender o pensamento de Saussure como *sistema*, e não como *estrutura*, abre um novo espaço teórico com a proposta de um sistema linguístico da enunciação. Para Benveniste (1974, p. 25), a linguagem “re-produit la réalité”¹², o que não significa repetir, copiar, mas sim que a realidade é produzida de novo e a cada vez pela linguagem.

A enunciação não pode mais ser concebida como um produto da história, na medida em que é a enunciação que produz a história. A linguagem não é mais *Mittel*, mas *Medium*, conforme observou Benjamin (2011), ou seja, ela não é mais um meio para determinado fim, mas antes meio enquanto matéria, ambiente e modo de comunicação, sem que seja possível estabelecer uma relação instrumental com vistas a um fim exterior.

A enunciação “funda a historicidade fazendo com que cada falante se individualize em uma instância de discurso sempre nova, relativa cada vez à situação de fala na qual ela se inscreve e que não se repete”¹³ (DESSONS, 2006, p. 110). A visada proposta aqui tem como consequência perceber que, no fundo da discussão acerca da subjetividade e da discursividade, está a *atualização*¹⁴, que, para além de ser uma atualização da língua, é também e, necessariamente, uma atualização da experiência humana, da cultura, da sociedade, pois, “a cada vez que a palavra expõe o

¹² Recorri à obra em francês, devido ao fato de que a tradução, em português, apaga a utilização do hífen que separa o prefixo *re-*.

¹³ No original, lê-se: “fonde l’historicité en faisant que chaque parlant s’individue dans une instance de discours toujours nouvelle, relative chaque fois à la situation de parole dans laquelle elle s’inscrit et qui ne se répète pas”.

¹⁴ Essa discussão foi feita em Neumann e Anjos (2020).

acontecimento, cada vez o mundo recomeça” (BENVENISTE, 2005b [1966], p. 32).

É imperativo, no entanto, atentar para o fato de que, em Benveniste, a “condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 286); isso significa que “*eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 286).

Assim, “caem as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 287). A partir da historicidade radical da linguagem proposta por Benveniste, a relação entre língua e sociedade não se apresenta mais como uma relação sociológica, mas antes semiológica. Não se concebe mais que haveria um “*eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 287), ou “a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 287). É, contudo, “numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 2005c [1966], p. 287).

A língua-discurso encontra, portanto, seu caráter ético e político, na medida em que é no discurso que a língua, os sujeitos e a sociedade nascem e brotam, em uma relação mútua e dialética. É na e pela língua-discurso que se tecem, juntos, sujeitos e sociedade. Esse caráter pragmático da língua-discurso constitui sua natureza política, na medida em que “falar nunca é um processo neutro, mas um ato que implica uma estruturação das relações interpessoais¹⁵” (DESSONS, 2006, p. 49).

Calcada nas discussões que envolvem o projeto de uma antropologia histórica da linguagem, em que se coloca em relevo, na obra de Émile Benveniste, o caráter ético e político da linguagem, a

¹⁵ No original, lê-se: “parler n’est jamais un procès neutre, mais un acte qui implique une structuration des relations interpersonnelles”.

partir da observação da empiricidade do discurso, a poética do discurso, considerando a historicidade radical da linguagem e, portanto, seu poder fundador e inventivo, abre-se para um projeto de translinguística, vislumbrado no final programático do texto “Semiologia da língua”. Ao final do texto, Benveniste (2006b [1974]) afirma a necessidade de ultrapassar a noção saussuriana do *signo* como princípio único a partir de duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (BENVENISTE, 2006b [1974], p. 67).

Discutir acerca de como a poética do discurso propõe o estudo da metassemântica ou da translinguística, considerando especialmente sua ressonância no Dossiê *Baudelaire*, é o que farei a seguir.

A abertura para uma poética do discurso: o Dossiê *Baudelaire* em questão¹⁶

Nos estudos da linguagem, em geral, partiu-se de análises em que se consideravam unidades carregadas de sentido, o qual poderia ser alterado, dependendo das novas relações estabelecidas no discurso. O estudo de outros sistemas, conforme propõe Benveniste (2006b [1974]), aponta para o fato de que se faça a consideração da obra como um todo, que atribuiria relação às partes. Esse olhar trata-se daquele que considera a obra, a partir do que foi denominado “semântico sem semiótico”, em que a obra cria sua próprio semiótico.

Meschonnic (2009 [1982]), ao propor que se considere o poema¹⁷ uma obra de linguagem, toma-o como uma obra de arte, como

¹⁶ A discussão trazida nesta seção está, em partes, em Neumann (2020).

aquela que constrói o seu próprio semiótico, a partir do domínio semântico. Essa consideração altera, portanto, o ponto de vista do analista, que não busca mais o funcionamento das unidades do semiótico no semântico, mas, antes, como o semântico constrói as unidades que se estabelecem como seu semiótico.

Nessa alteração do ponto de vista metodológico, o olhar se volta para o contínuo do discurso, tomado em Meschonnic (2009 [1982]) como um sistema, ao resgatar a reflexão saussuriana e ao opor-se ao fechamento estruturalista. O sistema de discurso não é fechado, mas aberto. Nele, as relações se estabelecem via o funcionamento dos elementos que o compõem e se apresentam como abertas a novas possibilidades de escuta e de leitura. É a partir das relações entre os eixos sintagmático e paradigmático que se estabelece a significância do sistema e da obra.

Ao analisar os poemas de Baudelaire, Benveniste (2011) percebe que: “a linguagem icônica não rompe com o sistema geral / da língua, ela não emprega elementos fônicos nem *signifiques* que sejam estrangeiros à língua, e Baudelaire / conserva uma sintaxe que é no conjunto aquela / da língua comum”¹⁸ (BENVENISTE, 2011, p. 34, grifos meus). No entanto, parece que a organização desse sistema, tomado como “um sistema próprio”, “agenciado segundo suas / próprias categorias e funções” (BENVENISTE, 2011, p. 48), torna essa linguagem uma “linguagem especial”, que não é mais a “linguagem ordinária embora formada das mesmas unidades”¹⁹ (BENVENISTE, 2011, p. 48).

¹⁷ A noção de *poema*, na poética do discurso, não se confunde com a noção de *poesia*. Considera-se *poema* o texto que inventa uma nova forma e um novo sentido e, portanto, um novo dizer. Pode haver poema no romance, na teoria, no texto filosófico.

¹⁸ No original: “Le langage iconique ne rompt pas avec le système général / de la langue, il n’emploie pas d’éléments phoniques ni signi-/fiques qui soient étrangers à la langue, et Baudelaire / conserve une syntaxe qui est dans l’ensemble celle de / la langue commune”.

¹⁹ No original: “un système propre”; “agencé selon ses / propres catégories et fonctions”; “langage spécial”; “le langage ordinaire quoique formé des mêmes unités”.

Benveniste, seguindo em suas análises e reflexões, explica que “O poeta combina e / sua matéria como o / músico seus sons e o / pintor suas cores mas / diferentemente do pintor / e do músico que / empregam os materiais, / o poeta emprega as / *palavras*, que significam. / A poesia é portanto / algo contraditório : / uma *arte de signi-ficações*.”²⁰ (BENVENISTE, 2011, p. 458)

O linguista conclui que “seria bastante natural que a língua / poética tivesse sua semântica própria”²¹ (BENVENISTE, 2011, p. 568). Em outro momento do dossiê, Benveniste (2011, p. 652) nos lembra da discussão do texto “Semiologia da língua”, mas agora buscando explicar a língua, utilizando-se de características que observou sobre o sistema da arte e da música:

[...] As cores, a matéria, os sons são os materiais / de artistas pintores, escultores, músicos. E o poeta? O poeta combina as *palavras*. As palavras / são o material sobre o qual ele trabalha. É por conseguinte / evidente que, tornadas material do poeta, as palavras não / podem mais ser “signos” do uso comum. / Cada poeta utiliza à sua maneira esse material. / Não há dois que tirem delas o mesmo partido. Mas o pintor, com o auxílio de suas cores, faz um / quadro; o escultor, com sua matéria, faz uma / escultura; o músico, com os sons, faz uma / composição musical. E o poeta? O poeta, com suas palavras, faz / um “poema”, uma criação que explora as palavras / para certos fins. *estéticos*²².

²⁰ No original: “Le poète combine et / sa matière comme le / musicien ses sons et le / peintre ses couleurs mais / à la différence du peintre / et du musicien qui / emploient des matières, / le poète emploie des / *mots*, qui signifient. / La poésie est donc / qqchose de contradictoire : / un *art de signi-fications*”.

²¹ No original: “il serait assez naturel que la langue / poétique eût sa sémantique propre”.

²² No original: “[...] Les couleurs, la matière, les sons sont des matériaux / des artistes peintre, sculpteur, musicien. Et le poète? Le poète combine des mots. Les mots / sont le matériau sur lequel il travaille. Il est dès lors / évident que, devenus matériau du poète, les mots ne / peuvent plus être les “signes” de l’usage commun. / Chaque poète utilise à sa manière ce matériau. Il / n’y en a pas deux qui en tirent le même parti. Mais le peintre, à l’aide de ses couleurs, fait un / tableau ; le sculpteur, avec sa matière, fait une / sculpture ; le musicien, avec les sons, fait une / composition musicale. Et le poète ? Le poète, avec ses mots, fait / un “poème”, une création qui exploite les mots / à certaines fins. *esthétiques*”.

Nesse excerto, observa-se que o poema, concebido como a arte da linguagem, precisa ser explicado, via movimentos e reflexões que, em “Semiologia da língua”, Benveniste utilizou para discutir sobre o sistema da arte e da música. Outra questão pertinente é que os “signos” não são mais aqueles do uso comum. A constatação é estabelecida a partir da consideração de que não haveria dois poetas que tirassem de uma mesma palavra dois usos comuns. O que sugere Benveniste? Trata-se, aqui, da construção de um semiótico próprio?

O linguista fez, anteriormente, a associação entre o poema e a arte, ao afirmar que, nos poemas de Baudelaire, trata-se de um semântico próprio. Poderia estar Benveniste propondo que o poema leva à construção de um semiótico próprio?

É preciso apontar, nessa nota, também para o fato de que, ao mencionar a finalidade para a qual o poeta criaria seu poema, extrapolando as palavras, Benveniste escreve a palavra “estético” e, em seguida, recua, rasurando-a. Essa rasura pode ser lida, considerando toda a exposição das análises de Benveniste, que mostram o quanto a forma como se organiza a língua nos textos analisados também constrói não apenas o universo do poeta, que refrata o mundo que o cerca, mas igualmente um universo poético, no sentido de propor uma renovação na forma de pensar a poesia. Dessa forma, o fim da criação que explora o uso das palavras não é apenas estético, o que nos permite deslocar reflexões acerca da linguagem poética para a linguagem dita ordinária.

Observa-se, nessa nota, o tato para uma análise linguística aguçada, que perpassa a obra de Benveniste. Ao considerar as relações entre a forma e o sentido, mostra ter consciência de que adentrar o domínio do sentido o leva a considerar a relação da língua também com a literatura. Ao fazê-lo, deixa-se interrogar e, por isso, demonstra estar diante de um problema. É esse movimento que faz de Benveniste “um linguista único”, conforme pontua Dessons (2006).

Ao debruçar-se sobre o literário, sem desconsiderar as especificidades da literatura, esse linguista, numa atitude daquele

que busca deixar-se interrogar pelas “*terrae incognitae*” (terras desconhecidas), acaba por observar, de forma bastante instigante, que “a língua poética é sempre aquela de *um* poeta, e ela é / reinventada por ele em cada *um* de seus poemas”²³ (p. 442); “A / poesia é a poesia / mais um certo poeta. / porque cada poeta tem / sua língua poética”²⁴ (BENVENISTE, 2011, p. 454).

Ademais, a consideração de que o poema e a obra constroem um sistema de discurso, cujas relações se estabelecem internamente, parece estar presente em algumas observações de Benveniste (2011) acerca dos poemas de Baudelaire, pois “não há signo isolado que, em si, possa ser considerado como / próprio à linguagem poética ou realizando o efeito poético / (exceto alguns clichês ‘glaive’ ‘onde’ ‘azur’)²⁵” (BENVENISTE, 2011, p. 428); “em poesia o conjunto prima e determina a unidade”²⁶ (p. 428).

A questão das relações sintagmáticas e associativas, consideradas em Benveniste (2011), nos remete a essa discussão acerca da organização do discurso, a partir de uma paradigmática e de uma sintagmática, conforme propõe Meschonnic (2009 [1982]). No Dossiê *Baudelaire*, lemos: “o linguista tem, portanto, que estudar: 1º) o princípio dessa sintag-/mática particular. 2º) as relações significantes assim obtidas”²⁷.

Benveniste (2011) pontua ainda que “o princípio é que cada palavra poética tem seu / *paradigma poético poemático*; que é constituído / pelo *conjunto de possibilidades de rima* que a palavra em / questão comporta. Esse paradigma, nós o dizemos / *poemático* porque ele é exigido por essa estrutura. Ele / vale para a parte

²³ No original: “La langue poétique est toujours celle d’un poète, et elle est / réinventée par lui dans chacun de ses poèmes”.

²⁴ No original: “La / poésie, c’est la poésie / plus un certain poète. / puisque chaque poète a / sa langue poétique”.

²⁵ No original: “Il n’y a pas de signe isolé qui, en soi, puisse être considéré comme / propre à la langue poétique ou réalisant l’effet poétique / (hormis quelques clichés ‘glaive’ ‘onde’ ‘azur’)”.

²⁶ No original: “En poésie l’ensemble prime et détermine l’unité”.

²⁷ No original: “Le linguiste a donc à étudier : 1º) le principe de cette syntag-/matische particulière. 2º) les relations signifiantes ainsi obtenues”.

terminal do verso somente”²⁸ (BENVENISTE, 2011, p. 662). Haverá também, paralelamente, “uma *syntagmática / poématique* a ser reconhecida: é aquela que é coman-/ dada ~~determinada~~ pela *mesure du vers* (interdição / de exceder um número dado de sílabas, divisões / internas, etc.)”²⁹ (BENVENISTE, 2011, p. 662).

No eixo de associações, que foi denominado paradigmática por Meschonnic (2009 [1982]), Benveniste (2011) também acaba por considerar essa escuta do literário ao propor que se observem as “sonoridades associativas de evocação”. O linguista atenta para o fato de que “as três palavras *urne - nocturne - taciturne* / têm ressonâncias idênticas – sonoridade de sino – e elas enlaçam as relações de evocação”³⁰ (BENVENISTE, 2011, p. 266); e de que “a evocação é uma categoria essencial em Baudelaire e talvez/ em geral em poesia”³¹ (BENVENISTE, 2011, p. 266).

Benveniste (2011, p. 134) percebe ainda que “NUIT tomada como ~~pathème~~³² / ícone será distinta de *noite* como / signo, ainda que o poeta o empregue assim como / tal (“dia e noite” = sem cessar) quando tem oportunidade / < e será cada vez particular. Por exemplo>”³³, “<o iconizante> *nuit* será - paradoxalmente mas / de acordo com a verdade icônica distinta da verdade / significa - ligado

²⁸ No original: “Le principe est que chaque mot poétique a son / *paradigme poétique poématique*; celui est constitué / par *l'ensemble des possibilités de rime* que le mot en / question comporte. Ce paradigme, nous le disons / *poématique* parce qu'il est exigé par cette structure. Il / vaut pour la partie terminale du vers seulement”.

²⁹ No original: “une *syntagmatique / poématique* à reconnaître : c'est celle qui est coman-/ dée ~~déterminée~~ par la *mesure du vers* (interdiction / d'excéder un nombre donné de syllabes, divisions / internes, etc.)”.

³⁰ No original: “Les trois mots *urne - nocturne - taciturne* / ont des résonances identiques - sonorité de cloche - et ils nouent / et prolongent des relations d'évocation”.

³¹ No original: “*L'évocation* est une catégorie capitale chez Baudelaire et peut être / en général en poésie”.

³² Unidade semântica do domínio passional.

³³ No original: “NUIT pris comme ~~pathème~~ / iconie sera distinct de *nuit* comme / signe, bien que le poète l'emploie aussi comme / telle (“jour et nuit” = sans cesse) à l'occasion / ”.

ao iconizante *luit* (XCI *luisant* / como esses buracos onde a água dorme na *nuit*... e a rima / *reluit*) e o iconizado NUIT será então / uma extensão uma certa claridade distinta da/ quela diurna”³⁴.

Nessa análise, o que mostra o linguista é que “se trata de estabelecer uma ligação conceitual entre as palavras que rimam”³⁵ (BENVENISTE, 2011, p. 650); assim. nessas relações, “essas palavras se seguem; se combinam e compõem / figuras novas”³⁶ (BENVENISTE, 2011, p. 622); “aqui vale a observação profunda / de Saussure sobre a consecutividade como princípio fundamental/ / (Anagramas de F. De. S. Merc. De Fr. 1964, p. 254)”³⁷ (BENVENISTE, 2011, p. 622).

Busquei, nesta seção, atentar para alguns elementos presentes no Dossiê *Baudelaire*, em que se encontra uma ressonância muito grande entre a reflexão benvenistiana e aquela proposta pela poética do discurso. Essa ressonância não se limita à observação de alguns elementos que constroem a significação na linguagem poética e que não são destacados, em geral, na linguagem dita ordinária, mas também e, sobretudo, ao método utilizado para o cotejo da obra de Baudelaire.

Palavras finais

O objetivo deste texto foi o de apresentar uma leitura da obra de Benveniste a partir da poética do discurso. Isso significa colocar em relevo algumas das discussões e temáticas apresentadas na reflexão benvenistiana. A tomada de ponto de vista aqui proposta é

³⁴ No original: “ <l’iconisant> *nuit* sera - paradoxalement mais / en accord avec la vérité iconique distincte de la vérité / signifie - lié à ~~des~~ l’iconisant *luit* (XCI *luisant* / comme ces trous où l’eau dort dans la *nuit*... et la rime / *reluit*) et l’iconisé NUIT sera alors / une étendue d’une certaine clarté distincte de / celle diurne”.

³⁵ No original: “<Il s’agit d’établir un lien conceptuel entre les mots qui riment>”.

³⁶ No original: “Ces mots se suivent ; ils se combinent et composent / des figures neuves”.

³⁷ No original: “Ici vaut l’observation profonde / de Saussure sur la consécuitivité comme principe fondamental / (Anagrammes de F. De S. Merc. De Fr. 1964, p. 254)”.

aquela que considera que há uma “antropologia histórica da linguagem” em Benveniste. Por isso, foram levantadas duas questões importantes nesse viés teórico: 1ª) há uma poética em Benveniste; e 2ª) essa poética se constitui a partir da discussão acerca da subjetividade e da discursividade na linguagem.

Em um segundo momento, busquei refletir acerca do Dossiê *Baudelaire*, colocando em relevo não apenas fenômenos linguísticos apontados pelo linguista no que concerne às suas análises do texto literário, mas também questões metodológicas que aproximam esse trabalho daquele que denomino aqui poética do discurso. A discussão acerca de *Baudelaire*, desde o ponto de vista da poética do discurso, é uma das aberturas possíveis da teoria da linguagem de Benveniste.

Por questão de espaço, não abri a discussão para outras possibilidades de trabalho a partir de Benveniste, propostas pela poética do discurso. Há, no entanto, a possibilidade de trabalho aberta pela poética do ritmo, proposta por Henri Meschonnic, cuja reflexão leva à análise de componentes linguísticos e literários de textos e obras, propondo instigantes questionamentos acerca dos diferentes modos de ler e escrever, bem como acerca da tradução. Gérard Dessons investiu na discussão acerca da noção de *manière*, proposta como uma alternativa à noção de *estilo*. O trabalho acerca dessa noção abriu possibilidades de análise de textos e obras de linguagem, bem como de artes plásticas. Da mesma forma, levou o autor ao questionamento acerca do que constitui o que foi denominado “*manière folle*”, atentando para seu aspecto ético e político. Mais recentemente Chloé Laplantine, responsável pela publicação dos manuscritos *Baudelaire* e a primeira pesquisadora a desenvolver um trabalho sobre tais manuscritos, dedicou-se à reflexão acerca do inconsciente e do poema em Benveniste.

Escolhi esses três eixos de trabalhos possíveis via poética do discurso, no entanto há muitos outros que foram, estão sendo ou serão produzidos, num trabalho acerca da linguagem que se propõe a buscar o seu desconhecido, via a invenção de novas problemáticas.

Referências

- BAUDELAIRE, Charles. **Œuvres complètes**. Paris: R. Laffont, 1980.
- BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005a [1966].
- BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005b [1966].
- BENVENISTE, Émile. O antônimo e o pronome em francês moderno. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006a [1974].
- BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006b [1974].
- BENVENISTE, Émile. Coup d'oeil sur le développement de la linguistique. In: **Problèmes de linguistique général, I**. França: Éditions Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, Émile. *Baudelaire*. França: Limoges, Éditions Lambert-Lucas, 2011.
- DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Press, 2006.
- DESSONS, Gérard; NEUMANN, Daiane; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Émile Benveniste e a arte do pensar. **ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, vol. 18, n. 34, 2020. Tradução de Daiane Neumann e Giovane Fernandes Oliveira.
- MESCHONNIC, Henri. **Critique du rythme: anthropologie historique du langage**. Lonrai, França: Éditions Verdier, 2009 [1982].

- NEUMANN, Daiane. La modernité et les études du langage. **Revista Investigações**, Recife, vol. 29, nº 2, p. 26 a 43, julho/2016.
- NEUMANN, Daiane. Dossiê *Baudelaire*: o encontro da poética de Benveniste com a poética de Meschonnic. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 56, p. 147-162, jul./dez. 2020.
- NEUMANN, Daiane; ANJOS, Aroldo G. A atualização da experiência humana: o poema em questão. **Revista Desenredo**, v. 16, n. 1. Passo Fundo, Editora da UPF, p. 101-113, 2020.
- NORMAND, Claudine. Les termes de l'énonciation de Benveniste. **Histoire Épistémologie Langage**, VIII 2, França, 1986.
- SILVA, Carmen Luci da Costa. Subjetividade, socialidade e historicidade na arte do problema em Benveniste: prospecções de Gérard Dessons. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 23, n. 3, p. 616-627, jul. - set., 2020.
- TEIXEIRA, Marlene. Benveniste: um talvez *terceiro gesto*?. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 107-120, dezembro, 2004.

CAPÍTULO 10

A TRANSVERSALIDADE DA RELAÇÃO LÍNGUA-SOCIEDADE NO PENSAMENTO TEÓRICO DE ÉMILE BENVENISTE

Fábio Aresi

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de realizar uma leitura de textos específicos da obra de Émile Benveniste, buscando, através dela, comprovar ou não a hipótese de que a problemática da relação entre língua e sociedade se apresenta, direta ou indiretamente, nos diferentes eixos de investigação do linguista. A revisão de estudos do autor sobre a reconstrução semântica do vocabulário das línguas indo-europeias, a enunciação e a semiologia permitem identificar a elaboração de uma reflexão cuja sistematização teórico-metodológica só é esboçada no artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. Tal constatação abre a possibilidade de se tomar a relação língua-sociedade como uma nova perspectiva teórica para os estudos linguísticos que tomam como base o pensamento benvenistiano.

Palavras-chave: Língua. Sociedade. Benveniste.

Considerações iniciais

A linguística vive um momento de retornos. A própria concepção deste livro é testemunho de que muitos estudiosos interessados pelas problemáticas da linguagem têm voltado seus olhos para os grandes linguistas que, de uma forma ou de outra, foram responsáveis pela consolidação de seu campo. Entretanto, não se trata apenas de um retorno, e o que quero dizer com isso é que o gesto epistemológico não se resume a uma retrospectiva. Motivados ou não pela publicação recente de textos manuscritos até então desconhecidos, os estudos atuais em torno do pensamento teórico de autores como Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste buscam, em seu conjunto, renovar suas ideias já consagradas, fazendo, do olhar retrospectivo, a possibilidade mesma de uma prospecção.

É com esse objetivo que me volto, neste trabalho, para o pensamento de Émile Benveniste. Mais especificamente, o que procuro apresentar aqui é uma leitura da obra benvenistiana que dê conta de confirmar a seguinte hipótese: a de que, subjacente a todas as investigações do linguista, sejam elas concernentes à enunciação, à reconstrução semântica do léxico ou à semiologia, existe uma reflexão acerca da relação entre língua e sociedade, indissociavelmente ligada ao aspecto antropológico de seu pensamento e que encontra sua síntese teórico-metodológica no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*¹. Uma vez demonstrado que a relação língua-sociedade constitui um problema transversal à reflexão de Benveniste, abre-se também a possibilidade de se tomá-la como perspectiva teórica para o campo dos estudos benvenistianos: um ponto de vista que permita falar de uma *linguística da língua que contém a sociedade*.

¹ Texto apresentado por Benveniste em um congresso em Milão, em 1968, e que integraria, anos mais tarde, a obra *Problemas de linguística geral II*, da qual constitui o sexto capítulo.

Para tanto, realizo, em um primeiro momento, uma breve revisão do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, de modo a esclarecer a natureza e a condição teórica da relação que se estabelece entre língua e sociedade na visão benvenistiana. Em seguida, efetuo uma leitura de três textos de Benveniste, procurando contemplar, em cada um deles, um eixo diferente de suas pesquisas linguísticas: 1) a reconstrução semântica do vocabulário das línguas indo-europeias; 2) a categoria de “pessoa linguística”, noção fundamental para o campo da enunciação; 3) o projeto de uma semiologia da língua. Os artigos que compõem este trabalho de leitura são, respectivamente aos eixos acima citados, os seguintes: 1) *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium*; 2) *Da subjetividade na linguagem*; 3) *Semiologia da língua*. A tarefa, aqui, é a de mostrar que, em cada um desses textos, existe a elaboração de reflexões que *levam em conta* a relação entre língua e sociedade e que podem, cada uma a seu modo, figurar como eixos de pesquisa de uma linguística da língua que contém a sociedade.

É importante salientar, desde já, que a reflexão aqui efetuada é fruto de um gesto de leitura de conjunto da obra de Benveniste e que de nenhuma maneira se propõe a encerrar a reflexão acerca de sua teoria da linguagem; pelo contrário: minha proposta é a de dar visibilidade a mais uma possibilidade de estudo do rico pensamento desse linguista.

A relação semiológica entre língua e sociedade em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*

Benveniste inicia seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* partindo da condição de implicação mútua entre língua e sociedade: se, de um lado, “a linguagem [leia-se língua] exige e pressupõe o outro” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 93), o que coloca desde já a sociedade como um pressuposto, de outro lado, “a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 93), o que, nesse caso, coloca como um pressuposto a própria língua. Dessa

constatação, surge a hipótese da possibilidade de se estudá-las em conjunto, permitindo que se possam encontrar, entre elas, correlações precisas e constantes. No entanto, o que se segue daí é uma demonstração, por parte de Benveniste, do quanto tal empreitada está destinada ao fracasso ao se levar em consideração o aspecto estrutural das línguas e das sociedades. Diz ele:

Ora, todos aqueles que várias vezes e ainda recentemente estudaram estas ligações foram levados por fim a concluir que na verdade não se descobre da língua para a sociedade nenhuma relação que revelaria uma analogia em sua respectiva estrutura (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 93).

Assim, desde um ponto de vista sincrônico, o que constatamos é que “línguas de estruturas comparáveis servem a sociedades muito diferentes entre si” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 94), assim como se percebe que “línguas, ao contrário, muito afastadas por seu tipo uma da outra, vivem e se desenvolvem em sociedades que compartilham o mesmo regime social” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 94). A situação de incomensurabilidade não é diferente se olhamos para a relação entre as estruturas desde um ponto de vista diacrônico: “Quando se toma a evolução histórica, vê-se também que língua e sociedade evoluem separadamente. Uma mesma língua permanece estável através das reviravoltas sociais mais profundas” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 94). Tais constatações levaram parte da linguística a postular a independência entre as duas entidades: “Dever-se-ia portanto concluir que língua e sociedade não são isomórficas, que sua estrutura não coincide, que suas variações são independentes, e se limitar a constatar esta discordância” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 94). Enquanto isso, outra parte insistiu em tomar a língua como um espelho da sociedade, que reflete a estrutura social em suas particularidades e também em suas mudanças. O impasse está posto, uma vez que, para Benveniste, não há conciliação possível entre tais pontos de vista, o que mostra também que “a maneira pela qual este

problema foi debatido até agora não nos aproxima muito de uma solução” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 95).

A breve retomada de Benveniste nos permite concluir que, até então, a investigação sobre a relação entre língua e sociedade havia se dado na ausência de uma reflexão nocional mais precisa acerca das duas entidades envolvidas. O que Benveniste descreve, nessa apresentação inicial de seu trabalho, são tentativas de aproximação entre língua e sociedade através de comparações estruturais de línguas e sociedades. As marcas de plural aqui não são fortuitas. Elas são o indício de que, no fundo, não se está a falar da mesma coisa. Os termos “língua” e “sociedade” recobrem, assim, diferentes noções, as quais, para o linguista, é de suma importância manter claramente reconhecidas quando se busca abordar esse problema. Temos, então, uma diferenciação fundamental, a qual conduzirá à perspectiva semiológica elaborada por Benveniste:

Existe de uma parte a sociedade como dado empírico, histórico. Fala-se da sociedade chinesa, da sociedade francesa, da sociedade assíria; existe de outra parte a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens. Da mesma maneira existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria; e existe a língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 96).

Para o linguista, há, portanto, para cada uma das entidades, dois níveis: um deles, *histórico*; o outro, *fundamental*. Admitida essa distinção, é possível admitir também duas respostas diferentes para a questão da relação entre língua e sociedade. Em *nível histórico*, “entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, não se pode estabelecer correlação como um signo de necessidade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 96). Já em *nível fundamental*, as homologias logo surgem, e é aqui que o estudo da relação entre língua e sociedade pode se mostrar frutífero. Assim, as noções de *língua* e de *sociedade* que interessarão a Benveniste, em sua perspectiva semiológica, serão aquelas relativas ao *nível fundamental*:

língua enquanto “sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação”; e sociedade enquanto “coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens”.

Tomando, então, língua e sociedade na sua acepção fundamental, Benveniste se pergunta: “Como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). Surpreendemos, nessa interrogação, evidências de um princípio de método que merece atenção. No esquema proposto por Benveniste, supor a relação entre língua e sociedade implica necessariamente analisar a sociedade *através da análise da língua*. O linguista afirma no parágrafo seguinte: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise da sociedade*” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). O que significa colocar a relação nesses termos? Pensar a sociedade através da análise da língua significa, para Benveniste, tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). A relação entre as duas entidades será de ordem *semiológica*.

A aproximação efetuada por Benveniste entre língua e sociedade a partir de um ponto de vista semiológico o leva a formular duas “proposições conjuntas”. São elas, nas palavras do linguista: “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). Identifico, nessas duas proposições, uma potência teórica de enorme alcance e que permite, segundo creio, fazer delas os axiomas de toda uma linguística, da qual Benveniste, ainda nesse mesmo texto, dá alguns direcionamentos. Com a primeira das proposições, estabelecemos os componentes e suas respectivas funções: a língua, tomada enquanto sistema de formas significantes, ocupa o lugar de interpretante; a sociedade, pensada enquanto princípio de coletividade humana, assume a posição de interpretado. Com a segunda proposição, explicamos a razão fundamental dessa interação: a língua é o interpretante e a sociedade é o interpretado,

porque o modo de organização da sociedade está contido no modo de organização da língua.

Reconheço, desse modo, certo grau de subordinação metodológica: porque “a língua contém a sociedade”, seu papel de interpretante faz dela não apenas o *operador* de uma análise da sociedade, mas também o próprio *objeto* dessa análise. Simultaneamente instrumento e objeto, a língua enquanto interpretante da sociedade figura, assim, tal como Benveniste a considera, um “meio de análise da sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97). Mais adiante em seu texto, o linguista afirma: “Consideremos portanto que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 98). Vemos, aqui, que o sentido de “interpretar” está intimamente ligado à propriedade única de *significância* da língua, uma vez que diz respeito à capacidade de tornar algo significativo, portador de sentido. E mais: percebemos, através da expressão dupla “na e pela”, que a sociedade não só recebe sua significação *através da língua*, como também essa significação só pode se dar *no interior da própria língua*. Em resumo, a frase “a sociedade torna-se significativa na e pela língua” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 98) condensa, através de seu duplo valor, as duas proposições conjuntas da relação semiológica entre língua e sociedade: a sociedade torna-se significativa *pela* língua (a língua é, portanto, o *interpretante* da sociedade); a sociedade torna-se significativa *na* língua (a língua, portanto, *contém* a sociedade).

Benveniste demonstra seu ponto de vista semiológico a partir de dois modos de verificação.

O primeiro deles, de caráter empírico, evidencia a especificidade *metalinguística* da língua, uma vez que esta se deixa isolar e descrever por si própria, capacidade não facultada à sociedade. Não só temos a possibilidade de (na realidade, somos obrigados a) estudar a língua tomando como ferramenta conceitual a própria língua, como também podemos fazê-lo de forma isolada, dissociando-a de seu emprego e, através disso, das

relações que ela estabelece com o mundo, para descrevê-la em suas propriedades intrínsecas. A sociedade, por outro lado, não dispõe de um aparelho conceitual que lhe seja próprio para descrever-se a si mesma. Cabe à língua fornecer o instrumental de análise, através de sua capacidade de expressão linguística. Como Benveniste afirma, “há uma metalinguagem, não há metassociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 100). Isso não só coloca em destaque uma relação assimétrica de “includor” e “incluído”, como também demonstra que o papel de “interpretante” atribuído à língua implica também uma questão *operacional*, uma vez que ela constitui “necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 99).

A segunda maneira pela qual Benveniste expõe sua tese se dá através da constatação de que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 98). Para demonstrar isso, o linguista parte de uma consideração pragmática: a situação de fala. Diz ele:

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101).

Benveniste busca explicitar, aqui, que a diferenciação entre indivíduo e sociedade, princípio básico da organização social, constrói-se a partir de uma distinção no interior da própria língua, a qual constitui simultaneamente a possibilidade mesma da atividade linguageira. Conforme procurarei mostrar mais adiante, é possível identificar, nos dois modos de verificação da relação semiológica entre língua e sociedade, o entrecruzamento dessa

reflexão com outros eixos do pensamento benvenistiano: respectivamente, o projeto semiológico desenvolvido pelo linguista no texto *Semiologia da língua* e o estudo acerca da categoria de “pessoa linguística”, em textos como *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*.

Por fim, Benveniste afirma que a relação semiológica entre língua e sociedade também pode ser estudada a partir do que ele define como o “semantismo social”:

A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar o semantismo social. É esta parte da língua que tem sido mais frequentemente estudada. Ela consiste na verdade, principalmente mas não exclusivamente, em designações, em fatos de vocabulário. [...] O vocabulário conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregado, etc (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 100).

Trata-se, portanto, de uma perspectiva de análise da relação entre língua e sociedade que, assentada sobre a propriedade semiológica de interpretância da língua, busca determinar em que medida o conjunto de designações que compõe o vocabulário de determinada língua pode ser tomado como testemunho da organização da sociedade que se serve dessa língua e para a qual ela representa a realidade. Dessa vez, é fácil notar a proximidade da reflexão com os estudos benvenistianos voltados para a reconstrução semântica do vocabulário das línguas indo-europeias.

Uma vez realizada essa breve e parcial revisão do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, o qual, em meu entender, constitui uma síntese teórico-metodológica do pensamento de Benveniste acerca da relação entre língua e sociedade, cabe-me, a partir de agora, demonstrar de que modo esse pensamento comparece nos demais eixos de investigação linguística do autor.

A reconstrução semântica do vocabulário das línguas como testemunho da relação língua-sociedade

No texto *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium*, publicado em 1969 no primeiro volume da coletânea italiana *Studia classica et orientalia Antonio Pagliaro oblata* e, mais tarde, incorporado ao *Problemas de linguística geral II*, Benveniste se esforça por traçar o trajeto inteiro de um termo latino, cujos empréstimos o difundiram para fora dos domínios da língua romana, em direção ao Oriente, e o submeteram a profundas transformações de significação. O termo em questão é o latim *orarium* e constitui, segundo Benveniste, apenas um exemplo dos muitos empréstimos que integram o vocabulário das línguas antigas e modernas, dos quais “se faz necessário seguir toda a continuidade do processo e abarcar toda a extensão do campo linguístico para estar seguro de descrever exatamente e de compreender o fenômeno de difusão” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 245). Assim, o linguista parte das condições iniciais do termo, em sua origem latina, para então atingir, em sua sequência histórica, as formas de empréstimo que o levaram de Roma até o coração da Ásia.

Benveniste inicia sua explicação através do *Novo Testamento*, cujo texto registra quatro ocorrências da palavra grega *σουδάριον* [“toalha”, “lenço”], cuja tradução da *Vulgata*² expressa invariavelmente por *sūdarium* [“lenço para enxugar o suor”], uma vez que constitui o próprio empréstimo do grego *σουδάριον*.

² Abreviação de *Vulgata editio* ou *Vulgata versio* [edição/versão de divulgação para o povo], *Vulgata* é como ficou conhecida a tradução da Bíblia para o latim, realizada por São Jerônimo entre os séculos IV e V, por solicitação do Papa Dâmaso I. Nela, o Novo Testamento foi traduzido do grego, língua na qual fora originalmente escrito, mas o Antigo Testamento foi traduzido, pela primeira vez, do original hebraico, em detrimento da versão posterior grega, conhecida como *Septuaginta*. Por ser mais exata e de fácil compreensão que a tradução latina predecessora (conhecida como *Vetus Latina*), a *Vulgata* tornou-se o texto bíblico oficial, só sendo substituída em 1979 por sua revisão, a *Nova Vulgata*, promulgada pelo Papa João Paulo II.

Embora o sentido de “pano, tecido” se mantenha estável ao longo desses usos, o emprego particular de *sūdārium* para designar o pano branco que cobria o rosto de Lázaro no momento de sua ressurreição (João, 11-44), bem como o que cobrira o rosto de Jesus em seu sepulcro (João, 20-7), fez com que o termo tomasse, “pelo fato de ter sido mencionado nos preparativos funerários quando da Ressurreição, o sentido específico de ‘pano que envolve a cabeça dos mortos’” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 246-247, grifos do autor).

O mais interessante, porém, é que o termo *sūdārium*, apesar de estreitamente ligado com seu correlato grego *σουδάριον*, não havia sido o termo escolhido para representá-lo na primeira tradução do texto bíblico para a língua de Roma, a *Vetus Latina*: “[...] muito curiosamente, a mais antiga tradução latina, a *Vetus Latina* (Itala) não trazia aqui *sudarium*, mas uma palavra diferente, *orarium*, que a Vulgata banuiu para substituir pelo *sudarium* do texto atual” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 247). Ora, dispondo o latim de dois termos, *sudarium* e *orarium*, para designar a mesma noção de *σουδάριον*, por que se optou inicialmente por *orarium*, sendo que a primazia era dada para *sudarium*, empréstimo direto da palavra grega? Para Benveniste, a escolha pode ter sido esta devido à situação respectiva dos dois termos no uso corrente do latim:

Entre os dois, praticamente sinônimos, a diferença é de nível estilístico. *Sudarium* pertence à boa língua clássica (Catulo, Quintiliano); *orarium* devia ser mais comum, senão vulgar. [...] Pode-se, pois, ver na escolha de *orarium* pelos primeiros tradutores dos Evangelhos para *σουδάριον* de João, 11, 44, um reflexo do uso comum, e no *sudarium* pelo qual a Vulgata o substitui, a preocupação do bem falar (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 247-248).

O termo *orarium*, sendo mais recente em relação a *sudarium* e de uso mais comum entre os romanos, foi, assim, o escolhido.

Tal escolha, diz Benveniste, é de interesse não apenas do vocabulário latino, uma vez que trouxe consequências para além do próprio latim. Assim se deu com a versão dos *Evangelhos* traduzida para o gótico, na qual encontramos, para a mesma passagem em que a *Vulgata* descreve o *sudarium* que cobria o rosto de Lázaro

(João, 11-44), a presença do termo *aurali*, reconhecidamente tomado do latim *orarium*. Benveniste conclui, com isso, que a concordância flagrante entre a tradução gótica e a da Ítala não poderia ser fruto de um mero acaso. Ora, no próprio lugar onde a *Vulgata* apresenta *sudarium* como representante do grego *σουδάριον*, o gótico traz *aurali*, o que demonstra que, além de o tradutor gótico dever “ter utilizado, ao lado do grego, um texto antigo latino tal como o Brixianus, que traz, efetivamente, *orarium*” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 249), o termo *orarium* “devia ser uma palavra difundida nas províncias romanas e que os diversos povos germânicos adotaram em datas diferentes” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 249), o que se percebe pelas diferentes formas com que se manifesta em outros dialetos germânicos.

Benveniste salienta que, uma vez substituído por *sudarium* na oficialização da *Vulgata*, o destino de *orarium* teria sido provavelmente o de desaparecer do latim e diluir-se nas línguas germânicas, não fosse por uma circunstância imprevista que acabou por levá-lo até a Ásia Central:

A partir do século VI, denominou-se *orarium*, na liturgia cristã, a peça de fazenda que o diácono trazia sobre o ombro esquerdo e que deveria mais tarde, por volta do século XI-XII, chamar-se *stola* “estola”. Da linguagem comum, *orarium* passou, então, para o vocabulário eclesiástico. No sentido de “estola”, era um termo novo, e a este título foi largamente definido fora do latim, em direção ao leste da Europa, depois nas línguas do cristianismo oriental (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 249-250).

Assim, após ser incorporado à língua grega sob a forma *ὠπάριον*, e a partir dela, a palavra *orarium* se difundiu, sendo tomada pelo eslavo antigo como *urarj*, de onde o velho russo *urarj*, *orari*, e o russo moderno *orar* [faixa estreita sobre o ombro esquerdo da vestimenta do diácono] (cf. BENVENISTE, 2006 [1969], p. 250). Da mesma forma, derivaram do grego *ὠπάριον*, por exemplo, o armênio *orar*, *urar*, o georgiano *olari* e o siríaco *’ōrārā*. Como resume Benveniste, “*orarium* ‘pano de rosto, lenço’, transformado em termo de liturgia com o sentido de ‘estola’, foi

veiculado até a Ásia Central [...], enquanto desaparecia do próprio latim” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 250-251). Tendo sido substituído no seu sentido próprio por *sudarium* e, mais tarde, também no seu sentido litúrgico por *stola*, o testemunho da existência de *orarium* é conservado apenas pelos empréstimos estrangeiros que lhe foram feitos.

Da rica reflexão benvenistiana condensada nesse curto artigo, dois pontos merecem especial destaque em nossa investigação acerca da relação entre língua e sociedade.

Primeiramente, percebemos os processos de transformação pelos quais passam os sentidos das unidades linguísticas em função de seus variados empregos. É o caso do termo *sudarium*, cujo sentido geral de “pano, lenço” se viu alterado pelo seu emprego em um contexto específico (a preparação mortuária). Assim, ao ser mobilizado para *designar* o tecido com o qual os rostos de Jesus e de seu amigo Lázaro foram cobertos após a morte, o sentido de *sudarium* especializou-se, dando origem a uma nova significação. Testemunhamos, aqui, o quanto é importante a interação entre a *significação* e a *designação* no trabalho de constante renovação da língua. É no jogo entre essas duas noções, relacionadas ao próprio modo de organização da língua e ao emprego que dela faz o falante, que encontramos a resposta para a capacidade de permanência e transformação que garante à língua interpretar as constantes mudanças produzidas pela coletividade humana, contendo e significando a sociedade em/atraves de seu aparato simbólico.

Por fim, surpreendemos, nessa análise, um fenômeno sobre o qual Benveniste dá especial destaque no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*:

A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum. Eu poderia descrever este fenômeno como uma apropriação por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se apropria

dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102).

O linguista salienta que tal processo pode ser examinado especialmente em vocabulários especializados, “mas que trazem em si mesmos sua referência, e que constituem um universo particular relativamente coordenado” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102). Como um exemplo, Benveniste cita o “vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos”, no qual encontramos “os caracteres de uma apropriação da língua comum, realizada ao dotá-la de noções, de valores novos” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102). Ora, o que observamos na descrição do latim *orarium* é justamente um processo de apropriação do termo, cujo valor comum era o de “pano de rosto, lenço”, pela classe de sacerdotes cristãos. Ao incorporar a palavra ao seu vocabulário litúrgico, atribuindo-lhe uma referência específica (o tecido que jaz sobre o ombro esquerdo do diácono), a classe religiosa lhe dotou de um novo valor, o qual se fixou nas línguas que tomaram a palavra de empréstimo. Assim, um sentido que se estabeleceu a partir da apropriação de uma classe particular entrou para a língua comum daqueles a quem a tradição cristã alcançou. A análise efetuada por Benveniste nesse artigo demonstra, portanto, tal como ele afirma em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, um modelo reduzido, a partir do qual se pode verificar “o papel da língua no interior da sociedade, uma vez que esta língua é a expressão de certos grupos profissionais especializados, para os quais seu universo é o universo por excelência” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102).

A enunciação e a categoria de “pessoa linguística” como bases de diferenciação entre o indivíduo e a sociedade

Conforme já apresentado, Benveniste, em seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, procura demonstrar sua perspectiva semiológica através da constatação de que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o

indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 98). Cumpre, desta vez, citar a passagem em questão em sua integralidade:

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanção irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva a toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade. Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. A primeira, a oposição “eu-tu”, é uma estrutura de alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. [...] A segunda oposição, a do “eu-tu”/“ele”, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua uma operação de referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação. Temos aí o fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101).

Assim, o que está na base da diferenciação entre indivíduo e sociedade é um mecanismo linguístico, responsável pela categoria linguística de *pessoa*. Aqui, vemos o quanto a relação que se estabelece entre locutor e alocutário no ato de enunciação assume uma função determinante da realidade antropológica e social do homem, uma vez que é justamente o “instrumento linguístico” constitutivo desse ato que confere à língua a característica dupla e paradoxal de, ao mesmo tempo, suprir uma necessidade individual e ser coextensiva a toda uma coletividade. Fica, portanto, evidente a relação que há entre este texto e os estudos de Benveniste voltados à análise da categoria de *pessoa*, datados da década de 1940 e 1950, como *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na*

linguagem (1958). É principalmente nesses textos que o linguista desenvolve sua reflexão sobre a distinção entre “pessoa” e “não pessoa”, estabelecendo-a como o princípio que permite e coordena a conversão da língua em discurso.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste parte da análise da categoria de pessoa nas formas verbais, constatando aí a sua importância enquanto noção fundamental e necessária. Dessa constatação tem início a célebre *correlação de personalidade*, a qual efetua uma oposição das posições de “eu-tu” (possuidoras da marca de pessoa e, portanto, membros da alocação) à posição de “ele” (enquanto ausência de pessoa e exterior à alocação) e que se desdobra, no interior do primeiro grupo, em uma *correlação de subjetividade*, a qual distingue “eu” enquanto pessoa subjetiva e “tu” enquanto pessoa não subjetiva.

O tema da “pessoalidade” será retomado dez anos mais tarde em *A natureza dos pronomes*, dessa vez voltado, como o próprio título elucida, para a análise da categoria de pessoa no âmbito dos pronomes pessoais. Mas é sobretudo em *Da subjetividade na linguagem* que a reflexão acerca da categoria de pessoa ganha maior amplitude teórica, conforme elucidamos na introdução deste trabalho. De fato, é nesse estudo que Benveniste, rejeitando uma visão instrumentalista de linguagem, define-a como a própria possibilidade do homem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 286, grifo do autor). A noção de “pessoa” constitui o próprio fundamento dessa subjetividade, uma vez que é ela a expressão maior dessa “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 286).

Porém, para além da investigação linguístico-enunciativa, Benveniste adverte, ainda nesse texto: “Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções” (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 286). Podemos considerar a perspectiva da relação entre língua e sociedade como uma dessas possíveis direções? Sim, sem a menor dúvida. É justamente essa a conclusão que se evidencia, dez anos mais tarde, no texto

Estrutura da língua e estrutura da sociedade. É quase como se Benveniste tomasse de onde havia deixado a reflexão embrionária presente no texto de 1958, redimensionando-a para um questionamento de ordem mais ampla. Tomados como “estrutura formal de base”, os índices de pessoa seriam como uma espécie de chave de acesso e de apropriação da língua³, permitindo ao homem o exercício da fala. Ou ainda, como Benveniste afirma em *A linguagem e a experiência humana*, eles consistiriam em “categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1965], p. 68). Apropriando-se da língua através de tais índices, o homem constitui-se como sujeito na e pela sua própria enunciação, incluindo a si mesmo no seu discurso como *eu* e se situando em relação a um *tu*; em sentido mais amplo, situando-se em relação à sociedade⁴. A língua fornece, assim, em sua própria estrutura, uma *subestrutura*, um mecanismo responsável pelo “duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101): de um lado, a relação interpessoal “eu-tu”, fundamento da intersubjetividade; de outro, a relação “eu-tu/ele”, fundamento da referência e possibilidade

³ O filósofo Dany-Robert Dufour, em sua brilhante leitura da obra de Benveniste, define esse mecanismo linguístico de maneira semelhante: “O prisma formado pelo conjunto ‘eu’, ‘tu’, e ‘ele’ funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge, assim, como uma espécie de língua prévia, uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*” (DUFOUR, 2000, p. 69, grifos do autor).

⁴ Teixeira (2012) também partilha da ideia de que o estudo dos pronomes em Benveniste, para além da clausura da descrição linguística, constitui um dos exemplos que evidenciam o desejo de Benveniste por uma ciência geral do homem, aproximando sua reflexão de uma antropologia da linguagem. Diz a autora: “[...] mais do que uma descrição de categorias fundamentais da língua, seu estudo sobre os pronomes coloca-nos no âmago de uma problemática da interlocução, pois essas categorias são precisamente aquelas em que se amarram as relações do *eu* com aquilo que é privado da marca do *eu*. E, mais do que isso, coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem” (Teixeira, 2012, p. 79).

mesma de abertura do homem ao mundo. É nesses termos que está posta a condição antropológica dada pela língua. Cabe lembrar, aqui, as palavras de Ono (2007):

Benveniste supõe aqui não somente a relação dialógica na qual o ‘eu’ do locutor é ouvido por seu alocutário, mas também uma comunidade de homens que se chamam de ‘eu’ e chamam ao outro de ‘tu’. Essa abertura da enunciação à relação dialógica introduz a relação social (ONO, 2007, p. 166)⁵.

E também as de Dessons (2006): “Há assim, ligada à natureza da língua, uma condição social específica do humano: ela torna indissociáveis o devir do indivíduo e aquele da coletividade” (DESSONS, 2006, p. 50, tradução minha)⁶. Compreende-se, assim, a razão pela qual Benveniste diz, em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, que “a partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu: tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares” (BENVENISTE, 2005 [1963], p. 27, grifos do autor). Indivíduo e sociedade são termos complementares porque ambos encontram seu fundamento na língua, juntos e por igual necessidade. É nela e por intermédio dela que ambos se determinam, o que faz novamente da língua, ao mesmo tempo, o lugar e o instrumento de emergência dessa dualidade fundante. Daí a situação paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Como pontua Benveniste em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*: “Esta dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 97).

Para Benveniste, a consideração dessa “estrutura formal de base”, responsável pela realização do discurso e a partir da qual

⁵ No original: “Benveniste suppose ici non seulement la relation dialogique dans laquelle le « je » du locuteur est entendu par son allocutaire, mais aussi une communauté des hommes qui s’appellent « je » et appellent l’autre « tu ». Cette ouverture de l’énonciation à la relation dialogique introduit la relation sociale” (ONO, 2007, p. 166).

⁶ No original: “Il y a ainsi, liée à la nature de la langue, une condition sociale spécifique de l’humain : elle rend indissociables le devenir de l’individu et celui de la collectivité” (DESSONS, 2006, p. 50).

indivíduo e sociedade se determinam mutuamente, faz aparecer uma *nova configuração* da língua:

É a inclusão do falante em seu discurso, a consideração que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. Desta vez o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 101-102).

A nova configuração da qual Benveniste fala diz respeito à língua em seu aspecto social, enquanto atividade linguística no seio da sociedade, considerada, portanto, como *prática humana*. Ora, a partir do momento em que o falante, através do exercício da língua, ou seja, do ato-processo de enunciação, inclui-se em seu discurso, ele, ao mesmo tempo, situa-se e inclui-se em relação à sociedade, o que significa que ele necessariamente o fará a partir de um lugar dessa organização social, situando-se, desse modo, em uma “classe”. Vemos, aqui, o fenômeno da enunciação sob uma perspectiva mais ampla se comparada àquela teorizada no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970). Neste último, a enunciação, enquanto fenômeno linguístico, é contemplada em seu aspecto *individual*, sendo assim definida como “este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82, grifos nossos). Trata-se, nesse caso, de examinar a relação que se estabelece entre locutor e língua na e pela enunciação. Benveniste toma, assim, o ato de enunciação como “o fato do locutor que mobiliza a língua *por sua conta*” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82, grifos nossos). Desse modo, “enquanto **realização individual**, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84, negritos nossos, grifo do autor). Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste, ao

considerar a língua enquanto “prática humana”, também fala de *apropriação*, mas não exatamente da mesma forma:

Eu poderia descrever este fenômeno como uma *apropriação* por grupos ou classes do aparelho de denotação que é comum a todos. Cada classe social se *apropria* dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102, grifos nossos).

A consideração da relação entre língua e sociedade no ato-processo enunciativo – aqui entendido como “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 102) – permite olhar para a enunciação a partir de um outro ângulo, não apenas como ato estritamente individual de apropriação da língua por um locutor, mas também como apropriação por *coletividades humanas*, ou, melhor dizendo, como a apropriação da língua por um locutor que está inserido em uma coletividade, da qual é integrante. Consequentemente, a noção de “apropriação” é ressignificada, implicando não apenas a atualização da língua em discurso, como também a sua *transformação e renovação via discurso*. Olhar para a apropriação da língua no âmbito da relação entre língua e sociedade permite, portanto, entender o processo de *diferenciação lexical* que constitui os “sistemas de designação” responsáveis pelo “semantismo social”, do qual falamos aqui. Ou seja, a análise linguística, sob essa perspectiva, leva necessariamente em conta a enunciação e a implicação desta no estudo da língua enquanto conjunto e sistema de designações.

Em relação ao texto *O aparelho formal da enunciação* – e à moda de uma ressalva do que afirmei há pouco (de que, nesse texto, a reflexão enunciativa se encontra contemplada unicamente em seu aspecto individual) –, tal reflexão parece encontrar mais abrigo em sua parte final, na qual Benveniste, ao levar a discussão da enunciação para o seu “quadro figurativo”, isto é, para “a

acentuação da relação discursiva com o parceiro” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87), expõe exemplos nos quais a língua se apresenta justamente enquanto uma *prática social*, como nos casos da disputa verbal *hain-teny*, do povo Merina, de Madagascar, e da *comunhão fática*, descrita pelo antropólogo Bronislaw Malinowski. Da mesma forma, a consideração da relação entre língua e sociedade a partir da apropriação do aparelho denotativo da língua através da estrutura formal “eu-tu/ele” está intimamente relacionada ao último parágrafo desse texto de 1970, em que Benveniste termina sua exposição afirmando que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 90). Diz ele, a respeito do primeiro desses desdobramentos futuros: “Ter-se-ia que considerar as *alterações lexicais que a enunciação determina*, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 90, grifos nossos). Admitida essa relação entre os dois textos, bem como o caráter social que a reflexão adquire nos parágrafos finais do último, admite-se também que a noção de *enunciação* apresentada nesses “desdobramentos” futuros supõe um processo de apropriação que é, ao mesmo tempo, *individual* (uma vez que se trata sempre de um falante incluindo-se em seu discurso) e *coletivo* (uma vez que esse falante, ao incluir-se em seu discurso, inclui-se também na sociedade, situando-se em uma classe e revelando, através de seu uso particular, também um uso compartilhado).

A relação entre língua e sociedade no projeto de uma semiologia da língua

O texto *Semiologia da língua*, publicado pela primeira vez em 1969, constitui um esforço de Benveniste em compreender a posição especial da língua no conjunto dos sistemas de signos de que o

homem usufrui e no interior do qual vive, e cujo estudo programático – a “semiologia” – foi concebido por Saussure e Peirce⁷.

Ao final da primeira parte desse trabalho, ao longo da qual Benveniste situa, de maneira muito geral, a língua em relação à “ciência dos signos” vislumbrada por Saussure na Europa e Peirce na América, o linguista conclui que a arbitrariedade radical da língua, princípio saussuriano que ligaria a linguística à semiologia, não basta, por si só, para explicar o papel central da língua dentre os demais sistemas de signos. Benveniste decide, então, retomar o problema da semiologia no ponto em que Saussure o deixou, insistindo sobre “a necessidade de um esforço prévio de classificação”, de modo a “promover a análise e consolidar as bases da semiologia” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 50). Assim, ele entrevê que, “não menos que os sistemas de signos, as RELAÇÕES entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 51). Além disso, surpreendemos, já nessa parte do texto, um indício do tipo de relação que a língua mantém com os demais sistemas de signos: “Esses signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, *supõem a língua*, que os produz e os interpreta” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 51, grifos nossos). Fica evidente, já desde esse momento, a posição interpretante da língua, tal como o linguista postula pela primeira vez no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*.

Mas como isso se explica? Benveniste inicia sua análise através de uma definição das propriedades comuns aos sistemas de signos: “O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é a sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 52).

7 Como adverte Flores (2013), “estamos frente a um dos trabalhos mais complexos de Benveniste” (FLORES, 2013, p. 146), e desde já adianto que, assim como nos demais textos até agora convocados, meu interesse se restringe a identificar, no interior dele, aspectos relativos à reflexão acerca da relação língua-sociedade. Assim, saliento que a leitura aqui efetuada é parcial e não almeja a exaustividade.

Uma vez definidos pelo que os reúne, o linguista descreve os caracteres que permitem a sua distinção, estabelecendo duas propriedades relativas às condições “externas” ou empíricas de cada sistema (seu modo operatório e seu domínio de validade) e dois caracteres concernentes às suas condições “internas” ou semióticas (a natureza e o número de seus signos e seu tipo de funcionamento). Tais distinções permitem a Benveniste depreender *dois princípios semiológicos* que dizem respeito à *relação* entre os sistemas de signos.

O primeiro deles é o “princípio da não redundância”, o qual estipula que dois sistemas não podem ocupar uma mesma função de significação, em virtude da natureza de seus signos e de seus tipos de funcionamento, sempre distintos. Não há, assim, a possibilidade de se “dizer a mesma coisa” através de dois sistemas semiológicos distintos, o que, por consequência, torna impossível a conversibilidade entre eles. O segundo princípio decorre do primeiro e diz respeito à “não transsystematicidade” do signo, isto é, à impossibilidade de que dois sistemas semiológicos distintos possuam um signo em comum, uma vez que “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54), independentemente de sua identidade substancial.

À primeira vista, tais princípios de caráter distintivo levariam a crer que os sistemas de signos não estabelecem entre si nenhuma relação para além de uma mera coexistência. No entanto, Benveniste atenta para um critério fundamental da relação entre os sistemas semiológicos:

[...] trata-se de determinar se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema. A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 54).

Aqui, vemos mais claramente a relação semiológica apresentada em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, desta vez repensada na

relação entre os sistemas de signos. Percebemos, porém, que permanece também aqui uma dissimetria fundamental entre partes, em função da não reversibilidade entre interpretante (língua) e interpretado (demais sistemas semiológicos):

É que a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. Se se convencionar designar por S o conjunto desses sistemas e por L a língua, a conversão se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso. Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido na classificação dos sistemas semióticos e que servirá para construir uma teoria semiológica (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 55).

Benveniste estenografa com isso um processo de conversão permanente. Trata-se sempre de interpretar um sistema de signos através de um outro sistema de signos. Na fórmula " $S \rightarrow L$ ", S corresponde a uma unidade de valor geral, pois compreende não um sistema de signos específico, mas todo o conjunto deles, a própria língua aí inclusa. Já L corresponde a uma unidade de valor específico, pois diz respeito a um e apenas um elemento: a língua. Só ela pode ocupar essa posição hierárquica na relação entre os sistemas de signos, e é esta posição que define seu lugar de destaque no conjunto desses sistemas. No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, a fórmula " $S \rightarrow L$ " ganha sua explicação através da seguinte frase: "Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua" (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 99). Assim, a flecha indica esse poder de transmutação e redução categorial que só a língua permite operar sobre os demais sistemas semiológicos, inclusive sobre si própria. Desde esse ponto de vista, a língua figura não somente como um dos objetos constituintes da teoria semiológica de Benveniste, mas também – e sobretudo – como o seu grande *operador*. O linguista explica isso no texto *Semiologia da língua* através da seguinte passagem:

Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda a semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da

língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; *a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos* (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 61, grifos meus).

A posição de interpretante que a língua assume dentro do projeto semiológico de Benveniste se deve ao estatuto singular que caracteriza seu modo de significação. Para o linguista, “a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 63), uma vez que:

1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de; 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 63).

Tais características fazem da língua a organização semiótica por excelência, recaindo sobre ela a função de conferir aos demais conjuntos a sua qualidade de sistemas significantes. Ela exerce, assim, sobre eles, um poder de “modelagem semiótica”, sem o qual não podemos sequer imaginá-los. Mas a que se deve esse poder, que faz da língua a “grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 65)? Deparamo-nos, aqui, com a problemática sobre a qual repousa toda a indagação sobre a propriedade de interpretância da língua: a *significação*. Ora, se a posição da língua enquanto interpretante se deve ao seu estatuto particular de significação, que estatuto é esse? Benveniste o expõe da seguinte forma:

[...] esta situação privilegiada da língua na ordem pragmática é uma consequência, não uma causa, de sua preeminência como sistema signifiante, e somente um princípio semiológico pode explicar esta preeminência. Podemos descobri-lo tomando consciência do fato de que a

língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 64).

Por “modo semiótico”, Benveniste entende “o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 64). Por “semântico”, o linguista entende “o modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 65). No primeiro caso, trata-se da língua enquanto base significante, material necessário da comunicação. No segundo, trata-se da própria comunicação, uma vez que “os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 65), o que implica uma relação com a situação de interlocução e com o conjunto de referentes que essa situação aciona. Portanto, é devido a sua propriedade única de articular a significação em duas dimensões que a língua constitui a matriz semiológica da qual dependem todos os outros sistemas de signos. Dessa propriedade dupla decorre a faculdade metalinguística, a capacidade “sustentar propósitos significantes sobre a própria significância” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 66). Para Benveniste, é nessa faculdade que podemos encontrar a origem da relação de interpretância e é nela que reside a sua aptidão como instrumento de análise dos demais sistemas significantes (um “falar sobre”), inclusive de si mesma.

Encontramos, nessa formulação de enorme potência teórica, o princípio que permite a Benveniste também explicar, desde um ponto de vista semiológico, a situação da língua em relação à sociedade, como fica evidente no próprio texto *Semiologia da língua*. Após descrever a *relação de interpretância* (como fica designada a relação entre sistema interpretante e sistema interpretado nesse texto), Benveniste afirma:

Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade — tema de muitos debates — e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte esta relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade. Assim, a relação de interpretância, que é semiótica [leia-se semiológica], inverte a relação de encaixe, que é sociológica (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 63).

A visada semiológica desenvolvida nesse texto, em conjunto com a reflexão presente em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, estabelece o ponto de vista a partir do qual o *linguista* pode pensar a relação entre língua e sociedade, que é, obviamente, o ponto de vista da *língua*. Trata-se, portanto, de uma inversão que se dá em função de uma necessidade *metodológica* e que acaba por estabelecer, para a língua e a sociedade, valores teóricos próprios. Assim, a perspectiva semiológica de Benveniste não invalida de maneira nenhuma a perspectiva sociológica, uma vez que, nos dois casos, estamos falando de objetos não coincidentes.

Considerações finais

Busquei, ao longo deste trabalho, realizar uma leitura de alguns textos de Émile Benveniste que permitisse a demonstração de uma hipótese: a de que, subjacente às diferentes teorizações do linguista, existe a elaboração de uma potente reflexão acerca da relação entre língua e sociedade. Com efeito, o que podemos constatar, em problemáticas como a reconstrução semântica do vocabulário das línguas, a categoria de “pessoa linguística” e a semiologia da língua, é um pensamento teórico que toma a língua

como ponto de articulação entre o homem e a sociedade e cujo potencial apenas começamos a desvelar.

Tal constatação me leva a supor que a relação língua-sociedade constitui, em Benveniste, uma problemática cuja sistematização permite o estabelecimento de um fazer linguístico original, de caráter semiológico, que tome por objeto essa própria relação fundante. O projeto epistemológico que aí se desenha é o de uma análise da sociedade *na* e *pela* língua. Trata-se, portanto, de uma linguística que se ocupe da língua enquanto interpretante da sociedade; ou, como prefiro chamar, uma *linguística da língua que contém a sociedade*.

A pergunta a ser feita a partir de agora é: que bases teórico-metodológicas podem dar sustentação a esse fazer linguístico? O que podemos dizer, de antemão, é que a propriedade de *interpretância da língua* constitui a possibilidade e a condição mesma de uma linguística da língua que contém a sociedade. É porque constitui um sistema de signos articulados (modo semiótico) passíveis de atualização em discurso para tudo expressar e descrever (modo semântico) que a língua figura como o interpretante da sociedade, o que lhe dá forma e sentido e o que permite dela falar. Desde essa perspectiva, não se trata mais de ver como a língua “reflete” ou “espelha” a sociedade, mas de como ela a *configura*, ou seja, trata-se de analisar como a sociedade, através da língua, ganha a sua organização – uma organização que pressupõe a sua *significação*.

Evidentemente, as considerações que aqui trago não dão conta, por si só, de oferecer uma resposta metodológica para a questão. O mais importante, aqui, são as perguntas que tais considerações suscitam aos estudos benvenistianos. Este é, na verdade, um caminho de pesquisa que acaba de se iniciar⁸.

8 Em minha tese de doutorado, intitulada *A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste* (ARESI, 2020) e da qual este trabalho constitui um pequeno recorte, aponto para alguns encaminhamentos teórico-metodológicos possíveis de uma linguística da língua que contém a sociedade.

Referências

ARESI, Fábio. **A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste**. 285 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/218976>. Acesso em: 22 mai. 2021.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1946], p. 247-259.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1956], p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1958], p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1963], p. 19-33.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1965], p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1968], p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 43-67.

BENVENISTE, Émile. Difusão de um termo de cultura: o latim *orarium*. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1969], p. 245-251.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1970], p. 81-90.

DESSONS, Gérard. **Benveniste: l'invention du discours**. Paris: Ed. Press, 2006.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 8, p. 71-83, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

JOMSON TEIXEIRA DA SILVA FILHO: Pós-doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração “Estudos da linguagem” na linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas”. Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, na linha de pesquisa “Teoria e Análise Linguística”. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (CNPq). Tem especial interesse nas seguintes áreas de pesquisa: Epistemologia da Linguística, Estudos saussurianos e Estudos benvenistianos.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

DAIANE NEUMANN: Graduada em Letras pela Universidade de Passo Fundo (2004), mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Passo Fundo (2008) e doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016), com período de doutorado-sanduíche na Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, sob a orientação de Gérard Dessons. Fez estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017) e na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2021). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas, em cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras, onde atuou também como coordenadora. É líder do grupo de pesquisa “Linguística, literatura e arte”, do CNPq. Dedicar-se ao estudo da obra de Ferdinand de Saussure, de Émile Benveniste e da poética de Henri Meschonnic, a fim de pensar questões pertinentes à teoria da linguagem de forma que esta não seja concebida desvinculada da literatura. A partir da concepção de linguagem enquanto uma antropologia histórica, dedica-se a refletir sobre a relação da linguagem com o ritmo, com a voz, com o corpo, em textos literários.

ELIANE SILVEIRA: Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realizou pós-doutoramento na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é professora associada de Linguística no curso de graduação do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da mesma universidade. Realiza pesquisas,

desde 1994, sobre a produção teórica de Ferdinand de Saussure, é líder do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (CNPq) e coordenadora do GT da ANPOLL Estudos Saussurianos.

FÁBIO ARESI: Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela mesma instituição. Seus temas de interesse giram em torno da Epistemologia da Linguística e da História das Ideias Linguísticas, voltados principalmente para os pensamentos teóricos de Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste.

GIOVANE FERNANDES OLIVEIRA: Doutorando em Estudos da Linguagem, vinculado à linha de pesquisa “Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Língua Francesa e suas Literaturas pela mesma instituição (2016). Realizou um semestre de mobilidade acadêmica na Université de Rouen (França), onde cursou disciplinas na graduação em “Sciences du Langage – Français Langue Étrangère” e no mestrado em “Sciences du Langage – Diffusion du Français” (2015). Seus interesses de pesquisa circunscrevem-se a três campos do saber: (1) Epistemologia da Linguística, com foco nos legados de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste; (2) Aquisição da Linguagem, com foco na aquisição da fala e da escrita em língua materna a partir da perspectiva enunciativa benvenistiana; (3) Estudos do Letramento, com foco em leitura, produção textual e oralidade letrada nos letramentos escolar e acadêmico. Membro da Abralín (Associação Brasileira de Linguística). Membro colaborador do GT Estudos em Aquisição da Linguagem Oral e Escrita da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística). Membro do grupo de pesquisa interinstitucional NALíngua (Núcleo de

Estudos em Aquisição da Linguagem). Editor do site “Estudos Saussurianos e Estudos Benvenistianos” (<https://www.ufrgs.br/saussure-benveniste/>). Organizador do livro “O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia” (Pimenta Cultural, 2020).

LUIZA MILANO: Possui graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Santa Maria, e mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora dos cursos de Fonoaudiologia e de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Letras da mesma Universidade. É coordenadora do grupo de pesquisa "O rastro do som em Saussure"; e vice-líder do grupo de pesquisa "Linguística, literatura e arte" do CNPq. É coordenadora do projeto de extensão "Leitura em Voz Alta".

MICAELA PAFUME COELHO: servidora requisitada do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em 2019, obteve o título de doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, com período sanduíche na Sorbonne Université – Paris 7. Interessa-se pela elaboração teórica de Ferdinand de Saussure e, atualmente, dedica-se à pesquisa do conceito de *língua* e da noção de *línguas particulares*. É membro do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (CNPq) desde a sua fundação e, atualmente, ocupa sua vice-liderança.

NÚBIA RABELO BAKKER FARIA: Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Professora Titular aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, prestando serviço voluntário como professora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Fale/Ufal. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em

Teoria Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias linguísticas e estudos saussurianos.

STEFANIA MONTES HENRIQUES: graduada em Letras – Licenciatura Português/Francês pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Estudos Linguísticos pela mesma universidade e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisou sobre a concepção de nome próprio na teoria de Ferdinand de Saussure em quatro materiais distintos: no *Curso de Linguística Geral*, nas comunicações proferidas à “Société d’Histoire et Archéologie de Genève”, no manuscrito *Notes Item. Sôme et Sème* e, por fim, nos manuscritos sobre as lendas germânicas. No doutorado, dedicou-se à análise dos manuscritos sobre as lendas germânicas e à sua relação com as elaborações saussurianas no domínio da Linguística, evidenciando a potencialidade desses manuscritos em elucidar os conceitos de *parole* e *história* no arcabouço teórico de Ferdinand de Saussure. Atualmente, é coordenadora e professora de Linguística no curso de Letras-Português, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Passos.

VALDIR DO NASCIMENTO FLORES: doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou estudos de pós-doutorado (CNPq) na Université de Paris XII-Val-de-Marne e na Université de Paris X-Nanterre (CAPES). Atualmente, é professor titular de Linguística e Língua Portuguesa do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor e orientador do Programa de Pós-graduação em Letras da mesma universidade. É pesquisador PQ-CNPQ.

No entanto, nem um nem outro rompeu com a tradição comparatista: eles simplesmente a perturbaram e, conforme o caso, a tumultuaram. Disseram a seus contemporâneos, em termos frequentemente muito parecidos: vocês descrevem, detalham, classificam alguma coisa cuja natureza não conhecem. Vocês descobrem cada vez mais detalhes, mas não sabem o que fazem. Vocês comparam muitas línguas, vivas ou mortas, traçam sua história, mas já se perguntaram o que é a língua?

— A linguagem?

— Não! A LÍNGUA! O que se deve supor presente nas falas, que faz com que ela seja diferente de ruídos, cantos de pássaros ou trovão.

— Mas essa presença, ela não é o pensamento?

— Sem dúvida, mas sob que forma? Como o caroço da azeitona? Como o sangue nas veias? Como o Corpo Santo na hóstia? Compreendam que “qualquer um que põe o pé no terreno da língua pode se dizer abandonado por todas as analogias do céu e da terra”.

Saussure era, então, “um começo”? É o que perguntam os jornalistas. Dois vieram (separadamente, de jornais diferentes) interrogar Benveniste para saber tudo de Saussure [...] Benveniste rompe então o discurso incisivo da filiação, da tradição, da escola: “Saussure não é um começo, é outra coisa, ou um outro tipo de começo”.

Claudine Normand (2012 [2004], p. 199)

